

A Eleição da Pandemia



Memorial da
Justiça Eleitoral
**MINISTRO TEORI
ALBINO ZAVASCKI**

Porto Alegre
2024

EXPEDIENTE

Coordenação

Coordenadoria de Gestão Documental e da Memória - CGDOM

Organização

Edição, entrevistas e pesquisa:

Adriana Cristina Tyburski

Ermes Marcolin

Luis Antonio Klein

Márcia Almeida Barden

Rodrigo de Aguiar Gomes

Projeto gráfico e editoração:

Jefferson Cardoso da Silva

Revisão:

Paulo Roberto Simões Filho

Ficha catalográfica:

Liliane Pinto Santa Helena

Elaboração

Memorial da Justiça Eleitoral Ministro Teori Albino Zavascki

823v Brasil. Tribunal Regional Eleitoral (RS).

A eleição da pandemia / Tribunal Regional Eleitoral-RS. Memorial da Justiça Eleitoral Ministro Teori Albino Zavascki. – Porto Alegre : Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, 2024.
225 p. : il. (color.) ; 23 cm.

Conteúdo: Servidores citados nas entrevistas – A eleição da pandemia – Apresentações dos entrevistados: trajetórias – No meio do caminho tinha uma pandemia – Mudanças do trabalho com a pandemia – Preparando as eleições da pandemia – Eleições se aproximam enquanto cresce a pandemia – O dia das eleições da pandemia – No final, as eleições da pandemia deram certo – Como a pandemia afetou minha vida.

Coordenação: Coordenadoria de Gestão Documental e da Memória. Elaboração:
Memorial da Justiça Eleitoral Ministro Teori Albino Zavascki.

1. Eleição municipal – 2020 – Rio Grande do Sul. 2. Pandemia – COVID-19.
3. Tribunal Regional Eleitoral – Teletrabalho – Rio Grande do Sul. 4. Magistrado –
Entrevista – Rio Grande do Sul. 5. Servidor público – Entrevista – Rio Grande do Sul.
I. Título. II. Memorial da Justiça Eleitoral Ministro Teori Albino Zavascki.

CDU 342.846(816.5)

Bibliotecária: Liliane P. Santa Helena – CRB-10/2007

COMPOSIÇÃO DO TRE-RS

Presidente

Desembargador Voltaire de Lima Moraes

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Desembargador Mario Crespo Brum

Membros Efetivos

Desembargadora Eleitoral Patrícia da Silveira Oliveira

Desembargador Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira

Desembargador Eleitoral Volnei dos Santos Coelho

Desembargador Eleitoral Nilton Tavares da Silva

Membros Substitutos

Desembargador Ney Wiedemann Neto

Desembargador Antônio Maria Rodrigues de Freitas Iserhard

Desembargador Federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior

Desembargadora Eleitoral Fernanda Ajnhorn

Desembargador Eleitoral Mauro Evelyn Vieira de Borba

Desembargador Eleitoral Francisco Thomaz Telles

Procurador Regional Eleitoral

Doutor Claudio Dutra Fontella

Procurador Regional Eleitoral Substituto

Doutor Alexandre Amaral Gavronski

Diretora-Geral

Doutora Ana Gabriela de Almeida Veiga

SUMÁRIO

SERVIDORES CITADOS NAS ENTREVISTAS	9
A ELEIÇÃO DA PANDEMIA	11
APRESENTAÇÕES DOS ENTREVISTADOS	
Trajetórias	13
CAPÍTULO 1	
No meio do caminho tinha uma pandemia	29
CAPÍTULO 2	
Mudanças do trabalho com a pandemia	65
CAPÍTULO 3	
Preparando as eleições da pandemia	83
CAPÍTULO 4	
Eleições se aproximam enquanto cresce a pandemia	133
CAPÍTULO 5	
O dia das eleições da pandemia	165
CAPÍTULO 6	
No final, as eleições da pandemia deram certo	185
CAPÍTULO 7	
Como a pandemia afetou minha vida	215

SERVIDORES CITADOS NAS ENTREVISTAS

Em ordem alfabética, com nome completo e lotação ou função à época das eleições de 2020.

Adriana Perrot Czarnobay Simundi

Servidora da Seção de Planejamento e Apoio às Eleições.

Adriana Spilki

Servidora da Assessoria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional.

Adriana Trombetta

Servidora requisitada – 149ª Zona Eleitoral Igrejinha.

Ana Lúcia Dillenburg da Silveira

Servidora da Seção de Administração de Sistemas Judiciários Eletrônicos.

Beatriz Bértoli de Oliveira

Servidora aposentada (servidora do TRE no período de 1974 a 1993).

Carlos Vinícios de Oliveira Cavalcante

Coordenador de Registros, Informações Processuais e Partidárias.

Cássio Vicente Zasso

Coordenador de Sistemas de Eleições e Logística.

Daniel Dutra Pilar

Coordenador de Sistemas de TI (2020).

Daniel Moraes de Campos

Servidor da Assessoria de Comunicação Social.

Daniel Wobeto

Secretário de Tecnologia da Informação.

David Luis Dornelles da Silveira

Servidor da Seção de Auditoria Partidária e Eleitoral.

Daysi Ramos Pires

Servidora da Seção de Administração de Sistemas Judiciários Eletrônicos.

Débora do Carmo Vicente

Coordenadora da Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Sul.

Diego Dias de Castro

Servidor da 35ª Zona Eleitoral – Pinheiro Machado.

Dione Santos de Almeida

Chefe da Seção de Educação Continuada (2020).

Edemir Vettorazzi

Chefe da Seção de Administração de Sistemas Corporativos (2020)

Fabiane Sanhudo Frachetta Wiegand

Servidora da Seção de Administração de Sistemas Judiciários Eletrônicos.

Fernando Viola Rodrigues

Servidor da Seção de Administração de Sistemas Judiciários Eletrônicos.

Giovanna Faraon

Servidora da Seção de Multimídia e Ambientes de Comunicação.

Gustavo Lautert

Chefe da Seção de Operação, Microinformática e Ambiente do Usuário.

Helio Tadeu Pereira

Médico do TRE-RS.

Iracema Orsatto Matos Prestes

Servidora aposentada (servidora do TRE no período de 1966 a 1993).

Isabel Cristina de Freitas

Servidora da Seção de Administração de Sistemas Judiciários Eletrônicos.

José Ernesto Pereira Rezende

Servidor aposentado (servidor do TRE no período de 1974 a 1995).

José Zadir Ferreira Neto

Chefe da Seção de Rede e Banco de Dados.

Juliana Gil Thomé

Médica do TRE-RS.

Leandro Martins Pires

Chefe da Seção de Procedimentos Específicos e Partidários.

Leonel Tozzi

Servidor aposentado (servidor do TRE no período de 1958 a 1990).

Luis Fernando Schauren

Chefe da Seção de Orientação e Suporte em Tecnologia da Informação.

Marco Antônio Duarte Pereira

Servidor aposentado (servidor do TRE no período de 1984 a 2013).

Mauro Lôbo Cunha

Servidor da Seção de Orientação e Suporte em Tecnologia da Informação.

Paulo Roberto Simões Filho

Coordenador de Sessões.

Ricardo Duarte da Silva

Servidor da Seção de Educação Continuada.

Robson Thales Rodrigues

Chefe da 159ª Zona Eleitoral – Porto Alegre.

Rodrigo da Cunha

Chefe da Seção de Apoio às Sessões Plenárias e Registro de Julgamentos.

Rodrigo Mello Pires

Chefe da Seção de Administração de Sistemas Judiciários Eletrônicos.

Rogério da Silva de Vargas

Secretário Judiciário.

Tânia Vieira Marra Bonato

Chefe da Central de Atendimento ao Eleitor de Porto Alegre.

Valéria Maura Hubner Xavier

Servidora aposentada (servidora do TRE no período de 1970 a 1993).

A ELEIÇÃO DA PANDEMIA

Exmo. Sr. Desembargador Voltaire de Lima Moraes, Presidente do TRE-RS

No dia 18 de março de 2020, magistradas e magistrados, representantes do Ministério Público, servidoras e servidores, colaboradores e colaboradoras e estagiárias e estagiários da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul foram orientados a trabalhar de forma remota. A pandemia de Covid-19 ocasionada pela disseminação de um novo coronavírus começava a ser sentida no Brasil. Em pouco tempo, processos de trabalho arraigados há décadas precisaram ser reelaborados. O trabalho remoto e a virtualização dos serviços marcaram o primeiro semestre daquele ano.

O desafio maior, no entanto, estava por ser enfrentado: realizar eleições municipais, naturalmente complexas e acirradas, em um cenário de pandemia. Foi preciso inovar nas formas de treinamento de mesários, na comunicação interna e com a sociedade e nos protocolos de segurança sanitária. Até a data do pleito foi alterada pelo Congresso Nacional, um acontecimento inédito. Os turnos de votação, inicialmente previstos para os dias 4 e 25 de outubro, foram realizados nos dias 15 e 29 de novembro.

A Justiça Eleitoral gaúcha enfrentou a situação a partir de bases bastante sólidas. De antemão, pautando-se pelo respeito à ciência e às orientações das autoridades ligadas à saúde pública. A administração do TRE-RS também empreendeu um amplo esforço de diálogo com todos os setores da sociedade envolvidos na eleição: eleitoras(es), mesárias(os), candidatas(os), partidos políticos e imprensa. O espírito público de magistrados, promotores de justiça e servidores comprometidos com a tarefa de garantir a efetividade da manifestação da vontade popular, por fim, sedimentou todos esses esforços.

Neste livro, a sociedade poderá conhecer detalhes da execução deste pleito imensamente desafiante. A voz está com seus protagonistas, que relatam as expectativas e angústias vivenciadas e a rápida necessidade de adaptação a uma realidade que, antes de 2020, se imaginava ainda bastante remota.

A eleição da pandemia, por certo, não será o último grande desafio a se apresentar à Justiça Eleitoral. Em 2024, e novamente em uma eleição municipal, as enchentes que devastaram parte do estado ao longo do mês de maio anunciam mais um pleito em que o compromisso dos agentes públicos com seus ofícios e os princípios da solidariedade e da superação do povo gaúcho serão postos à prova.

Nesse quadro, a "Eleição da Pandemia" firma-se como um marco histórico indelével na trajetória do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, responsável pela guarida da efetivação do voto em nosso estado, elemento central do Estado Democrático de Direito insculpido na Constituição Federal do Brasil.

APRESENTAÇÕES DOS ENTREVISTADOS

Trajetórias



Desembargador André Luiz Planella Villarinho

Nós tínhamos uma grande preocupação. Quando eu digo nós, me refiro à Administração e ao pessoal, aos secretários do TRE, aos servidores, enfim, todos aqueles que participaram tão ativamente deste processo. A preocupação primeira era assegurar, tanto quanto possível, a integridade e a saúde dos eleitores, mesários e de todos aqueles que fossem trabalhar.

Natural de Porto Alegre – RS, formou-se em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Ingressou no Ministério Público do RS em dezembro de 1978. Atuou nas comarcas de Tapera, Tapes, Guaporé,

Livramento, Lajeado e Porto Alegre, quando foi promovido a Procurador de Justiça. Foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça gaúcho no ano 2000. Foi eleito Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do TRE-RS, tomando posse em maio de 2019. Em 22 de maio de 2020, assumiu a Presidência do Tribunal Eleitoral. Conduziu a Justiça Eleitoral gaúcha na Eleição da Pandemia.



Desembargador Arminio José Abreu Lima da Rosa

A pandemia nos afetou de uma forma que ninguém poderia esperar e com uma gravidade que interferiu na nossa vida, nos nossos projetos de vida, e quem sabe até no nosso pensamento, não é?

Natural de Porto Alegre – RS, formou-se em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ingressou na Magistratura estadual em 1976. Atuou nas comarcas de Estância Velha, Guaíba, Santa Maria, Canoas e Porto Alegre. Foi promovido a Juiz do Tribunal de Alçada, em 1992, e a Desembargador do Tribunal de Justiça, em setembro de 1997. Presidiu o TJRS entre 2008 e 2009. Em maio de 2020, tomou posse como Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Em 28 de maio de 2021, assumiu a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Esteve à frente da Corregedoria Regional Eleitoral na Eleição da Pandemia.



Desembargador Eleitoral Gerson Fischmann

Todos nós - o mundo inteiro, na verdade - tivemos esse impacto dos isolamentos, das dificuldades, das incertezas e angústias. Uma nova realidade, em que nós ficamos todos isolados uns dos outros.

Natural de Porto Alegre – RS, formou-se em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É especialista e mestre em Direito. Publicou obras no campo do Direito Processual Civil e foi professor na Universidade do Vale do Rio dos Sinos e na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tem extensa trajetória junto à Ordem dos Advogados do Brasil. Em julho de 2018, tornou-se

Desembargador Eleitoral, em caráter efetivo, na vaga destinada a representantes da advocacia. Foi reconduzido ao cargo em novembro de 2020, permanecendo até novembro de 2022. Em dezembro de 2021, foi nomeado Curador do Memorial da Justiça Eleitoral Ministro Teori Albino Zavascki. Fez parte da composição do Pleno do TRE-RS em meio à Eleição da Pandemia.



Josemar dos Santos Riesgo

Na verdade, eu recebi (notícia sobre a pandemia) como todo e qualquer cidadão brasileiro, com incredulidade.

Eu posso referir, *en passant*, que sou formado em Direito. Me formei na Universidade Federal de Santa Maria. A minha origem não era da área eleitoral. A minha origem, pelo menos a anterior, mesmo bacharel em Direito, eu lecionei legislação cooperativista e doutrina cooperativista. Particpei das organizações de cooperativas do estado e quando assumi, no TRE, foi na qualidade de analista judiciário, em 1º de agosto de 1988, para trabalhar diretamente na TI. Antigamente, se chamava Coordenadoria do Cadastro Geral de Eleitores, com o Rezende, e nessa atividade nós ajudamos a migração do cadastro manual para o cadastro eletrônico, que na época era gerido pela nossa PROCERGS¹, aqui do Rio Grande do Sul, até mais tarde ser integrado como Cadastro Nacional, já também coordenado diretamente pelo TSE. Foi provisória essa lotação na TI, antiga, e depois passei para a Secretaria Judiciária, na Seção de Jurisprudência e Documentação, na qual trabalhei, que se chamava SDIJ². Na época, trabalhei com a Beatriz, trabalhei com a Iracema, que eram a Coordenadora de Documentação e Informação e Secretária Judiciária, como corresponderia na estrutura atual. Posteriormente, a convite do Marco Antônio, fui trabalhar no gabinete da Secretaria de Coordenação Eleitoral. Assumi a supervisão do gabinete, com o afastamento da colega titular anterior – a colega, depois, assumiu outro cargo –, e, posteriormente, fui convidado pelo Dr. Leonel, em 92, se não me falha a memória, para a assessoria jurídica do Tribunal, por um tempo. Até que a Valéria, que era a Secretária de Coordenação Eleitoral, que substituiu o Marco Antônio, se aposentou e eu fiquei por alguns meses como Secretário de Coordenação Eleitoral.

1 PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul.

2 SDIJ – Seção de Documentação, Informação e Jurisprudência.

E aí assumi a assessoria que era vinculada à Corregedoria, antigamente denominada Assessoria Especial e, posteriormente, assessoria da Corregedoria Regional Eleitoral. Da assessoria da Corregedoria Regional Eleitoral até se tornar Secretaria, se passaram, praticamente, mais de 20 anos. Somente me afastei da Corregedoria na medida em que já estava me aposentando, até tinha prazo pra aposentadoria – em 20 de dezembro de 2018, iniciei trabalhando como Diretor-Geral substituto, até a aposentadoria do titular, em 6 de fevereiro. E de 6 de fevereiro até 28 de maio de 2021 estive na Direção-Geral, participando, no caso, de 3 gestões: do Desembargador Dall’Agnol, depois da Desembargadora Marilene Bonzanini e, por fim, encerrando junto com a gestão do Desembargador André Planella Villarinho.



Alexander Pimentel Mendonça

Então eu, a única coisa que eu tenho certeza absoluta, é que foi uma eleição em que o esforço de todos os servidores, sem qualquer distinção, tornou ela até um pouco mais tranquila, face à complexidade dela.

Bom, meu nome completo é Alexander Pimentel Mendonça, o pessoal me chama de Alex, que é mais fácil. Eu sou formado em Análise de Sistemas, Sistemas de informação. Eu estou lotado na 35ª Zona Eleitoral, de Pinheiro Machado, desde a minha posse no TRE, que foi em 2005, primeiro de maio de 2005. Então, já faz quinze anos, dezesseis anos que a gente está na Zona Eleitoral de lá.

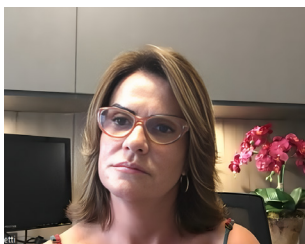


Aline Fuchs

Algo que a pandemia trouxe para todo mundo, eu vejo assim, era a preocupação com o próximo. A gente se preocupar com a saúde do outro, a gente se preocupar para não levar risco ao outro.

Eu estou no Tribunal desde 2005. Eu assumi em Veranópolis, assumi e entrei já com um referendo, né, do desarmamento, que foi um bom aprendizado. Já foi um comecinho ali, pra questão de convocação de mesários... foram umas boas-vindas, uma consulta popular de uma hora pra outra e aproveitei pra tomar

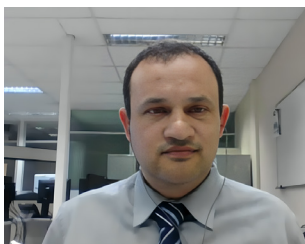
conhecimento. Fiquei um ano em Veranópolis e estou em Santo Antônio da Patrulha desde 2006. Fazem parte da 46ª Zona Eleitoral o Município de Santo Antônio da Patrulha e o Município de Caraá; município bem menor, que fica entre Santo Antônio e Osório. E gosto bastante de trabalhar aqui, eu tenho já uma experiência, um conhecimento das peculiaridades do local. E posso dizer que é uma Zona Eleitoral com um trato tranquilo, assim, a questão de disputas políticas, e comparecimento também dos eleitores.



Ana Cristina Montenegro Moretti

Como eu disse, o fechamento do cadastro de 2020 foi bastante caótico para nós, assim, nesse envolvimento de dar suporte para as Zonas Eleitorais, de procurar soluções. Isso foi bem estressante.

Eu sou formada em Direito e entrei no Tribunal em 2004. Fui direto para a Zona Eleitoral 114, em Porto Alegre. De lá para CODES³, na Secretaria de Gestão de Pessoas, depois para a Corregedoria, onde eu estou desde 2009, na mesma seção, na Seção de Regularização do Cadastro Eleitoral.



Cristiano Aguiar

Só que no meio do caminho tinha uma eleição, e uma eleição para nós importantíssima. Uma eleição em que tinha fundo eleitoral, um fundo eleitoral gigantesco.

Bom, eu sou contador, sou bacharel em Ciências Contábeis. Antes fiz o técnico em contabilidade, a minha vida foi e é contabilidade. Então, antes do Tribunal, eu comecei a trabalhar em 1990. Entrei no Tribunal em 2005, o concurso foi de 2003, mas a nomeação foi em 2005; entrei no PIA 2⁴, em maio de 2005. Fui diretamente pra Campo Bom, a Zona Eleitoral 105. Eu tive a oportunidade de escolher a Zona Eleitoral, que eu fui um dos primeiros classificados no concurso, e então pra mim

3 CODES – Coordenadoria de Desenvolvimento, da Secretaria de Gestão de Pessoas.

4 PIA 2 – 2ª edição do Programa de Instrução e Ambientação desenvolvido pelo TRE-RS.

foi bem fácil. Eu achei que Campo Bom era uma boa cidade, cidade pequena, em torno de 48.000 eleitores. Só uma cidade, não tinha município termo. Não tinha pedágio para ir até Campo Bom, eu ia e voltava todo dia. Dava 75 quilômetros. Antes, eu trabalhava numa multinacional, fazia contabilidade internacional, e tava superbem. Mas, eu trabalhava demais, trabalhava 12, 15 horas por dia. Por ser uma multinacional, eu ficava também com o fuso horário lá da matriz. E hoje já faz aí 16 anos que eu tô no Tribunal. Eu passei por Campo Bom, depois eu vim para a antiga Secretaria de Controle Interno, que é agora a Secretaria de Auditoria Interna. Fiquei dois anos na Seção de Prestação de Contas. Depois fiquei oito anos na Seção de Auditoria e Análise Contábil, que é uma seção que controla muito a questão financeira do Tribunal, da questão do SIAFI⁵ e as questões orçamentais do Tribunal. Em 2015, eu fui convidado para ser Coordenador de auditoria, na época, que tinha duas seções, a Seção de Análise Contábil e a Seção de Prestação de Contas, que era uma seção grande, que envolvia muita coisa. E aí, em 2021, a Coordenadoria mudou de nome. Começou a ser Coordenadoria de Auditoria de Contas Partidárias Eleitorais. Aquela parte de SIAFI, aquela seção que controla o SIAFI, controla a questão financeira, que faz a auditoria dessa parte financeira, ela saiu da minha gestão; e eu fiquei com duas seções, uma de análise de contas partidária anual e outra da eleitoral, de campanha.



Dione Santos de Almeida

O trabalho em EAD⁶, por exemplo, que era uma coisa que nós estávamos trabalhando na Escola, passa a ser a solução, né. Então, esse meu perfil profissional, com a pandemia, ele se estruturou, né.

Eu sou concursado aqui do Tribunal, como apoio especializado. Entrei em 2006 e sou apoio especializado de TI. Eu vim da engenharia mecânica, fui projetista mecânico. Meu último emprego como projetista mecânico, estudando engenharia mecânica ainda, foi na Taurus, fabricando armas, olha só. Daí comecei a dar aula de desenho, desenho mecânico, e me apaixonei pela escola. Então, nesse caminho, eu mudei minha trajetória, eu comecei a trabalhar com a escola. Aquele ambiente da escola, comparado com a fábrica, me encantou, né? E fui estudar Pedagogia. Então

⁵ SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira.

⁶ EAD – Ensino a Distância.

tenho essa formação dupla, em tecnologia e pedagogia. E o Tribunal, quando caí no Tribunal, em 2007, a SGP⁷ chama e diz assim: “Nós precisamos começar EAD”. Não tinha nada ainda. E aí o meu perfil – já sabiam um pouco da minha história, da entrevista, e me chamaram para esse projeto. Então, desde 2007, nós trabalhamos com educação a distância, no Tribunal. Eu participei da primeira comissão junto com a Sílvia Petezak, Fátima, Miola⁸, essa turma toda aí. E, de lá pra cá, eu atuei e atuo dentro da TI, mas nunca me afastei da educação a distância e do ensino a distância, seja apoiando a SGP ou trabalhando com outros Tribunais. Sou TI, mas o coração bate na educação, há muitos anos, e ainda me sinto muito mais professor do que um técnico.



Eduardo Pontes Gaspary

Mas é claro, era uma novidade para todo mundo, assim como para nós, também para os Magistrados. Era um ambiente totalmente novo. Eu nunca tinha feito uma reunião remota por esses aplicativos de Zoom, ou seja qualquer outro.

Eu entrei no Tribunal no ano de 2005, no primeiro PIA. Já trabalhava no serviço público em torno de 12 anos mais ou menos, e aí entrei no TRE em 2005. E fui direto para a Zona Eleitoral, aqui pra 159, em Porto Alegre, trabalhar com o Robson, e foi um período muito interessante, pois entrei no ano do referendo. Eu assumi ali em março e já estava começando a rolar o referendo. Então, já entrei no ano com eleição, e foi bem legal. No ano seguinte teve a eleição de 2006, e eu permaneci trabalhando com o Robson, ali na 159, até março de 2008. Em março de 2008, eu fui para SJ, para a Seção de Acórdãos, na época, era só Seção de Acórdãos, que é onde eu estou até hoje. Desde 2008. A trajetória no Tribunal foi essa. Não teve muitas passagens. Foi a Zona Eleitoral e direto pra SJ.

7 SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas.

8 Comissão para implantação do EAD com a participação de servidores da Gestão de Pessoas, da Informática e das Zonas Eleitorais. Luiz Eugênio Miola, o então coordenador de Desenvolvimento da Secretaria de Gestão de Pessoas; Sílvia Maria de Freitas Petezak, à época, servidora do Gabinete da Secretaria de Gestão de Pessoas; Fátima Rosane Silveira Souza, à época, chefe da 161ª Zona Eleitoral – Porto Alegre.



Hermes Rossoni

O VDI⁹ foi importante, porque aí nos coloca como se estivéssemos dentro do Tribunal, com acesso à intranet e tal. E aí a gente consegue acompanhar o que acontece no Tribunal, ter mais contato com os colegas.

Eu sou natural de Nova Prata, nasci em Nova Bassano, que pertencia a Nova Prata até o ano em que eu nasci, e logo depois se emancipou. Eu vim para Porto Alegre em 1982 e trabalhei em empresas privadas. Depois, passei no concurso do TRF¹⁰, para Técnico Judiciário, recém tinha me formado contador. Mas o objetivo era ingressar no serviço público. No TRF eu fiquei em segundo lugar, no desempate, e depois de algum tempo foi oferecida vaga no TRE. Eu aceitei e acabei vindo pra cá, onde estou até hoje. Só que depois eu fiz concurso externo e passei para contador, que depois foi agregado como analista judiciário com especialidade em contabilidade. Estou há 31 anos no Tribunal. Eu sempre trabalhei na Secretaria de Orçamento e Finanças. No início era mais na área financeira, mas durante pouco tempo. Em 1994, foi criada a Coordenadoria de Orçamento e eu assumi o cargo. Desde então e até hoje, são muitos anos de convivência nessa área orçamentária.



Juliano Meira Pilau

Nós estivemos muito bem servidos, principalmente dos materiais referentes aos isolamentos à pandemia. Máscaras, álcool, os face shields, os adesivos para orientar os eleitores.

Eu estudei história na UFRGS¹¹ durante um certo período, não cheguei a me formar. Depois vim a me formar no curso de jornalismo, na PUC. Para mim, particularmente, a eleição de 2020 foi a minha quarta eleição desde que cheguei no Tribunal. Cheguei em 2014. Então, nessa quarta eleição foi a quarta estreia, porque

9 VDI – *Virtual Desktop Infrastructure*. A infraestrutura de área de trabalho virtual permite que os servidores do TRE acessem redes e recursos corporativos remotamente e com segurança.

10 TRF – Tribunal Regional Federal.

11 UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

costumo dizer que eu estreei nas quatro eleições que eu fiz até agora. A primeira eleição, em 2014, ok, foi a primeira eleição, era a estreia de um servidor que chegou há dois meses no eleitoral e já tem uma eleição ali na frente. Então aquilo era tudo muito novo. A eleição de 2016 foi a primeira eleição municipal minha também, e com todas as nuances de uma eleição municipal. Também foi uma estreia. A eleição de 2018 foi uma terceira estreia, porque foi a primeira eleição que eu estava na chefia de cartório, em 2018. E essa eleição de 2020 também foi uma estreia porque foi a primeira eleição municipal em que eu estava na chefia de cartório. Então, nas eleições, os desafios foram se tornando cada vez mais difíceis ao longo desse curto período que eu tenho na Justiça Eleitoral. Mas, ao mesmo tempo, isso me trouxe uma carga de experiência boa, né? Eu não tenho mais medo de nada, praticamente, depois dessa eleição da pandemia.



Kelly Vanessa Stobbe

Eu tenho impressão de que o Tribunal tem por atitude, vamos dizer assim, de enviar os melhores equipamentos pros lugares mais distantes.

Meu nome é Kelly. Eu trabalho no Cartório Eleitoral de Igrejinha, atualmente. Trabalho no Tribunal desde 2007, 14 anos, sempre em Zona Eleitoral. Trabalhei por seis anos e meio na Zona Eleitoral de São Valentim. Eu trabalhei bastante lá, e aqui, depois que vim para Igrejinha, continuei o trabalho com um eleitorado muito diferente daquilo que eu tinha de realidade em São Valentim. Lá eram 13 mil eleitores, aqui tem um pouco mais de 40 (mil). Então, a gente tem realidades bastante diferentes e bastante peculiaridades também, por ser perto de Porto Alegre. Isto dá bastante diferença, mas também do eleitorado. Trabalho há sete anos já aqui em Igrejinha e, realmente, essa eleição de 2020 foi uma das mais peculiares das nossas vidas e eu acho que vai ficar bastante para a história. Agora, também estou como coordenadora geral do CRECE¹², desde 2017.

¹² CRECE – Conselho de Representantes dos Cartórios Eleitorais.



Luis Fernando Schauren

Então, com essa migração às pressas pro trabalho remoto, as soluções foram sendo implementadas da forma que dava, assim, sem o estudo e planejamento adequados.

Eu sou formado em Ciência da Computação. Eu entrei no Tribunal antes de entrar pra faculdade. Entrei no Tribunal com 18 anos de idade, lá nos idos de 1996, junto com a implantação do voto eletrônico. Lembro que, na época, eu era bolsista dos laboratórios de informática lá da UFRGS. Eu gostava muito do que eu fazia, lá nos laboratórios, e gostava muito de tecnologia, essa questão de informática. E a minha mãe – eu lembro que a minha mãe que me inscreveu pra fazer o concurso aqui no Tribunal – eu nem sabia que ela tinha me inscrito no concurso. Mas, no fim das contas, fui fazer a prova, de qualquer forma, aproveitei que estava estudando pro vestibular. E, pra minha surpresa, eu acabei passando no concurso. Na época, os concursos não eram como hoje. Na época, basicamente, pra minha área, era português, matemática e informática. Então português e matemática eu sabia por conta do cursinho; e a parte de informática, por todo um background que eu me formei na Escola Técnica de Comércio da UFRGS, em Processamento de Dados, e passei quase cinco anos fazendo estágio dentro da UFRGS mesmo. Então acabei passando, fiquei em quarto lugar no concurso. E cara, eu sou um eterno apaixonado, assim, do nosso trabalho aqui e, principalmente, dessa questão da eleição eletrônica. E gosto muito de trabalhar com suporte à informática, então, sou muito grato a tudo. Praticamente tudo que eu tenho, todas as minhas relações e as coisas que eu conquistei, basicamente, são devidas ao Tribunal. E dos amigos, e das pessoas que eu conheci aqui dentro, e que me influenciaram.



Luiz Carlos Toebe

Nossos mesários, por serem voluntários, a gente tem um certo contato e uma certa confiança estipulada. Então são pessoas que querem e gostam de trabalhar.

Eu iniciei como servidor cedido. Comecei em Panambi, no cartório de Panambi, cedido pelo Município de Condor. Na época, eu era professor nesse

município. Eu trabalhei dois anos como professor, quando o prefeito da época então me ofereceu o Cartório Eleitoral de Panambi. Comecei a trabalhar em março de 1989, trabalhei um tempo e, depois disso, houve a eleição de 90. E então acabou um dos meus professores sendo prefeito em Condor, e ele me chamou para trabalhar junto com uma secretaria. Primeiro eu hesitei, que eu não gosto muito dessa parte política, enfim, mas ele insistiu, então eu fui. Trabalhei seis, sete meses lá, mas eu não gostei. Não era o meu forte, essa questão política. Trabalhei um tempo como preparador eleitoral em Condor também, durante essa saída. Preparador eleitoral era uma figura típica, que fazia os títulos, tipo um posto avançado de atendimento. E eu acabava tendo o contato direto com o cartório de Panambi. Toda semana eu levava os RAEs¹³ preenchidos, ainda manualmente. E o antigo chefe, o seu José Pires, ele gostava da minha pessoa, como eu gostava dele. Ele começou a fomentar a ideia, “mas você não quer voltar, não quer voltar? De repente você volta”. E até que eu aceitei, então acabei voltando em 90. Não lembro bem a época e ali, quando eu decidi voltar, já tracei uma meta na minha vida. Eu vou ser o futuro chefe do cartório. O Seu Pires, como a gente chamava, estava próximo da aposentadoria. Então eu vou me preparar para assumir a chefia. Acabou acontecendo em 1995. E, depois disso - ninguém vive sem objetivos -, então eu tracei outro: vou ser servidor do TRE. Em 2003 eu prestei o concurso. Em 2006 eu fui efetivado como um servidor do TRE.



Paulo Henrique Araujo Ulbrich

Todos os servidores daqui foram orientados a trabalhar preferencialmente das suas casas e deixando para a realização do trabalho presencial somente para aquelas atividades essenciais, que necessitassem da presença no Tribunal.

Eu comecei no Tribunal em 2005. Inicialmente, eu fui para Lajeado, no Cartório Eleitoral. Passei poucos meses por lá, brevemente surgiu uma vaga em Viamão – e eu sou de Porto Alegre, até para poder voltar a residir na minha cidade – já aproveitei a oportunidade e me removi pra Viamão. Aí sim, eu passei alguns anos e tive a oportunidade de retornar para Porto Alegre em 2008, logo após a eleição.

¹³ RAEs – Requerimentos de Alistamento Eleitoral

Ali eu tive uma experiência na Seção de Compras e, depois, em 2011, eu vim aqui para a Seção de Almoxarifado, onde estou, portanto, há mais de dez anos.



Rafael Copetti

Nós que levamos o trabalho pra lá, pra ele continuar ocorrendo. Então os familiares, as pessoas que estavam próximas a nós, se viram invadidas.

Eu ingressei no TRE do Rio Grande do Sul em 2005. Sou do PIA 3¹⁴ e já iniciei minhas atividades aqui no Cartório Eleitoral da 62ª Zona Eleitoral, que corresponde ao Município de Marau, como município sede e atende mais cinco Municípios: Camargo, Gentil, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada e Vila Maria. Já são dezesseis anos exercendo a atividade. Eu sou bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, do curso de Direito. Tenho especialização em Direito Público, Mestrado em Direito, Democracia e Sustentabilidade, e, atualmente, eu sou doutorando também em Direito, na Universidade Federal de Santa Catarina, onde tenho estudado essa parte envolvendo a questão de proteção de dados, de inteligência artificial, aplicada no âmbito da Justiça Eleitoral.



Rodrigo Mello Pires

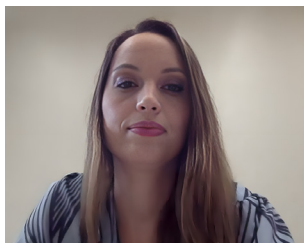
E o ponto que a gente percebeu, claro, é que as pessoas ficaram isoladas, mais cada uma na sua casa. Se perdeu aquele contato presencial, que é muito importante na vida de todos.

Eu entrei no Tribunal no concurso de 1996, como muitos colegas também, grandes amigos que eu tenho até hoje. E quando nós entramos, havia muitos quadros se formando dentro do TRE. Eu entrei como analista de sistemas, e nós tínhamos ali o comando do Secretário, que era o Jorge Freitas¹⁵. Comecei na Coordenadoria de Sistemas, ali com o Martinho Marchi, também o Mateus

14 PIA 3 – 3ª edição do Programa de Instrução e ambientação desenvolvido pelo TRE-RS.

15 Jorge Lheureux de Freitas, o então secretário de Informática.

Marchi, o Sérgio Fava¹⁶. Mais adiante, a coordenadoria cresceu um pouco e o Wobeto foi o Coordenador de Sistemas, por um tempo, aí depois ele assumiu a Secretaria. Então, o Daniel Pilar assumiu a Coordenadoria de Sistemas e eu uma chefia das seções, que era SAIMP, a Seção de Adaptação e Implantação de Sistemas. Ali eu permaneci um bom tempo, até praticamente 2019, quando surgiu a questão do PJE¹⁷. Não podia ficar o PJE somente na informática, porque tratava de outras questões, jurídicas, de procedimentos. E como eu também tenho a formação jurídica, a instituição achou adequado que eu fosse para Secretaria Judiciária e que esse trabalho fosse desenvolvido lá. Nós ficamos sempre na CORIP¹⁸, junto com o Coordenador da época, que era o Vinícios Cavalcante. Tive uma excelente recepção, também muita amizade que eu tenho com todos ali. No início eram, basicamente, três pessoas. Era eu, o Fernando Viola e a Isabel. Depois entrou o Leandro Pires, que hoje é um dos chefes da Judiciária, na Seção de Partidos Políticos. Mais tarde entraram na Seção, que é a SASJE, Seção de Administração de Sistemas Judiciais Eletrônicos, a Ana Dillemburg, a Fabiane Frachetta e também a Daysi, que estão compondo nosso time atual.



Silvia de Souza Kretzer

Acho que, do começo, a principal dificuldade foi do medo da infecção. A gente tinha o desconhecimento sobre como é que funcionava, como é que se pegava, como é que era a principal via de transmissão.

Eu sou médica, com especialidade em clínica médica, que na verdade é a especialidade que nos é exigida para trabalhar aqui no Tribunal, desde 2013, junto com os outros colegas que me acompanham, o doutor Helio e a doutora Juliana. Ambos também têm a especialidade de clínica médica e, além disso, doutor Helio tem a especialidade de Reumatologia e a doutora Juliana, de Cardiologia. Acho que conseguimos formar um time legal, de poder acrescentar esse serviço aqui para nossa assistência médica do Tribunal. Na minha experiência profissional também atuo como clínica médica fora do Tribunal, atendendo pacientes no consultório

16 Martinho Luiz Marchi, Mateus Vicente Marchi e Sérgio Luis Fava, à época, servidores da Secretaria de Informática do TRE-RS.

17 PJE – Processo Judicial Eletrônico.

18 CORIP – Coordenadoria de Registros, Informações Processuais e Partidárias.

particular. Então, desde 2013, venho fazendo esse trabalho aqui dentro do Tribunal, na parte de assistência e perícia. Desde o ano passado assumi também aqui a chefia da SEATS¹⁹. Obviamente, sem saber que justamente na chefia viria um desafio bem grande, de fazer a gestão de um grupo de saúde em que viria pela frente não só a eleição, que sempre é um desafio, mas uma eleição no meio de uma pandemia.



Thomas Rocha

Hoje a gente sabe que higienizando bem as mãos, usando máscaras, mantendo um distanciamento, a gente está mais protegido. Mas no início não se sabia muito bem, e a gente ficava meio paranoico, até.

Meu nome é Thomas Rocha. Trabalho no TRE desde 2007. Eu sou técnico judiciário. Quando entrei no Tribunal eu não tinha graduação, eu ainda cursava economia. Mas, como eu fui para o interior, eu larguei a faculdade e, depois de um tempo, eu acabei cursando Letras, na URI, Universidade Regional Integrada, lá de Erechim. Acabei me graduando em Letras e hoje estou fazendo doutorado em Letras. Quando eu assumi no Tribunal, eu assumi no Município de Erechim, lá no Alto Uruguai, no noroeste do estado. E foi um grande desafio, porque eu me desloquei para lá com a minha companheira. E foi um desafio muito grande, porque Erechim, na época, eram 13 municípios termos, mais o município-sede, Erechim. Então, em 2008, foi a minha primeira eleição, foi uma eleição municipal, a gente chega querendo aprender. E fiquei por lá durante, praticamente, seis anos. Depois de Erechim, que foi uma experiência marcante, eu tive a oportunidade de uma remoção para o Município de Feliz, que é a 85 quilômetros aqui de Porto Alegre, é muito próximo. E residia na Feliz, a gente diz na Feliz, né? O povo diz na Feliz. Eu morava lá mesmo, no município, e também foi uma experiência muito bacana. Um município bem mais tranquilo, digamos assim, porque, apesar de ter alguns termos também, o município de Feliz tem apenas 13 mil habitantes, então foi bem mais tranquilo, em termos de quantidade. E ali, nós fizemos a biometria de todos os municípios, de Feliz, dos municípios termos. E foi onde conheci a Tânia Marra, que é a atual chefe da Central de Atendimento de Porto Alegre. Então, trabalhei com ela ali. E ela veio, fez uma permuta, veio trabalhar em Porto Alegre, e assim que surgiu

¹⁹ SEATS – Seção de Atenção à Saúde.

um concurso de remoção, algum tempo depois – em 2017, para ser mais preciso – eu consegui vir para Porto Alegre, depois de alguns anos, que era onde eu morava. Então consegui retornar para a Capital, e fui trabalhar diretamente com a Tânia, na Central de Atendimento, em 2017. Desde lá, estou trabalhando na Central, com esses desafios todos aí, que a gente tem enfrentado.

CAPÍTULO 1

No meio do caminho tinha uma pandemia

Fomos pegos de surpresa tanto em termos institucionais quanto pessoais, e isso gerou um impacto muito grande, até pela gravidade da situação, o desconhecimento acerca do que exatamente nós estávamos enfrentando.

Rafael

DES. VILLARINHO – Pela primeira vez se realizariam eleições sob uma pandemia. Isso era algo inusitado, o momento era muito difícil. Todos nós temos lembrança do que foi o final do ano de 2019 e o início do ano de 2020 e que se estendeu, o auge da pandemia, por 2020. Mas, na verdade, havia de todos nós, principalmente de todos servidores do TRE, de todos atores, os Magistrados eleitorais, Ministério Público Eleitoral, servidores e aqueles que participam da Justiça Eleitoral, essa consciência, essa preocupação. Uma preocupação muito grande com o momento, porque nós sabemos que as eleições são preparadas – e vocês sabem isso melhor do que eu – no ano anterior. Por exemplo, 2020. As eleições municipais de 2020 haviam sido preparadas, na verdade, em 2019. Todo aquele planejamento foi feito em 2019 para eleições normais, físicas, presenciais. E ao sermos surpreendidos,



JUSTIÇA ELEITORAL
CIRCUNSCRIÇÃO ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
132ª ZONA ELEITORAL – SEBERI/RS

EXPEDIENTE SUSPENSO **de 17/03 A 31/03/2020**

Em decorrência da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19)

Plantão telefônico de segunda a sexta-feira das 12h às 19h.



Telefones:

148

(55) 99661-3312

(Resolução TRE/RS 340/2020)

Decreto Eleitoral

infelizmente, por essa pandemia, essa grave pandemia, que tirou a vida de tanta gente e causou tantos transtornos, tantos danos a vidas humanas, a famílias e à própria sociedade, à economia do país, nos foi imposta uma mudança de rumo, eu diria, de 180 graus. Quer dizer, nós mudamos de um lado, de um extremo ao outro. Preparação de eleições presenciais, para eleições sob a pandemia e com o atendimento virtual. Isso é o que mudou. Eu diria que o momento foi enfrentado com muita consciência de todos os servidores do Judiciário Eleitoral, de todos nós, que de uma forma ou de outra participamos; da Administração, enfim, da Corregedoria, todos nós imbuídos em realizar essas eleições de 2020, sob a pandemia. Foi um momento histórico que eu espero, queira Deus, que não passemos mais por isto.

DES. ARMÍNIO – Mas a pandemia, ela nos afetou de uma forma que ninguém poderia esperar e com uma gravidade que interferiu na nossa vida, nos nossos projetos de vida, e quem sabe até no nosso pensamento, não é? Era impressionante ver as ruas vazias, os serviços desativados ou migrando para outro tipo de realização. E como a humanidade caminha nas crises, avança nas crises, a pandemia nos fez evoluir antes do que esperávamos para a realidade virtual. Já então passando para o Tribunal, começamos a fazer sessões não virtuais, mas telepresenciais, e com grande êxito. E

relativamente às atividades, na Vice-Presidência e na Corregedoria, nesse período, eu faço sempre questão de destacar a atuação do Presidente Villarinho, que foi um condutor notável no trato dos problemas com a pandemia, a realização das eleições e as demais atividades do Tribunal. A ele temos que fazer esse reconhecimento. Então, esse trabalho foi desenvolvido, capitaneado pela Presidência, e creio que foi um dos mais exitosos que nós tivemos na vida do Tribunal. Uma eleição difícil por esse contexto, e que se realizou na normalidade, no espaço de tempo que se desejava, sem outros percalços.

DES. ELEITORAL GERSON – Todos nós, o mundo inteiro, na verdade, teve esse impacto dos isolamentos, das dificuldades, das incertezas, das angústias. E criou uma nova realidade, em que nós ficamos todos isolados uns dos outros, na relação das ruas. Aquela rotina, por exemplo, das idas ao Tribunal, das nossas sessões presenciais, tudo isso mudou.

JOSEMAR – Na verdade, eu recebi a notícia sobre a pandemia como todo e qualquer cidadão brasileiro, com incredulidade. Até porque, eu recordo, janeiro e fevereiro parecia tudo tranquilo. A notícia da pandemia parecia tão distante, que era na Europa e, eventualmente, também estava nos Estados Unidos. E parecia que no Brasil não tinha praticamente nada de grave. Próximo do mês de março, quando houve várias notícias graves, mencionando inclusive a forma como a pandemia se comportava, ou seja, não tinha nenhum medicamento disponível, nenhuma vacina disponível, e havia um alto índice de mortalidade. E as próprias autoridades sanitárias do país, as próprias autoridades públicas, definiram que a melhor maneira naquele momento era o isolamento. Recordo que às vésperas de nós entrarmos em trabalho remoto, eu conversei com a Desembargadora Marilene, que era Presidente na época, e o próprio Desembargador Villarinho, porque nós tínhamos que ter também uma ação muito forte e romper paradigmas aqui no TRE.

SILVIA – No começo, eu acho que todos tivemos, assim, a mesma reação, né: “quando é que o bicho vai chegar aqui?”. Acho que era a pergunta que todo mundo estava se fazendo. Mas, desde muito cedo, em fevereiro, antes mesmo de a gente tomar as primeiras medidas que foram sentidas por todo mundo, que foi aquele trabalho remoto em meados de março, já começamos a nos mobilizar e fazer parte das discussões dos comitês que vinham acontecendo aqui no estado,

na Secretaria Municipal de Saúde e outros comitês de médicos especialistas que vinham acontecendo. Então, começamos a fazer parte dessas discussões para poder nos informarmos, entender um pouco e, daí sim, ter uma visão mais realista. E ali, em fevereiro mesmo, entendemos que era impossível não ser atingido por isso. A gente sabia que, em algum momento, não se sabia com que intensidade, como que ia ser, mas, com certeza, iríamos sofrer algum impacto disso. Então a gente entendeu, tão logo se teve essa noção, que era necessário ter preparo e também tomar conhecimento de alguns termos a respeito de epidemia, pandemia, que são termos muito diferentes. Fazia 100 anos que o mundo não passava por uma questão dessas. A gente se apropriou desses termos e nos apropriamos desses conhecimentos também.

RAFAEL – Fomos pegos de surpresa tanto em termos institucionais quanto pessoais, e isso gerou um impacto muito grande, até pela gravidade da situação, o desconhecimento acerca do que exatamente nós estávamos enfrentando e precisamos aprender muito rápido coisas de outras áreas. Começamos a ouvir termos técnicos que até então não éramos familiarizados, e tudo que se fazia ainda era experimental, sem saber até que ponto que nós iríamos chegar. E isso, evidentemente, acabou impactando... acabaram sendo suspensos os atendimentos presenciais.

JOSEMAR – Bom, nós ficamos bastante preocupados, ficamos inclusive espantados com a gravidade da pandemia. Mas, de imediato, aí também veio uma questão que me parece fundamental. A gestão da Desembargadora Marilene Bonzanini, com o Desembargador André Villarinho, foi integrada. Então, desde os encontros preparatórios, em 2019, culminando com essas tratativas para enfrentar a pandemia, foi, vamos dizer assim, uma sintonia fina. Nós fizemos as minutas de regulamentação, depois consubstanciadas nas duas resoluções que regulamentaram as atividades nesse período da pandemia; afastamento dos servidores, cuidados sanitários, regras gerais, criação da Comissão de Acompanhamento da Pandemia, que me pareceu fundamental naquele momento. A Seção de Atendimento à Saúde foi fundamental para que nos desse as orientações técnicas. Eu não tenho dúvida nenhuma que foram muito seguras, muito tranquilas. Até tem um destaque que me parece pertinente sobre essa questão da regulamentação, de que as resoluções não sejam engessantes, que não tornem, vamos dizer assim, inviável uma administração mais segura; mas deixava claro que orientações de regulamentações complementares seriam expedidas via Portaria conjunta. E esse trabalho integrador da Presidência

com a Corregedoria proporcionou as Portarias conjuntas, de forma que a cada passo e a cada acompanhamento que tínhamos da melhora ou piora da situação da pandemia, se expedia a regulamentação complementar.

...tão logo a gente tenha os primeiros casos aqui confirmados no Brasil, vai ser o momento de a gente começar a botar em ação algumas atitudes que, provavelmente, vão poder parecer um pouco até exageradas, no sentido de distanciamento.

Dra. Sílvia

SILVIA – E logo a gente também pediu um espaço de fala junto à Direção, junto à Presidência. Fomos bem recebidos e já começamos a formar um diálogo justamente disso, de esclarecimento. “Olha, é isso que está acontecendo, é isso que a gente tem de perspectiva que vá acontecer; tão logo a gente tenha os primeiros casos aqui confirmados no Brasil, vai ser o momento de a gente começar a botar em ação algumas atitudes que, provavelmente, vão poder parecer um pouco até exageradas, no sentido de distanciamento”. Mas é porque a gente não sabe como é que as coisas vão andar num futuro próximo. E isso tudo foi sendo então desenhado, trabalhado ao longo desse tempo, que foi curto pra poder executar tudo isso, né? Então, essas ações começaram lá em fevereiro, para que ali em março as coisas pudessem ser executadas, porque já existia esse planejamento prévio. E já existia esse estudo prévio, porque se sabia que as coisas iriam acontecer. E obviamente, a gente teve esse recuo, a convocação para o trabalho remoto, todo mundo aderiu a isso e houve, realmente, aquele período, então, de uma certa calma, em que a gente ficou até pensando se vai, se não vai acontecer. Que foram aqueles casos que aconteceram um pouco, até que lentamente, se a gente for observar o comportamento da pandemia depois. Mas acho que foi muito fruto dessas ações, em que se sabia que a infecção iria chegar e que a gente então tentou enfrentar, de uma forma bastante precoce.

JULIANO – Eu digo que não tenho mais medo de nada que venha daqui pra frente, porque foi uma eleição praticamente às cegas, particularmente para mim; porque a pandemia, ela teve uma situação peculiar para mim. Graças a Deus eu não tive problema de saúde, meus parentes também não. Mas eu cheguei na Zona Eleitoral de Encruzilhada no dia 12 de março. Foi quando pisei na Zona Eleitoral pra começar o meu trabalho lá. Então, trabalhei quatro dias... eu cheguei numa

quinta feira, dia 12; trabalhei quinta, sexta, segunda e terça, e no dia 18, quarta feira, iniciou-se o trabalho remoto. Então, praticamente só conheci o cartório ali, não consegui mais nada e já fomos pro trabalho remoto. E aqui, eu até quero fazer uma observação. Parabenizar o Tribunal pela forma como tratou a pandemia, na sua relação com os servidores. Porque desde o primeiro momento, muito cedo já, no dia 18 de março – já tínhamos os primeiros casos, a gente mal conhecia o que era pandemia –, o Tribunal não só recomendou, como ele proibiu que a gente frequentasse o cartório. A gente foi proibido de frequentar. Então, foi um cuidado extremo que o Tribunal teve com os servidores. E eu que já vinha de outros serviços públicos, em Poder Executivo municipal, em Poder Executivo estadual, e minha esposa é servidora pública, também. Isso não aconteceu com ela, e ela correu riscos no serviço dela, porque tinha que ir trabalhar, com pandemia ou sem pandemia.

Parabenizar o Tribunal pela forma como tratou a pandemia, na sua relação com os servidores. Porque desde o primeiro momento, muito cedo já, no dia 18 de março – já tínhamos os primeiros casos, a gente mal conhecia o que era pandemia –, o Tribunal não só recomendou, como ele proibiu que a gente frequentasse o cartório. A gente foi proibido de frequentar.

Juliano

HERMES – No primeiro momento, quando começou a pandemia, além do impacto da notícia em si, aí teve a notícia, “ah, a partir de amanhã vocês não vão mais poder trabalhar presencial”. Foi uma mudança grande, pois o teletrabalho existia pra poucos e pra alguns setores somente. Na nossa área ninguém trabalhava em teletrabalho, e aí foi um choque: “Amanhã vou trabalhar de casa, como?”. Inclusive eu fui buscar o notebook no dia seguinte, no final do dia seguinte, na portaria, que a TI deixou lá, pronto, e começamos. No início não se sabia como iria funcionar, porque era uma coisa totalmente nova. E com o auxílio dos colegas, principalmente da TI, a gente foi se adaptando. Os primeiros dias foram mais difíceis, mas depois começou a funcionar bem. No início, além dos problemas de assimilar essa nova tecnologia, todo mundo começou a trabalhar com a internet, eu acho que de casa, existia muito problema no acesso da internet e também lá no acesso do Tribunal. E aí foi melhorando a internet, se adquire uma maior velocidade, e se adaptando. O VDI foi importante, porque aí nos coloca como se

estivéssemos dentro do Tribunal, com acesso à intranet e tal. E aí a gente consegue acompanhar o que acontece no Tribunal, ter mais contato com os colegas. E foi uma coisa totalmente diferente, e de repente. Mas a gente foi superando, até o período, para a nossa área, foi mais fácil, pois foi em março. Fosse em dezembro, janeiro, seria muito mais difícil, não teria condições. Mas como foi em março, a gente conseguiu aos poucos ir se adequando. E aí o notebook se tornou um companheiro de trabalho, porque a gente não tinha mais contato físico com os colegas. E passando por essas dificuldades, de conexão de internet, acesso aos sistemas do Tribunal e tal, que de vez em quando acontecia. Mas fomos superando aos poucos e, atualmente, está funcionando muito bem o trabalho. Quando a gente trabalha de casa está rendendo muito mais, porque se tem mais tempo, não tem deslocamentos e a gente consegue se concentrar mais no trabalho.

PAULO – Olha, a saída do Tribunal foi, infelizmente, meio às pressas. Eu me recordo bem, que foi na segunda quinzena de março de 2020, quando a pandemia passou a ser essa preocupação global e chegou já com um pouco de força no Brasil. Tivemos essa preocupação. Todos os servidores daqui foram orientados a trabalhar, preferencialmente, das suas casas e deixando para a realização do trabalho presencial somente para aquelas atividades essenciais, que necessitassem da presença no Tribunal. Isso nós conseguimos fazer durante alguns meses, mas com a confirmação das eleições para o mês de novembro, e também com o próprio passar dos meses, essas atividades essenciais de forma presencial foram se avolumando. Num determinado momento elas passaram a ser maioria e quando chegou mais próximo mesmo do pleito, elas se tornaram diárias.²⁰

RAFAEL – Eu até acho que nesse aspecto aqui, na relação com o TRE, o que me marcou muito isso nesse período, em especial, o empenho da STI²¹, Secretaria de Tecnologia da Informação, que do dia pra noite os colegas tiveram que ir para suas residências, com todas as dificuldades que nós tínhamos, e eles tinham que tornar operacional o atendimento remoto em todo o estado. E isso gerou muita, muita movimentação com relação a eles. Nossos chamados também levavam um tempo a

20 A Seção de Almoxarifado é responsável pelo envio do material de eleições para as Zonas Eleitorais, inclusive os Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs), necessários para garantir a saúde de servidores(as), mesários(as) e eleitores(as) durante a pandemia.

21 STI – Secretaria de Tecnologia da Informação.

mais do que normalmente estávamos acostumados, mas eles conseguiram viabilizar. Conseguiram tornar operacionais os nossos computadores pessoais, porque senão isso ficaria inviável. Porque nós tínhamos notebooks também velhos, que num primeiro momento funcionaram, depois um trancou e depois trancou o segundo. Aí o colega teve que adquirir um para ele. Já estava em vias, mas aí adquiriu e isso facilitou. Senão, nós iríamos trabalhar, basicamente, com um computador apenas, num primeiro momento. Depois houve a viabilidade de se levar os *desktops* para a residência. E isso facilitou para que outros servidores, que não tinham equipamento em casa, que eles pudessem levar esses computadores e auxiliar no atendimento. Isso foi bem importante, nesse aspecto.

SCHAUREN – Enquanto Secretaria de Tecnologia, nós fomos pegos, assim, muito de surpresa. Porque de uma hora pra outra a gente precisou criar condições para todo mundo poder trabalhar, de onde fosse possível. Então, com essa migração às pressas pro trabalho remoto, as soluções foram sendo implementadas da forma que dava, assim, sem o estudo e o planejamento adequados. Não houve um planejamento, não houve uma transição, né. Lembro que os primeiros meses, eles foram muito críticos, com colegas da STI trabalhando 12, 14, às vezes 16 horas, para prover o acesso necessário para os sistemas, para todo mundo que precisava. Porque não teve essa migração gradual, foi muito desgastante, né. E muitas coisas foram se ajustando ao longo do tempo. Nós tivemos muitos problemas com implantação em escala dos serviços, tipo, colocar serviços na internet, disponibilizar VDI, VPN²², para que as pessoas pudessem acessar os serviços. E é um cobertor curto, né. Ou tu tem facilidade de acesso, de prover serviços, versus a segurança. Tanto é que depois, ao longo do ano, a gente foi ajustando algumas coisas. Como a questão do duplo fator de autenticação, 2FA, para aqueles sistemas que estavam expostos na internet.

RAFAEL – A gente começou a desenvolver o trabalho remoto, trabalho de casa, e muitos servidores sem o conhecimento necessário e muitas vezes sem a estrutura física e lógica necessárias para esse atendimento. E fomos pegos, como mencionei, de surpresa, institucionalmente falando. Eu acredito que é uma tendência natural essa questão do trabalho não ser 100% presencial, porém acredito que essa mudança iria ocorrer com mais parcimônia, com mais estudo, com mais discussões. E assim, do

22 VPN – *Virtual Private Network*. A rede privada virtual é um serviço que protege a conexão com a internet e privacidade *online*. AS VPNs criam um túnel criptografado para seus dados, protegem sua identidade *online*, ocultam seu endereço de IP e permitem o uso de pontos de acesso de *wi-fi* públicos com segurança.

nada, praticamente, de um dia para o outro, a gente se viu nas nossas casas, com medo, com questões pessoais, envolvendo questões de saúde, uma pandemia; que para muitos era um conceito, que ainda tivemos que aprender a diferença entre pandemia, endemia e essas questões envolvendo muito a área da saúde. E nós tínhamos que nos proteger, e proteger os nossos próximos, pessoas estimadas, abdicar de uma série de atividades da vida social; e, ao mesmo tempo, continuar realizando as atividades do cartório, programando e executando uma série de atividades. Foi bem trabalhoso.

RODRIGO – A pandemia realmente pegou todo mundo de surpresa, né. Obrigou o mundo inteiro a repensar rapidamente os processos de trabalho. E nós ali no TRE também, todo mundo teve que agir rápido e não tivemos alternativa senão passar ao trabalho remoto. Então, no início, acho que todos, todas as seções ali do TRE, todos os servidores, nós passamos por um período de adaptação. Então, nós tínhamos que ajustar aquela questão das ferramentas de *software* para acessar rede interna, ver que ferramenta usar para fazer reuniões. Basicamente, a gente teve que aprender como conduzir os trabalhos remotamente, então as coisas foram se ajustando nesse início. Foi tudo... a gente foi meio que aprendendo como trabalhar. E o ponto que a gente percebeu, claro, é que as pessoas ficaram isoladas, cada uma na sua casa. Se perdeu aquele contato presencial, que é muito importante na vida de todos. Mas, por outro lado, e até de forma meio paradoxal, nós acabamos por ficar bem mais conectados uns aos outros. Porque antes você tinha as pessoas ali na sua sala, nos andares do prédio, tinha mais contato, lógico, com mais pessoas, mas, por outro lado, tem a questão dessas ferramentas que nós estamos usando, como o WhatsApp no celular e as próprias ferramentas de videoconferência que estão sendo maciçamente usadas no trabalho – como nós aqui estamos agora, fazendo esta videoconferência – que acabaram aproximando muito o pessoal. Então, a rapidez com que as coisas estão acontecendo acabou sendo bem maior.

EDUARDO – O marco foi ali, em março de 2020. Naquele mês de março tinha umas sessões bem espaçadas. Se eu não me engano, eram umas três sessões no início do mês e as demais para o final, a partir do dia 25. E então, nas 3 primeiras sessões de março de 2020 foi tudo normal, ninguém falava em sessão remota. Me lembro que a gente teve um espaço grande, assim, desde a última presencial até a primeira sessão remota. Se eu não me engano, foi dia 9 a última presencial e 25 a primeira sessão remota. Então, a gente teve aquele período ali né, a gente já tava com a notícia de que teríamos que ir todos para casa. A princípio, nos primeiros dias, a

gente não tinha notícia de que as sessões continuariam. A princípio se imaginava “bah, mas vai parar todo o Tribunal”. É que no início da pandemia a gente imaginava “ah, vai ser uns dois meses. Ali, um mês, dois meses, vai voltar a vida normal, né?” E no fim a gente entrou nesse processo infindável dessa pandemia, né. Mas ali no dia 25, então, foi a primeira sessão remota. O que eu vou te dizer. Era todo mundo uma pilha de nervos para ver se ia funcionar. Mas é claro, era uma novidade para todo mundo, assim como para nós, também para os Magistrados. Era um ambiente totalmente novo. Eu nunca tinha feito uma reunião remota por esses aplicativos de Zoom ou qualquer outro. Então foi uma novidade. Mas, tivemos uma colaboração espetacular da informática, pra conseguir fazer com que isso acontecesse realmente. Poderia nominar várias pessoas. O Edemir, o pessoal da ASCOM²³, o Daniel também, que lida direto com YouTube. Porque além da sessão pelo Zoom, tinha mais esse outro fator, que teria que transmitir isso ao vivo pro YouTube.

Quando se falava em trabalho remoto eu imaginava, bom, a gente nunca vai passar por isso. Nós temos o atendimento diário ali, presencial, com contato físico com o eleitor. Então, é uma coisa que não passava... um panorama que não existia.

Kelly

ALEXANDER – Uma das coisas que me chamou a atenção foi o seguinte: toda a Justiça, ela é muito engessada, né. Ela tem todas as suas regras, ela tem toda sua forma de trabalhar, que é uma forma muito burocrática, pela própria característica. Então, essa mudança que a pandemia trouxe foi algo assim fantástico, a maneira como o TRE conseguiu se reorganizar para proporcionar isso. Quando que um Cartório Eleitoral ia funcionar a portas fechadas? Quando que eu ia conseguir fazer um título eleitoral para um eleitor, sem estar no cartório e sem o eleitor ir? Essa foi uma mudança que abriu a visão, acho que abriu muito a visão do nosso Tribunal, da nossa Administração, dos nossos colegas em geral, sobre as possibilidades de trabalho que a gente tem. Ali na 35ª Zona Eleitoral, a gente teve uma situação bem interessante. Houve a nomeação de um colega nesse último concurso, o Diego. Aí ele chegou, tomou posse e a gente começou a trabalhar; aí entrou o recesso, ele entrou de recesso. Depois ele foi fazer Capão da Canoa e outro evento, outra atividade fora. E quando ele estava voltando para o cartório, começou a pandemia. Ele praticamente

23 ASCOM – Assessoria de Comunicação Social

não esteve fisicamente no cartório, mas conseguimos trabalhar muito bem junto. Ele aprendeu a ser funcionário da Justiça Eleitoral em um ambiente completamente remoto. Desenvolvemos um trabalho. Tivemos pouco tempo de trabalho presencial, que foi mais no final das eleições, mas conseguimos desenvolver o trabalho. Isso aí foi uma mudança de paradigma gigantesca.

ALINE – Em primeiro lugar, eu nunca imaginava atender a um eleitor e finalizar o atendimento de forma remota. Quando se falava em trabalho remoto eu imaginava, bom, a gente nunca vai passar por isso. Nós temos o atendimento diário ali, presencial, com contato físico com o eleitor. Então, é uma coisa que não passava... um panorama que não existia. Claro que com o Título Net²⁴, que já existia, o eleitor poderia antecipar seu atendimento. E da experiência que a gente tinha no cartório, era que normalmente eles faziam aquilo ali sabendo que iriam ao cartório e, com informações erradas, então a gente tinha que refazer o atendimento. Mas era uma plataforma, uma forma de atendimento, como se estivesse esperando, né, pra alguma ocorrência, alguma necessidade.

EDUARDO – Eu estava fazendo as primeiras sessões com o meu computador de casa. Só que no fim... assim como eu vim para casa, os meus dois filhos vieram do colégio para a casa também. Então, era uma briga, porque eles também queriam usar esse computador. “Não, mas esse computador aqui não vai dar pra vocês usarem agora, né”. Então ficava um lá, num Ipad, e a gente comprou mais um note, para o outro usar no colégio. E aí eles faziam as aulas deles de manhã lá na sala, e eu vinha aqui para o escritório. A única que não ficava em casa era a minha esposa, porque é médica. Ela continuou com a rotina dela. Mas foi isso tudo assim, todas essas questões tiveram que ser, de uma forma ou outra, trabalhadas dentro de casa também. A própria questão de eu estar trabalhando e não querer que ninguém entre aqui pra “ah, pai, me leva lá não sei aonde,” ou faz isso, faz aquilo, ficou bem definido com eles, e deu muito certo. Eles foram muito parceiros nisso. Eles já são adultos também né, um tem 19 anos e o outro tem 16, foi bem tranquilo.

THOMAS – E passamos a fazer o atendimento de maneira remota, por telefone. Num primeiro momento, foi o telefone a maneira que nós passamos a

²⁴ Título Net – sistema que permite acesso a serviços disponibilizados pela Justiça Eleitoral, facilitando o autoatendimento de cidadãos e cidadãs.

utilizar para contatar o eleitor, pra poder atender ao eleitor. O Tribunal adquiriu licenças, e nós instalamos os sistemas de telefonia, o chamado Avaya, que é um programa, um aplicativo. Inicialmente, nos celulares pessoais dos servidores. E a partir dos equipamentos que cada um tinha em casa, os seus computadores, notebooks pessoais, foi instalado, com a ajuda da STI, que acho que foi a nossa grande parceira no primeiro momento, pois rapidamente fez as instalações da VPN, para possibilitar que pudéssemos acessar o ELO²⁵, que é o sistema que a gente utiliza para atender ao público. É o sistema no qual inserimos os dados, no qual nós consultamos os dados cadastrais e a partir do qual nós geramos as certidões, e tudo mais que o eleitor precisa. Então, nesse primeiro momento, foi dessa adaptação para o atendimento telefônico; e tentar, na medida do possível, atender ao público, encaminhando as certidões por e-mail, por WhatsApp, orientando que o eleitor emitisse os documentos pela internet. Então, foi assim. O documento em si, o título, ele deixou de ser emitido nesse período, e foi substituído pelas certidões, as certidões de quitação, que têm validade legal. Constam ali as mesmas informações que têm no documento, no título. Então, a partir desse momento, foi por meio das certidões que nós passamos a atender ao público, fornecendo esse documento. Eu acho que essa foi a grande mudança. Claro que isso gera um desconforto, tanto para nós servidores quanto para o público, que saía com o documento na mão. Você tem que criar mecanismos alternativos para fazer esse atendimento.

KELLY – Eu acho que a mudança mais importante que eu senti, uma diferença muito gritante, que eu acho que já era um processo que tinha iniciado, mas que, por conta da pandemia, aquilo aumentou um grau enorme, foi a virtualização de todos os processos de trabalho. Eu senti uma diferença gritante da quantidade de folhas que a gente deixou de imprimir. A impressora parou de funcionar, em especial a impressora de títulos, que era uma impressora matricial e fazia um barulho absurdo. Então a gente passou a ter um cartório silencioso por conta da virtualização, do atendimento etc. Então, pra mim, todo o processo eleitoral foi feito de forma virtual, todo, coisa que a gente nunca tinha feito antes. Porque, até a eleição de 2016, os processos judiciais eram físicos e os processos de trabalho, inclusive a convocação de

25 ELO – sistema utilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral onde ficam armazenados os dados cadastrais e a situação dos(as) eleitores(as), além de informações sobre comparecimento às urnas, justificativa eleitoral e trabalho como mesário(a).

mesários, a gente fazia tudo de forma física. Agora a gente nem pasta tem mais, as capas de processo que eu tinha no cartório, que eu tinha muitas, muitas, acabei recortando o logo do Tribunal e doando para as escolas usarem. Porque as pastas são coloridas, para as crianças ia ser uma diversão usar. É uma diferença. Para a organização do trabalho, isso foi bem difícil de fazer, na verdade, porque a gente passou de uma visão física das coisas para ter uma visão completamente online, completamente digital de tudo. Então, se perder nesse momento é muito fácil, né?

THOMAS – Bom, é claro que foi assim, de uma hora pra outra, e nós tivemos que fazer isso gradualmente. Na época, além da Central, na Padre Cacique, nós tínhamos um posto avançado ali no Shopping Praia de Belas, e um posto de atendimento lá no Tudo Fácil da Zona Norte. Então, eram três pontos de atendimento que, de uma hora pra outra, nós tivemos que fechar. Uma das primeiras medidas foi uma divulgação, através de cartazes e faixas, nesses locais físicos de atendimento. Também, com o apoio da ASCOM, que fez divulgações no site do Tribunal, e promoveu as informações nos meios de comunicação, naquele momento. Claro que, inevitavelmente, não se atinge todas as pessoas, e houve procura presencial. Então, nos pontos físicos de atendimento, nós mantivemos um servidor ali para nesses primeiros dias prestar orientações, né. Mas foi muito rápido, e em seguida as pessoas já estavam nos contatando por telefone. E foi também um volume muito grande de ligações, nesses primeiros dias de pandemia.

ALEXANDER – Foi uma mudança, eu acho que vocês acreditam também, muito radical, num período muito curto; e o pior de tudo, com um medo gigante. Se o Tribunal chegasse assim, “ó pessoal, vamos fazer um teste, vamos todo mundo pra casa, trabalhar de casa,” beleza. “Ó pessoal, vocês estão indo pra casa porque está morrendo gente, vocês têm que ir pra lá.” Aí tu fica, eu tô indo pra casa, o que vai acontecer? E pior: tô indo, mas será que semana que vem eles não vão me chamar, desistir? Então essa inconstância que foi o pior de tudo, no meu ver. Não foi treinamento. Tudo isso a gente foi adequando. Como o pai dizia, com o andar da carruagem é que se arrumam as abóboras. A gente arrumou as abóboras. A questão é que a pista estava meio cheia de buracos, então foi um pouquinho dolorido. Mas andamos, andamos muito bem. E como eu já disse para vocês, o melhor de tudo é que a gente não vai regredir. Ao contrário, estamos só aumentando a nossa qualidade.

DIONE – Então EAD, por exemplo, a Débora, que era a Coordenadora na época da pandemia, bateu palmas no meio da sala e disse assim: “Pessoal, nós vamos pra casa, a partir de agora tudo EAD”. Então eu sabia que tudo era EAD. Agora, como é que a gente vai fazer isso? Então, foi uma mudança de parâmetros, daquilo que a gente entendia como certo. Como nós vamos fazer isso acontecer? Não sabia. Então tensionou muito.

TOEBE – Bom, isso é tudo muito novo para todos, né? Então todo mundo sofreu esse impacto. De uma hora pra outra, de um dia pra o outro, o TRE determinou o trabalho remoto e, enfim... Eu já usava uma das máquinas, muitas vezes, para trabalhar em casa, fazer algum trabalho. Então, eu já tinha esse contato, esse *feeling*. Mas eu acho que se perdeu muito, esse contato pessoal. Já somos poucos, né, aqui no meu cartório. E o colega, de extremo risco, não poderia haver contato. Então, a parte principal acho que foi o afastamento do pessoal, que é esse calor, essa coisa de um estar olhando pro outro e trocando tarefas e atividades. E a distância, pela internet, tudo bem, a gente sabe que tem acesso, mas a sobrecarga de tarefas acaba... você às vezes não consegue pegar um tempo e conversar com o colega, enfim. Isso foi bastante forte, bastante pesado; que eu sou bastante falante, sou bastante relações públicas. Então isso para mim, me fechar em casa foi um pouco complicado. Mas a gente deu conta, sofredamente, mas deu conta.

SILVIA – Acho que, do começo, a principal dificuldade foi do medo da infecção. A gente tinha o desconhecimento sobre como é que funcionava, como é que se pegava, como é que era a principal via de transmissão. Não se tinha ainda estabelecido o uso da máscara, vindo a adotar aqui o protocolo igual ao do H1N1, lá de 2010, 2009. A gente simplesmente pegou o mesmo protocolo e estabeleceu. Isso foi o recomendado pela Organização Mundial de Saúde e pelo Ministério. Então a gente tentou aplicar, mas, obviamente, no começo é tudo muito estranho. Existe uma certa resistência no começo. Então quem tem sintoma gripal deve usar a máscara na hora do atendimento, e daí a pessoa não quer acreditar que ela possa ter, então existia uma certa resistência de usar a máscara para a hora do atendimento. E isso também gerou um pouquinho de desconforto. Mas, aos poucos, a gente conseguiu construir esse protocolo. Eles foram evoluindo ao longo do tempo e isso é absolutamente normal numa doença nova. Mas acho que a principal dificuldade, no início, foi o desconhecimento, de ter que lidar com a incerteza, uma incerteza absoluta, no começo. Essa foi a principal dificuldade. A gente manteve o Serviço

Médico no início, tão logo todos saíram para o trabalho remoto. O Serviço Médico continuou atuando aqui²⁶, no início. Mas aconteceram dois fenômenos. Primeiro, que a procura pelo atendimento presencial foi muito baixa, porque realmente houve um esvaziamento assim, não só aqui, mas de todos os Serviços Médicos. Todo mundo estava com medo de procurar Serviço Médico, com medo de pegar a doença indo a um hospital. Isso foi bem geral, e aqui aconteceu também.

THOMAS – Bom, eu acho que é necessário registrar que nós, de certa forma, tivemos essa oportunidade, esse privilégio de garantir nossa segurança, enquanto servidores da Justiça Eleitoral durante esse momento complicado. Isso foi muito positivo. Eu acho que gerou também o aperfeiçoamento de toda a interface digital, que é positivo, também, para os eleitores. É algo a mais, além do presencial, esse aperfeiçoamento de digital, o que é importante registrar.

Eu tenho a preocupação de mencionar que todas as reuniões que nós fazíamos, da Comissão de Acompanhamento, nós depois transformávamos em orientação da Diretoria-Geral, e essa orientação da Diretoria-Geral facilitava o trabalho também da Seção de Atendimento à Saúde.

Josemar

DES. ELEITORAL GERSON – Vou dizer que eu, naquela época, não sabia se nós teríamos sequer como fazer as eleições. Eu acho que o Congresso Nacional teve a sensibilidade pra tentar, digamos assim, fazer as eleições... Porque quando se fala em eleições, não é só o momento do voto. Nós temos que lembrar que tem um processo anterior, com campanhas, com mobilizações, com recrutamento de mesários, com várias reuniões. E tudo aquilo, num momento de pandemia, em que não podia haver o contato. Esse adiamento, ele deu, digamos assim, a possibilidade de uma melhor organização.

SILVIA – Tivemos um período ali, de uma certa... não vou chegar a dizer que foi uma certa ansiedade, porque a gente não ficou esperando, sem fazer nada.

26 O Serviço Médico, na época, funcionava no prédio do TRE localizado na Rua Duque de Caxias, 350, Centro Histórico de Porto Alegre-RS.

A gente tinha o nosso manual de orientações, sobre quais seriam as orientações de segurança sanitária. Aquilo que valia para nós, nas nossas atividades presenciais do Tribunal, que estava ali no nosso manual, que foi reeditado, era exatamente aquilo que deveria valer para o momento das eleições. Os cuidados sanitários, eles não se modificam porque a gente está presencialmente, ou dentro do Tribunal, ou porque se está lá no local de votação. O cuidado sanitário, ele é o mesmo. Então, já tínhamos elaborado as orientações sobre quais deveriam ser os cuidados, só não tinha ainda colocado isso como, oficialmente, uma orientação para o dia da eleição. Porque existia a orientação de que isso viria do TSE²⁷. Mas isso se postergou além do que se gostaria, porque tudo se postergou além do que se gostaria. A gente não sabia, não tinha certeza que ia sair a eleição. Não tinha certeza que data ia ser. Acho que foi um ano em que se teve que treinar muito a nossa paciência, nossa resiliência. E ficamos todos aguardando e eles nos dizendo, aqui para o serviço de saúde: “calma, que vão sair as nossas orientações. Não publiquem nada ainda, calma que vão sair as nossas orientações”. Então a gente também ficou um pouquinho ali, amarrado nisso. E quando saíram as orientações, obviamente nenhuma surpresa. Eram orientações muito semelhantes às que a gente já tinha feito aqui. Não podia ser diferente. As fontes são as mesmas, então não tinha como ser diferente.

JOSEMAR – Isso sem contar com as reuniões periódicas da Comissão de Acompanhamento da Pandemia, cuja comissão era composta pelo Diretor-Geral, os Secretários e a titular da Seção de Atendimento à Saúde; e a presença constante da Presidente e, posteriormente, também do Presidente nas reuniões. É um fato que eu digo, os Presidentes tinham essa sensibilidade de que a gestão era uma gestão coletiva, compartilhada, e de muita sensibilidade. Os servidores estavam, alguns até em pânico. No interior também havia muita insegurança. A gente via também em outros Tribunais, as situações muitas vezes eram delicadas. E a gente procurava ser o mais transparente possível. Eu tenho a preocupação de mencionar que todas as reuniões que nós fazíamos, da Comissão de Acompanhamento, nós depois transformávamos em orientação da Diretoria-Geral, e essa orientação da Diretoria-Geral facilitava o trabalho também da Seção de Atendimento à Saúde. Porque depois eles também estabeleciam os protocolos, que envolviam até a questão das distâncias e os equipamentos de proteção individual, que nós procurávamos fornecer nos limites, pois o nosso orçamento não tinha isso previsto para essa fase pré eleitoral. Na fase eleitoral teve, aí sim, um apoio muito grande

27 TSE – Tribunal Superior Eleitoral

do TSE, porque também não tinha orçamento previsto para ter EPIs²⁸ para todos os colaboradores da Justiça Eleitoral.

SILVIA – O nosso atendimento foi muito focado em servidores e familiares que tinham tido contato, e daí precisavam da orientação sobre o manejo de isolamento, testagem; se testava, se não testava. Ou que eventualmente confirmavam a infecção e precisavam daquele acompanhamento. A imensa maioria dos casos que a gente veio a acompanhar, casos leves ou moderados, conseguimos fazer em nível ambulatorial, ou seja, não precisou de internação, não precisou de nada. Alguns casos, obviamente mais severos, acompanhamos mais de perto, outros que só teve alguma monitorização um pouco mais de longe. Mas a nossa principal função em relação ao Tribunal era, no momento da identificação do caso, conseguir fazer a redução de danos. Tentar identificar com quem teve contato, se teve uma atividade presencial no Tribunal, em que tempo que foi, se foi um tempo de contágio, quem a gente tinha que isolar também.

JOSEMAR – A Diretoria-Geral teve uma integração muito grande com a Seção de Atendimento à Saúde, ao ponto que ficou como uma consultoria da Diretoria-Geral, permanente, independente das reuniões que se faziam. Eu até confidencio, as nossas reuniões eram fruto de conversas prévias que eu tinha com a doutora Sílvia, para saber a evolução de fora. Eu procurava também saber a evolução nos outros estados, até para poder, vamos dizer assim, ter uma condução com tranquilidade, inclusive sobre as próprias flexibilizações. Vou dar um exemplo, nas questões prévias. A maior dificuldade que eu senti foi tentar estabelecer algumas regras básicas de distanciamento, na necessidade de um trabalho presencial do servidor. Por exemplo, a carga em urna tinha que fazer às vésperas da eleição; tínhamos também que, eventualmente, atender ao eleitor, porque o TSE tinha exigido, nos últimos prazos, atender diretamente, mediante um prévio agendamento, com todo o protocolo sanitário, naquilo que fosse necessário.

SILVIA – De um modo geral, posso dizer de forma bem contundente: os servidores, e a gente também tem muito contato com os familiares dos servidores, são pessoas muito preocupadas com a sua proteção individual, e com a proteção do outro. Temos uma adesão à vacinação bastante grande, uma adesão às orientações,

28 EPIs – Equipamentos de Proteção Individual.

que é bastante grande. A gente teve casos muito pontuais, pelo menos que chegaram ao nosso conhecimento, de alguma resistência muito pequena. Trabalhamos, então, com esses casos, junto com o gestor, e acredito que tenha sido tudo muito bem contornado, principalmente em relação ao uso de máscara. E é sempre a nossa orientação, inclusive nos materiais que a gente divulga, que se houver qualquer inconformidade com as orientações de segurança sanitária, principalmente com o uso da máscara, que devemos ser informados. Porque a nossa abordagem é realmente dar a orientação, e de entender porque está acontecendo, porque a nossa experiência é de que, depois que se faz qualquer tipo de intervenção, não existe uma resistência maior. Então, do que chega ao nosso conhecimento, não vejo isso como uma resistência que persista depois da nossa intervenção, e é bem pontual mesmo. Claro que eu imagino que possa ter algum outro caso que, eventualmente, nem tenha chegado ao nosso conhecimento, talvez alguém que tenha se constrangido de fazer alguma comunicação. Mas também não vejo motivo para se ficar constrangido, quando se está falando de alguma coisa que é tema de saúde coletiva, e que todos são interessados.

JOSEMAR – A gente tem que pensar que era um cenário de pandemia, sem qualquer notícia de uma vacina. Então poderia ter mortes, poderia ter pessoas falecidas durante todo esse período. Nós tivemos muito cuidado com isso. Eu posso até dizer que era a maior preocupação da Diretoria-Geral e da Comissão de Acompanhamento da Pandemia, que aqueles que tivessem contraído a doença tivessem o maior volume de atendimento e o melhor cuidado. Porque para nós seria desastroso. O TSE teve falecimentos na eleição, TREs outros tiveram falecimento. Nós tivemos a grata sorte, quem sabe até pelos cuidados preventivos, de não termos esse infortúnio. Tivemos pessoas contaminadas, como todos os outros locais, mas não tivemos isso.

...porque a gente entendeu que nem todos tinham a mesma intensidade de grupos de risco e tinham alguns que a gente tinha que reforçar a necessidade de fazer um isolamento maior.

Dra. Sílvia

SILVIA – Grupo de risco é outro tema que pode também ser bastante polêmico. Até porque não é tão fácil avaliar os grupos de risco. No começo era todo mundo no grupo de risco. A gente só tinha dados muito crus, pegava as

peessoas que tinham uma evolução pior, analisava, via se tinha tal comorbidade. Isso é uma avaliação muito pouco lapidada para se chegar. E conforme as coisas foram evoluindo, também evoluímos na própria avaliação dos grupos de risco. No nosso primeiro manual de orientações, havia os grupos de risco tal qual tem lá nos manuais também do Ministério da Saúde. Está ali, não tem nenhuma diferença. São aqueles grupos de risco clássicos, que eles definiram lá no começo de 2020 ainda, e a gente só fez aquela transcrição ali. Claro que ali tem um embasamento, e foi o que a gente fez também, embasou pra isso. Aprimoramos a avaliação para laranja, para vermelho, porque entendemos que nem todos tinham a mesma intensidade de grupos de risco e havia alguns que a gente tinha que reforçar a necessidade de fazer um isolamento maior. Essa foi a nossa intenção na hora de classificar como vermelho. Para que a pessoa tivesse essa consciência, “poxa, eu realmente não devo me expor, seja no trabalho, seja em outras situações”.

PAULO – Nossa equipe, na oportunidade, era formada por cinco servidores do quadro do Tribunal, com apoio de mais três terceirizados. Desses cinco servidores do quadro, um foi classificado na bandeira vermelha e o outro na bandeira amarela, em virtude de questões pessoais. Então, de acordo com os protocolos de cada bandeira, eles foram preservados. Como houve essa preservação, tanto os servidores preservados quanto a gente, não ficamos com maior receio. Os que foram, estavam liberados e foram para a linha de frente, é realmente a sensação do dever que se sobrepõe. A gente sabe que é necessário, que para a coisa funcionar, pra eleição sair, os procedimentos fluírem, havia necessidade de ter esse trabalho presencial, e aí nós fizemos, talvez sem muito pensar. Mas, de qualquer forma, teríamos que estar aqui e assim o fizemos.

SILVIA – Então a gente conseguiu fazer assim, prestar bastante informação, do lado de cá, fazendo bastante o dever de casa, sabe. De estudar bastante, de estudar os protocolos, de alinhar entre nós, qual seria o protocolo – porque obviamente existem várias fontes. Estamos sempre tentando usar fontes bem confiáveis. Então, mudou drasticamente o nosso jeito de trabalhar, mas sempre com um mesmo norte, de buscar a melhor evidência, de tentar estar bem atualizado, de tentar entender que existem muitas dúvidas. A gente trabalha com a dúvida o tempo todo, isso não é novidade em relação ao Covid. Outras doenças também nos trazem muitas dúvidas. Às vezes, a gente também trabalha com as probabilidades, né? Então, isso faz parte do nosso dia a dia. A gente começou a tentar estruturar isso, e cada vez mais a gente conseguiu.



Preparação de materiais para distribuição - Eleições 2020

RAFAEL – Nós tivemos algumas situações lá no início do trabalho remoto, até para adequação com relação à classificação de bandeiras, cores, enfim, que nós tínhamos do Tribunal. O servidor “ah, tenho isso, tenho aquilo. Estou com medo e tal. Onde que eu me encaixo?” E aí eu, enquanto gestor aqui da unidade, também tinha que ter uma compreensão. Até que ponto a gente poderia estruturar as atividades, o quanto que cada um tinha esse cuidado? Eu observei, a gente teve muito medo, muitos servidores com bastante medo do próprio trabalho. Eu me refiro à execução. E extremamente preocupados, cautelosos na vida pessoal, de não sair das suas residências e de cumprir estritamente todas as recomendações, como deveria, e além, inclusive depois. E aí a gente teve que trabalhar com relação a isso. Entramos em contato, naquela questão da classificação, com a SEATS, em busca de uma definição.

SILVIA – Com o decorrer da pandemia e, principalmente, com o advento das vacinas – mas não só com a questão das vacinas, também com alguns estudos um pouco melhor elaborados e algumas avaliações um pouco mais aprofundadas – conseguimos entender um pouquinho melhor como é que funcionam esses grupos de risco. E alguns grupos de risco a gente entende que, com o advento da vacina, se consegue diminuir bastante essa intensidade de risco; e alguns grupos de risco,

que antes a gente achava que eram maiores, se viu que não é tão intenso assim. Risco zero ninguém tem, mesmo vacinado. Pode levar seis vacinas que ninguém vai ficar em risco zero. Isso que é importante a gente saber, né? Quando a gente colocou lá nas corzinhas, tentamos usar aquela nomenclatura que até o governo usou lá em 2020; vermelho, laranja e amarelo. Porque amarelo sempre lembra alguma coisa de atenção. A gente continua tendo a necessidade de atenção, porque ninguém tem o risco zero. Mas agora temos essa, uma outra classificação que abrandou o risco para alguns grupos, mas persiste aquele grupo vermelho, porque tem alguns grupos que, realmente, independente da vacinação, independente do *status* epidemiológico, continua precisando de uma atenção maior. Agora, o que é que a gente vai fazer com esse grupo vermelho? E isso vai ser modificado ao longo do tempo. Vai ser necessária uma avaliação contínua, de acordo com a realidade. No momento em que eu tiver um status de coronavírus semelhante ao influenza, a gente pode considerar tomar medidas menos severas. Mas é importante que a gente saiba que sempre existem grupos de risco para variadas doenças, inclusive para a influenza, que eu acabei de citar.

ALEXANDER – A atuação do TRE teve aquela classificação de risco que foi feita; eu saí no vermelho direto, e fui proibido de ir trabalhar, até. Mas eu achei muito bom isso, ele respeitou as individualidades, ele se adequou, nesse momento é importante. A gente não consegue fazer tudo o que é necessário, mas o TRE trabalhou muito bem nisso, na questão da saúde.

SILVIA – A construção dos protocolos, não foi, ela está sendo. Porque protocolo é uma coisa que a cada dia tem uma novidade e, justamente, é a continuidade de estudos que vai nos mostrando o que se consegue fazer com mais segurança. Por exemplo, alguém que teve uma exposição a alguém contaminado. Em quanto tempo eu posso liberar do isolamento? Uma coisa é a realidade pré-vacina. A gente ainda tem um protocolo muito baseado nisso, mas agora temos uma realidade pós-vacina. Então se sabe que daqui a pouco vai haver protocolos diferentes. Antes a gente não tinha acesso mais facilitado aos testes, então se tinha uma conduta. Depois, os testes ficaram mais acessíveis, aí a gente já tem outras condutas. Então, é só para mostrar o quanto que as coisas vão se modificando, considerando os protocolos. E as mudanças dos protocolos não são baseadas na incerteza, pelo contrário. Ocorrem porque a gente vai tendo mais munição e vai entendendo um pouquinho mais como é que funcionam as coisas, e vai conseguindo fazer tudo com mais respaldo. Então, hoje

em dia a gente consegue encurtar alguns períodos de isolamento. E, principalmente, aqueles protocolos de segurança. A gente presta menos atenção em coisas que não são tão efetivas na segurança, por exemplo, com roupa, limpar os sapatos e tudo; é bom pra outras coisas. Mas pra questão de Covid, temos que prestar atenção no essencial, que é uma boa máscara. Obviamente que o distanciamento é importante, mas a máscara é muito mais importante. Então, uma boa máscara, com uma boa vedação, com uma boa capacidade de filtrar ali. E, claro, fazer a higiene das mãos muito mais porque se sabe que, em algum momento, levamos as mãos para perto do rosto, e não se contaminar nesse movimento é importante.

CRISTIANO – Só que no meio do caminho tinha uma eleição, e uma eleição para nós importantíssima. Uma eleição que tinha fundo eleitoral, um fundo eleitoral gigantesco, que não teve na eleição de 2018, e um fundo eleitoral que era espalhado por todo o estado do Rio Grande do Sul. Uma coisa que os Cartórios Eleitorais, os colegas dos cartórios nunca tinham analisado, um volume de recursos tão grande. E aí vem toda aquela questão, como é que a gente vai treinar? Como é que a gente vai dar suporte para esse pessoal todo, num nível de qualidade, como é que a gente vai conseguir ter essa qualidade? Fomos aprendendo, fomos aprendendo. Gerenciar pessoas foi difícil, necessitou de adaptação e necessitou de muitas reuniões, conversar com as pessoas no dia a dia. Às vezes fazer reuniões informais, assim, para as pessoas conversarem, porque era um momento de pandemia. A gente não sabia se ia voltar ao trabalho ou não, né? Então, acho que foi esse o grande foco, conversar com as pessoas, e ter continuidade.

SILVIA – E isso agora vai, ao longo do tempo, da mesma forma que a gente vai estudando, vai modificando os protocolos; e vai estudando para que tudo possa ser feito da melhor maneira possível. Vamos todos juntos nesse mesmo movimento pra continuar se protegendo e executando o trabalho da melhor forma possível. E, se resta alguma dúvida, e se vem uma informação torta, que alguém não entende, e que gera algum desconforto, não tem problema. Estamos também aqui para isso, pra receber essa dúvida. E a dúvida de um pode ser a dúvida de outros. Também temos um espaço aí, até na própria internet, que de vez em quando a gente lança alguns informativos. Então mandem pra gente a dúvida, e se tiver alguma situação que não tá legal, a gente também tá aqui para isso, mas o importante é que todos estejam na mesma página em relação ao cuidado do outro, de si e do outro.



Eleições 2020 - Ministro Luís Roberto Barroso - Tribunal Superior Eleitoral

O Ministro Barroso ²⁹ fez uma gestão política junto às entidades empresariais para conseguir, mediante doação, todos os EPIs necessários para o país inteiro.

Josemar

DES. VILLARINHO – Naquele momento, como é que se poderia evitar algum risco? Através de uma intensa conscientização das pessoas e a adoção dos EPIs. Então, o Tribunal Superior Eleitoral, que é o órgão encarregado basicamente da maioria desse material, enviou para nós e para todos os estados uma quantidade grande de EPIs.

JOSEMAR – A questão também dos EPIs – e aí que me parece muito importante a integração de toda a Justiça Eleitoral. Os EPIs para os colaboradores da Justiça Eleitoral não tinha previsão no orçamento. Então, o que foi feito? O Ministro Barroso fez uma gestão política junto às entidades empresariais para conseguir, mediante doação, todos os EPIs necessários para o país inteiro. A logística de deslocamento desses EPIs, e até mesmo do que os empresários doavam, eles diziam que dessa

²⁹ Ministro Luís Roberto Barroso, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) à época.

doação não caberia a eles pagar o imposto de circulação da mercadoria, que era uma mercadoria doada. Conseguimos uma gestão junto ao CONFAZ, que é o Conselho das Entidades Fazendárias dos estados, para isentar o ICMS³⁰ de transporte desses EPIs. Nós recebemos sete carretas de EPIs. Duas ou três delas só com inflamável, com álcool inflamável. Então tinha que ter uma logística de deslocamento, uma logística de depósito, e tudo isso a 30 dias da eleição. E como diz, doação a gente não tem como mensurar bem a qualidade dos EPIs. Nós recebemos críticas daqueles *face shields*, de que eles não eram muito bons. Mas como a gente diz, a cavalo dado não se olha os dentes, como se dizia lá na fronteira. Nós tínhamos esses EPIs, e tínhamos as máscaras, tínhamos também o álcool gel e todos os cuidados possíveis.

SILVIA – As orientações do TSE, que estavam sendo aguardadas, estavam vinculadas com os equipamentos de proteção individual que estavam sendo fornecidos. E isso a gente também não podia falar, “olha, pega a sua máscara e use assim, pegue o seu *face shield* e use assim”, porque a gente não sabia exatamente o que o TSE tinha conseguido negociar, porque eles estavam com fornecedores, com alguns parceiros e tal, não se sabia exatamente o que vinha. E daí, nessa corrida, que ficou com prazo muito estreito, acabou que a gente não teve oportunidade de ter contato com esse material antes da vinda para o cartório. Realmente, as coisas foram em cima do laço. Eu sei que a máscara estava tudo ok, era a máscara que na época a gente tinha a recomendação de uso para esse tipo de situação mesmo, a máscara cirúrgica, que continua sendo uma das indicadas – embora a gente também tenha evoluído nesse assunto – e o *face shield*, a gente sabe que também gerou bastante crítica em relação ao conforto do seu uso. Ele cumpria o seu papel de proteção, mas se sabe que ele não foi a coisa mais confortável, dependendo do biotipo e tal, ele não tava muito legal. Mas hoje em dia, olhando para trás, se sabendo que a máscara era muito mais fundamental do que o *face shield*, tá ok. Mas, na época, eu entendo que possa ter gerado assim um pouquinho de insegurança e desconforto.

PAULO – Eu tenho a impressão de que as doações de materiais, que vieram através das parcerias estabelecidas pelo TSE, chegaram perto de 2 milhões de Reais. Então foi um volume muito grande, tanto financeiro quanto o volume físico mesmo, de material. Até não relatei anteriormente, mas eu acho interessante. O Tribunal, pela primeira vez desde que eu estou trabalhando aqui, teve que locar

30 ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços.

um depósito extra. Nem na Sede e nem no nosso depósito habitual, próximo ao aeroporto, nós tínhamos condições de receber esse volume, que foi monstruoso, de álcool e demais itens. Foram carretas e mais carretas que desembarcaram por aqui. Nós não tínhamos condições, precisamos de um depósito extra. Isso aí foi também algo bem atípico nessa eleição.

Foram carretas e mais carretas que desembarcaram por aqui. Nós não tínhamos condições, precisamos de um depósito extra.

Paulo

HERMES – Os EPIs que foram utilizados na eleição o TSE conseguiu através de doações e enviou para os Regionais. Nós só tivemos a despesa de armazenar temporariamente esses materiais. Para isso foi alocado um depósito específico, porque era muito volume de material. Álcool gel, máscaras e demais EPIs. E o transporte para os locais, para os cartórios e locais de votação. No fim, foi feito um kit para cada local de votação e foi junto com as urnas eletrônicas, foi entregue no mesmo contrato. Então, foi uma coisa nova, que apareceu de repente, mas se conseguiu contornar esse problema com a transportadora que ia fazer a entrega das urnas eletrônicas nos locais de votação, e transcorreu tudo normalmente. Conseguimos superar mais essa dificuldade.

PAULO – Os equipamentos de proteção individual, relacionados especificamente com a pandemia, nós separamos em dois grupos. Primeiro, aqueles que seriam utilizados de forma ordinária no Tribunal e, depois, aqueles materiais de proteção específicos para as eleições. Para o uso no dia a dia, servidores no trabalho, quando necessitassem realizá-lo de forma presencial, basicamente eram máscaras de pano, naquela oportunidade, escudos faciais, álcool gel, álcool líquido. E aí a gente fez esse planejamento, considerando material para o dia a dia.

THOMAS – Eu posso afirmar que nós tivemos todo o suporte do Tribunal em relação a isso, que garantiu ali fornecimento de álcool gel, de máscaras e, principalmente, informação. Porque era um momento em que o que menos tínhamos eram informações seguras sobre exatamente como proceder, de que maneira tínhamos que garantir a segurança. Então, a SEATS, o pessoal da saúde, conseguiu nos prover de informações suficientes, para garantir a segurança dos colegas.

PAULO – Quanto aos processos de aquisição, eu acredito que os fornecedores estavam muito bem preparados para os insumos, de álcool, de máscara, de escudos faciais. Por incrível que pareça, é até uma curiosidade, eu acredito que a maior dificuldade em todas as aquisições das quais nós participamos foram caixas de papelão. Embora a gente não use para combater a pandemia, a gente precisou de muitas caixas de papelão para mandar para os cartórios, para que os cartórios pudessem separar esses itens em kits para os mesários. E foi na hora de comprar as caixas de papelão que nós percebemos que o mercado estava bem restritivo em relação a esse insumo. Porque o mundo, ou boa parte do mundo, se fechou em casa consumindo coisas através da tele-entrega, dos *delivery*. Então, disparou o consumo das caixas de papelão. Nós conseguimos comprar toda aquela quantidade que nós precisamos no Tribunal, não ficamos sem, mas foi a maior recessão, foi a maior dificuldade que tivemos no mercado, por incrível que pareça, as embalagens, e não propriamente em álcool, máscara; quanto a isso nós tivemos mais facilidade para o suprimento.

JULIANO – Não me recordo de termos problemas com relação à infraestrutura, ao material, a equipamentos; não nos faltaram equipamentos, não nos faltaram materiais, não nos faltaram acessos a sistemas durante esse período. Nós estivemos muito bem servidos, principalmente dos materiais referentes aos isolamentos à pandemia. Máscaras, álcool, os *face shields*, os adesivos para orientar os eleitores. Então, os mesários nos perguntavam muito sobre isso: “teremos materiais, teremos álcool gel, teremos canetas?” A questão das canetas, também recebemos todo o necessário. Com relação aos materiais, não foi nenhum problema.

PAULO – Nós tivemos máscaras cirúrgicas, dois tipos de álcool em gel. Na verdade, o álcool é o mesmo, mas dois tipos de embalagem, uma embalagem maior, outra menor, que foram também fornecidas em doação. O álcool líquido, adesivos de distanciamento, mais cartazes informativos, tudo isso numa qualidade muito boa. Houve uma ou outra ressalva por parte dos usuários finais, em relação ao escudo facial, cuja base era de papelão e se mostrou um material bem, bem frágil. Mas se nós formos ver que houve somente uma ressalva desses itens em todo o conjunto, eu acho que a experiência foi muito boa, principalmente porque nós estávamos vivendo um período com vários fatores limitantes. Primeiro, o custo. Esses itens foram recebidos em doação. Segundo, a urgência. É muito mais fácil quando já se tem um modelo bem desenvolvido e é só aprimorar no ciclo seguinte.

Não foi assim. Então, além de urgente, eu destacaria também o ineditismo. Nós não tínhamos esse modelo. Então se partiu do zero, se construiu um modelo urgente e, ainda, destes itens que eu citei, com custo zero. Então, itens na maioria de boa qualidade, com somente um apresentando certas ressalvas, eu considero que o resultado geral foi muito bom.

SILVIA – Eu acho que a gente tem uma população, considerando o Tribunal, e aí eu estou contando com os servidores do quadro e dos requisitados – esses são os que a gente fez o acompanhamento nesses dados – considero que somos, de uma forma geral, um público que tem interesse em se proteger, que tem adesão às medidas de segurança sanitária, que tem adesão à vacinação, na medida em que ela foi vindo aqui pra nós, e que isso gerou uma proteção coletiva. Eu não tenho dúvidas de que isso nos protegeu. E isso agora, neste outro momento em que nós estamos, certamente também vai contribuir para que todos possam aderir às medidas que são adequadas para o momento. Agora a gente sabe que o foco é conseguir utilizar uma boa máscara, da forma adequada, pelo tempo adequado. Conseguimos, num trabalho conjunto da SGP com a SA³¹, máscara PFF2 para todos os servidores. Então, claro que a gente tem que fazer isso de um jeito organizado, para que tenha pra todo mundo ao longo do tempo. Pra mim é um trabalho bem bacana, ter essa máscara. A gente trabalhou para que fosse uma máscara boa, confortável, para que todos pudessem usar, uma máscara que protege. Então, naquele trabalho que temos que fazer, que é a nossa função social aqui dentro do Tribunal, procuramos garantir que essa função possa ser executada com segurança.

PAULO – No retorno ao trabalho presencial nós tivemos uma série de cuidados, que foram recomendados pelo nosso setor médico. Nós tivemos o cuidado da utilização das máscaras de pano, nós tivemos também bastante o uso do álcool gel, do álcool líquido. E também o distanciamento com os colegas, procurando não ficar próximos uns dos outros. Aqui no Almoxarifado a gente ainda tem uma situação um pouco ímpar, que é nós estarmos no subsolo, portanto, sem janelas para a rua. Então, a gente também teve que cuidar um pouco mais, de manter pelo menos a nossa abertura principal e, também, uma janelinha de atendimento que se tem pro corredor, sempre um pouco mais abertas para estimular a circulação de ar. Citei esses EPIs, os equipamentos de proteção individual, que foram utilizados. Esses EPIs

31 SA – Secretaria de Administração.

foram implementados no Tribunal através de um grupo formado por integrantes de diversas unidades, da Secretaria de Administração, da Secretaria de Orçamento e Finanças e capitaneado, logicamente, pelos colegas do setor médico, onde houve a definição de quais materiais seriam essenciais com o retorno ao trabalho presencial dos colegas, e também as quantidades, como é que seria essa distribuição, tanto para os colegas da Secretaria quanto para os cartórios do interior do estado. Esse planejamento foi feito logo após a nossa saída pro trabalho remoto, acredito eu em abril, mais tardar, maio. Nós sabíamos, “olha, a pandemia está aí. Hoje, nós fomos orientados a trabalhar preferencialmente em casa, mas uma hora a gente vai precisar retornar. E quando nós precisarmos retornar, teremos que estar munidos dos equipamentos apropriados, de proteção individual”. Então, por isso que se fez esse grupo, e esse grupo trabalhou na aquisição desses materiais, que depois foram disponibilizados aos colegas.

Porque a gente agora, a gente banalizou tanto a pandemia, que parece que ficou dividido entre quem morreu e quem não morreu. Ah, morreu tanto e não morreu tanto. Então, quem não morreu tá bem. E não é isso, né.

Juliano

ALINE – Eleição sim, eleição não, como atender ao eleitor? Foi... foram noites sem dormir, pra todo mundo, né? Mas por parte do Tribunal eu vi um grande apoio. E nós tínhamos também uma outra situação, que tinha ocorrido uma grande remoção de servidores. Então, tinha muito servidor que passaria a trabalhar com alguém que nem conhecia, e nem veio a conhecer. Eu conheci o meu colega depois de meses de contato por telefone, ele na cidade de origem dele ainda, porque não conseguia fazer a mudança pra cá. Mas, por parte do Tribunal esse apoio foi fundamental, e conseguimos. Aí começaram várias outras questões. As incertezas da eleição, de que cuidados deveríamos ter, né.

JULIANO – De uma possível desvantagem que eu posso pensar é na questão da saúde, que é uma questão primordial. É tu não ter saúde pra trabalhar... Porque a gente agora, a gente banalizou tanto a pandemia, que parece que ficou dividido entre quem morreu e quem não morreu. Ah, morreu tanto e não morreu tanto. Então, quem não morreu tá bem. E não é isso, né.

Nossa, tenho conhecidos que a pandemia devastou a vida da pessoa. Acabou, tirou pai, tirou mãe. Foi terrível. Então, eu acho que esse baque psicológico na saúde, também, é a pior das consequências.

SILVIA – Aqueles servidores que poderiam executar o teletrabalho, a SEATS, junto com a SGP e todos os outros setores do Tribunal, fez também um esforço bastante grande para que se pudesse avaliar esses servidores. E já se aproveitou esse momento também para poder fazer as orientações de saúde. Foi um trabalho que teve bastante esforço nosso, se avaliou muita gente, mas também foi bastante gratificante poder entrar em contato com todo mundo. Tinha muita orientação de saúde que se precisava fazer e também a gente escutou muita coisa dos servidores. Então, eu imagino que essa força toda, todas essas noções, isso tudo já faz parte do pensamento, isso já está introjetado no servidor, esse sentimento de proteção.

E teve um auxílio psicológico muito bacana para isso, ao menos para mim. Eu fiquei muito com essa impressão, serviu bastante; textos também, voltados a essa preocupação, da saúde psicológica do servidor.

Rafael

RAFAEL – E teve um auxílio psicológico muito bacana para isso, ao menos para mim. Eu fiquei muito com essa impressão, serviu bastante; textos também, voltados a essa preocupação, da saúde psicológica do servidor. Afinal de contas, foi uma avalanche de *lives*, reuniões, que isso também trazia um cansaço mental para a gente. E a gente queria assistir tudo ao mesmo tempo, e não tinha tempo, e também tinha toda uma questão de estafa mental. Mas eu acho que foram iniciativas que me marcaram bastante e ajudaram nesse aspecto institucional, também com reflexos, evidentemente, no trabalho com o eleitor.

SCHAUREN – As pessoas estão mais isoladas. A gente vê que, às vezes, é um negócio meio psicológico, de tu estar ali pra prestar um apoio. E tem muita insegurança. Tu imagina, temos colegas novos que entraram um pouco antes da eleição. Então imagina tu chegar num cartório novo, sem entender o serviço. E aí,

de repente, pandemia. E aí, claro, aquele teu suporte, dos colegas que estavam ali presencialmente, não existe mais. Claro que muitos deles têm uma rede de apoio, de grupos de WhatsApp, onde eles tiram as suas dúvidas. Mas a gente percebe que, psicologicamente, a questão da pandemia e esse isolamento afetou muito as pessoas. A gente sente, com certeza, uma angústia maior e uma necessidade maior de contato, das pessoas se sentirem, não protegidas, mas se sentirem apoiadas, entendeu. De saber que tu tem com quem contar quando tu não consegue resolver os teus problemas. Porque uma das coisas que eu gosto de fazer, mesmo que não seja eu que resolva o problema, eu gosto de procurar quem resolve o problema para as pessoas. Então, nesse sentido, a pandemia trouxe essa angústia.

ALINE – Algo que a pandemia trouxe para todo mundo, eu vejo assim, era a preocupação com o próximo. A gente se preocupar com a saúde do outro, a gente se preocupar para não levar risco ao outro, visualizar situações de outras pessoas, todas impactadas, todo mundo comovido, várias pessoas sem poder trabalhar. Essa mudança foi como um choque, né, pra todo mundo. Eu sempre, quando entrava no meu trabalho, quando chegava e cumprimentava as outras pessoas, mais do que me importar se elas estivessem ocupadas ou não, eu sempre fiz isso, de perguntar: “como é que tu estás, como é que tu tá hoje, tudo bem?” Eu vi que a gente precisou cuidar mais das nossas emoções, das emoções dos outros. E essa mudança radical, pra esses encontros virtuais, foi também importantíssima, foi a nossa salvação. E aí, em relação ao Tribunal, como foi essa preocupação, essa relação do Tribunal com os servidores. A gente pôde ver por parte do Tribunal, e me orgulho muito de ter tido essa sorte, de ter condições de trabalhar de forma remota.

TOEBE – Na verdade, estamos só eu e minha esposa, que o meu guri também já casou, já tem a casa dele, a minha filha também. Então, teve momentos que ela cobrava que eu me afastasse um pouco do computador, que ela precisava do tempo dela, né. A gente sentia que dava aquele vazio, aquela distância. Mas ela sempre falou, que quando é eleição eu sou visita em casa. Mesmo no trabalho presencial, né. Então ela sabe, que eu entro na briga e só paro quando apaziguar, ela sabe disso. Só que, daí aqui em casa ela estava vendo, acho que também toda aquela minha angústia, aquele meu sofrimento, que ela não via antes, que eu sofria no Cartório, aquela tensão. Então ela acabava muitas vezes me cobrando: “tá, larga isso agora, vamos lá fora tomar um chimarrão, pára de se estressar”. Enfim, então tem esse lado. Mas é muito mais apoio do que reclamação, né. Ela

entende, ela sabe, apesar de que não é o ideal. Mas ela sabe que é por aí, que a gente tem que fazer a nossa atividade.

DIONE – A nossa EJE, a Escola Judiciária Eleitoral, ficou no centro de um processo grande de mudança, e ainda com a eleição. Porque tinha coisas ali que eram muito complexas para preparar para a eleição, então nós tivemos uma tensão enorme. Nem todos estávamos preparados para isso dentro da Escola. Particularmente, eu tive duas crises assim bem sérias, né. E muita tensão, muita conversa. Mas, felizmente, isso começou a acontecer depois que a gente tinha entendido que tinha que ter respeito pelo outro. Então, quando aconteceram essas situações, nós já estávamos um pouco mais preparados para respeitar o outro. E aí, a tolerância, a conversa, a paciência, isso veio e nos ajudou muito, nos deu muita segurança. Porque não tinha condenação, tinha uma situação para ser resolvida. O que tu precisa pra resolver pra ficar bem? Essa era a questão, e isso nos ajudou muito. E eu, que por vezes estava ali perguntando isso, e dizendo “o quê tu precisa, eu tô contigo”, eu daqui a pouco tava no divã. Então eu vi aquele colega me dando os mesmos conselhos que eu dei. É muito interesse. E sim, foram momentos muito difíceis. Nós nos tornamos um pouco psicólogos, psiquiatras, médicos; a gente incorporou um pouco de tudo isso, pela necessidade que tínhamos ali de levar todo mundo junto.

SILVIA – E por outro lado, havia uma procura muito grande por informações. Era muito mais no sentido de tentar entender o que estava acontecendo, o que eu faço se estou com esse sintoma, onde é que eu vou? Agora eu tenho outras questões de saúde, que ainda estão com alguma pendência, que eu preciso resolver. Então, a necessidade de atendimento era um pouco diferente do que aquela exatamente de um atendimento presencial. Então, foi quando a gente fez essa virada. A gente já tinha uma certa cultura de fazer um atendimento a distância, com os nossos servidores, de atender ao telefone, de fazer essa orientação em saúde. Mas isso aí se transformou em algo bem oficial, e da nossa rotina, né? Então, foi quando a gente estabeleceu, foi na primeira semana. Todos nós já tínhamos os nossos celulares, os nossos WhatsApp foram divulgados. E isso, na verdade, foi um ponto positivo que a gente conseguiu trazer, pois conseguimos nos aproximar de servidores que antes não tinham esse costume de ter contato com o serviço de saúde. Começaram a ter, conseguiram entender que ali tinham um canal de comunicação viável.

TOEBE – Ainda bem que houve essa preocupação. Só assim a gente conseguiu, então, dar uma diminuída nessa crise toda.

Na verdade, tão logo se entrou na pandemia, eu não vou saber precisar a data, mas foi uma questão de poucas semanas, o Conselho Federal de Medicina validou a telemedicina.

Dra. Silvia

SILVIA – Na verdade, tão logo se entrou na pandemia, eu não vou saber precisar a data, mas foi uma questão de poucas semanas, o Conselho Federal de Medicina validou a telemedicina. Então, antes era uma coisa que a gente fazia de uma forma, que não se podia fazer isso constar como uma consulta médica efetiva. Então a gente fazia só como uma teleorientação, que é um conceito um pouco diferente. Mas a partir da validação do Conselho Federal de Medicina, a gente conseguiu passar a fazer literalmente as teleconsultas. Então, pudemos utilizar a nossa ferramenta ali, do celular, tanto para fazer a ligação, para fazer esse tipo de teleorientação, e, no momento necessário, também utilizar o vídeo para fazer as teleconsultas. Era um assunto que estava latente. Era um assunto que, no meio médico, tinha várias vertentes. Muito, muito polêmico mesmo. E aí todo mundo aderiu e viu que tem valor. Obviamente, tem que saber utilizar; toda ferramenta, toda tecnologia, a gente tem que saber utilizar, né? Mas para nós foi muito importante, claro. E não adianta só o liberar, poder a gente conversar, mas a gente também tem que ter as outras estruturas. Além da teleconsulta, a gente tem que poder enviar uma receita, tem que poder fazer uma solicitação de exames. Então, tem todo um arsenal que deve estar junto com isso, porque senão a gente também fica de mãos amarradas. Mas isso aconteceu a contento e a gente conseguiu fazer tudo isso. Com certeza, no consultório particular e aqui no Tribunal, a gente faz muito. A telemedicina não substitui todas as consultas, mas tem muitas coisas que a gente consegue fazer por telemedicina. Então, tudo que vem ampliar o acesso, eu acho ótimo. Mas a gente, obviamente, tem que entender que a telemedicina aumentou o acesso para pessoas que, na sua maioria, já possuíam um bom acesso. Necessário lembrar, também, que tem uma boa camada da população que não tem acesso nem de um jeito, nem de outro. Então, a gente continua com alguns problemas ainda.

No início não se sabia muito bem, e a gente ficava meio paranoico, até. Eu lavava tudo o que comprava no mercado. Hoje, eu até acabei adquirindo esse hábito, e continuo lavando.

Thomas

THOMAS – Hoje a gente sabe que higienizando bem as mãos, usando máscaras, mantendo um distanciamento, a gente está mais protegido. Mas, no início, não se sabia muito bem, e a gente ficava meio paranoico até. Eu lavava tudo o que comprava no mercado. Hoje, eu até acabei adquirindo esse hábito, e continuo lavando, mas enfim. A gente não fica tão paranoico com isso. Mas foram momentos tensos. E nosso grupo na Central, que é um grupo grande, atualmente somos 20 servidores, e mais os estagiários, e havia muita interação, nos ajudávamos no dia a dia ali. E com o trabalho remoto, essa distância foi difícil. Claro que aí os grupos de WhatsApp nos salvaram. A gente criou um grupo nosso, então os colegas pediam socorro por ali, se ajudando. Mas eu acho que foram momentos tensos assim, até o início da vacinação, até a ampliação da vacinação, foi bem difícil. E principalmente pela insegurança, de você não saber, e de não poder ver os entes queridos, os amigos, isso aí foi bem difícil.

CRISTIANO – Pra mim, a questão da pandemia foi... não vou dizer que foi fácil. Não é fácil, pra ninguém. Mas eu sou muito, tento ser organizado, tento ser objetivo, na minha vida profissional e até pessoal. Então, no momento que diz o seguinte, se não tiver contato com ninguém, tu não vai te contaminar. Então, é fácil, é só não ter contato com ninguém. Tá, mas isso não é fácil, não é fácil. Eu tive a sorte de morar numa casa grande. Quando eu entrei no Tribunal, tinha uma boa remuneração, eu me organizei e consegui comprar uma casa legal, com bastante espaço. Eu moro com a minha esposa, casei em 93, faz 28 anos. Eu tenho duas filhas, uma de 22, que está na universidade, está na UFRGS, e outra de 11. As duas fizeram aulas virtuais. Então ok, não precisamos sair de casa. Farmácia e supermercado eram as atividades fora de casa. E quando os familiares tentavam, “ah, vamos nos reunir”, “Não, não, a gente prefere ficar em casa”. A minha esposa tem muitas pessoas idosas na família dela, então a gente não arriscou, não arriscou o mínimo que fosse. Porque o nosso trauma, se a gente imaginasse que tivesse passado para alguém, contaminado alguém, seria muito grande. Então a gente fechou tudo, ficamos em casa, realmente não saía pra nada. Supermercado, a gente

fazia as compras assim: comprava, deixava num espaço reservado, e depois de uma semana a gente pegava e descontaminava, ali, pegava e usava aquilo.

SCHAUREN – Consequências da Covid, da pandemia em si, basicamente, pra mim o diferencial é a alteração de rotina, que a gente passa a trabalhar em casa. No início, o negócio fica até meio perdido. Como é que vai ser, fica lá... aquela ansiedade, desregulam completamente os horários. Não almoça mais no horário que tu costumava almoçar. A questão da mudança de hábitos, né. A gente fica, fica impressionado com algumas coisas, que é essa questão da higiene. No início, a gente tinha um controle muito grande, precisava passar álcool gel o tempo todo, e tem que cuidar, tem que lavar as mãos, se tu volta da rua tem que trocar toda a roupa, não pode entrar com calçado. Então começa a adaptar muito essas coisas, e aquilo começa a virar rotina, começa a ficar uma coisa natural. E aí a gente para pra pensar como é que era antigamente. E a gente fica pensando, nossa, como a gente era porco. Tu ia pro shopping, pro cinema, passava o dia inteiro no shopping, mexendo em corrimão, escada rolante, não sei o quê; daí tu entrava no cinema, pegava um pacote de pipoca, ficava comendo pipoca assim, sem lavar as mãos, passar álcool gel, nem nada. Um negócio assim, que a gente não se imagina mais fazendo isso. Então, muitas coisas tu vai adaptando.

HERMES – Foi uma coisa que surgiu de repente, que a gente viu da necessidade de se proteger, porque a grande questão é, continua sendo na verdade, mas lá no início a gente tinha muito mais dúvidas. Era saber como que o corpo iria reagir, né. Tem pessoas que não sentem nada, outras são hospitalizadas, entubadas, falecem. Então, varia muito. Isso é uma coisa que a gente tem maior receio. Mas a questão que eu sempre adotei, minha família e tal, é a gente se proteger, evitar aglomerações, contato muito de pessoas; lá no auge, lá, até se evitava sair de casa. Mas aí aos poucos a gente foi... eu nunca deixei de fazer o que tinha que fazer, mas sempre com todos os cuidados. E teve mudanças de comportamento, isso aí é natural, não tinha como ser diferente. Mas sempre tomando os cuidados para a prevenção. Uma das dúvidas, sempre, que a saúde pública principalmente colocou, era que de repente não teria nem atendimento hospitalar para todo mundo. Então “vamos se cuidar, né.”

Caminhar na frente de casa, passear com o pet, ir no supermercado, caminhar na praça, fazer exercício. São atividades que eram

fundamentais para nossa saúde, que acabaram repentinamente tendo que ser limitadas ou até mesmo proibidas. O contato social com os amigos, a visita. Nós, aqui no sul, nosso chimarrão sem poder compartilhar.

Rafael

KELLY - Com relação à minha vida na pandemia, eu peguei um ranço de academia online que vocês não fazem ideia (risos). Fiquei um ano e meio em academia online. Eu não posso nem ver mais academia online na minha frente. Porque eu esperei quase chegar na segunda dose para voltar pra academia presencial. Porque eu pensei que não ia conseguir fazer academia com máscara, mas tá dando, tá dando. Mas é muito melhor fazer presencial, e eu senti muita falta, sim, do contato pessoal.

RAFAEL – É muito difícil a gente falar em aspectos positivos decorrentes de uma pandemia. É até pesado esse termo. O que não significa que não se possa tirar lições positivas de todo esse período que a gente viveu. Nós conseguimos, sim, me parece, evoluir muito em diversos aspectos nesse âmbito. Em termos de trabalho, talvez até em termos pessoais, de se dar conta, de perceber até algumas ações, pensamentos, sentimentos equivocados que se tem, ou que se costumava ter no dia a dia. Também valorizar ações que eram corriqueiras e que de uma hora para outra a gente não conseguiu fazer. Caminhar na frente de casa, passear com o pet, ir no supermercado, caminhar na praça, fazer exercício. São atividades que eram fundamentais para nossa saúde, que acabaram repentinamente tendo que ser limitadas ou até mesmo proibidas. O contato social com os amigos, a visita. Nós, aqui no sul, nosso chimarrão sem poder compartilhar, e continuamos sem compartilhar.

ANA – Com certeza, os nossos hábitos de consumo mudaram completamente. O shopping nos vê muito pouco. Eu não moro muito distante do Iguatemi, então, sempre que a gente quer “ah, comprar um presentinho, uma coisa,” dá um pulinho no Iguatemi e volta. Shopping, a gente vai assim... olha, eu acho que nesses dois anos eu devo ter ido umas três vezes só. Então muito pouco, e muito recentemente, porque eu não tive alternativa. Eu posso dizer que, pessoalmente, a gente mudou muito a circulação, nós circulamos muito menos. Ficamos em casa mesmo, em Porto Alegre, ou vamos pra praia, e ficamos também mais em casa. Nossa convivência

social é com os amigos diretos e geralmente é mais em ambiente aberto. Acho que nesse período, agora, desde dezembro, nós fomos a duas festas, mas porque a gente não podia deixar de ir. Era daquelas, familiares, que a gente não podia deixar de ir. Mas, de resto, muito pouco a gente circula, só mais pra atividade física.

KELLY – Eu não consegui ficar totalmente isolada, de cara, fiquei um tempo, só ali nos primeiros meses da pandemia e em seguida já comecei a socializar, principalmente com a minha família. Então, acho que me aproximei ainda mais da minha família, porque era o que dava pra se aproximar, né. E o trabalho remoto possibilitou uma coisa boa. Os meus pais moram em Florianópolis e me possibilitou trabalhar lá, por um mês, eu fiquei um mês, mais ou menos, lá. E daí meu afilhado morava junto com meu pai e com a minha mãe, com meu irmão e a minha cunhada. Daí eu já tive um contato maior com eles.

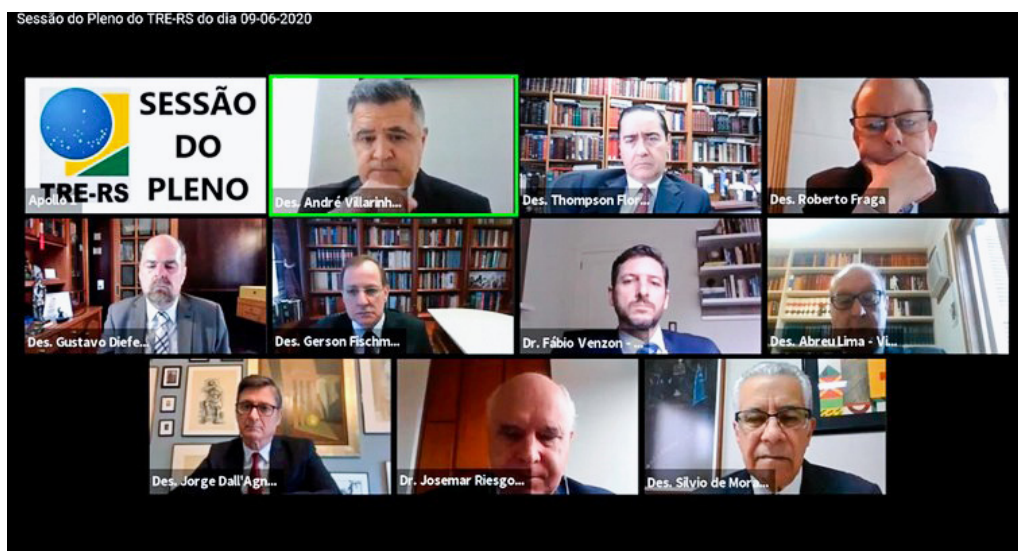
CAPÍTULO 2

Mudanças do trabalho com a pandemia

*De um lado, nós ficamos muito preocupados com a pandemia;
de outro lado, pelo menos não estávamos desprevenidos.*

Josemar

JOSEMAR – Mas nós tivemos uma vantagem que nem todos os Tribunais tiveram. Por uma questão de planejamento, em 2019, tínhamos estabelecido uma tratativa, inclusive mencionando na parte orçamentária, de nós aparelharmos as Zonas Eleitorais e as Secretarias de computadores novos. E tinha como um parâmetro, no mínimo dois computadores físicos em cada Cartório Eleitoral e, havendo sobras, notebooks também para os Cartórios Eleitorais, porque todos eles estavam, com toda a franqueza, usando um termo, praticamente sucateados. Eram computadores bastante defasados, idem também na Secretaria. Então, essa ação nos proporcionou uma aquisição muito grande de notebooks e de computadores. Eu posso dizer que no país nenhum TRE adquiriu tanto equipamento de informática nesse interregno. E era véspera, era 2019, ano não eleitoral. E esse planejamento foi concomitante



Sessão do Pleno do TRE-RS

com a questão das obras também lá do Assis Brasil.³² Mas nós estávamos muito preocupados com a eleição de 2020, era uma eleição municipal. Nosso planejamento contemplava a aquisição de equipamentos e também reuniões preparatórias. Nós fizemos reuniões preparatórias em todas as Zonas Eleitorais, separadas em regiões, de forma a abrigar todas as Zonas Eleitorais. Então, de um lado, nós ficamos muito preocupados com a pandemia; de outro lado, pelo menos não estávamos desprevenidos, pelo menos nessa parte de equipamentos e também encontros preparatórios nos cartórios. Ou seja, fizemos em ano eleitoral o nosso dever de casa.

SCHAUREN – Mas é complicada essa questão de tu disponibilizar, ter que arrumar alguma coisa às pressas, sem ter o planejamento. Então, dentro dessa questão, pra tu prover um trabalho de excelência, é necessário investir em infraestrutura, que é um conceito meio que invisível pro usuário. A gente chama isso de computação ubíqua. Porque o usuário acessa o sistema – tu enxerga na frente do seu *smartphone*, ou do teu *notebook*, do computador –, mas não tem muita dimensão do que está por trás daquilo, para fazer aquilo funcionar. Então, essa questão da infraestrutura

32 Edifício Joaquim Francisco de Assis Brasil, localizado na Rua Sete de Setembro, 722 - Centro Histórico de Porto Alegre-RS. Se tonou a sede do TRE-RS em 2023.

é muito essencial. Tu pode ter o melhor micro, melhor notebook, o mais moderno, acesso à internet; mas se tu não tiver uma infraestrutura de rede com equipamentos e servidores capacitados, pra manter uma performance da disponibilização desse serviço, de nada adianta tu ter o melhor equipamento na tua frente.

Tínhamos também iniciado uma experiência inovadora nos TREs. Não havia nos TREs, ainda, uma regulamentação de teletrabalho, um projeto-piloto como nós fizemos.

Josemar

JOSEMAR – Eu recorro que nós compramos muitos equipamentos de tecnologia da informação, que não se restringia aos *notebooks*, que era também para o novo *data center* e outros equipamentos, inclusive já para prover o nosso edifício novo, o Edifício Assis Brasil. Equipamentos, inclusive, sofisticados e de alto valor. Tínhamos uma consultoria, que também estimulava essa aquisição de equipamentos mais modernos. Só não chegamos ao ponto da inteligência artificial. Aliás, ainda fizemos mais. Nós, em 2019, iniciamos um projeto-piloto, na Secretaria Judiciária e também na Secretaria de Auditoria, que era a experiência piloto de teletrabalho. Tínhamos também iniciado uma experiência inovadora nos TREs. Não havia nos TREs, ainda, uma regulamentação de teletrabalho, um projeto-piloto como nós fizemos. E, por fim, quanto à questão até de preparação de eleição, nós tínhamos feito também duas experiências de atendimento eleitoral a distância. Não era pela internet, mas era a distância, que nós fizemos em Capão da Canoa e também no Acampamento Farroupilha, em 2019. Então, o que eu posso dizer é que várias inovações foram implementadas no ano não eleitoral e isso nos facilitou bastante o nosso trabalho em relação à pandemia. Eu vou até deixar bem claro essa situação, para depois dizer como nós enfrentamos a pandemia, a partir de 19 de março.

CRISTIANO – Como Coordenador, eu sempre tento ficar um ano ou dois à frente do que está acontecendo. Então, em 2017, 2018, a gente já era consciente que o teletrabalho iria acontecer. Poderia demorar um pouco, mas ele iria acontecer. E eu precisava marcar que dia eu entreguei o processo pra pessoa, que dia a pessoa me devolveu. Só que os processos, eles são diferentes. Existem processos de 20 mil, existem processos de 500 mil, existem processos de 2 milhões, existem processos de 10 milhões

de Reais. Eu não posso avaliar os processos da mesma forma. Mas a primeira coisa, a gente controla o tempo; quanto tempo cada pessoa demora para fazer um processo. Bom, quando foi estabelecido o teletrabalho pela Resolução, acho que em julho de 2019, a gente já tinha pronto o nosso mapa de atividades e o tempo que nós demorávamos pra cada coisa. Então aí, nós tínhamos duas servidoras que entraram com o pedido de teletrabalho. Entraram em teletrabalho em julho de 2019 e a pandemia veio em março de 2020. Então a gente já tinha seis meses de experiência em teletrabalho.

DIONE – Foi muito interessante esse processo, porque naquele período anterior ainda, há alguns anos, eu vinha trabalhando, já fazendo uma defesa do ensino híbrido, do modelo híbrido. O modelo 100% a distância, presencial, então vários modelos. Mas o híbrido era o que eu sempre defendia, e inclusive, se diz aqui, o brasileiro se adapta bem a esse modelo. Diferente do europeu, por exemplo, que convive muito bem a distância, o brasileiro precisa desse contato pessoal. Então, eu defendia o modelo híbrido. Participei de alguns seminários, na época representei o Tribunal até no CNJ³³, e trouxe uma solução pro Tribunal, tentando defender esse modelo híbrido. Apresentei em um fórum de tecnologia da Justiça Eleitoral, lá em João Pessoa, a solução de uma *web conference* já, pra mostrar. Isso em 2009, né, e ganhamos um prêmio do CNJ, com a Central Virtual de Colaboração. Tudo eram projetos em que a gente tentava criar uma cultura de que dá para trabalhar híbrido.

CRISTIANO – Quando chegou a pandemia, quando veio aquela notícia... primeiro a gente começou, lá em fevereiro de 2020, notícias, que tava se expandindo a pandemia, que estavam aumentando os casos, primeiro caso em Porto Alegre, ali, final de fevereiro, início de março. Aí chegou março de 2020. A gente já conhecia a ferramenta de trabalho remoto, que hoje é superutilizada por muitos do Tribunal, que é o VDI, o *virtual desktop*, que é a forma de conexão, e já tínhamos servidoras com experiência e usando aquilo há 6 meses. Então, pra nós, a virada de chave foi muito rápida. E ali, em março, o que aconteceu? Eu abri um chamado pra STI, para aquele ambiente virtual ser disponibilizado para os outros servidores da Coordenadoria. Foi uma questão de aprendizagem, o pessoal aprendeu a acessar, aprendeu a usar o VDI, e foi fácil, pra nós foi fácil. A nossa produção, aquela coisa de fazer processo, ela não parou. O Tribunal praticamente demorou um tempinho

33 CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

ali, até se adaptar ao trabalho remoto, e havia questões de como operacionalizar. Para nós, de certa forma, foi fácil.

RODRIGO – Na verdade, ninguém foi pego de surpresa porque o PJE já entrou em 2019. Então, desde aquela época, nós fizemos intensos trabalhos junto às instituições. Nós fizemos trabalho com a OAB³⁴, para divulgar a questão do PJE. E muitos advogados já estão acostumados, porque outros ramos do Poder Judiciário já usam o processo eletrônico. A Justiça Trabalhista, por exemplo, já tem o PJE há um bom tempo. Então, para muitos ali talvez não fosse tanta novidade assim. Claro que pegar, de repente, a realidade do interior talvez seja um pouco mais complicada. Mas a gente fez esse trabalho prévio com as instituições, Ministério Público, Polícias, já mostrando como é que funcionava, como é que era a mecânica, como é que as instituições tinham que agir.

CRISTIANO – As pessoas tiveram que trabalhar em casa, tiveram que ter computador próprio ou computador do Tribunal. A maioria está com computador do Tribunal. Então, logo no início, um pouquinho antes de o Tribunal dizer “todo mundo vai pra casa”, eu pedi notebook pra todo mundo. Um pouquinho antes de o Tribunal decretar ali o trabalho remoto, eu pedi cadastro no VDI para todos os servidores, entendeu? Mesmo pra quem dizia “não, eu não quero ir pra casa, eu quero trabalhar presencial, esse negócio de em casa eu não quero.” Mesmo assim, eu pedi dois notebooks e ficaram comigo no armário que tem aqui, com chave, com um cadeado. Demorou dois dias e elas “ok, eu aceito o notebook, vou pra casa, porque é o melhor, é mais seguro.” E aí, quando todo mundo estava pensando em pedir computador, quando todo mundo estava pensando em se cadastrar, quando todos estavam pensando em usar o ramal, a gente já tava com essas coisas funcionando, e funcionando bem.

SCHAUREN – A questão do VDI foi uma daquelas coisas que a gente deu sorte, porque estava sendo feito um estudo para implantação do teletrabalho; e um ano antes eles tinham oferecido essa solução de VDI. Então, o Gustavo, que era nosso colega da SEMAU³⁵, fez um projeto-piloto, um estudo de implantação do VDI, e a gente já estava treinando um pouco desse ambiente de trabalho, fazendo

34 OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

35 SEMAU – Seção de Operação, Microinformática e Ambiente de Usuário

testes. E ele já tinha sido disponibilizado pro pessoal da ASTED³⁶, dos Assessores dos Desembargadores, alguns já estavam usando, e esses já estavam fazendo o teletrabalho. Quando veio a pandemia, a primeira coisa que a gente fez foi: “vamos ampliar o acesso do VDI.” Recém havia sido feita a contratação de 300 licenças pro VDI, então isso ajudou muito, pois senão a gente teria que disponibilizar VPN pra todo mundo. Então, algumas coisas a gente acabou dando sorte, assim, bem diferente do que aconteceu em outros Tribunais.

DIONE – Mas, o que que aconteceu. Por causa dessas iniciativas, e assim patrocinadas pela STI, que na época até para nós era um assunto meio profético. Será que isso vai acontecer ou não? Compramos 400 *webcams* e 400 *headsets* numa licitação, antes da pandemia. Não tinha acontecido nada, ainda. Nós queríamos começar a fazer isso, e criamos uma salinha lá com o patrocínio do Cássio, onde a gente ia conseguir conversar com as Zonas Eleitorais e fazer alguma coisa, que era presencial antes, já remota, lá da sala do Cássio. E aí vem a pandemia. Cai em cima de nós com tudo isso. E foi aí, justamente, que essa experiência em que eu vinha trabalhando, e essa ideia não era mais uma ideia. De um dia para o outro virou uma necessidade. E nós não estávamos completamente despreparados. Foi interessante, nós estávamos preparados, ou seja, nós conseguimos colocar *web conference* em poucos dias, conseguimos avançar várias coisas, em poucos dias. O trabalho em EAD, por exemplo, que era uma coisa que nós estávamos trabalhando na Escola, passa a ser a solução. Então, esse meu perfil profissional, com a pandemia, ele se estruturou. Claro que, para aqueles ideais que eu defendia na época, que a equipe defendia, nunca conseguimos imaginar o que seria necessário para fazer esse negócio crescer. Mas aconteceu algo aí trágico, mas que de fato trouxe à tona toda essa solução.

A gente estava passando muito cuidadosamente pra essa nova etapa, essa virtualização, digamos assim. Parece que a pandemia veio dar aquele empurrão. Não, é agora, é já.

Juliano

JULIANO – Eu costumo dizer que essa nova forma de trabalhar, essa modernização, essa questão sobre a virtualização do trabalho, era um caminho que

36 ASTED – Assessoria Técnica dos Desembargadores Eleitorais

estava seguindo a passos lentos, com muito cuidado. A gente estava passando muito cuidadosamente pra essa nova etapa, essa virtualização, digamos assim. Parece que a pandemia veio dar aquele empurrão. Não, é agora, é já. É como se fosse aquele gurizinho que tá na piscina, né, que a piscina tá gelada e ele bota o pé ali e “bah, mas tá gelada, será que eu entro?”, vai devagarinho, vai na escada, vai entrando e daí vem um amigo e dá aquele empurrão cruel. Vai, pula que logo passa; no começo tu “ai, ai, a água tá gelada”, mas depois vai acostumando. Parece que foi mais ou menos assim, a pandemia. Foi um empurrão e disse “ó, é agora, se virem”.

RODRIGO – Não tenho dúvidas que todo esse processo acabou transformando bastante a nossa vida, no Eleitoral. Já tinha, obviamente, projetos de teletrabalho. Alguns setores do Tribunal já fizeram experiências nesse sentido, antes da pandemia. E funcionou bem, também. Acho que a Assessoria dos Desembargadores teve bons rendimentos ali. Funcionou muito bem. E, claro, a pandemia realmente acelerou tudo de uma forma avassaladora.

A gente conseguiu comprar muito notebook, melhorar a infraestrutura de TI, a aquisição de licenças, para a gente poder trabalhar, fazer o teletrabalho, o trabalho remoto que se tinha então.

Hermes

HERMES – Com relação ao orçamento ordinário, 2020 foi um ano de muito trabalho pra mim, né. Principalmente porque uma coisa é seguir a programação, é muito mais prático, mais fácil. Mas, com essas mudanças teve a redução de algumas despesas. Por exemplo, a energia elétrica reduziu bastante. Foi uma das que mais teve impacto. A água não representa muito em despesa para o Tribunal, mas teve uma redução. E, aquisição de materiais de consumo, material de expediente, toner, que a gente gastava muito lá no Tribunal, reduziu sensivelmente. Então, teve economia por causa da pandemia, também de diárias, passagens também, no ano passado praticamente teve muito pouco. Então, durante o ano eu fiz diversas alterações orçamentárias, tirando de custeio e transferindo para o investimento, justamente o que possibilitou a aquisição de todos aqueles notebooks que temos novos hoje. Conseguimos comprar muito notebook, melhorar a infraestrutura de TI, a aquisição de licenças, para a gente poder trabalhar, fazer o teletrabalho, o trabalho remoto que

se tinha então. Porque teve uma mudança de foco. Esse investimento todo que teve na TI, grande parte foi das nossas economias no custeio das despesas do Tribunal. Por exemplo, hoje praticamente todos, senão todos, têm notebook novo, que foram adquiridos. Agora, esse ano também nós adquirimos mais uma boa quantidade, em complemento ao que faltava do ano passado, para melhorar o acesso das pessoas ao Tribunal e poderem fazer o teletrabalho.

PAULO – Os contatos com os fornecedores sempre são pautados pela técnica, pela correção dos procedimentos, e a gente procura não entrar muito nessa questão de eventuais quedas nas vendas. Mas a gente sente. Às vezes é pela maneira de falar, às vezes é pelo número de contatos, oferecendo produtos, oferecendo insumos que a gente habitualmente comprava em maior quantidade, passou a não comprar mais. Porque os estoques permaneceram elevados. Então, mesmo que nós não tenhamos essa conversa franca com os fornecedores, a gente sente sim, infelizmente, porque se gostaria que ninguém passasse por dificuldades. Mas a gente sente que, infelizmente, os fornecedores tiveram quedas expressivas nas vendas desses itens não relacionados à pandemia.

RAFAEL – E eu acho que a infraestrutura teve todo aquele movimento para tornar operacional os computadores particulares, para funcionarem fora do Tribunal. Nós tínhamos uma experiência com os notebooks, que basicamente precisavam de uma rede de internet para funcionar, mas nós só tínhamos dois computadores para atender a uma demanda de fechamento do cadastro, por exemplo. Então, o fato de nós conseguirmos acessar a rede do Tribunal via VPN, com os computadores particulares, isso auxiliou e muito, e foi fundamental para o êxito do trabalho. Uma pena que a questão dos *desktops*, para serem retirados do Cartório Eleitoral, acabou demandando um tempo maior. Não recorro exatamente quando que veio essa autorização, mas ela foi posterior ao fechamento do cadastro. Acho que teve questões técnicas ali, e também algumas questões de autorização, porque também nós tínhamos que ter e temos sempre a preocupação com o próprio acesso à rede. Tinha uma série de programas da eleição que funcionam de forma exclusiva nos computadores e precisava ter esse cuidado com a segurança.

KELLY – No cartório, a gente tinha toda a condição de internet, de um computador, coisa e tal. Eu fico com pena de quem trabalhou em casa, porque eu

trabalhei em casa, assim, e a minha internet não é tão boa quanto a do cartório. Então, por isso que eu também não fiquei em casa para trabalhar, porque eu, realmente, assim, já estava difícil trabalhar dentro do cartório, com toda a tecnologia que se tem lá, todo o acesso, eu imagino em casa, deve ter sido um desespero mesmo. Então, o Tribunal deu bastante condição para os cartórios na parte tecnológica.

ALEXANDER – O Tribunal tem uma normativa que estabelece o que tem que ter, os equipamentos e os materiais. As Zonas Eleitorais são mais ou menos equivalentes. Isso, claro, depende do seu tamanho. Eu, por exemplo, tinha dois *notebooks*, tinha impressora, tinha tudo o que a gente utilizava nos JEPs³⁷, que me supriram no começo. Mas aí, depois, utilizei mais o meu equipamento, porque era melhor do que o do TRE. Acho que nessa parte de equipamento tínhamos suporte suficiente. Soluções de segurança tiveram que ser implementadas: VPN, tunelamento, VDI e todas essas coisas que o Tribunal desenvolveu. Levou um tempinho pra gente fazer, porque foi “ôpa, támo indo embora”; tá, agora vocês resolvam pro pessoal trabalhar. E a parte de equipamento eu acredito que sim, nós estávamos bem preparados. E as soluções técnicas apresentadas pela STI, depois de um tempinho recorde de estudo, pra mim atenderam, e continuam atendendo até hoje. Coitado do pessoal da STI, trabalharam muito para essa parte. E depois, claro, a nossa capilaridade, a quantidade de gente espalhada, tu fazer um suporte, né. Do cara lá de Quaraí, que não consegue funcionar, é diferente da pessoa ali de Porto Alegre, vou ali na casa dela e tá resolvido. Mas foi bom, foi bom o suporte.

KELLY – Nessa parte da tecnologia, eu tenho impressão de que o Tribunal tem por atitude, vamos dizer assim, de enviar os melhores equipamentos pros lugares mais distantes. Afinal de contas, se está num lugar mais distante e dá um problema num equipamento ruim, como é que faz, entende. É mais caro tu tirar de uma Zona Eleitoral lá de Quaraí, por exemplo, que é o lugar mais longe de Porto Alegre. Então, eu acho que dentro das Zonas Eleitorais a gente tem uma capacidade tecnológica um pouco melhor, sim. E, principalmente, depois dos *notebooks* novos que chegaram. Agora eu também não posso dizer 100% das Zonas Eleitorais, não sei se a realidade... Eu acredito que seja assim. Aqui, para mim, eu não posso reclamar de equipamento. Posso reclamar dos

37 JEP – Programa Justiça Eleitoral Presente, desenvolvido pelo TRE-RS com o objetivo de ofertar serviços para comunidades com maiores dificuldades de acessar os locais de atendimento das Zonas Eleitorais.

equipamentos de biometria, disso eu posso reclamar. Porque isso é coisa do TSE, mas de equipamentos de computador a gente não pode reclamar, não. E a própria rede de dados também é bem boa.

TOEBE – Eu acho que essas diferenças existem, não tem como a gente colocar todo mundo no mesmo cesto, né. Tem cartórios menores que o meu, tem três, quatro cedidos, requisitados. Então, é uma opção de cada cartório. Em termos de pessoal, há grandes diferenças. Na questão equipamentos, quando eu estou no cartório, eu estou 100% atendido. É fantástica a estrutura. Nós temos micros ótimos, nós temos *laptops*; enfim, o cartório está bem assistido. Com exceção, que isso já é uma briga antiga, é do *wi-fi*, porque nós temos os celulares. Mas isso também não é o maior dos problemas. Quanto ao equipamento em casa, num primeiro momento eu trabalhei com laptop. Logo em seguida, os colegas que trabalharam, acho que exaustivamente, nos possibilitaram de levar o desktop, aí ficou 100%. Com exceção da internet, que daí eu tive que usar a minha, utilizar a de casa, enfim, mas que também não vejo um problema, porque ela está lá.

JULIANO – A infraestrutura também. Em Encruzilhada do Sul, nós temos um Cartório Eleitoral localizado no Fórum da cidade. Eu cheguei em Encruzilhada no ano eleitoral, uma eleição municipal, pouco antes da pandemia. Eu, como Chefe de cartório, decidi e coloquei pros colegas: “nada vai ser mudado do que estava sendo feito, apenas aquilo que vocês, que já fizeram eleição aqui, considerem que deu errado”. Se alguma coisa deu errado, a gente troca. Se não, eu não vou me atrever a chegar aqui querendo cantar a música que tem que ser tocada pela orquestra, porque vocês têm o conhecimento, e a gente vai seguir nessa linha. Então, alguma coisa que outra a gente alterou, mas a estrutura foi boa. O Fórum seguiu a mesma logística das outras eleições, então não deu problema.

THOMAS – Num primeiro momento, o Tribunal não conseguiu garantir equipamentos para todos os colegas. Mas foi questão de tempo, era um ou outro colega que não tinha computador, ou que estava com os equipamentos muito defasados, no atendimento remoto, em casa. Com o tempo, o Tribunal foi suprimindo com notebooks e então garantindo os equipamentos. Claro que a internet fica por conta de todos nós que trabalhamos remotamente. Mas os equipamentos, para quem foi precisando, na medida em que foram adquiridos, foram sendo encaminhados.

ALINE – Por parte do Tribunal, houve uma oferta assim que possível. Eu me lembro direitinho, do dia em o Schauen disse: “a gente tá vendo como conceder o acesso, no computador”. Porque teve um dia que eu perguntei pra ele: “não tem como a gente acessar pelo computador, né, além do notebook?” E aí, isso foi um disparo assim, no trabalho, que rendeu muito mais, e vários colegas se utilizaram disso, de levar essa infraestrutura pra casa.

TOEBE – Quanto ao equipamento, eu não creio que alguma Zona Eleitoral esteja prejudicada, porque o Tribunal realmente nos assessorou muito bem nesse sentido, em termos de cartório. Tanto em casa, também nos assessorou muito bem. Foi assim uma agilidade mostra, pra nos botar com os cartórios de pé em casa, né? Foi assim, fantástico. Eu acho que a nossa equipe aí foi determinante nesse sucesso também.

CRISTIANO – Sobre tecnologia, hoje, eu acho que está no nosso dia a dia, tá funcionando bem. A STI nos dá bons computadores. A gente tem uma conexão boa com o Tribunal. O VDI funciona de forma adequada. De vez em quando dá um probleminha que outro, mas a gente conversa lá com o pessoal do *Helpdesk*³⁸, que tenta ajustar. Mas eu considero normal, ou seja, uma evolução, de 2016, 2018, 2020, uma evolução natural.

Eu tenho um escritorzinho na minha casa, eu não tenho filhos pequenos, meus filhos são adultos. Então, eu tenho condições perfeitas de fazer teletrabalho. Mas não é a situação de grande maioria dos servidores do TRE, e da população em geral.

Ana

RAFAEL – O fato de ser autorizado a levar o mobiliário também auxiliou, pois nós tivemos servidores que não tinham a estrutura necessária em casa. Então, acho que foram formas que deram uma amenizada. Foi muito exitoso em termos de trabalho, mas claro que agravado por todo o aspecto social, no aspecto pandêmico que nós tivemos. Foi uma eleição assim, posso caracterizar, extremamente desgastante.

38 Termo que caracteriza o serviço de suporte a clientes internos e externos e que tem como objetivo resolver, via chat, telefone, site ou e-mail, problemas técnicos de TI. Sua meta é elevar a experiência do cliente por meio de uma prestação de serviço ágil e solução de problemas eficientes.

ANA – Eu tenho um escritorzinho na minha casa, eu não tenho filhos pequenos, meus filhos são adultos. Então, eu tenho condições perfeitas de fazer teletrabalho. Mas não é a situação de grande maioria dos servidores do TRE, e da população em geral, que tem filhos pequenos, que acabam trabalhando das suas salas, dos seus quartos. Dos seus quartos, principalmente. Tu trabalhar no quarto, de noite vai dormir, olhando para o teu computador, não tem quem descanse, né.

RAFAEL – Nós tínhamos uma questão de insegurança também dos servidores. Nós temos a questão da obrigação funcional e eu tenho a minha vida pessoal também. E isso estava tudo misturado dentro das residências, e a insegurança. Isso eu posso falar, tanto do que nós vivenciamos aqui com os relatos de outros colegas. Então, uma dificuldade de servidores, em concentração, em diferenciar o horário de trabalho do horário de lazer, o horário com a família. Muitos tinham que organizar, ou até hoje têm, de estar com uma mesa ou na cozinha ou na sala, não tem nem um escritório, com o filho ou a filha que circula ali. Você está trabalhando, o pessoal está cozinhando, enfim, a vida também continuava. E era o trabalho invadindo a vida privada. Nós que levamos o trabalho pra lá, pra ele continuar ocorrendo. Então os familiares, as pessoas que estavam próximas a nós, se viram invadidas ou tendo outro concorrente ali para dividir a atenção. Para muitos ficou difícil ter um local adequado para manter a concentração, ter um ambiente adequado para isso. Mas nós tínhamos servidores que não tinham nem internet na sua residência. Eu, particularmente, acabei até custeando a internet para um colega, por um período; em razão de necessidade de trabalho, e ele precisava, estava em processo de mudança.

ALINE – Houve problema de não se ter uma cadeira adequada pra trabalhar em casa. Até que chegou um dado momento, o Tribunal concedeu a possibilidade de tu levar a tua cadeira do cartório, para casa, com a informação ao Patrimônio, claro. Nós estávamos com uma realidade, aqui na 46ª Zona Eleitoral, tranquila. Eu, no momento em que pude trazer até um computador, um desktop pra casa, Nossa Senhora!, com duas telas, daí tu pode olhar numa delas os documentos do registro de candidatura e, na outra, ir clicando. Eu tinha uma realidade boa e o meu colega também. Existiu o apoio por parte do Tribunal, mas a gente teve que se empenhar em uma infraestrutura, em casa. Além disso, eu fiquei sem empregada, porque ela tem asma, então eu lidava com a casa também. Ela chegou

a ter Covid na semana anterior à eleição. Foi uma correria assim, de ter uma situação condizente para o trabalho render.

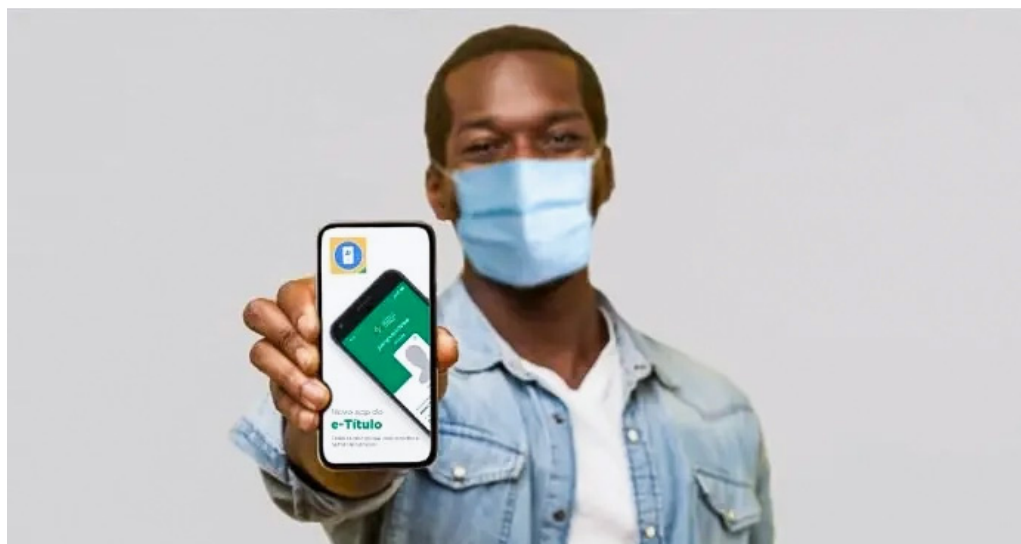
PAULO – Como todo procedimento, o processo de teletrabalho pode ser aprimorado também, é algo que é meio novo para a Instituição. Mas eu acredito que seja muito apropriado e que vem dando bons resultados. Acredito eu que os procedimentos, pelo menos os que eu acompanho mais de perto, que são os relativos a materiais, eles estão fluindo como antes, sem qualquer tipo de prejuízo em relação à época em que era 100% presencial. E, de certa forma, está tendo uma economia para a Instituição. Estamos ainda numa pandemia, então o teletrabalho é importante para a saúde dos servidores. Mas nós temos esse lado, que há uma redução de despesas para o Tribunal. Então eu acho que é um processo que veio para ficar. Pode ser aprimorado, mas está sendo muito bom, como disse, acredito que para todos.

RAFAEL – Eu acho que o aspecto da atenção ao servidor, através de um canal criado pelo qual se procurou trazer vídeos que mostravam como era melhor a organização em casa, desde posicionamento da cadeira, a altura do monitor, o que mudar na rotina de trabalho, horários. Eu acho que isso foi um aspecto interessante. Depois, num segundo momento, com depoimentos de colegas em que a gente conseguia acessar e ao mesmo tempo se identificar com aquela realidade, e ver que a dificuldade também era de todos, compartilhar experiências, aprender com aquela experiência de colega, acho que isso foi muito legal.

O Tribunal, dia 16, ele disse para nós: “amanhã trabalho remoto a partir de casa”. Isso aí eu brinco, mas eles não perguntaram para minha esposa se ela queria o cartório lá dentro de casa, né.

Toebe

TOEBE – Na verdade, eu tenho uma brincadeira, que eu faço, né. O Tribunal, dia 16, ele disse para nós: “amanhã trabalho remoto a partir de casa”. Isso aí eu brinco, mas eles não perguntaram para minha esposa se ela queria o cartório lá dentro de casa, né. Então, acabei invadindo os espaços dela, então seguidamente era *live*, era treinamento. Então, tanto em casa, mesmo que invadindo o espaço, talvez



e-Título

da minha esposa, enfim, que teve restrições em alguns momentos, e aquela tensão toda de cartório tava lá também. Que ela fica em volta ali, né.

HERMES – A gente sempre teve um contato muito próximo de todos os servidores no dia a dia. Então, inicialmente, a gente tem que ter um contato, uma forma de se comunicar rápido e fácil, né? Criamos um grupo no WhatsApp com a coordenadoria toda, e aí dando orientações, se comunicando, o pessoal tirando dúvidas comigo, e os outros acompanhavam. Isso já servia para todos os servidores terem uma noção do que estava acontecendo e acompanhando. Foi a forma que encontramos para acompanhar, para orientar, tirar dúvidas. O WhatsApp foi uma ferramenta muito importante. Às vezes, claro, tivemos assuntos que se tratava pessoalmente com alguém, por telefone, e-mail, às vezes mandando demonstrativos. Como a gente trabalha, é muito dinâmico. Toda hora tem coisa nova, tem necessidades novas. Então, a comunicação foi importante pra levar o trabalho, pra manter a qualidade do trabalho.

Os usuários tinham o nosso WhatsApp, nós atendíamos eles, e nos aproximou muito. Então, é aquela coisa, como eu comentei no início, a pandemia afastou as pessoas, no contato físico, em alguns

momentos, uma parte do tempo, mas também, paradoxalmente, ela aproximou muito.

Rodrigo

RODRIGO – Eu vou destacar um ponto positivo, que do ponto de vista do usuário, o acesso ao atendimento ficou mais fácil. Porque, além do SIMBA³⁹, que é a ferramenta padrão para abrir chamados, e o próprio telefone, nós tivemos o WhatsApp como uma ferramenta para aquelas questões urgentes, que não podiam demorar. E isso funcionou muito bem. Os usuários tinham o nosso WhatsApp, nós atendíamos eles, e nos aproximou muito. Então, é aquela coisa, como eu comentei no início, a pandemia afastou as pessoas, no contato físico, em alguns momentos, uma parte do tempo, mas também, paradoxalmente, ela aproximou muito. A gente começou a conhecer muito mais os cartórios, que nos demandavam direto. Fizemos grandes amigos aí ao longo do processo. Entendemos bem as demandas deles.

RAFAEL – Acho que a pandemia trouxe um aspecto de muitas características que a gente não identificava na equipe – e isso não necessariamente é só uma percepção local, já ouvi outros relatos –, algumas características que estavam um pouco escondidas, ou a pessoa conseguia de certa forma dar uma disfarçada no ambiente presencial, e afloraram no trabalho a distância. Essa dificuldade de concentração, a falta de um envolvimento, muitas vezes, ou conseguir trazer o foco, que no presencial traz. No presencial a gente tem o contato com o colega do lado; eu tô com uma dúvida, eu olho para o lado “olha como é que eu faço isso? Me auxilia aqui”, de entrar no computador, apontar, clicar aqui, clicar aí. E aí, a distância não tínhamos isso. Era o contato via WhatsApp, via telefone. A gente tentou e, de certa forma, a gente conseguiu. Se procurou manter pelo menos uma reunião *online* com todos os servidores do cartório, às vezes com pauta já predefinida, outras não, mas sempre com assuntos livres, pra que a gente conseguisse manter um contato de todos, se ver. Dizer: “ah, como é que está o fulano? Como que está o sicrano?”

39 SIMBA – antigo sistema de registro, abertura e tratamento de solicitações dos usuários do TRE. Hoje o sistema foi substituído pela Central de Serviços Integrados (CSI).

RODRIGO – E não só os nossos usuários internos, os nossos usuários externos. Facilitou muito. Nós temos um balcão virtual hoje, todas as seções têm, o acesso pelo WhatsApp do balcão também. Eles usam bastante, os advogados, o Ministério Público, os Magistrados, Polícia Federal. Tudo isso foi muito fácil. Hoje tu já tem o contato direto com eles, nós conhecemos as pessoas. Nós não temos problemas em fazer nenhum atendimento via videoconferência, e isto com certeza é uma das coisas que vem para ficar, as videoconferências. Imaginem, hoje as reuniões ali, cria um grupo de WhatsApp para um determinado tema – e o TSE faz muito isso. Eu participo em diversos grupos de trabalho. Participo no grupo de trabalho do primeiro grau, das Zonas Eleitorais, o grupo de recursos, no segundo grau, grupo da TPU, que são as tabelas padronizadas unificadas. São vários. E o pessoal usa aquela política: “ó, tem reunião”. Daí avisa ali, uns cinco dias, uma semana de antecedência pro pessoal já ir se organizando. Três servidores por TRE participam, chega o dia, e manda o link e está todo mundo ali, muito rápido. Aproximou muito o pessoal dos outros TREs, do TSE, órgãos externos.

HERMES – O ano passado, por exemplo, mesmo com a eleição tardia – que, em vez de ser em outubro, foi em novembro –, conseguimos encerrar o ano bem. Foi mais corrido, mas se consegui resolver todas as questões pendentes e tal. Foi bem o ano, se manteve a qualidade do trabalho. E esse ano também está sendo bem, a gente está todo dia, constantemente, em contato com servidores, para manter o trabalho em dia. Então, o WhatsApp, as coisas mais gerais do grupo; outras mais específicas, por e-mail. Algumas chamadas de vídeo, específicas com algum colega ou às vezes em grupo. Conseguimos nos comunicar e combinar de executar as nossas atividades do dia a dia, e está indo muito bem. Sinceramente, está muito melhor que as expectativas lá no início. A gente está trabalhando separado, mas consegue se conectar e resolver todas as questões, e tocar mantendo a qualidade do trabalho.

RAFAEL – Mesmo depois, quando a gente veio para um trabalho híbrido, com alguns servidores presenciais e outros remotos, tivemos servidor que não veio trabalhar por questão de classificação de risco, questões de saúde. Então, era a oportunidade que a pessoa tinha de rever os colegas, trocar uma ideia, de a gente também passar alguma orientação.

JOSEMAR – Mas, da eleição, ninguém também imaginava que poderia ocorrer uma pandemia no meio do caminho, dando até uma expressão de um

escritor, “tinha uma eleição no meio do caminho”. Desde 2019, havia uma integração da Presidência, da Corregedoria e da Diretoria-Geral, que eu não lembro em passado recente. Então se procurava colaborar dentro do possível, e que se procurou ser também o mais transparente, para facilitar o trabalho, e os colegas saberem como estão, como ocorre uma gestão. Procurava dar também informações de tudo que ocorria, isso sim foi elemento diferenciador. Então eu, a única coisa que eu tenho certeza, é que foi uma eleição em que o esforço de todos os servidores, sem qualquer distinção, tornou ela até um pouco mais tranquila diante da sua complexidade. Considero, realmente, nesses 34 anos da Justiça Eleitoral que completei esse ano, a eleição mais complexa. Não sei se a gente pode considerar a mais difícil, mas realmente foi a mais complexa porque envolvia situações novas, inusitadas, e um intercâmbio com o TSE e os demais TREs que nunca tinha ocorrido. Normalmente, cada eleição era uma atribuição exclusiva dos TREs, sem toda essa integração que foi necessária e indispensável nesta eleição da pandemia.

CAPÍTULO 3

Preparando as eleições da pandemia

A pandemia impôs que passássemos a adotar o atendimento virtual como o meio mais seguro de evitar as aglomerações, os contatos físicos etc. Tudo para evitar o contágio do vírus. Com as sessões do Tribunal Pleno aconteceu exatamente a mesma coisa.

Des. Villarinho

DES. VILLARINHO – A pandemia impôs que passássemos a adotar o atendimento virtual como o meio mais seguro de evitar as aglomerações, os contatos físicos etc. Tudo para evitar o contágio do vírus. Com as sessões do Tribunal Pleno aconteceu exatamente a mesma coisa. Aliás, se não me falha a memória, começaram as sessões virtuais ainda na gestão da Desembargadora Marilene, no final da gestão dela, porque a pandemia já estava em curso, vamos dizer assim. Na verdade, me parece que houve aí uma antecipação. A pandemia antecipou algo que ocorreria lá adiante. A gente sabe que a virtualização, cada vez mais faz parte da nossa vida em todos os segmentos, e no Judiciário não seria e não será diferente. Com a pandemia

nós estávamos com o Tribunal fechado, quer dizer, não havia contato presencial ali de ninguém, de ninguém. Então, se adotou as sessões virtuais. Num primeiro momento, totalmente virtual, os advogados em seus escritórios ou residência, os Magistrados em seus gabinetes de trabalho ou escritórios, ou até nas residências. E os advogados, como eu disse, podendo fazer a sustentação oral pela via virtual. E os nossos servidores, o doutor Rogério secretariava as sessões também, todos de forma virtual, para preservarmos a integridade e evitar o contato.

DES. ARMÍNIO – Eu não vejo que tenha ocorrido qualquer prejuízo para os julgamentos, para a qualidade deles, para a segurança deles. E tanto em relação ao jurisdicionado como o destaque que faço aos advogados, que prestigiaram de uma forma muito enaltecida a realização dessas sessões telepresenciais. E recorro que numa sessão um advogado de uma comarca mais distante, ali pela altura do Rio Uruguai, pediu que continuássemos, mesmo depois de passada a pandemia, com as sessões telepresenciais, porque permitia aos advogados participar das sessões sem a necessidade de se deslocar até a capital. Hoje nós já temos isso mesmo quando a sessão não é telepresencial, por uma alteração regimental que permitiu aos advogados participarem, sem estarem presentes, de uma forma telepresencial. E que estendemos isso, a nossa norma, tanto pra advogado do interior quanto da capital.

DES. ELEITORAL GERSON – E a ação do Tribunal Regional Eleitoral, já era gestão do Desembargador Villarinho, ela particularmente me surpreendeu. Não tivemos, eu acho que sequer solução de continuidade. Nós tínhamos feito uma última sessão presencial, talvez uma, duas semanas antes, e imediatamente já estávamos trabalhando online. Eu acho que foi uma ação extremamente corajosa, extremamente eficaz. O Tribunal Regional Eleitoral conseguiu. E me surpreendeu também como as partes e os advogados se adaptaram rapidamente a esse sistema. Já pediam as suas inscrições para sustentação, entravam na sala, recebiam. Eu tinha essa perspectiva, que nós fazíamos as sessões respeitando absolutamente o princípio da publicidade, pois elas eram transmitidas simultaneamente no canal do YouTube. Até hoje tem tribunais, que eu frequento, em que as sessões podem ser virtuais, mas não se encontra no YouTube. Eu acho que o nosso Tribunal deu uma prova de eficiência, de agilidade, de tecnologia. Posso estar enganado, mas acho que foi o primeiro Tribunal que conseguiu, em tão rápido tempo, colocar as sessões virtuais, essas sessões *online*.

EDUARDO – Pra ter uma ideia, eu comecei a fazer as primeiras sessões com o computador que eu tinha em casa, no escritório. Na verdade era um quarto que no fim virou escritório. Eu montei aqui o computador. Fiz de início, das primeiras coisas que eu fiz. Eu tinha um ponto de internet na sala, e um replicador no corredor que trazia pro resto do apartamento. Eu já adicionei mais um ponto aqui, só pro escritório; era uma internet exclusiva para isso, para trabalhar, pra eu conseguir ter um pouco de segurança de que não ia ficar no wi-fi lá da sala, ou ter que fazer a transmissão lá da sala. Ia ser confuso. Então eu montei uma estrutura aqui, uma internet boa. Nunca deu problema. Mas esse papo todo foi pra contar que eu estava fazendo as sessões aqui do meu computador, eu só tinha uma tela no computador e aí eu descobri uma das características do Zoom, que quando eu começo a gravar, eu não consigo minimizar a tela para abrir outra coisa atrás. Então, eu já vi, bom, não vai servir, porque durante a sessão várias vezes eu tenho que intervir no Apollo⁴⁰. Para mudar a tira do Presidente, ou fazer alguma outra adequação de ementa. Bom, não vai dar certo, né? E aí, isso era uma manhã assim, e eu conversei com Paulo, que é o Coordenador: “Bah, vamos dar um jeito nisso, vamos ver se a gente consegue um note para ti”. E aí foi uma coisa impressionante, assim, porque desse meu primeiro contato com o Paulo, olha, não deu 30 minutos e o Schaurén tava chegando na porta do meu apartamento aqui, com o note, ele trazendo, né. É por isso que eu digo que a informática tem, bah, total valor assim nessas questões. Já me trouxe um note configurado, com o Zoom instalado. E era um note até que estava com o Wobeto, parece; tirou o note do Wobeto de casa e trouxe pra cá. E aí eu comecei a fazer as sessões pelo note. E aí começou a funcionar bem melhor.

DIONE - Quando surgiu a primeira sessão remota no Pleno, eu já tinha estudado todos os *web conferences*. O Zoom pra mim era um amigo já, essa solução que hoje todo mundo conhece, nós estamos usando aqui. E eu já tinha uma licença comprada, minha né. Então nós colocamos ela pro Pleno. Ficamos, eu acho que meses, usando a minha licença pras sessões do Pleno, até conseguirmos comprar essa solução. E lives, por exemplo, nós começamos a transformar todos os eventos presenciais, de um dia para o outro, em lives. Fizemos quase 30 nos primeiros meses. E aí, na minha casa, uma parafernália que eu tinha no meio da minha sala, onde eu tive uma solução toda, com *nobreak*, dois links de internet, porque nada podia dar errado na minha casa, porque se

40 Apollo – sistema que permite a elaboração, edição, assinatura eletrônica e publicação de sentenças, decisões e despachos pelo Juiz Eleitoral ou por servidores da Zona Eleitoral.

desse errado o evento parava. Então, essa junção de ideias e de paixão que eu tinha pelo assunto aconteceu de um dia para o outro, e isso então colaborou. Nós fomos os pioneiros, fomos os primeiros a colocar essas soluções, a primeira sessão do Pleno no ar.

EDUARDO - Esses tempos até, no início da pandemia a gente... porque tudo foi uma adaptação dos Magistrados também. Além de eles receberem um note do Tribunal para acessarem o Zoom, eles tinham que ter uma outra tela para acessar o Apollo, porque tinham que ver os votos, ver os votos dos outros Juízes. Então isso tudo foi uma construção que foi sendo feita aos poucos, com o inestimável trabalho do Mauro Lôbo, que foi incansável nisso. E o resto da STI também. Então os Juízes não tinham essas duas telas ainda, não tinham o Apollo ainda em casa. Porque até o Apollo teve que ser transformado para eles conseguirem acessar de casa, via internet, com aquele duplo fator de autenticação. Tudo demandou tempo, demandou a informática ver como é que ia fazer isso, instalar nos computadores dos Juízes. E até isso estar pronto, e os Juízes utilizando, além do convite da sessão, eu tinha que fazer PDF de todos os votos para mandar pra eles por e-mail. Era uma trabalhadeira desgraçada. E aí surgiu um outro problema, as sessões que tinham muitos processos, o arquivo anexo ficava muito pesado e o e-mail do Tribunal já não suportava. “Bah, e agora?” O Rogério: entra em contato com o Wobeto, aumenta a capacidade, liga pro Zadir. Quer dizer, todas essas coisas aconteciam e tinha que ser resolvidas na hora. Porque isso tudo acontecia poucas horas antes da sessão.

DIONE – E aí, quando alguém do Pleno consulta lá, e diz assim “existe uma alternativa?”, o Wobeto troca WhatsApp comigo. Eu digo: “Wobeto, com o Zoom nós fizemos isso, entregamos lá no YouTube”. “Mas como é que eu faço isso?” “Ah, tem que ser a versão licenciada.” “Mas nós não podemos comprar a licença, porque isso é cartão de crédito”, era uma licença internacional até então. Eu digo: “mas eu tenho a minha, vamos botar lá e eu vou montar esse negócio, vamos fazer uma”.

EDUARDO – Uma coisa que eu tive como praxe de fazer, desde a primeira sessão, foi abrir a sala pelo menos uma hora antes. Para dar bastante tempo de o Magistrado entrar ali e ver, “ó, tá tudo certo. Entrei com o vídeo, com áudio, tá

tudo direitinho”. Eu conversava com eles ali, “tá, tá tudo certo.” Se não tá certo, dá para fazer alguma coisa ainda, desliga da tomada, liga de novo, daí tinha toda aquela simpatia ali. E isso aí funciona mesmo, tu tira da tomada ali, o modem, bota de novo, daí entra de novo. Então, com os Magistrados eu acho que correu tudo tranquilo. Claro que, esporadicamente, quando a gente já estava usando o Zoom e Apollo; daqui a pouco o Apollo saía do ar. “Bah, e agora?” Não, mas daí a gente sempre tinha um backupzinho, ali. Eu sempre mando as pautas pro Rogério. O Rogério passava por WhatsApp pro Presidente, daí o Presidente olhava. Continuava o julgamento ali pela tela, pelo PDF da pauta, dava para fazer. Então, são coisas assim que dava pra dar uma curva e continuar com a sessão. Nunca, nunca houve uma sessão interrompida por problema técnico, nenhum. A única, só teve um problema técnico uma vez, que a gente não conseguiu transmitir pro YouTube. Uma sessão só, a gente não conseguiu, não deu a conexão; mas depois foi colocado o vídeo lá no YouTube, para as pessoas acompanharem. Isso aconteceu uma vez só. Com o incremento da sessão remota, teve essa transmissão do YouTube, que isso não existia né. Na sessão presencial, só via quem estava ali dentro do Plenário, mais ninguém via. E hoje em dia a gente tem em torno, assim, não baixa de 300 acessos de visualizações das sessões, que é um número muito expressivo, pra considerar de uma sessão de julgamento.

DIONE – Fizemos um teste de dois dias, e a sessão aconteceu e aconteceu bem. E aí, como é que a gente explica para o Pleno que isso não dá certo? A outra vai ser assim, a terceira vai, a quarta vai. E aí o Wobeto me diz: “Dione, o que a gente faz agora?” Eu digo: “vão usando a minha licença, porque eu uso só à noite”. E aí o processo de aquisição nacional levou um bom tempo. Até então, deixa rolar, deixa rolar. Então foi consequência disso, porque deu certo, e aí não parou mais. E até hoje não se buscou outra solução porque ela continuou funcionando, né.

EDUARDO – Só contar uma passagem, que daí num desses dias eu não consegui mandar pelo e-mail do Tribunal. Não teve jeito, “bah, vou transferir tudo para o meu e-mail pessoal e vou mandar com o meu e-mail pessoal”. E aí, mandei com meu e-mail pessoal, e aí fui avisar. Mandei um Whats ali, no grupo dos Assessores, para eles avisarem os Juízes, para eles não estranharem, que não era com o e-mail oficial do Tribunal, mas era de um particular lá, de um tal de Eduardo, mas no fim foi resolvido. Os Juízes receberam o e-mail. Mas era muito confuso isso. E aí, sempre tem aquelas mudanças de última hora. O Relator tal alterou uma parte do voto. Bah, aí eu já tinha mandado os PDFs; daí eu tinha que

pegar, fazer o PDF de novo com a alteração, mandar explicando que o voto tinha sido alterado. Até chegar a hora da sessão, isso aí envolvia a manhã inteira nessa função, de fazer PDF, de corrigir PDF, de mandar de novo, isso, aquilo. Então, graças a Deus que isso aí acabou. Acabou, e de uma maneira muito melhor pro Juiz, que agora eles acessam o Apolônio de casa, estão vendo ali a tela do julgamento, com tudo ali. Com o parecer do Ministério Público, com voto, relatório, ementa. Quer dizer, ficou muito mais fácil para todo mundo. Mas tudo são soluções que foram sendo implementadas no curso da pandemia.

Nada impede que um advogado de Pelotas atue no Rio de Janeiro também. Ele pode tranquilamente ser advogado de candidato que esteja atuando em outro estado. Não tem nenhuma dificuldade em acessar. Então, isso aí facilitou bastante o acesso dos advogados.

Rodrigo

RODRIGO – Porque hoje, com o PJE, nós temos ali o advogado, ele não precisa se deslocar até cartório algum. Antes não tinha essa facilidade do advogado lá, que está em Pelotas, conseguir protocolar uma petição ali para um candidato que ele está atendendo em Caxias, por exemplo. Nada impede que um advogado de Pelotas atue no Rio de Janeiro também. Ele pode tranquilamente ser advogado de candidato que esteja atuando em outro estado. Não tem nenhuma dificuldade em acessar. Então, isso aí facilitou bastante o acesso dos advogados. Internet direto, basicamente ali, peticionando.

DES. VILLARINHO – Sempre, inclusive nas sessões em que os Magistrados estão presencialmente, sempre com a faculdade de os advogados fazerem a sustentação virtual. Isso é uma medida extremamente louvável e salutar, porque muitas vezes o advogado é de outro estado ou de outra cidade. Teria, no sistema anterior, que se deslocar a Porto Alegre. Quantas e quantas vezes já participei de sessões em que a gente teve que antecipar a sustentação oral do advogado, porque disse “ah, eu tenho que pegar um avião agora às 18 horas”, então a gente antecipou, quebrava a fila para que o advogado pudesse fazer sua manifestação aos Juízes, e depois se deslocar para a sua cidade. A virtualização resolveu tudo isso e eu espero que isso continue. Esse sistema, ele pode ser aperfeiçoado, mas não deve ser revogado, no

meu entendimento, de modo algum. Aperfeiçoado sim, revogado não. Isso veio para ficar. Isso é o futuro, que a pandemia antecipou para nós.

JOSEMAR – A Administração acertou em reforçar e tornar híbrido o trabalho, podendo ser teletrabalho ou trabalho presencial, como uma atividade permanente. E acertou quanto ao atendimento também remoto do eleitor. Então, temos como frutos positivos a melhoria do atendimento ao eleitor, a melhoria também na prestação jurisdicional. Eu estou até observando que agora temos sessões virtuais e presenciais. Quer dizer, o Tribunal pode optar por algo que possa ser melhor também para prestar serviços. E até para os advogados também foi muito bom, porque muitos não tinham possibilidade muitas vezes de se deslocar fisicamente. Agora têm essa oportunidade, e proporcionada por uma regulamentação que é de caráter que entendo permanente, porque é uma inovação, mas é uma inovação que veio para ficar.

EDUARDO – Quantos aos advogados, o Rodrigo Cunha, que é da SASPR⁴¹, fez um material supercompleto, que tá publicado na internet, de orientações pros advogados. Como é que eles têm que proceder. Quanto tempo eles têm para pedir a sustentação oral, preferência em algum processo, como eles têm que acessar o ambiente. Tem tudo explicadinho ali. E aí abro um parêntesis. Quando eu comecei a fazer as sessões do Zoom, eu nem habilitava a sala de espera. Os Magistrados se logavam e já iam entrando ali. Claro que a gente teve um bom período, desde a primeira sessão, até ter a primeira sustentação oral, que foi de um advogado da casa, que foi o doutor Milton Cava. Então foi bem fácil conversar com ele, e ele foi o primeiro que fez sustentação oral em tempos de pandemia, aqui no Tribunal. Mas daí, claro, a gente começou a notar que havia ferramentas também de sala de espera, ou de alguma... da senha até não precisaria, mas da sala de espera é muito importante. Hoje eu não faço mais Zoom nenhum sem sala de espera. A gente ficou meio receoso com isso, porque nesse meio tempo, acho que foi no meio do ano passado, mais ou menos, surgiu uma notícia de uma invasão numa sessão de julgamento. Não me lembro em qual TRE. E aí sempre se ficava com aquele receio, de admitir uma pessoa que tu não tava sabendo exatamente quem era.

41 SASPR – Seção de Apoio às Sessões Plenárias e Registro de Julgamentos.

DES. VILLARINHO – Eu tenho essa experiência como muito satisfatória, os resultados são muito positivos. Tanto que aqui no Tribunal de Justiça ainda estamos adotando esse sistema, em que a maioria das sessões híbridas, os colegas, alguns em gabinete, até em residência; os advogados que querem fazer a sustentação oral presencial comparecem, outros continuam fazendo sustentação oral na via virtual, de forma que ainda as sessões, de um modo geral, aqui tem ocorrido de forma híbrida. Na minha Câmara, que presido, eu tenho alternado, fazendo uma sessão presencial e outra virtual.

EDUARDO – Eu acho que foi uma eleição difícil por outros motivos. Não por fazer as sessões virtuais, por isso não, pois foi muito tranquilo. Houve sessões ali que a gente tinha 10, 11, 12 sustentações orais e tudo transcorreu assim, perfeito. Não teve problema nenhum, queda de sinal, nada, nada, nada. Tudo tranquilo. Então, com relação à diferença de estar na sessão virtual, eu não vi prejuízo nenhum.

Mas, indo para a questão dos treinamentos, o suporte que o TRE nos deu foi muito bom, a gente não ficou desamparado. Ficamos inseguros na eleição, mas a gente não ficou desamparado.

Juliano

JULIANO – Mas, indo para a questão dos treinamentos, o suporte que o TRE nos deu foi muito bom, a gente não ficou desamparado. Ficamos inseguros na eleição, mas a gente não ficou desamparado, a gente sempre pode recorrer aos colegas da Corregedoria, aos colegas da Secretaria Judiciária, aos colegas da Secretaria de Tecnologia da Informação, da Jurisprudência também a gente precisou do apoio, e tantos outros, com relação à administração. Tivemos ali a questão do aplicativo que seria utilizado para pagamento dos mesários, que houve também treinamento pra gente. Então, quanto aos treinamentos, a gente teve bastante amparo.

TOEBE – Tem colegas que superaram os 100%, os colegas que montaram cursos. Têm colegas, assim, que fizeram coisas maravilhosas para nos atender e nos ajudar. Porém, o que acontecia, no meu caso especificamente, às vezes eu não tinha tempo de buscar informação. Ou eu ia trabalhar ou eu ia pesquisar. Então era muito no “empurrando com a barriga, e rolando morro abaixo e indo”. Em termos de treinamento, tem um pessoal ali que se superou, fez coisas pra nós assim que quando

eu tinha um tempinho de ler, era fantástico. Claro que eles também não tinham interferência sobre o funcionamento desses *softwares*, desses sistemas.

CRISTIANO – No meio da pandemia, 17 de março, encerram reuniões, o Tribunal não vai trabalhar mais presencial. Encerra tudo. O que a gente fez? Mandou e-mail pros partidos, cancelando toda a agenda que nós tínhamos já pra março, e disponibilizamos o material que a gente iria apresentar na reunião, que eram os principais pontos para a próxima eleição, e nos colocamos à disposição. Mandamos todo o material por e-mail, para todos os partidos, e nos colocamos à disposição. Aí, lá na frente, a gente fez outra reunião com os partidos e acrescentou. Fez uma reunião com os partidos, só que a gente fez via Zoom, com todos os partidos, com transmissão pelo YouTube. Essa reunião teve *online*, ao vivo no dia, mais de 1.000 visualizações.

RODRIGO – Nós estávamos em junho praticamente, e os cartórios não tinham uma correta ideia de como eles seriam treinados. Eles achavam que iam ser atirados aos leões, praticamente. Porque ia chegar o PJE pra eles e os sistemas. “Oh, ganha um roteirinho ali, muito obrigado, e era isso”. Eles estavam muito com medo do que... realmente, era complexo e não tinha outro jeito. Nós tivemos que nos desdobrar para dar um outro tipo de atendimento pros colegas das Zonas Eleitorais. Então, nós fizemos todas essas frentes, de WhatsApp, *lives*, EAD. Porque nós tínhamos que municiar todos os colegas. E imagina, não é só o Rio Grande Sul, imagina um cara que está lá no AmaZonas Eleitorais, e todos outros lugares são as mesmas dificuldades. Talvez em escala maior. Então, assim, a ansiedade foi muito grande e posso garantir que não só das nossas Zonas Eleitorais aqui, em todo o país nós tivemos os mesmos aspectos.

DIONE – Nós tivemos uma situação pelo próprio PJE. Nós conseguimos sentar com a Judiciária, que felizmente ou profeticamente, tinha separado uma área especializada da STI e colocado dentro da Judiciária. Isso foi estratégico. Porque é diferente da STI atender a área judiciária, mas não respirar a SJ. Nós tínhamos o Rodrigo Mello e companhia ali, respirando isso, e estavam próximos de nós; então nós conseguíamos sentar com eles e orientar como seria o ideal para fazer um treinamento em etapas, que não jogasse uma quantidade de conteúdo gigantesco para os colegas, deixando eles mais assustados do que seguros. E aí o pessoal da

“Introdução ao PJE” fez um primeiro módulo, em que eles só diziam o que poderia acontecer. Ou seja, uma visão ampla, leve, tranquila, ninguém vai ter que fazer nada. O segundo módulo, aprofundado, e o terceiro era um repositório de informação. Então, assim, conseguimos sucesso. E esse caso, por exemplo, se tornou um caso pro país todo, que usou esse curso que foi desenvolvido ali. Porque a gente conseguiu um pouquinho mais de espaço para criar essa metodologia. Primeiro momento, faz o que é possível. No segundo momento, começamos então a criar processo mais estruturado, que nos deu melhor resultado.

CRISTIANO – Sobre os treinamentos com os partidos, eu acho que só teve ganho. Os partidos conseguem ter mais pessoas participando, porque a gente não tá limitado à questão de sala. Eles têm mais possibilidade de participação, de interação. Os períodos das reuniões são menores, não tem necessidade de deslocamento. Eu acho que a interação com os partidos foi um ganho. Eu não sei se essa é a opinião deles, necessariamente. Talvez alguns partidos prefiram ainda aquela reunião de duas horas, de forma individualizada, porque daí permite a eles perguntar mais, perguntar casos específicos deles ali. “Olha, a minha realidade é assim, tá bem assim, devo fazer dessa forma, ou devo fazer de outra forma?”. Numa reunião individualizada ele consegue trazer o problema dele para a reunião, sem se expor para os outros partidos. Eu acho que esse é o diferencial. Mas a gente está à disposição, a gente sempre diz pra eles, agendem, vamos lá, a gente está à disposição. O nosso objetivo é atender vocês, é que vocês prestem contas da melhor forma possível, para que a gente possa examinar mais facilmente, e pra que todo mundo seja aprovado, todo mundo seja feliz. Nem sempre isso acontece, mas a gente tenta.

Então a pressão foi muito grande, porque eu tinha que fazer, junto com meus colegas, com o Vini, um EAD do PJE, com todas as integrações dos sistemas eleitorais: Cand, Diário, Mural, CandEx. Num ambiente de pandemia, que não ia ter presencial, e pra todo o país.

Rodrigo

RODRIGO – Muitas madrugadas, eu e muitos colegas aí, tanto dos cartórios quanto aqui na SJ, tivemos que varar, para poder terminar treinamentos, um EAD

que nós fizemos. Nós fizemos um EAD em nível nacional. Ficou a Escola Judiciária Eleitoral gaúcha, que na época era conduzida pela Débora, e a gente teve muita ajuda ali do Dione, do Ricardo, Giovana, os colegas da EJE, no geral todos ali nos ajudaram bastante, a construir esse EAD para todo o país. Então a pressão foi muito grande, porque eu tinha que fazer, junto com meus colegas, com o Vinícios, um EAD do PJE, com todas as integrações dos sistemas eleitorais: Cand, Diário, Mural, CandEx⁴². Num ambiente de pandemia, que não ia ter presencial, e pra todo o país. Então vocês imaginem como é que estava a pressão. Quem viu o EAD pode ter observado – a gente fez mais de 200 vídeos pras Zonas Eleitorais. A gente tentou fazer parte a parte de cada operação, de forma que se alguém olhasse o EAD já tinha quase 80% das informações de como conseguiria fazer. E foi complicado assim. Quem for ver os vídeos do EAD, os horários eram todos de madrugada que se fazia. Mas foi bem legal, porque a gente teve um bom retorno do país inteiro. Todos agradeceram muito e foi bem produtivo. As próprias Zonas Eleitorais gostaram bastante e acho que isso ajudou muito nessa questão de 2020. Porque realmente, pandemia, não ter treinamento presencial, o PJE completamente novo, as Zonas Eleitorais sem experiência, era um senhor desafio. Então nós sabíamos que íamos ter muito trabalho, tanto pra instruí-los, treiná-los, quanto para atendê-los também como suporte.

RAFAEL – Foi uma dificuldade esse início de manuseio com o PJE. Um treinamento que o TRE disponibilizou, que foi a parte de registro de candidaturas, e o próprio horário eleitoral, em que o Rodrigo, que era o servidor que basicamente apresentou todo, e eu acho que formatou boa parte desse trabalho, auxiliou muito. Trouxe uma tranquilidade para uma série de ações que a gente precisava executar.

RODRIGO – Nós passamos ali 12 horas, 14 horas por dia, tinha vez que era madrugada adentro, eu e o Vinícios conversávamos via WhatsApp e ia direto, mas era o que tínhamos. Tínhamos que fazer essa eleição. Não podíamos fazer feio e os colegas tinham que aprender. E as Zonas Eleitorais estavam muito ansiosas. Realmente, eles estavam precisando alguma coisa, uma

⁴² CandEx – Sistema de Candidatura módulo externo, utilizado para pedidos de registro de candidaturas, assim como as atas das convenções realizadas pelos partidos e coligações; Cand – Sistema utilizado pelo TRE para recebimento dos dados informados através do CandEx; Diário da Justiça Eletrônico (DJE) – instituído em 2008, para ser o meio oficial de publicação e divulgação dos atos judiciais, administrativos e das comunicações referentes à Justiça Eleitoral; Mural eletrônico – local de publicação de atos judiciais.

orientação. Estávamos ali praticamente em abril, maio e não tinha nada, não tinha treinamento nem nada.

É que o treinamento presencial, ele te permite outras coisas que, muitas vezes, é a chave do negócio, que é a parada pro cafezinho, quando tu tens a oportunidade de interagir mais com outros colegas, e entender mais o restante da Justiça Eleitoral.

Cristiano

CRISTIANO – Falando especificamente das áreas de contas e da Coordenadoria, sobre os treinamentos recebidos do TSE referentes à eleição de 2020. A gente teve problemas com o sistema, depois teve dificuldade de processamento, mas quanto ao treinamento recebido, eu acho que foi válido. Uma, foi remoto, todo o Brasil de forma remota. Eles usaram a plataforma do Teams, que trazia uma determinada interatividade, só que tinha muita matéria, muita matéria. Como a gente mais ou menos já conhecia de anos anteriores, pra nós foi só uma atualização do que tinha acontecido. Mas a forma remota, recebida desse treinamento, eu acho que ela superou a forma presencial realizada em 2018, ou 2016. Não sei como é que vai ser em 2022, se vai ser remoto ou presencial. É que o treinamento presencial, ele te permite outras coisas que, muitas vezes, é a chave do negócio, que é a parada pro cafezinho, quando tu tens a oportunidade de interagir mais com outros colegas, e entender mais o restante da Justiça Eleitoral. Isso se perdeu.

RODRIGO – O próprio TSE, com a questão da pandemia, teve que adiar um pouco os treinamentos e com isso adiou todo o nosso cronograma. Eu não tinha acesso às telas do sistema, então não podia fazer o EAD. Então, tudo veio ao mesmo tempo e isso nos prejudicou no sentido de cronograma, que nós tivemos que correr pra dar conta de tudo. Foi por isso que tivemos que muitas vezes entrar madrugada dentro. De certa forma foi bom, né? Porque a produção de vídeos foi caseira. Então fazer aqui em casa, silêncio total, podia me concentrar e aí eu conseguia falar e as coisas funcionaram bem. Foi assim, essa foi a história. Eu tive muitos agradecimentos, de todos os cantos do país, nordeste, norte. Então foi bem legal. A própria Escola Judiciária nossa recebeu os parabéns. Ficamos bem felizes, com o nosso trabalho, que foi realmente com muita dedicação.

DIONE – E dentro de EAD tem uma questão, se a gente escreve um texto bem detalhado sobre tudo o que vai acontecer, nem todos vão ler, tá? Alguns abrem e não leem, mas se colocar um videozinho de um minuto e meio, de dois minutos, é impressionante, todos assistem e todos entendem. Aí eu disse pra eles: “todos os cursos de vocês, façam um pequeno vídeo, não tão formal, que afaste e não tão informal, que fique esquisito”. O curso foi isso aqui que eu estou falando para vocês, tá. Daqui a pouco começaram a vir os vídeos. Vocês têm que ver que, alinhados, os vídeos vieram exatamente assim, dizendo: “Olha gente, vocês não tenham expectativa de que vocês vão aprender PJE aqui. Esse curso não é pra você aprenderem o PJE, é pra vocês entenderem a amplitude do PJE, até onde ele vai na vida de vocês. Se vocês, no final dessa etapa, entenderem isso, fiquem satisfeitos”. No final, na avaliação, nós tínhamos satisfação total; porque aqueles que esperavam muito, não ficaram insatisfeitos. Então, foi um alinhamento curto, mas muito eficiente.

Eu vejo que o EAD melhorou bastante. Não é mais aquela de largar conteúdo e a gente se virar. Tem uma tutoria bem ativa do pessoal que tem feito. O pessoal tem se dedicado bastante nisso, ficou bem melhor.

Alexander

JULIANO – Os treinamentos foram fundamentais pra a gente poder fazer a eleição, sem dúvida nenhuma. Foi uma eleição, uma preparação ali desde o sistema ELIGIS⁴³, passando pelo sistema Cand, passando para o PJE, o sistema de horário eleitoral. Os sistemas todos eram novos, nessa eleição. Nós tivemos muito problema com o PJE.

ALEXANDER – A minha formação é Analista de Sistemas. Então eu tenho uma facilidade, inerente à minha formação, de fazer os treinamentos, tanto presencial quanto EAD. E como eu já tenho quinze anos, não, dezesseis anos de Tribunal, eu já estou mais acostumado com os sistemas. E pela minha formação eu sempre fiz a área de sistemas nas eleições, urnas e sistemas eleitorais, são a minha área de maior atuação. Eu vejo que o EAD melhorou bastante. Não é mais aquela de largar

43 ELIGIS – Sistema de Gerenciamento de Eleições, integrando módulos como materiais de eleições, eleitores, convocações de mesários e locais de votação.

conteúdo e a gente se virar. Tem uma tutoria bem ativa do pessoal que tem feito. O pessoal tem se dedicado bastante nisso, ficou bem melhor.

JULIANO – Eu destaco o treinamento oferecido pelo pessoal da Secretaria Judiciária, com relação ao registro de candidatura. Porque aquele treinamento, pra mim, foi o mais prático e proveitoso, que deu resultados mais rápidos. Porque eram encontros ao vivo, todos os dias, acho que eram duas horas, pra você levar as suas dúvidas e eles responderem. Então você conseguia muito rapidamente ter uma resposta, porque você tinha uma dúvida no final do dia, mas você sabia que no outro dia iria levar essa dúvida para eles e amanhã já estaria solucionada. Então, era uma coisa muito prática, muito pergunta-resposta, orientação. E isso sim, isso foi um grande *case*. Pra resumir toda a questão do treinamento, esse tipo de treinamento deles, eu acho que valeu muito à pena, que poderia ser adotado novamente nas outras eleições. Essas reuniões diárias, rápidas, práticas. Às vezes eu só entrava, perguntava “ah, eu tenho essa pergunta, essa e essa, que me surgiu ontem”, e estava ali a orientação rápida, não precisava fazer todo um né... abrir SIMBA, mandar e-mail. Era uma coisa muito mais prática, muito mais rápida. E isso eu parabenizo os colegas por terem oferecido pra nós.

ALINE – Tivemos total apoio do Tribunal. Eu lembro que tinham reuniões diárias da Secretaria Judiciária. E era um momento em que a gente tirava dúvidas, com o Carlos Vinícios, como se fosse assim, um compromisso diário, entrar naquela *live*. Eu acho que era pelo Zoom também, não recordo bem, mas acho que sim. E também os vídeos que o Rodrigo Mello, eu me lembro que elaborou, do Cand, do PJE, foram importantíssimos. Se não fosse... e isso é uma conclusão não só minha, todos dizem isso: se não fosse o PJE, se não fosse o SEI⁴⁴ também, que foi uma ferramenta pra a gente obter as assinaturas do Juiz, eu acho que não teria condições de realizar a eleição. O PJE veio bem no tempo certo, embora não se tivesse nenhuma experiência com o PJE. Mesmo com problemas, eu me lembro também de problemas com o acesso ao PJE, era todo o país acessando o PJE. A gente teve que obedecer a um horário recomendável pra acesso ao sistema. E aí tu queria adiantar o trabalho, queria aproveitar, e não podia; mesmo que tu acessasses, tivesse ali uma conexão boa com o PJE, não podia. A recomendação era o horário aquele, dividido no país.

44 SEI – Sistema Eletrônico de Informações. O SEI é uma iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública, com o intuito de construir uma infraestrutura pública de processos e documentos administrativos eletrônicos.

CRISTIANO – Então, eu vou voltar numa questão de treinamento e interação, que eu fui descobrindo aos poucos, na pandemia. Primeiro, o Tribunal me disponibilizou um computador excelente, fantástico, o notebook, exclusivo para o trabalho. Quando o Tribunal me ofereceu esse equipamento e essas condições, eu comecei a trabalhar de forma diferente. E assim eu fui fazendo treinamento, tentando fazer a coisa um pouco mais interativa, um pouco menos séria, mas ainda tratando de assuntos importantes, com reuniões. Eu não fiz isso no YouTube, mas nas reuniões internas, eu usei bastante essas ferramentas tecnológicas, pras pessoas.

RODRIGO – E nós fizemos muitas *lives* específicas, próximas à eleição, tanto com os partidos políticos, mais no contexto, não só do PJE, mas do registro de candidaturas, dos sistemas. Com o MP, mais no contexto ali do próprio PJE. E assim, a surpresa que esses órgãos externos, que pra nós foi muito boa, foi que realmente a gente conseguia dar um atendimento bem mais personalizado, pois se conseguia atender a demanda deles ali, às vezes com videoconferência. Isso aí foi um retorno muito positivo, porque o pessoal assim, “poxa, realmente, eu tô aqui, fim de prazo e o pessoal está conseguindo me atender”. E normalmente a gente faz isso até hoje com as Instituições. Às vezes surge um problema e a gente não sabe o que fazer, assim, “bah vamos fazer o seguinte, vamos ver a sua tela, vamos ver como é que funciona”. E a gente teve esse retorno bom do pessoal. Eles gostaram muito desse atendimento. Claro que chega um ponto ali que, com a demanda, a capacidade de atendimento fica limitada.

Era um desafio muito grande, as pessoas conseguirem examinar notas fiscais, comprovantes, documentos de gastos de recursos públicos. Recursos públicos é um negócio, para nós, muito importante. É o dinheiro do povo sendo gasto por partidos políticos.

Cristiano

CRISTIANO – Quando chegou 2020, o treinamento, eu estava muito preocupado pra saber se as pessoas teriam condições. Era um desafio muito grande, as pessoas conseguirem examinar notas fiscais, comprovantes, documentos de gastos de recursos públicos. Recursos públicos é um negócio, para nós, muito importante. É o dinheiro do povo sendo gasto por partidos políticos. E aí, tá bem comprovado

isso? Então a gente tinha uma preocupação muito grande. E tu pega lá, 2 bilhões e 300 milhões de reais, é muito dinheiro. Então, lá em abril, a gente começou a preparar material. Primeiro, a gente preparou o material de estudos sobre a Resolução, disponibilizamos pro pessoal, em PDF. Depois, preparamos material sobre sistema. Nós tínhamos um projeto, para a eleição de 2020, que era um projeto de vídeos também. A gente recebeu uma função, uma FC1, pra fazer um projeto de vídeo, e nós começamos a fazer tutoriais. O colega David Silveira preparou vários vídeos tutoriais, todos também disponíveis no YouTube. Aqueles do YouTube, olha, eu acho que foram mais de 100.000 visualizações, ao todo. Então, o que a gente fazia? Fazia vídeos de dois minutos, cinco minutos; ia fazendo módulos, vários módulos e ao final ele juntava tudo e fazia um vídeo de uma hora. Então a pessoa poderia ir em um assunto específico, ver só sobre aquele tema; ou se ela quisesse ver o curso completo, ela assistia o outro vídeo. Então foram produzidos materiais em PDF, foram produzidos estudos, foram produzidos modelos, foram produzidos vídeos e, no final, a gente fez o treinamento com o pessoal lá.

Tentamos não perder o público, não tornar maçante essa transição, que ainda foi um pouco, em alguns momentos. Se reclamou muito. Chegou num ponto que o pessoal dizia: “gente, eu não aguento mais live”.

Dione

DIONE – Nós começamos a trabalhar com *lives*, mas tínhamos o desafio de não fazer lives longas, porque ninguém suporta isso. Nós tínhamos uma medida e às vezes tínhamos que fazer duas, três, em vez de uma só. Enquanto isso, o que tinha para rolar para frente nós íamos adaptando, de uma melhor maneira. Tentamos não perder o público, não tornar maçante essa transição, que ainda foi um pouco, em alguns momentos. Se reclamou muito. Chegou num ponto que o pessoal dizia: “gente, eu não aguento mais *live*”. Então a gente teve que fazer uma parada estratégica, e paramos um mês na EJE, sem nada, para dar uma respirada na turma. Então, foi uma caminhada, chutando um pouco dos conceitos de ideal, mas criando uma situação de meio, e depois acelerando os processos pra frente.

ANA – Bom, para o trabalho em si, da Seção, as principais mudanças foram pra dinâmica de troca de informações entre os servidores. As questões processuais

e de análise de documentos, elas já vinham sendo virtualizadas desde antes da pandemia. Em 2017, a gente adotou o INFODIP⁴⁵ pra tramitação de documentos de óbitos. Depois, a adoção do SEI, para tramitação de outros documentos. Também, concomitantemente, o PJE. Então, a parte operacional, ela já vinha bastante virtualizada. A maior diferença realmente foi nas nossas relações socioprofissionais. Porque a questão de cadastro de eleitores, eu digo, nunca existe o fim dos casos novos que a gente pode ver. A cada semana parece uma situação que precisa de um tratamento específico, para a qual não se tem uma solução de pronto. A gente faz muitas trocas, muitos estudos, e isso na seção era feito diariamente. Então a gente conversava muito. E com o trabalho remoto, cada um na sua casa, houve uma dificuldade nesse trânsito das conversas. Então, desde cedo a gente passou a adotar o sistema de conversar por vídeo no WhatsApp. A gente conversava várias vezes durante a tarde, até para que não houvesse uma perda de informações, para que todos sempre tenham a informação mais atual e a informação sobre tudo. Essa foi a nossa maior dificuldade.

RAFAEL – Nós tínhamos a questão de treinamento de urnas eletrônicas também, que esse ano havia algumas novidades, mas muita coisa que também se repetia. E nós, aqui mesmo no Cartório Eleitoral, a gente já tinha alguma experiência de eleições anteriores e isso ajudou muito. Trocávamos ideias, debatíamos essas alterações. Os servidores que participaram do treinamento também tinham um volume muito grande, mas muito essencial, dessas informações e das atividades, que não tinha como ser diferente. Eu acho que a tecnologia também acabou nos auxiliando um pouco nesse sentido, que foi a maneira de não deixar os Cartórios Eleitorais desassistidos, trazer o mínimo, e aquilo que era possível naquele momento com relação a essa questão.

ALEXANDER – Eu lembro que há alguns anos o TRE mandou televisores, para a gente, para fazer treinamento em DVD; eu fiquei olhando aqui, ali. Agora também o EAD evoluiu, a TV evoluiu, né, a TV virou nosso EAD; com muito mais vantagens, a interatividade, tudo. E cabe salientar aqui, não sei, o treinamento do Cand, que a SJ fez ficou muito bom. Esse pessoal aí tá 100% de parabéns. Foi muito bom, fizeram uma coisa didática, uma coisa dinâmica. Não aquele clica-clica-clica, vai e faz; que ninguém faz, ou então faz tudo num dia só, só pra se livrar. Foi uma coisa que deu gosto. Eu baixei todo o treinamento e fiquei comigo. Se eu precisava

45 INFODIP – Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos. Utilizado para o envio e o processamento de informações referentes a óbitos, a condenações por improbidade administrativa e a outras situações que impactem os direitos políticos.

eu conseguia olhar. Foi bom, muito bom. Depois, a parte da prestação de contas, que foi também bem trabalhada, no detalhe, informação, nivelaram tudo, muito bom. É um elogio porque eu tô vendo isso, não é pra puxar o saco. Mas é porque melhorou, cara, a gente evoluiu muito.

Mas também nós temos que pensar que temos todo um ecossistema junto do PJE, que são os advogados, os Magistrados, Ministério Público. Então todo aquele pessoal, os órgãos externos ali, Polícia, Defensoria, também estavam ali atendendo.

Rodrigo

RODRIGO – Só que foi aquela coisa. Nós tínhamos um PJE muito incipiente, principalmente para Zonas Eleitorais do interior, os servidores, os requisitados, todo mundo que estava atuando ali. Mas também nós temos que pensar que temos todo um ecossistema junto do PJE, que são os advogados, os Magistrados, Ministério Público. Então todo aquele pessoal, os órgãos externos ali, Polícia, Defensoria, também estavam ali atendendo. O que nos demandou muito também da Seção, porque nós tivemos que, muitas vezes, fazer reuniões com o Ministério Público, com outros órgãos, Defensoria. Antes de começar a pandemia, a gente conseguiu fazer presencial, mas depois já teve que fazer via videoconferência. Então tinha todo esse cenário.

ALEXANDER – Com esses treinamentos, com a conversa com o pessoal, como a gente fez os treinamentos com a SJ e com o pessoal da prestação de contas, foi muito bom. Às vezes, a gente fazia as perguntas idiotas e sabia que tinha alguém que ia perguntar também. Então, a minha pergunta idiota pode não ser para ti, entendeu? E aí vai. E essa troca é muito importante.

Se não estou enganado, foi no dia 17 de março que os atendimentos presenciais foram suspensos, e em menos de 60 dias nós tínhamos o fechamento do cadastro, que nas eleições municipais têm um adicional.

Rafael

RAFAEL – Todo este treinamento que a gente teve, advindo do Tribunal, ainda que de forma EAD, que eu acho que é um sistema extremamente útil, produtivo, em especial no atual estágio que a gente trabalha aqui, porque são uma série de servidores com experiência e aqueles que não têm experiência também são servidores focados, que têm interesse em realizar aquele aprendizado, aprender aquilo ali. E a gente consegue reduzir custos, atender ao maior número de pessoas. Eu acho que esse ano a gente também conseguiu, desde o ano de 2020, e depois o ano de 2021, dar mais acesso, alcançar mais servidores do que normalmente se alcançava. Nós tínhamos um encontro lá para o curso X, para o curso Y. Mas quando virtualizou uma série de treinamentos, a gente conseguiu que mais servidores nos Cartórios Eleitorais se familiarizassem, e isso foi e, com certeza, vai ser, muito importante ainda.

JOSEMAR – Aproveitei a experiência que estava também na Corregedoria, para que mostrasse aos Diretores-Gerais a importância do cadastro eleitoral. O que aconteceu? A pandemia começou em março, e os Diretores-Gerais já estavam pensando no fechamento do cadastro. Não era o *métier*, o *métier* deles é mais administrativo. Então, quando eu entrei, que era oriundo da Corregedoria, até estranharam porque havia sempre uma espécie de rivalidade, de Corregedoria e Diretoria-Geral, porque eram vinculados a dois Magistrados diferentes. E fiquei também curioso, e fiquei contente também, que mais um colega, que era de Corregedoria, assumiu também, que foi lá de Pernambuco. Então nós tivemos duas vozes que eram de Corregedoria, que inclusive estimularam os Diretores-Gerais a pressionar a TI do TSE a fazer um atendimento remoto. E ali havia uma obrigação, porque havia algumas regras engessantes no TSE, que exigia a atividade presencial do eleitor para poder confeccionar o título.

RAFAEL – Se não estou enganado, foi no dia 17 de março que os atendimentos presenciais foram suspensos, e em menos de 60 dias nós tínhamos o fechamento do cadastro, que nas eleições municipais têm um adicional. Além daquilo que normalmente a gente já tem um atendimento com filas, em especial nos últimos dias, nós vemos um movimento muito maior nos Cartórios Eleitorais. E isso já começa a refletir ali no mês de março, primeira quinzena de abril, em especial a última quinzena de abril e os primeiros dias de maio, onde vai ocorrer o fechamento do cadastro. E isso precisou ter uma série de orientações também ao eleitor, normas que acabavam mudando com relativa frequência e num curto espaço de tempo;

e não tinha como ser diferente, porque nós tínhamos que adaptar a estrutura, adaptar a orientação para o eleitor, identificar a dificuldade que o eleitor estava tendo e melhorar o sistema.

JULIANO – A eleição praticamente começa pra nós no fechamento do cadastro, que é quando tu começa a se envolver com a eleição. Então já começamos no fechamento de cadastro, um pouco assim improvisado, não sabendo o que ia acontecer, como é que ia ser. Mas acabou ali, o fechamento, acabou ocorrendo tudo bem. Eu acredito que tivemos menos procura do que a gente teria normalmente, porque, enfim, as pessoas talvez seguraram um pouco. Mas a gente começou, ali no fechamento do cadastro, dessa maneira, sem se conhecer e trabalhando remotamente.

THOMAS – Acho que é importante mencionar que, para nós servidores, a grande maioria estava adaptada ao atendimento presencial, cara a cara, face a face com o eleitor, e de um momento para o outro fomos para o atendimento telefônico, e isso requer também uma adaptação, não é a mesma coisa, não é tão simples. Foi muito cansativo, porque foi uma avalanche de ligações. E se nós lembrarmos, isso foi em meados de março, que nós interrompemos o atendimento presencial e passamos a fazer o atendimento remoto. E era 2020, um ano eleitoral, e o cadastro fecha em maio. Então, a gente estava num momento ali de movimento, de procura pelo título. Foi bem marcante assim, essa mudança. Exigiu bastante dos servidores, essa adaptação para o atendimento telefônico, e num momento de muitos atendimentos. E também, acho que vale mencionar, o protagonismo da Secretaria de Tecnologia de Informação, que nos ajudou muito, que nos apoiou muito, além da parceria dos Cartórios Eleitorais, das Zonas Eleitorais. Isso até é interessante, porque a nossa atividade principal é atender ao público. E nós fazíamos todas as operações, nós atendíamos ao público, fazíamos o título, entregávamos o documento para os eleitores. Com o atendimento remoto, nós passamos a fazer apenas esse contato, esse atendimento telefônico, orientação e informações.

RAFAEL – Porque, afinal de contas, nós tínhamos uma eleição municipal. São mais de cinco mil municípios e nós tínhamos uma série de discussões jurídicas acerca disso e já havia, nessa época, uma pressão, até mesmo se as eleições ocorreriam ou não. E se elas ocorressem, em quais condições que ocorreriam. Ainda tudo era muito desconhecido. Acho que naquele momento houve uma compreensão

do eleitor com relação a isso, embora tenha gerado algumas dificuldades com relação a esse atendimento ou até mesmo uma demora na regularização. Também se procurou dar total transparência acerca de como esse processo ocorria, desde o próprio atendimento no WhatsApp, que utilizávamos muito. E isso, as ligações telefônicas, as mensagens no WhatsApp que chegavam em qualquer momento do dia, da noite ou da madrugada. No momento em que se ligava, por exemplo, o telefone celular, no horário de atendimento, aquilo tinha uma fila gigantesca de pessoas ali, e se procurava manter aquele atendimento. Então, na época, nós atendíamos do meio dia às 19 horas, em todo o estado; começar o atendimento antes do meio dia, no WhatsApp, atualizando mensagens; e chegar três da tarde, ou em alguns dias mais, mas eram raríssimas vezes que antes das três da tarde, aqui na nossa realidade, a gente conseguia atender as mensagens das 19 horas do dia anterior, que chegavam até o meio dia do outro dia. E isso considerando que nós desligávamos o celular às 20 horas, às vezes 21, 22 horas do dia anterior. Mas sempre se deixava muito claro pro eleitor que nós tínhamos uma fila, que aquele atendimento dele ia ser tratado, que eventuais dificuldades a gente tratava e solucionava ponto a ponto.

ALINE – Existiu por parte do Tribunal uma preocupação em disponibilizar os contatos, de médicos, de psicólogos. Também a implementação do Título Net, para que a gente pudesse de imediato... fora aquelas duas semanas, que eu me lembro, de parada total, para que a gente pudesse atender aos eleitores. E a gente ainda na véspera de uma eleição municipal, em que é normal a grande procura do cartório, antes do fechamento do cadastro, para os eleitores colocarem em dia a sua situação. E eu vejo que tivemos a sorte dessa grande revisão de colocar em dia a situação da maioria do eleitorado. Então, houve um conjunto de fatores que, por parte do Tribunal, nos deram um apoio pra seguir trabalhando, e pensar já em como seria a eleição, o que teríamos pela frente.

KELLY – A gente parou de atender presencial. Daí não se tinha mais a impressora funcionando. Isso era um barulho característico. Quando a gente fazia o fechamento de cadastro de biometria, ou da própria eleição, porque tem fechamento de cadastro da biometria obrigatória, tem aquele período que o eleitor tem obrigatoriedade para ir no cartório e fazer a coleta biométrica, é a mesma coisa que o fechamento de cadastro. E nesses momentos a impressora funciona sem parar e é ensurdecador, gente. E é algo assim, que é telefone tocando, é atendendo eleitor, falando com o eleitor e a pessoa fala alto, é todo mundo te escutando mais a

impressora. Então isso foi algo que eu senti muito forte, o silêncio do cartório. Tem o título físico para aqueles que quiserem, mas tem muita gente que prefere fazer o título *online*, não querem mais vir no presencial.

ALINE – Nós temos no cartório, apenas um *notebook*, e esse *notebook* eu trouxe pra trabalhar em casa. Eu tenho três colegas requisitados, que não tinham um computador disponível para eles, para o atendimento. E o meu colega novo, que estava vindo, que fez a mudança, até eu acho que foi em junho, julho, ele usava o computador pessoal dele. A gente tinha ainda em torno de 7.000 eleitores pra fazer a revisão, que não tinham comparecido; e basicamente ficou entre dois servidores, o atendimento, né? No fechamento do cadastro, o comparecimento maior foi de novos eleitores, que têm uma certa facilidade com esses acessos à internet. Foram poucos os pedidos em que a gente teve que dar um apoio melhor, e que foi através do WhatsApp. Graças ao WhatsApp nós realizamos a comunicação externa com o público, com os eleitores. Nós tivemos que prestar algum apoio, mas não foi tanta procura como nós imaginávamos.

Por outro lado, a gente ofereceu ao eleitor todo suporte e a ferramenta necessária. Eu fico tranquilo em dizer que nenhum eleitor ficou desamparado, nenhum eleitor teve a porta fechada para o que ele precisava.

Juliano

JULIANO – Eu acredito que, de certa forma, houve sim um temor ou um desinteresse do eleitor, de alguma forma. Porque nós tivemos menos procura do que teria num fechamento presencial, com um fechamento originário, normal. A gente sabe que os últimos dias ali, o movimento cresce absurdamente e a gente às vezes não consegue dar conta. Mas, de certa forma, percebemos uma redução na procura. Por outro lado, a gente ofereceu ao eleitor todo suporte e a ferramenta necessária. Eu fico tranquilo em dizer que nenhum eleitor ficou desamparado, nenhum eleitor teve a porta fechada para o que ele precisava. Claro que, em determinadas ocasiões, ali no fechamento, um pouco antes, em algumas situações se colocava para ele que não se poderia fazer um atendimento presencial. Não poderia fornecer uma certidão física, assinada no cartório, pra ele buscar. Sempre se explicou isso para ele, mas a gente nunca deixou de atender, nunca deixou de explicar pro eleitor, o eleitor

nunca ficou sem resposta. Nós publicamos os telefones. Ficamos com os telefones, dois telefones de cartório, mais o e-mail da Zona Eleitoral. Inclusive o meu telefone particular, que depois acabei me arrependendo um pouco, de ter colocado à disposição; mas como éramos três servidores, deveria ter 3 meios de contato. Seria melhor. Então eu deixei os dois telefones do cartório com os meus colegas, e o meu também acabei oferecendo, para ter mais um canal de comunicação. Eu recebia ligação de eleitores de noite; mas eu não me importava, realmente não me importava, porque eu dava só informações, eu dizia: “olha só, agora eu não estou mais no horário, mas amanhã eu te retorno e a gente conversa”. Então, a gente atendeu todos. Na medida do possível, a gente atendia por telefone. Colocamos um cartaz na frente do Fórum, publicou nas rádios, as rádios foram muito importantes pra gente também, nas redes sociais. Colocamos isso à disposição e a gente acabou fazendo, então, esse atendimento de forma remota. Eu acredito que sem prejudicar, porque não ouvimos queixa, acabamos não ouvindo queixa de nenhum dos eleitores. Eles compreenderam bem a situação. Quando a gente explicava, eles demonstravam uma certa compreensão da gravidade, porque era uma coisa que ninguém sabia muito bem o que ia acontecer, qual era a real gravidade. E se alguém falasse pra ti que tu poderia entrar num ônibus, tu não entrava, né, porque tu não sabia muito bem o que poderia acontecer. Então, assim a gente atravessou esse momento do fechamento do cadastro eleitoral.

ANA – O nosso aumento de demanda foi por uma mudança total da forma de atendimento, que era focada 100% no presencial e passou a ser 100% no virtual. E agora a gente nem consegue medir ainda qual é a porcentagem que tá, pois estamos com os dois sistemas concomitantes. Então, essa alteração na relação da Justiça Eleitoral com o eleitor, com o cidadão, foi o que mais nos demandou trabalho. Porque, além de compreender tudo aquilo que o cartório estava necessitando, estava demandando, a gente não podia expedir uma orientação, alguma coisa que saísse dos parâmetros do TSE, que demorou a fazer orientações adaptadas à nova sistemática. E isso demandou bastante trabalho. Como eu disse, o fechamento do cadastro de 2020 foi bastante caótico para nós, assim, nesse envolvimento de dar suporte para as Zonas Eleitorais, de procurar soluções. Isso foi bem estressante, bastante mesmo. Mas tendo em vista isso, essa mudança de paradigma de atendimento, e o volume, porque, com certeza, se tu está na tua casa e tu entra no computador e tu pode pedir alguma coisa, tu vai pedir com muito mais facilidade do que se tu tiver que se deslocar até o Cartório Eleitoral. Então, houve muitas situações de pessoas que nem

precisariam pedir alguma coisa, e também por insegurança, por não conhecer, por não saber, fizeram solicitações. E tudo isso acaba no exame do Cartório Eleitoral.

ALINE - Daqui a pouco, se o cartório estivesse de portas abertas, teria um comparecimento maior. Teriam aqueles eleitores que estão lá passando, que olham lá, o cartório tá aberto, “ah, eu vou lá transferir, então”. Provavelmente alguma parcela ficou sem fazer a sua revisão. E aí veio também uma notícia, que foi uma salvação, de que aqueles que não haviam comparecido até dezembro de 2019 não teriam o título cancelado. Porque o nosso processo ainda estava para homologação no TSE. Isso também foi uma salvação. Na época da revisão, ia bilhetezinho pra filho, nos colégios públicos, carros de som chamando nas ruas, e ainda assim vários não compareceram. E aí recebemos vários chamados, na época do fechamento, antes do fechamento, pelo WhatsApp – porque havia anúncios, na porta do cartório, de como nos contatar – e informávamos que não seriam cancelados os títulos, que não precisariam se preocupar, que poderiam votar. Porque uma eleição municipal tem aquela procura pelas pessoas conhecidas e um pedido para que votem. E nós conseguimos atender pelo Título Net, eu e o meu colega. E aí pedíamos apoio, pelo WhatsApp, pros outros colegas, e conseguimos atender aos chamados, aos pedidos. Embora haja também os erros que existem na anotação dos dados no Título Net, apesar desses erros, a falta de documento, a gente conseguiu atender todos os pedidos a contento.

ANA – Em números, com certeza, nós atendemos um percentual bem menor de pessoas. Isso é fato. Até porque, assim, eu acho que todo mundo aqui já trabalhou no fechamento de cadastro, né? Quantos de nós já atendeu um eleitor, que estava passando pela fila, viu uma fila e achou que tinha que fazer alguma coisa? Então, sem dúvida, acho que o número absoluto de atendimentos foi menor, mas em razão da nova sistemática, as dúvidas e os problemas foram maiores, porque muitas coisas que tu resolveria ali rapidinho no balcão, “ah, tem aí outro documento”, isso demandou um tempo maior e demandou a utilização de sistemáticas diferentes. Então tu recebe o requerimento por um lugar, pelo Título Net, tu diligência por WhatsApp, não chega a ser um retrabalho, mas é um trabalho desconectado. Então tu acaba tendo uma duplicidade de trabalho. O mesmo atendimento te demanda um tempo maior do que indo no cartório e resolvendo. Então, o caos que eu quero dizer, não é achando que “ah, nós atendemos mais do que em outros anos,” até acho que não. Não tenho um número pra te dizer com certeza, mas o volume foi menor. Só que essas dificuldades

de recebimento de um documento que não era físico, o eleitor muitas vezes não lia instruções até o final, botou metade da documentação, não viu que um documento não servia, digitalizou mal digitalizado, não ficou nítido. Todas essas coisas pequenas, mas que seriam resolvidas no atendimento presencial, demandaram 10, 15, 20 minutos, 30 minutos, um dia, de análise do cartório. Isso que eu chamo de caos. As pessoas acabaram não descansando, passaram 24 horas no ar, tentando resolver os problemas. Um colega usou essa expressão e eu achei muito pertinente: “Em 2020, o fechamento do cadastro foi a troca de um pneu com o carro em movimento”. Então, a gente não pôde parar o carro para pensar, para planejar, para colocar o macaco no lugar certo. Não! Tinha que ser dado o tratamento. Tinha que se possibilitar que um número maior de pessoas estivesse apta a votar, regularizar situações, tudo numa sistemática que não tinha um procedimento padrão, que não tinha um tempo de aprendizado das Zonas Eleitorais, dos Tribunais. O caos que eu chamo, é isso aí. Eu acho a expressão perfeita. Trocamos o pneu com o carro em movimento.

TOEBE – Tenebroso, Foi puxado. Eu tenho seis municípios, então eu acabei abraçando sozinho, porque eu tenho problema de municípios que usam aquela atividade de transferir eleitores irregularmente para votar em vereadores. Temos que ter muito cuidado com o comprovante de endereço, enfim; então, eu acabei concentrando. Eu acabei fazendo todo o fechamento de cadastro sozinho. Fiz todo ele em casa, sozinho; era o Título Net, na época. Eu devo ter atendido, assim, umas 500 pessoas, na última semana. Foi bastante puxado, tive problema com indeferimento de transferência, com documento fraudulento, enfim; foi bastante trabalhoso. Mas, como sempre, eu vesti a camiseta, e o TRE é minha segunda família. Então, se eu tenho que executar uma tarefa, ela vai ser executada, não importa quando. Então é por aí. Foi bastante sofrido.

Eu sempre digo, que quando acabou, quando encerrou o fechamento do cadastro, lá em maio, eu pensei assim: “Nossa, eu tô esgotado emocionalmente e ainda a eleição, entre aspas, nem começou”.

Rafael

RAFAEL – Eu sempre digo que, quando acabou, quando o fechamento do cadastro, lá em maio, eu pensei assim: “Nossa, eu tô esgotado emocionalmente e ainda a eleição, entre aspas, nem começou”. O período eleitoral ainda está por vir.

Nós temos toda uma preparação e ali, num período que nós trabalhamos dez, doze horas para poder fechar em trinta dias o cadastro. Atenção 100% focada na tela. E isso também era uma diferença do atendimento presencial, com o eleitor, que eu atendo ele aqui, olho pro lado, levanto pra pegar o título. Lá não, nesse período, a gente ficava todo o tempo concentrado; quando estava numa situação mais cômoda, com dois monitores, e aí olhava um, olhava outro, ficava entre um monitor e o outro. Era isso, olhávamos para o lado, mas 100% focados na tela. Então, isso trouxe um cansaço físico e mental bem grande, foi bem custoso superar isso. Foi custoso fazer a eleição em razão dessa soma de fatores. Então, por isso, que eu acho que foi muito importante, aqueles outros aspectos, que quando a gente se sentia acolhido, tinha apoio, se tinha quem socorresse.

THOMAS – Eu me lembro do fechamento do cadastro. Foi realmente um volume muito grande de solicitações, o que ocasionou alguns transtornos para o eleitor, porque o sistema não deu conta de tantos pedidos. E aí, claro que a gente fez algumas adaptações. Como se fazia no presencial, o atendimento de quem fez o contato até o dia do fechamento, mas por algum motivo não conseguiu efetivar, a gente entrando em contato com essa pessoa no dia seguinte, ou nos dias seguintes, para poder efetivar o atendimento dessa pessoa, desse eleitor. Então foi, realmente, um momento tenso, de um volume muito grande de atendimentos, mas que eu acho que foi um sucesso. Porque apesar de não ter ali a nossa presença no atendimento, presença física, a vantagem foi que o atendimento pela internet proporcionou que muito mais pessoas pudessem fazer o pedido. Então, se nós atendíamos, sei lá, mil pessoas, duas, três mil pessoas ali nos últimos dias, presencialmente em Porto Alegre; pela internet, já teve um número muito maior do que isso de solicitações. Então teve esse lado, que a gente pode pensar como um lado positivo. Quem não conseguiu se deslocar presencialmente, não poderia se deslocar, pôde fazer pela internet. No calor do momento do fechamento do cadastro, acho que foi mais ou menos essa a experiência que nós tivemos.

ANA – Então, o que se viu desde o início da pandemia, é sim uma preocupação tanto regional como nacional, do próprio TSE, de manter hígido o cadastro eleitoral, cobrando efetivamente documentação que comprove ser a pessoa que está fazendo o requerimento, o titular daquela identidade; que ela tenha sim, domicílio eleitoral aonde ela está pedindo e que ela não faça mais de um requerimento, em Tribunais justamente diferentes. A gente vem percebendo, principalmente nos últimos seis

meses, tentativas de alistamento duplo ou triplo. Mas, com certeza, muito mais com o intuito de fazer um segundo CPF, um terceiro CPF, muito mais uma fraude de documentos para outros fins que não os eleitorais. Esses requerimentos duplicados e triplicados, eles têm sido identificados pelo sistema de batimento do TSE, seja por dados semelhantes, ou por coletas de biometria que já existiam no cadastro e, por processo e tudo mais, eles não estão entrando no cadastro eleitoral. Mas isso é uma constante no nosso dia a dia, e estamos sempre atentos a novos procedimentos e novas ferramentas, para que isso não venha a ocorrer. Então, o que eu posso dizer, de forma reduzida, é que sim, o Título Net é uma ferramenta segura. Só quem tem acesso à documentação que está sendo colocada ali é o próprio solicitante ou a Zona Eleitoral que vai tratar daquele requerimento. Esses documentos têm um prazo de visibilidade pela Zona Eleitoral, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados, eles não ficam à disposição, ad eternum, para a Zona Eleitoral. Uma vez que seja dado tratamento àquela solicitação, em seguida, alguns dias depois, ele deixa de estar visível, inclusive para a Justiça Eleitoral.

KELLY – Quando terminou, a gente fez um *happy hour online*, virtual, e eu postei uma foto no Instagram dizendo: “Primeiro fechamento do cadastro, na minha vida, sem acesso ao ELO”. Porque não se teve acesso ao ELO, a gente simplesmente não conseguiu. No fechamento de cadastro fomos impedidos pelo TSE de entrar no sistema porque ele estava completamente sobrecarregado de pedidos de títulos. O cadastro sempre fecha numa quarta-feira, que são 150 dias antes da eleição, e ele fechou para nós. Na segunda-feira foi o último dia que a gente conseguiu acessar o ELO, não se conseguiu analisar os pedidos. Como os cartórios foram fechados em março, e a gente ficou aproximadamente umas duas ou três semanas sem atendimento, a gente não recebeu nenhum pedido. Até que o Título Net foi colocado no ar para ser utilizado pelos eleitores, demorou um pouquinho. Então teve pouco tempo, entre o início do trabalho do Título Net até o fechamento de cadastro. Daí estourou, quando começou a fechar o cadastro, porque daí os eleitores lembram, porque havia notícia, porque tá fechando o cadastro. Começou a função e daí não teve mais servidor que segurasse todos os atendimentos. Tivemos que parar de usar o ELO para ele não trancar. Então, dois dias, na terça e na quarta, não se usou o ELO. Usamos o ELO a partir da quinta, quando se passou a analisar. E daí a diferença foi gritante, entre o atendimento online e o atendimento presencial. No atendimento presencial, quando não se dá conta do atendimento no último dia, a gente agenda o eleitor que chegou até o último dia para ser atendido na quinta e na sexta-feira, no mais tardar. Então se

tem aquele trabalho concentrado naqueles dias. Com o atendimento online, a gente teve um trabalho que se estendeu por semanas. Teve um mês ainda de atendimento e algumas Zonas Eleitorais tiveram um número bastante elevado de pedidos, que não deram, não iriam realmente dar conta, tiveram que pedir ajuda pro Tribunal. E mesmo em Igrejinha, que a quantidade de pedidos não foi tão grande, demoramos três semanas para conseguir analisar tudo, os pedidos que foram feitos nos últimos dias de fechamento de cadastro. Então, foi bem diferente, foi bem peculiar.

JOSEMAR – Com relação ao cadastro eleitoral, uma das inovações que me pareceu fundamental, que era romper a barreira – que era uma dificuldade, parecia um paradigma na Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral de Brasília – de que o atendimento tinha que ser essencialmente presencial, do eleitor. Mas nós tínhamos uma realidade. O eleitor não podia ir. Então, tínhamos que dar a alternativa para o eleitor, porque a lei tem que ser cumprida. E o direito de o eleitor se cadastrar para fazer a eleição, era uma necessidade. Então, isso também foi rompido com essa inovação, mas fruto das dificuldades trazidas pela pandemia. Se me perguntassem hoje, se não tivesse ocorrido a pandemia, eu acho que várias inovações, que passaram a ser permanentes, podiam demorar muito ainda a ser implementadas. Por isso que das adversidades também podem aparecer as oportunidades, e as inovações vieram com um pouco mais de celeridade, seja na questão da área judiciária, seja também no atendimento do eleitor. E pelo que eu entendi, vieram para ficar.

Nesse contexto, o TSE, como uma forma paliativa, adotou o sistema já utilizado pela Zona Eleitoral do exterior, que é o Título Net, fez uma adequação para que ele pudesse ser usado no Brasil, internamente, por todas as Zonas Eleitorais.

Ana

ANA – Nesse contexto, o TSE, como uma forma paliativa, adotou o sistema já utilizado pela Zona Eleitoral do exterior, que é o Título Net, fez uma adequação para que ele pudesse ser usado no Brasil, internamente, por todas as Zonas Eleitorais. Inicialmente ainda, na utilização do sistema, não era possível a inclusão de documentos. Então, a comprovação de identidade, de que o eleitor era efetivamente o solicitante, comprovante de domicílio eleitoral, tudo

isso passou a tramitar paralelamente, de forma virtual, para o e-mail da Zona Eleitoral. Sempre se pede que sejam utilizados canais institucionais, o e-mail ou o WhatsApp da Zona Eleitoral. Mas essa demanda trouxe uma grande dificuldade para as Zonas Eleitorais porque não tinham como fazer um gerenciamento de todos os pedidos que entravam de uma forma uniforme. Porque poderia entrar a qualquer momento, por mais de um canal de atendimento, às vezes por e-mail, às vezes por WhatsApp. E aí, em seguida, o TSE fez uma melhoria no próprio Título Net, para que os documentos viessem anexados ao requerimento, o que facilitou bastante a vida do eleitor.

JOSEMAR – O Título Net foi adaptado para trabalho remoto. Antes não era possível, pois o Título Net só servia como se fosse um pré-agendamento ao atendimento do eleitor. Então, se complementou com algumas outras atividades, que tinha o Título Net no exterior, porque lá era possível juntar documentação e mais alguma flexibilização que não se tinha no modelo que atuava nos Cartórios Eleitorais brasileiros. Nós, na prática, fizemos um serviço remoto de atendimento ao eleitor, e integral, ao ponto de fazer fotos e fazer a checagem remota. Isso era inimaginável, antes da pandemia, não se admitia esse tipo de flexibilização. E tanto assumiu que hoje passa a ser quase uma rotina, independente do retorno presencial, o atendimento remoto ao eleitor, inclusive às vésperas do fechamento do cadastro. Então, tem certas inovações que foram fruto da pandemia, mas que depois se perpetuaram. Estou dando o exemplo também do próprio trabalho remoto. Agora se converteu o teletrabalho em caráter permanente, mas tinha uma experiência piloto anterior ao teletrabalho, e tinha também a experiência do trabalho remoto. Então, não aproveitar das adversidades as oportunidades, seria também algo contraproducente.

THOMAS – Mas isso eu falo de questão de alguns dias, eu não me recordo exatamente quantos dias, mas foram poucos dias. Em seguida já foi disponibilizado pelo TSE o Título Net, que permitiu que o eleitor fizesse as operações de primeiro título, de transferência, revisão de dados, alteração de local de votação. Isso podia ser feito pela internet, preenchendo um formulário. O Título Net é um formulário, que o próprio eleitor preenche, anexa ali a cópia dos documentos necessários. A partir desse sistema ele obtém o título, faz as operações necessárias. Só que, claro, foi um momento então de adaptação, porque o eleitor tem que esperar, não é feito no mesmo dia, ele não sai na hora... E isso é importante dizer, porque a gente está

falando de uma cultura de anos. Os eleitores, eles estavam acostumados a chegar no atendimento e sair com o documento na mão. E agora, com o Título Net, isso não é feito automaticamente. É necessário que a Zona Eleitoral analise aquela documentação, e isso leva alguns dias para ser processado. Então, esse movimento aí, eu acho que foi marcante nesse momento de pandemia.

ALEXANDER – Bom, o que aconteceu quando fechou o cadastro. O TRE e o TSE disponibilizaram o Título Net, que era uma ferramenta que funciona bem quando tu tem situações de infraestrutura legal, tem uma internet boa, um computador e tal. Mas o nosso termo, que é o termo que é mais pobre, assim, menos recursos, a maioria é rural. Então, eles não tinham como fazer o Título Net. Era difícil pra eles. Eles se atrapalhavam de fazer. Então a gente utilizou a possibilidade da via WhatsApp, porque ali se consegue tirar foto, fazer tudo o que ele fazia, mandar para a gente, a gente trabalhar. Eu utilizei muito o WhatsApp em detrimento do Título Net, naquela época. Agora, a gente tem utilizado a ferramenta do Título Net, a JE digital. Mas, no fechamento do cadastro, foi necessário se achar uma solução que se adequasse mais à nossa realidade. Então foi mais fácil usar essa ferramenta. Mas conseguimos atender todo mundo, não houve nenhum problema nisso. Claro, a gente recebia coisa às onze horas da noite, mas era do jogo. Não tinha problema. A gente tentou atender o melhor possível.

THOMAS – Com o Título Net, a análise era de exclusividade das Zonas Eleitorais, então houve essa mudança também, que ocasionou a necessidade de os servidores das Zonas Eleitorais se adaptarem, principalmente aqui em Porto Alegre. No interior, o pessoal já fazia todo esse serviço; mas, principalmente, em Porto Alegre e em outros municípios grandes, com Centrais de Atendimento, houve necessidade dessa adaptação, e dar conta desse volume grande de solicitações pela internet. E vocês imaginem, assim, que o encaminhamento de documentos pela internet muitas vezes vem incompleto, e havia necessidade de contatar o eleitor, para complementar. Então, foi uma adaptação de todos nós.

RAFAEL – Alguns sistemas, inclusive, estavam desatualizados, como o formulário do Título Net. Isso gerava um desconforto pro próprio servidor. E como fazer aquilo? Às vezes, a orientação chegava um pouco truncada ao próprio eleitor. E aquilo que nós resolvíamos em questão de sete ou oito, talvez dez

minutos, num atendimento presencial, inclusive coletando dados biométricos, nós tivemos que fazer uma análise da documentação sem a presença física do eleitor, verificando alguns elementos adicionais, que normalmente estariam dispensados no atendimento presencial e também isso num fluxo de eleição municipal, inclusive com alguns documentos que a gente acabava tendo que questionar a credibilidade ou por montagem ou uma assinatura que não correspondia àquilo que tinha no cartório. Tinha então que entrar em contato novamente com o eleitor, para verificar aquela questão e isso gerava um atendimento... o atendimento acabava envolvendo vários minutos, às vezes até horas entre esse trâmite e a conferência. Além daquela questão de que, em se trazendo o trabalho para as nossas residências, se trabalhou até mais do que o próprio horário regular do Cartório Eleitoral. Quando encerrou, costumeiramente a gente consegue finalizar o atendimento do fechamento do cadastro no próprio dia ou, no máximo, com um atendimento diferido a um ou dois dias depois, dependendo da estrutura de pessoal que nós tínhamos presencial, e do número de eleitores que nos procuravam, nós levamos praticamente trinta dias para analisar todo esse volume de pessoas que vieram. E mesmo assim a gente não tem a certeza de que todos aqueles que efetivamente gostariam de ter feito a sua operação de transferência, ou de atualização do título, pudessem realizar nesse período.

ANA – Recentemente entrou no ar uma nova versão do Título Net, com várias ferramentas mais atualizadas. Antes, o cartório não conseguia agregar ao Título Net ações posteriores ao requerimento do eleitor. Dou um exemplo: o eleitor inseriu lá no Título Net, no requerimento dele, o documento de identidade, o comprovante de residência, a quitação militar. Exemplo, um eleitor homem com 19 anos. Bom, esqueceu a *selfie*. Eventualmente para o cartório solicitar a *selfie*, ele tinha que fazer um contato, por fora do sistema, com o eleitor e pedir para que o eleitor mandasse, por fora do sistema, essa documentação. Com a nova versão, o Título Net passa a possibilitar a nova inclusão de documentos para o requerimento anterior. Como nós, aqui no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, ainda não temos o WhatsApp como sistema mestre, de *chat* institucional, existe o WhatsApp das Zonas Eleitorais. Por enquanto, o contato para que o eleitor apresente a documentação ainda é feito, ou por e-mail ou por WhatsApp, ou mesmo por dentro da nossa plataforma de autoatendimento, do JE Digital. Mas a inclusão passa a ser no próprio sistema, no próprio Título Net. Isso facilita muito o controle do que é recebido pela Zona Eleitoral.

KELLY – O mecanismo é o seguinte. O eleitor tem que, além de mandar as fotos dos documentos, mandar a foto *selfie* dele segurando o documento ao lado do rosto, com a foto aparecendo. Esse é o mecanismo que comprova que o eleitor é o eleitor. E é o mecanismo que a gente utiliza, inclusive pra pedirem alguma certidão que, eventualmente, não estão conseguindo tirar pela internet. Todas as certidões agora estão disponíveis pela internet também. Então a gente pede para eles fazerem o envio desse formato de comprovação.

(...) para o eleitor foi uma mudança radical, porque ele chegava na Central de Atendimento e, em poucos minutos, saía com o documento na mão, com título de eleitor na mão.

Thomas

THOMAS – Eu acho que uma coisa importante de registrar é que, até a chegada da pandemia, o atendimento ao público era predominantemente presencial. Então, o mais marcante nessa mudança foi que, de um dia para o outro, nós fechamos as portas, ali da Central, e passamos a fazer o atendimento de maneira remota. Inicialmente, eu acho que vale enfatizar que para o eleitor foi uma mudança radical, porque o eleitor chegava na Central de Atendimento e, em poucos minutos, saía com o documento na mão, com título de eleitor na mão. A Justiça Eleitoral sempre teve essa característica, de ser um atendimento ágil, e o eleitor já sai com o documento na mão, sem maiores burocracias, sem maiores problemas. Então, de uma hora pra outra, nós tivemos que fechar a Central, para garantir a segurança sanitária dos servidores, e do público, dos eleitores.

SCHAUREN – Com o e-Título⁴⁶, o eleitor só acessa um título novo depois que esse título foi processado no sistema. Então, do ponto de vista de segurança contra fraudes, é uma estratégia ok, pois ele só terá acesso ao documento depois que for validado no batimento do sistema. Mas isso traz um problema de entendimento pro usuário, na questão da prestação de serviço, porque ele faz a solicitação pro cartório, o cartório analisa os dados, mas ele não tem o documento imediatamente na mão. Ele só vai ter esse documento depois, quando o TSE processar lá.

⁴⁶ e-Título – é um aplicativo móvel para obtenção da via digital do título eleitoral. Permite o acesso rápido e fácil às informações da eleitora e do eleitor cadastrados na Justiça Eleitoral. Apresenta dados como: Zona Eleitoral e certidão de crimes eleitorais.

E a gente tem apego, o ser humano tem apego ao documento físico. Então ele vai conseguir baixar o e-Título, que é um documento digital, depois de três, quatro dias. Então, na cabeça do eleitor, o nosso serviço está mais demorado, embora ele não esteja, o tempo é o mesmo.

Ana

ANA – Mas, ao mesmo tempo, uma grande parte da população, já mais informatizada, tem elogiado bastante a disponibilização dos serviços no site, na nossa plataforma. O que o eleitor muitas vezes reclama é de um desconhecimento. Antes da pandemia ele ia no balcão do cartório, tinha lá o seu título digitado pelo servidor e saía com o documentozinho verde na mão, achando que o título já estava *on*, já estava regular, tudo certinho, processado. O que não era uma verdade, era uma presunção do eleitor. Ele saía dali, ainda iria demorar dois, três, às vezes quatro dias para efetivamente ele estar no cadastro eleitoral. Tanto é que, se ele quisesse tirar uma certidão, no site, não conseguiria. Hoje em dia, no atendimento virtual, ele não recebe esse documento físico. E a gente tem apego, o ser humano tem apego ao documento físico. Então ele vai conseguir baixar o e-Título, que é um documento digital, depois de três, quatro dias. Então, na cabeça do eleitor, o nosso serviço está mais demorado, embora ele não esteja, o tempo é o mesmo. A diferença é que ele não tem o papelzinho na mão. A partir dessa nova versão do Título Net, que está entrando hoje, o eleitor vai poder imprimir o título dele diretamente na internet. Ele não vai precisar usar o e-Título. Ele vai ter a impressão do papelzinho, e eu acredito que isso vá diminuir consideravelmente essas reclamações. Porque a gente não tem recebido, sinceramente, reclamação do serviço virtual. “Ah, é difícil, eu não consigo.” Isso é muito do eleitor que é um excluído digital, mas não daquele mais esclarecido. O excluído digital com certeza vai ter dificuldades, por mais simples que seja a plataforma. O grande número de reclamações é do tempo que leva para ele ter o título em mãos, virtual, que agora vai estar mais diminuído. Então eu acho que, realmente, a concentração é nisso, no fato de o cartório não estar aberto, que agora voltamos a estar, e no tempo para ter o título em mãos.

RAFAEL – Eu creio que nós temos que analisar alguns períodos diferentes. O período que nós tínhamos do fechamento do cadastro, com um alto índice de

transmissibilidade do vírus, desconhecimento. Ao mesmo tempo que gerou um desconforto para o eleitor, que estava acostumado a chegar ao Cartório Eleitoral e já sair com seu título em mãos, com a sua situação regularizada. Se tinha, de uma certa forma, uma percepção pelo próprio eleitor que aquilo era o possível no momento, que se envidou esforços para se manter, ainda que não nas condições ideais, mas se fez um esforço institucional para garantir o exercício do direito ao voto, para que o eleitor pudesse chegar em condições.

THOMAS – Eu acho que vale reforçar aqui essa questão do atendimento presencial ser uma cultura do Tribunal, e garantir a entrega física do documento na hora. E isso gerou uma certa insatisfação, isso não há como negar. Eu não sei se foram feitas pesquisas, mas pela nossa sensibilidade no atendimento e por algumas informações, a gente sabe que, digamos assim, que as notas que nós recebíamos de qualidade de atendimento, elas realmente caíram por conta dessa falta da nossa presença. Claro que durante o fechamento do cadastro, evidentemente, mesmo que houvesse atendimento presencial, como é um momento com cadastro fechado, não há como fornecer novos alistamentos, transferências, essas operações, realmente não é possível fazê-las durante o fechamento do cadastro. Mas claro que as pessoas estavam muito acostumadas com esse atendimento face a face. Então você dizer isso, explicar, entregar uma certidão ali, acho que aliviava um pouco essa tensão. Mas a gente conseguiu dar conta dessa primeira frustração, encaminhando os documentos de outras maneiras alternativas.

A preocupação primeira era assegurar, tanto quanto possível, a integridade e a saúde dos eleitores, mesários e de todos aqueles que fossem trabalhar. Recordo que uma das primeiras medidas adotadas foi a supressão da biometria, que já seria implantada aqui no Rio Grande Sul em quase todos os municípios, praticamente.

Des. Villarinho

DES. VILLARINHO – Nós tínhamos uma grande preocupação. Quando eu digo nós, me refiro à Administração e ao pessoal, aos secretários do TRE, aos servidores, enfim, todos aqueles que participaram tão ativamente deste processo. A preocupação primeira era assegurar, tanto quanto possível, a integridade e a saúde dos eleitores, mesários e de todos aqueles que fossem trabalhar. Recordo que uma

das primeiras medidas adotadas foi a supressão da biometria, que já seria implantada aqui no Rio Grande Sul em quase todos os municípios, praticamente. Se não tivesse vindo a pandemia, acho que talvez 90% teríamos realizado já com biometria. Essa foi a primeira medida, porque sabemos a questão da proximidade física que traz a biometria. Havia uma preocupação – me lembro, e todos hão de lembrar – muito grande com a questão do contágio, do contato.

ANA – Bom, quando fomos todos pegos de surpresa pelo início da pandemia, o atendimento ao eleitor, para fins de inscrição eleitoral e demais movimentações cadastrais, ficou parado por um tempo, porque não sabíamos como fazer, justamente, a tramitação de documentação de identificação com segurança, considerando a suspensão da coleta biométrica. Porque a coleta biométrica ajuda muito no batimento, para identificar se uma pessoa possui mais de uma inscrição eleitoral.

ALINE – A gente tem um eleitorado aqui, em Santo Antônio, de 33 mil eleitores, mais ou menos; e nós tínhamos passado pela revisão do eleitorado, com a coleta biométrica até o final, até dezembro de 2019. Para mim foi, eu entendo assim, como uma grande oportunidade de revisar, de colocar em dia a situação da maioria dos eleitores. Conseguimos atingir 86% do eleitorado com a revisão, corrigindo nome, atualizando os dados. E esse fato para mim, ele foi importante até pra a concessão dos auxílios emergenciais depois. A gente sabia que estava com um eleitorado revisado, que essa missão tinha sido cumprida. E isso também foi muito significativo, porque no ano de 2019 atendemos cerca de 20 mil eleitores, num ano, com cinco servidores e alguns estagiários. Então foi um volume, foi uma comoção na cidade, com filas quilométricas, com atendimento, com vendedores ambulantes na rua, com a imprensa em cima, mas de uma hora pra outra a gente teve que se isolar. Foi um baque, mas necessárias essas medidas de distanciamento. Isso nem se discute, para a preservação da saúde de todos. Essa foi uma primeira mudança substancial.

SCHAUREN – Sem a biometria, essa questão está mais relacionada com o atendimento aos usuários e protocolos de atendimento dos cartórios. Esse controle, atualmente, é feito pela conferência da documentação digitalizada, que o eleitor envia pros Cartórios Eleitorais ou centrais de atendimento. Então, basicamente, tem

que ver se aquele documento não tem indícios ou marcas de ter sido adulterado ou algo parecido. Mas, adicionalmente, é feito um batimento, que a gente chama, no cadastro, um cruzamento de dados de eleitores do país inteiro. Mais ou menos como era feito antigamente. Depois veio a biometria para resolver essas questões.

ANA – A gente tinha muita preocupação de não conseguir visualizar todas essas solicitações duplas e triplas. E pra isso fomos criando diversos filtros de procedimento, não filtro de sistema, mas filtro de procedimento, de consultas, para evitar. Óbvio que é impossível, humanamente impossível, que se visualize absolutamente tudo; mas, com certeza, é um quantitativo ínfimo que, voltando a biometria, tenho certeza que vai ser detectado de pronto pelo sistema.

THOMAS – A grande questão é a coleta biométrica, e isso requer o atendimento presencial. Em algum momento isso vai ser retomado. O TSE em algum momento vai retomar essa coleta biométrica, e aí, inevitavelmente, vai ter que ser presencial. O que pode diminuir um pouco a demanda, por essa questão, é o aproveitamento dos dados de outras instituições. Como já foi feito. A migração dos dados biométricos do Instituto de Identificação do estado e do Detran. Já houve uma grande migração de dados biométricos, as digitais, fotos e assinatura digital. O que surpreendeu muitos eleitores, que chegavam para fazer o atendimento, e que já estava, já tinha a biometria deles ali. E provavelmente isso vai ser feito de novo, uma nova leva, uma nova migração, o que reduz bastante a necessidade de novas coletas. Isso provavelmente vai ser para os jovens, para os adolescentes, que vão fazer o primeiro título, que ainda não têm carteira de habilitação, enfim. Mas a coleta biométrica ainda requer a presença, em algum momento da coleta, no Tribunal ou em alguma outra instituição com quem tenhamos parceria.

KELLY – A questão agora é saber o que vai acontecer, após a eleição de 2022, porque antes da eleição de 2022 eu acho muito complicado, muito difícil voltar a biometria. Não estamos fazendo a coleta biométrica, mesmo fazendo atendimento presencial. Desde agosto não se faz coleta biométrica, porque está desabilitada pelo TSE. Então eu acho que, depois da eleição de 2022, sim, daí vamos ter várias revisões do eleitorado para poder fazer a coleta da biometria desses eleitores. Ou se vai fazer importação de algum outro órgão público, da biometria. Daí eu não sei, vai depender da gestão do próprio TRE e do TSE, com relação à biometria.

É claro, a coleta biométrica ajudou a reduzir drasticamente as fraudes nos últimos anos, isso é inegável.

Schauren

RAFAEL – Então, de certa forma, as filas foram um pouco menores, sim. Eu acho que isso também dá para se atribuir a esse cuidado do eleitor, mas também ao fato de ter sido dispensada a identificação biométrica. Isso agilizou. Isso foi um retorno que os mesários trouxeram depois, que “ah, dá pra continuar sem a biometria”. E aí já é uma outra discussão que nós temos. Nós estamos falando em uma fase, uma etapa importantíssima da segurança do processo, então é mais delicado. Até tive a oportunidade de conversar com alguns colegas depois e falei: “Olha, não é tão simples uma decisão assim porque envolve outras questões bem relevantes para o processo”.

SCHAUREN – É claro, a coleta biométrica ajudou a reduzir drasticamente as fraudes nos últimos anos, isso é inegável. Então, desse ponto de vista, sim, fez uma diferença enorme. Com a pandemia, essa coleta biométrica, ela foi suspensa, então ela vai ter que ser retomada em algum momento.

Mas vale reforçar que no período eleitoral, posteriormente ao fechamento do cadastro, teve o período de registro de candidaturas, e nós tivemos que fazer alguns atendimentos pontuais. Para regularizar algum cadastro, de algum candidato, para garantir o direito dessas pessoas.

Thomas

RAFAEL – Foi mais um desafio e mais uma das pressões que se passou aqui. Porque nós iniciamos, realmente, em termos cronológicos, em 22 de outubro de 2019, então ainda no ano anterior, a implantação do processo judicial eletrônico. Nós tínhamos uma demanda de processos já julgados, nesse período. Nós vínhamos com um cronograma bem atualizado e então com pouco ingresso de ações. Então, nós fomos efetivamente trabalhar com o PJE já na eleição, ainda com poucos colegas ambientados ao próprio sistema, com pouco manuseio, pouca experiência, com treinamento a distância, que o TSE disponibilizou. E aí nós aqui realizamos seis

eleições municipais que, independentemente do tamanho do município, toda a tramitação, registro de candidaturas, fiscalização da propaganda eleitoral, prestação de contas, orientação a partidos, funcionando do mesmo jeito. E às vezes nós temos até uma animosidade muito grande, quanto menor é o município. O que não quer dizer que a situação partidária lá seja bipartidária. Na realidade, tem municípios-termos com mais de dois partidos envolvidos, com cinco, sete, às vezes até dez partidos, em municípios de dois mil, dois mil e quatrocentos eleitores. Nós aqui atendemos municípios entre mil e trezentos e três mil e quatrocentos eleitores, tirando o município-sede, que gira em torno de trinta mil eleitores. Então, o número de pedidos de candidaturas que pode ter é o mesmo, e cada um gera um processo.

THOMAS – Na época houve uma orientação para se restringir realmente esse atendimento presencial, e fazer de tudo para garantir os direitos das pessoas de maneira remota. Mas vale reforçar que no período eleitoral, posteriormente ao fechamento do cadastro, teve o período de registro de candidaturas, e nós tivemos que fazer alguns atendimentos pontuais. Para regularizar algum cadastro, de algum candidato, para garantir o direito dessas pessoas. Então, nós fizemos alguns atendimentos presenciais, mas foi pontual, foi um número muito reduzido de atendimentos. Pelo atendimento remoto e pelo e-Título, nós conseguimos atender a maioria das pessoas.

RAFAEL – Se trabalhava com um prazo muito em cima, que nós tínhamos a questão da filiação partidária, que era fundamental. E nós tínhamos seis meses e candidatos trocando, como é que nós vamos operacionalizar isso? Entrega de lista, o que vale, o que não vai valer? Porque, como é que nós, instituição, cobraremos dos filiados e dos partidos que se encontrassem, que fizessem assinatura presencial de lista? Como é que ficava esse trâmite? Eram questões necessárias de se abordar. Repensar, ao mesmo tempo, como seria a configuração desse trabalho remoto. Então tivemos que pensar institucionalmente. Acho que um outro ponto decisivo, um dos diferenciais do Tribunal nesse contexto, é que essa organização envolveu todos os setores do Tribunal.

KELLY – Eu geralmente faço uma reunião com os partidos políticos, que dessa vez, obviamente, foi virtual. E peço encarecidamente que mandem os processos antes para dar tempo de analisar tudo e que se consiga fazer o trabalho, até para o próprio candidato, porque se inventa de ter uma decisão de indeferimento de

candidatura e a pessoa vai ser candidato e acaba confirmando o indeferimento no Tribunal, por exemplo. Porque essas decisões, elas estão acontecendo depois da eleição. A pessoa se candidatou, ganhou, talvez, e teve o registro indeferido. Então tem que fazer uma nova eleição. Até para o próprio candidato isso é ruim, esse prazo tão exíguo. E foi o que aconteceu. Foi bem, bem complicada a questão dos prazos que a gente viveu, e essa pressão toda.

RAFAEL – Nós fizemos também reuniões preparatórias com os partidos políticos aqui, de todos os municípios, reuniões virtuais com eles. Fizemos uma reunião, primeira específica, de registro de candidaturas; fizemos uma segunda, específica de propaganda eleitoral. Fizemos uma terceira, isso antes mesmo do protocolo do registro de candidaturas, sobre prestação de contas, já trazendo uma série de orientações, enquanto o processo não tinha começado. No entanto, ao mesmo tempo tinha uma série de coisas já ocorrendo. Tivemos depois que fazer uma outra reunião, também virtual, para sorteio do horário eleitoral. Em todas elas com a presença do Magistrado e do promotor, Isso gerava uma série de desafios, porque tinha toda a questão da própria transparência do sorteio. Como é que vai fazer? Mostra o papelzinho, dobra ele, mas mantém na frente da câmera. Mas isso também ajudou para que se levasse uma série de informações aos partidos, importantes para eles.

CRISTIANO – em setembro de 2020 nós realizamos a reunião com os partidos políticos, todos os partidos, via YouTube e de forma *online*. Eu acho que participaram em torno de 1000 pessoas; e depois a gente teve mais de 7000 visualizações. Essa foi a participação com os partidos. Por que eu fiz essa reunião, lá em setembro, com os partidos? Porque achei que era o momento adequado, porque tivemos uma experiência anterior, que foi em junho de 2020, quando realizei uma reunião com os Cartórios Eleitorais. Convidei o pessoal pra entrar no Zoom, na nova plataforma, estava entrando, aprendendo a usar. Acho que fiz quatro reuniões com Cartórios Eleitorais. Duas de prestação de contas partidária anual e duas de prestação de contas eleitoral. Já coloquei à disposição algum material, que a gente tinha ali, pra eles ficarem calmos, terem conhecimento. Porque uma coisa importante é, antes da eleição, os cartórios terem conhecimento da Resolução de prestação de contas, pra poder passar isso para partidos e candidatos. Porque, logo em seguida, os partidos e candidatos começam a arrecadar e, sem as informações corretas, e por erros de procedimento,

pode afetar, lá no final, a prestação de contas. Então, é importante essa instrução inicial, antes do registro de candidatura, para dar uma instrução de como é que funciona a nova Resolução, os principais pontos, para depois não ter problema na prestação de contas.

RAFAEL – Uma outra iniciativa institucional excelente, fundamental, foi da Secretaria Judiciária, na época do registro de candidaturas, com lives diárias, em que se tiravam dúvidas. Achei que até nem iria funcionar, porque todo mundo ia querer falar ao mesmo tempo; e não só funcionou como foi uma experiência fantástica, que nós conseguimos ter a informação, “olha o fulano tá lá no TSE agora resolvendo isso”. E aí, durante a reunião, “olha, chegou a informação que decidiram isso”. E aí isso trazia segurança, celeridade no próprio processo que exigia uma demanda, uma disposição diferenciada, e com uma equipe reduzida de servidores para cumprir o tempo de julgamento. Porque é um prazo extremamente curto, apertado; e adaptação ao sistema, regramento novo, regramento diferenciado. Tínhamos a questão de estudar, de compartilhar essas questões com os colegas, tirar as dúvidas. E nisso o TRE foi muito perspicaz, ao elaborar as lives, que não eram obrigatórias, mas, mesmo assim, com bastante frequência de público. E aquilo nos auxiliava muito, aqui na Zona Eleitoral, para dirimir dúvidas ou até saber que muitas vezes era o próprio sistema que não funcionava.

RODRIGO – Qual era o desafio? Era o registro de candidaturas, que ia ser totalmente eletrônico dessa vez. Então, o que eu tinha em mente? Eu sabia que as eleições iam funcionar e nós íamos ter candidatos nas urnas e o eleitor ia conseguir votar, isso ia acontecer. Então nossa preocupação era aquela de sempre, de o candidato que deveria estar na urna, não estar. Essa era a principal preocupação, que é sempre feito com um cuidado muito grande de todos os cartórios, essa revisão, pra evitar que tenha prejuízo. Mas com essa questão das urnas já consolidada, o nosso desafio era realmente o PJE, com o registro. E nós tivemos um sucesso do PJE, recentemente, com o segundo grau, com toda a eleição de 2018, que funcionou. Claro que o público era bem menor, então era um ambiente mais restrito, poucas pessoas, que já estavam acostumadas a usar o PJE. Era outro cenário. Na Zona Eleitoral, sabíamos que o desafio ia ser grande, porque nós tínhamos que treinar os Cartórios Eleitorais, que conheciam pouco, tinham muito pouca experiência com o PJE. E também não só os cartórios, tinha toda a questão dos advogados, Ministério Público, toda aquela gama de órgãos externos,

que estão ali também participando. Então, o que nós tínhamos? Sabíamos que ia ser muito, muito trabalhoso.

ALINE – Por parte do Tribunal, esse apoio nessas reuniões diárias da Secretaria Judiciária foi fundamental pra conhecer, pra saber essas novidades, pra ouvir as recomendações, sanar questões do Cand, que sempre surgem. E eu fico pensando nos servidores recém-nomeados... Eles devem ter se virado, se virado pra entender toda aquela nomenclatura, aquele passo a passo. E os problemas normais que acontecem no registro de candidatura, porque os partidos deixaram de ter uma orientação, uma recomendação. A gente sempre fazia também reunião com os partidos políticos, explicando o Cand, o sistema de prestação de contas, a questão da propaganda eleitoral, o que pode, o que não pode. Isso não aconteceu esse ano. Nós criamos também um grupo aberto, com partidos, coligações, advogados, contadores e candidatos. Encaminhávamos o *link*, convidando pra ingressarem no grupo, pra receber informações. E por ali também se passavam informações importantes, convites. Lembro que teve algumas reuniões sobre prestação de contas, elaboradas pelo Tribunal, e sobre horário também, de propaganda, que foram fundamentais. A gente passava o *link* pros candidatos e partidos. Então, por parte do Tribunal, relativo aos sistemas, houve um apoio que foi fundamental.

JULIANO – A gente já tinha usado essas ferramentas na outra eleição, mas dessa vez foi muito mais, muito mais forte. Não só com os mesários, como com os partidos. Fizemos, inclusive, um grupo de WhatsApp com os partidos, coisa que a gente ficou um pouco mais temeroso de fazer, afinal de contas é um partido. São advogados, estão na disputa, mas, mesmo assim, a gente fez e acabou dando certo.

RAFAEL – As reuniões com os partidos serviram também para criar uma proximidade, mostrar que estávamos trabalhando, estávamos desenvolvendo, estávamos dispostos a auxiliá-los naquilo que era possível, e tentar traçar algumas estratégias de trabalho, apresentar como nós faríamos o nosso trabalho, para também resolver uma série de situações sem que fosse necessária a judicialização. E obtivemos bastante êxito em relação a isso. A gente conseguiu já ter contato com coordenadores de campanha, e tínhamos acesso praticamente instantâneo, tanto no período eleitoral, quanto no dia da eleição, e isso ajudou bastante a solucionar com celeridade uma série de situações.

RODRIGO – Olha, eu diria que, apesar dos problemas, sem o PJE, na parte do registro de candidaturas, eu não vou dizer que seria impossível, porque nós íamos acabar fazendo, dando algum jeito. Mas seria algo assim, hercúleo. Já foi difícil, mas seria algo hercúleo. Imagina! Juntada de documento, gente entrando e saindo do cartório, peticionamento de advogado pegando aquela papelada toda, e todo esse contexto de pandemia, analisar documentos. Os cartórios, nós sabemos, têm pouca gente, não têm a quem recorrer. Iria ser complicado, porque ia chegar ao ponto que nem nós, aqui na Secretaria Judiciária, nós não íamos ter gente para poder ajudar os cartórios. Porque a questão cartorária é complicada, pois exige alguns conhecimentos. Então, daqui a pouco tu não pode mandar alguém que não tenha alguma experiência mínima. Até poderia se o cara já passou pela SJ, já teve uma experiência, ok, daria para pensar. Tem que ter aquela experiência, aquela vivência, numa análise de registro, que é complexa. Para cada candidato, analisar a documentação. Imagina quantos candidatos por município, um processo para cada um deles, é muito difícil.

(...) já metade do ano, e estávamos com o PJE ainda numa situação que precisava aperfeiçoamento. O que aconteceu ali nos dias finais do registro de candidaturas. Aí foi uma demanda absurda de advogados para cima das Zonas Eleitorais e da gente, porque realmente o sistema travou.

Rodrigo

RODRIGO – Nós estávamos já em 2020, vejam só, junho de 2020, já metade do ano, e estávamos com o PJE ainda numa situação que precisava aperfeiçoamento. O que aconteceu ali nos dias finais do registro de candidaturas. Aí foi uma demanda absurda de advogados para cima das Zonas Eleitorais e da gente, porque realmente o sistema travou. A demanda era muito grande. Então, todas as Zonas Eleitorais do Brasil, todos os advogados atuando, Magistrados, servidores, na mesma máquina... a máquina em sentido figurado, no mesmo banco de dados. Então vocês imaginem a demanda que isso deu de início, e claro, o sistema de cara já travou. Nós tivemos muitos problemas, muito advogado reclamando que não conseguia autuar e tal. E eu lembro muito bem daquela época, nossa colega chefe da autuação, ali também desesperada, correndo lá para atender tanto advogado.

Chegou um momento em que ela atendeu mais de 40 advogados, num dia, no final de prazo. Foi muito complicado.

JOSEMAR – Há situações que, realmente, o PJE proporcionou que não foram agradáveis nesta eleição, ao ponto que não se sabia realmente se os registros de candidatura teriam sucesso. Nesta eleição era muita tentativa e erro, e era uma experiência de PJE no primeiro grau, que ainda deixava a desejar.

RODRIGO – A Instituição entendeu que a nossa Seção, a SASJE⁴⁷, ela precisava ser criada justamente para atender aos Cartórios Eleitorais na questão do PJE. Mas tinha também essa questão de que uma Seção com cinco pessoas não ia aguentar o tranco para atender 145 Zonas Eleitorais, de registro eleitoral, mais todos os advogados atuantes em cada uma delas, o Ministério Público, Juízes. Imagina o número de... se pegar 145, multiplica pelo número de Juízes, promotores, servidores e advogados, o número de usuários que nós teríamos de atender, era uma enorme demanda. Então, o que se pensou na época? Normalmente a SJ já faz forças-tarefas para o registro de candidaturas, para atuar no segundo grau. O que foi feito foi uma enorme força-tarefa no âmbito da SJ. Nós tivemos que agregar muita gente da SJ para poder participar. Então toda CORIP entrou, depois entrou a COSES⁴⁸ e a COGIN⁴⁹. Basicamente, a gente meio que adotou um pouco daquela política que sempre foi bem-sucedida na informática, aquela divisão dos núcleos que vocês devem se lembrar bem. Nós dividimos o estado em sete polos. Então cada polo mais ou menos tinha em torno de 20, 22, 23 Zonas Eleitorais. Então ficava razoável para o atendimento, e cada polo era atendido por mais ou menos umas três, quatro pessoas da Secretaria Judiciária, dessa força-tarefa.

KELLY – Quando a gente fez o registro de candidatura aconteceu muito problema com o PJE. Foi um acesso tão gigantesco, que houve diversas falhas de comunicação. Porque a gente não trabalha com um sistema só. O PJE só é um sistema que faz lá o processo judicial. O registro de candidatura, por exemplo, o pessoal do partido, o candidato, eles têm que entrar com um sistema chamado CandEx, e botar os dados ali, foto, endereço, os dados do partido, as atas. Pelo

47 SASJE – Seção de Administração de Sistemas Judiciários Eletrônicos.

48 COSES – Coordenadoria de Sessões.

49 COGIN – Coordenadoria de Gestão da Informação.

CandEx o partido envia, agora virtualmente, para o cartório. Recebendo no Cand, o Cand já mandava o processo direto pro PJE. Então a gente não precisava ter esse trabalho da autuação. Só que teve tantos problemas no envio, do pessoal do partido para o cartório, que os processos chegaram com linhas pretas, com folhas totalmente pretas, com documentos faltando. Tínhamos que entrar no Cand, baixar documento e anexar no processo. E, além disso, o PJE sobrecarregou, porque eram muitos processos. Só em Igrejinha eu tinha mais de 200 processos. Então, Porto Alegre não faço nem ideia, mais de 1.000, com certeza.

RODRIGO – As Zonas Eleitorais abriam os chamados no primeiro nível. O primeiro nível ia atendendo o que podia. Quando a questão era mais complexa, o chamado era escalonado para um segundo nível de atendimento. Esse segundo nível já era composto por pessoas que tinham mais conhecimento de PJE. Essas questões mais complexas muitas vezes não tinham solução no próprio TRE. Então nós tínhamos que fazer a integração, tínhamos que entrar em contato com o TSE, enxergar o problema, pedir a solução pra eles. A gente teve muita ajuda. E o legal dessa questão do remoto foi que nos aproximou, de certa forma, do TSE. Porque o WhatsApp, a gente tinha vários grupos com o TSE. Nós tínhamos vários grupos específicos, o grupo de candidaturas, que é só para questão de candidaturas, o grupo do PJE. Eu tinha acesso aos Assessores do PJE, tinha acesso à Coordenadora de Sistemas lá do TSE. Essa proximidade nos facilitou bastante, porque eu já conhecia eles de tempos. Então ficou fácil o atendimento. A gente teve essa facilidade de atuar, ter essa comunicação do nível dois com o TSE direto, participando desses grupos. E o legal desses grupos é que não era só o TSE participando, eram todos os TREs. Alguém postava um problema ali no grupo, daqui a pouco algum outro TRE já dizia: “Ah, não, já passei por isso aqui, faz isso, faz aquilo”. Os grupos eram autocolaborativos. As próprias pessoas que participavam ali às vezes tinham uma solução do problema e nos passavam. Aí tu ia lá “testei”, “ah, beleza funcionou”. Aquilo que não funcionava, claro, aí nós passávamos para o TSE, pra responder.

KELLY – E o sistema não funcionando, então foi bem... foi algo muito, muito forte nessa eleição, principalmente por conta do PJE. O PJE não funcionou. Que isso fique pra eternidade, porque foi um desespero. Teve dias que eu fui às 6 da manhã ao cartório para conseguir trabalhar com PJE, porque não se trabalhava, a partir das dez horas o PJE não funcionava. Então foi bem forte isso.

A quantidade de usuários acessando simultaneamente foi muito grande. O que aconteceu? Uma lentidão absurda do PJE. Nós chegamos a receber, para vocês terem uma ideia, um ofício do TSE pedindo para os TREs fazerem escalonamento de uso do PJE. Acreditem nisso!

Rodrigo

RODRIGO – A infraestrutura do TSE teve que trabalhar dia e noite, para adequar, porque a gente viu que a demanda era muito grande. Como eu falei, imagina a quantidade de processos que nós temos aí, sei lá 30 mil por estado, mais. Bota aí, cada processo um advogado atuando e Ministério Público. A quantidade de usuários acessando simultaneamente foi muito grande. O que aconteceu? Uma lentidão absurda do PJE. Nós chegamos a receber, para vocês terem uma ideia, um ofício do TSE pedindo para os TREs fazerem escalonamento de uso do PJE. Acreditem nisso! Teve um momento do processo eleitoral, durante a pandemia, que nós tivemos simplesmente que adotar um escalonamento durante uma semana, mais ou menos. Sei lá, os TREs da região Sudeste podem usar de tal hora a tal hora, os TREs da região Norte-Nordeste, tal hora. Até que o TSE conseguisse ajustar a infraestrutura, porque não havia tempo hábil. O PJE é 24 horas com o pessoal botando documento a qualquer momento. Acabou aquela história de horário normal de trabalho. Um dos ganhos do PJE é isso. O cara em casa pode, à meia-noite, peticionar alguma coisa. E aconteceu isso. O pessoal tinha que fazer esse escalonamento, porque estava muito lento o sistema. O TSE depois conseguiu ajeitar e a coisa voltou ao normal.

JULIANO – O PJE foi uma ferramenta que não funcionou satisfatoriamente na eleição. Nós tivemos que, inclusive, fazer interrupções no trabalho, escalonamentos com outras regiões, vocês sabem disso. E isso atrapalhou muito, porque já existia uma carga de processos que a gente deveria tramitar rapidamente. Também porque era a primeira vez que não era possível coligações nas proporcionais. Então, nós tivemos um número muito maior de vereadores. Cada partido podendo ali registrar tantos vereadores; então multiplicou o número de processos de registro de candidatura.

RODRIGO – Outros problemas também que eu posso destacar. Nós tivemos problemas de juntada de documentos, porque lá no sistema de candidaturas, às vezes se tinha casos de documentos que eles não iam na autuação automática, mas

tinha um botão que você podia apertar e ele fazia a juntada de documentos lá no PJE. Então, essa juntada deveria ser automática, deveria clicar no botão e aquele documento que eu cliquei, ele deveria ser automaticamente importado lá nos autos digitais do processo eletrônico do PJE. Ele ia parar lá no nosso processinho, bonitinho, no eletrônico. Nós tivemos muito problema com isso. Chegavam casos que nós precisávamos... nós fazíamos a seguinte orientação: “Olha pessoal, o TSE tá com bastante demanda” – imaginem, o país inteiro demandando – “acho que vai ser mais rápido, se vocês conseguirem aí”. As Zonas Eleitorais também estavam atoladas de serviço, o período do registro de candidaturas é muito curto para sanar, entre o recebimento dos dados dos candidatos, análise da documentação, dos requisitos dos candidatos, o julgamento. É um período muito curto, um mês, se for, e tem a análise de eventuais impugnações de registro. Então, às vezes, nós orientávamos as Zonas Eleitorais no seguinte sentido: baixem esses documentos lá no sistema de candidaturas, baixem para o PDF e façam vocês mesmos a juntada manual no próprio PJE. O PJE permite que o servidor entre lá, dentro do sistema do PJE, e faça uma juntada de documentos. Então, com isso, ele consegue juntar aquele documento. Aí não seria automático, seria o próprio servidor indo lá, fazendo a juntada, ao invés da autuação, que seria automática, que deveria funcionar direto para o PJE.

KELLY – Mas a questão dos sistemas eu acho que era algo que ia acontecer mesmo que não tivesse pandemia. A diferença é que o cartório estava fechado, então se conseguia trabalhar melhor, porque não entrando gente o tempo todo, tu consegue trabalhar mil vezes melhor do que se tivesse alguém entrando. Já tínhamos migrado definitivamente para o PJE em 2019, então já sabia que ia ter isso, que ia ser uma quantidade gigantesca de processos para analisar no Brasil inteiro, dentro de um único servidor, que é o servidor do TSE.

RAFAEL – Aquela demanda que nós tínhamos lá, de um volume absurdo de registro de candidaturas, em que se teve que fazer um escalonamento de horário de acesso entre os Tribunais do país, nós ficávamos com o horário aqui, delimitado. Qual era a solução? Era observar, porque era o que tínhamos para o momento. Porque, se fosse querer todo mundo movimentar, ninguém ia trabalhar. Operações que hoje a gente faz em talvez dois minutos, talvez menos – quando o sistema teve uma funcionalidade um pouco melhor –, as juntadas de documentos na época eram dez, quinze minutos pra fazer. Se levava um tempo muito excessivo, e era com

deficiências do próprio sistema. Não era nem a falta de experiência com o sistema, que, de certa forma, foi rapidamente suprida. Nós tínhamos uma série de demandas, e eram demandas que nós tínhamos no sistema, que muitas vezes eram repetidas. Fomos resolvendo, mesmo com aquele volume de processo. Só que o sistema não girava, não funcionava. Às vezes, a própria integração com o Mural, depois o DJE⁵⁰ e tal. Tinha uma série de coisas que às vezes tu mandava publicar, não publicava, e tinha que ter esses cuidados. Isso gerou todo um contexto bem cansativo para a execução das atividades e o stress adicional, também.

KELLY – Então, se tu começa isso, todo o Brasil recebendo no mesmo período, olhando o mesmo sistema no mesmo período, estragou mesmo. Era dez horas, foi uma semana que o sistema simplesmente parou. Dez horas da manhã ele parava. A gente não conseguia nem entrar no sistema, e tu começa a ficar angustiada, porque tu tem um prazo curto – são 28 dias pra analisar todos os 200 processos, eu sozinha e a requisitada sem experiência. E tu começa a ficar angustiada, porque não funciona, não consegue fazer teu trabalho no momento que tu tá pra fazer teu trabalho. Então, não tem nem como não fazer horário extraordinário, porque tem que estar lá mais cedo pra conseguir analisar os processos. E isso eu espero que não aconteça pro próximo. Tenho a impressão de que foi adquirido um novo servidor no TSE e daí começou a funcionar, mas isso demorou uma semana e meia, um prazo gigantesco pra quem tem 200 processos pra analisar e tem que fazer tudo sozinha, praticamente.

RODRIGO – Claro, vai ter um que o outro que realmente vai ter mais dificuldade, vai ficar brabo com o PJE. Nós sabemos que o PJE não é um sistema tão tranquilo assim, tem muito a evoluir ainda, tem muitos problemas e, realmente, tem coisas ali que deixam qualquer um estressado. Tem que dar esse desconto também, que o pessoal tem uma boa razão nesse ponto, pois temos muito que evoluir nessa área.

KELLY – Foram problemas diferentes do que a gente teve em outras eleições. O cartório estava aberto e vinha entrando gente. Mas tu estava com os processos físicos lá, fazendo processo físico, tu tinha que ter atenção de pegar do processo físico, comparar com o Cand, para ver se estava tudo certo. Agora não. Agora o

50 DJE – Diário da Justiça Eletrônico. O DJE foi instituído em 16.4.2008 para ser o meio oficial de publicação e divulgação dos atos judiciais, administrativos e das comunicações referentes à Justiça Eleitoral.

cartório estava fechado, apesar de a gente estar no cartório, teve colegas meus, de Zona Eleitoral, que fizeram um trabalho em casa, não foram pro cartório. O cartório estava fechado, então tu não recebia ninguém, tu não precisava ter o contato com os partidos políticos. Então foi muito diferente, muito diferente mesmo.

(...) o PJE não é o melhor sistema do mundo; mas ele atendeu. Com algumas quedas, é óbvio, pela sobrecarga, é natural que um sistema sofra disso. O próprio TSE e TRE têm sempre feito melhoras.

Toebe

RODRIGO – Temos que bater palmas para os servidores dos cartórios porque, realmente, essa eleição foi muito complicada. E por mais que a gente faça o treinamento, quem está lá na ponta são eles. Eles que tocam o barco, eles que viram noite também para conseguir julgar processo, PJE não funcionando. Muitos servidores, eu sei, que eu tive muito contato com eles, tinham que esperar, às vezes, uma certa hora pra liberar, acalmar as funções do cartório para poder sentar no PJE, num horário mais adequado, para pensar e fazer as coisas. E eles estão muito bem, eu sou positivo, principalmente pelo crescimento das Zonas Eleitorais. Quem participou da eleição e ralou, sabe que teve que penar por vários caminhos e acho que já conseguiram deslanchar bastante.

TOEBE – Eu acho que até o PJE não é a perfeição, o PJE não é o melhor sistema do mundo, mas ele atendeu. Com algumas quedas, é óbvio, pela sobrecarga, é natural que um sistema sofra disso. O próprio TSE e TRE têm sempre feito melhoras. Eu acho que dá para dar uma nota razoável, tipo um 7 ou 8, pra ele. Então, funciona, ele atendeu. Poderia ser melhor? Poderia. Mas aí também havia uma série de limitações, que os próprios colegas, trabalhando em casa, muitas vezes não conseguiam ajudar, e resolver também. Então, eu acho que a gente tem que ser coerente, não podemos demonizar a coisa. Não funcionou, talvez, como poderia, mas foi possível realizar a tarefa. Então eu vejo que dá para dizer que ele funcionou sim.

RODRIGO – O TSE teve que acelerar pra fazer tudo isso, e obviamente muita coisa foi acontecendo durante o processo eleitoral. Era muito erro que se encontrava, daí o TSE corrigia. Foi mais ou menos assim. Conforme cada etapa ia acontecendo, do processo eleitoral, o TSE focava naquelas questões. Agora

estamos no período do CandEx, que os partidos e candidatos vão entrar com os dados, então era ali o foco. Depois se importou para o Cand, que é o sistema de candidaturas, que pegava esses dados dos candidatos todos, tinha que gerar autuação dos processos, com as informações de cada candidato, a documentação, tudo. Então o foco era ali. As coisas foram andando. Publicação de edital, julgamentos. Foi assim que, mais ou menos, nós tivemos o andamento das coisas. Nunca tivemos tudo pronto de antemão. E digo mais, não foi o TSE, não houve falta de esforço deles. A gente trabalhou de perto com eles, olha, incansáveis. Era da manhã à noite, e nos atendendo e sempre disponíveis no WhatsApp. Realmente, eles se multiplicaram para poder fazer essa eleição.

TOEBE – Sabemos que o PJE é um sistema novo, a gente entende. Não é uma crítica, assim, pra jogar tudo, fazer terra arrasada, não é isso. Era novo, funcionou, foi ótimo. Sem ele a gente não faria a eleição. Ele nos cansou, no tempo em que a gente não conseguia utilizar ele. Ele era muito instável. Então eu até brincava com a minha esposa, digo: “Ó, tô lá com as minhas bolinhas do demônio”. Lá na frente, lá a bolinha girando, e o PJE nada, né? Então ela já ria, né, “bolinha do demônio, tá bom”. Então a gente perdeu muito tempo. Isso era muito cansativo, tinha muita tarefa. Eu brincava com a minha Magistrada: “Hoje eu vou sortear o que eu vou deixar de fazer, das coisas, das tarefas que eu precisava fazer, vamos ver o que eu vou ter que deixar para trás”.

Mas sem o PJE, olha, eu acho que seria bem mais complicado, principalmente porque nós temos toda aquela questão da pandemia em si. Imaginem, se nós estamos tentando diminuir o trânsito nos Cartórios Eleitorais para evitar aglomerações.

Rodrigo.

RODRIGO – Mas sem o PJE, olha, eu acho que seria bem mais complicado, principalmente porque nós temos toda aquela questão da pandemia em si. Imaginem, se nós estamos tentando diminuir o trânsito nos Cartórios Eleitorais para evitar aglomerações. Realmente ia ser muito mais complicado. Vamos imaginar, então, uma situação em que não tivesse o PJE. O advogado ia ter que entrar, chegar no cartório. Então ia ter aquele trânsito incessante, advogado, diligências e autos físicos

para lá. Assim, toda aquela questão sanitária teria que ser realmente aumentada, porque nós teríamos que, talvez até, de repente, escalonar o número de pessoas transitando ali para evitar aglomerações. Fora a questão de, também no início da pandemia, nós não sabíamos exatamente como é que se dá o contágio, então tinha que cuidar de tudo que é forma. Tinha também a questão do toque. Daqui a pouco, autos físicos, de processo, passando de mão em mão, toda essa questão. Certamente nós íamos ter muito mais trabalho. Teve um momento em que todos tivemos que, naquele período eleitoral mais crítico, atuar de forma presencial. Mas nós conseguimos manter distanciamento, na medida do possível. As pessoas separadas, com uso de máscara. Mas, no momento que tu inseres mais pessoas nesse contexto, entrando e saindo toda hora, realmente o nosso risco seria bem maior. Então, nesse sentido, eu acho que o PJE andou bem.

CAPÍTULO 4

Eleições se aproximam enquanto cresce a pandemia

Este ano a gente não recebeu nenhuma propaganda da rádio. Eu tenho a impressão de que a pandemia meio que acelerou esse processo de sair da propaganda da rádio e ir pra internet.

Kelly

DES. ELEITORAL GERSON – Mesmo antes da pandemia, já vinha acontecendo um uso do debate político através das redes sociais. Não, evidentemente, na intensidade vista durante o período da pandemia. Para nós, pelo menos naquela composição, naquela hora do Pleno – e os nossos julgamentos são praticamente todos em Pleno – esses debates apareciam de uma forma também, um pouco no início, sem compreender muito, principalmente questões, por exemplo, ligadas à propaganda eleitoral. Essas questões assim, “não, mas a rede social tem que tirar, tem que colocar”. Como é que se expede uma liminar para não deixar reproduzir?

KELLY – Eu não tive muito processo de representação. O que eu notei de muita diferença foi que o tipo de processo de representação, que trata das propagandas irregulares e coisa e tal, mudou. Antes era muito na rádio, tem rádio

aqui em Igrejinha, e tinha em Três Coroas. Então, essa propaganda da rádio dava muita briga política. Eles vinham abrir um processo dizendo: “Ah, que falaram tal coisa na rádio e isso não é verdade, que não sei o quê”. Este ano a gente não recebeu nenhuma propaganda da rádio. Eu tenho a impressão de que a pandemia meio que acelerou esse processo de sair da propaganda da rádio e ir pra internet. Porque, se a gente não tivesse a pandemia, possivelmente o que iria acontecer: ia ter a rádio, ia ter contato com eleitor. Como eu moro perto do cartório, eu já vi, noutras eleições, os candidatos indo de casa em casa mesmo. No interior eles fazem isso, eles vão de casa em casa, com bandeira, com panfleto, pra dar para a pessoa e dizer: “Olha, eu tô me candidatando”. E eu acho isso importante, porque a pessoa precisa saber quem é o candidato. Se não tem ninguém se candidatando, dizendo que é candidato, não tem o que fazer para mudar as coisas.

JULIANO – Primeiro que, com o advento da pandemia, a gente começou a ser muito questionado pelos partidos, pelos candidatos, pelas coligações, sobre o que eles poderiam e o que eles não poderiam fazer em relação à propaganda eleitoral. Então, logo o TSE baixou aquela Resolução, não lembro agora qual era o ato normativo, mas que basicamente colocava assim: “Isso aí é uma competência das autoridades de saúde”. A Justiça Eleitoral não vai reprimir qualquer espécie de propaganda em razão disso, isso aí é competência da área da saúde, vigilância sanitária e tal. A gente começou assim. Essa foi a colocação que se começou a passar para eles. Partimos daí. Nas eleições municipais, geralmente é feita uma reunião entre Juiz, Promotor e líderes dos partidos, pra mais ou menos pincelar algumas coisas referentes à propaganda. Então, a nossa Juíza Eleitoral estava muito preocupada, naquela época, com a pandemia, com as aglomerações, com as festas que poderiam haver. Então foi feita uma reunião entre as lideranças e ela, e foi estabelecido que alguns atos de propaganda não seriam realizados. Foi feito um termo de acordo, em que pese a legislação permitisse esses eventos, passeatas, carreatas, comícios, em que foi estipulado, entre os candidatos, que não seria feito. Então isso acabou até, de um lado, facilitando, porque tivemos menos eventos num primeiro momento.

RAFAEL – Na eleição municipal, não que não seja significativa a questão eletrônica, mas se percebe que o eleitor ainda deseja muito o contato físico, a presença. E, claro, esse ano não tivemos os comícios, mas os candidatos, de variadas posições, relatavam dificuldades. Quando, nos últimos dias, eles visitavam eleitores, “Mas eu entro na casa da pessoa, não entro?”, “Bah, não vou cumprimentar, mas

o cara já vem me dando um abraço”. E eles ficavam nessa situação. Então teve um cuidado. Acho que no nosso âmbito aqui, um pouco diferenciado do que se costuma ver com relação aos partidos. A própria questão da virtualização das convenções, eu acho que teve um cuidado dos partidos em fazer isso também. Era um período de muita insegurança. Eles faziam a propaganda, mas se sentia um receio também com eventuais punições que se poderia ter. E isso eu falo mais específico em termos de Marau, que é um município já de médio porte. Nos municípios menores, a gente viu ainda uma campanha um pouco mais de rua, mas mais nos últimos dias.

DES. ARMÍNIO – Recordo que, por razões ideológicas, em determinada comarca, que também não vou individualizar, houve um problema com uma pessoa de expressão política que queria ser atendida sem máscara. E houve a consulta à Corregedoria e a orientação foi que não, que teria que ser atendido com máscara, como era a determinação corriqueira em tudo que é ambiente que tivesse um mínimo de responsabilidade. E houve até uma ameaça, de que haveria um incidente, que retornaria sem máscara, que chamaria a mídia etc., mas não aconteceu, felizmente. No mais das vezes se teve a compreensão do eleitor quanto à necessidade de se proteger, e dos funcionários mais ainda.

A gente chegou a receber representações de candidatos dizendo que o outro candidato estava abraçando outras pessoas na rua, isso não podia. Chegavam fotos pra nós, “Ó, o candidato tava abraçado, tirando uma foto sem máscara” (...).

Juliano

JULIANO – Mais adiante, o problema das aglomerações começou a dificultar um pouco. Porque logo ali na frente começaram a ter alguns eventos. Um candidato via que o outro estava fazendo, meio escondido, e fazia também. Aí promovia uma janta. Aí não era uma janta, era só um encontro. Aí não era passeata, era só... Então começaram essas questões a chegar até nós e começamos a receber representações. A gente chegou a receber representações de candidatos dizendo que o outro candidato estava abraçando outras pessoas na rua, isso não podia. Chegavam fotos pra nós, “Ó, o candidato tava abraçado, tirando uma foto sem máscara”, e a gente ficava naquela coisa, pode, não pode? A gente tentou fazer um meio de campo entre os candidatos, pra tentar pelo menos estabelecer um consenso. Logo as coisas começaram a ficar mais

complicadas e foi feita uma outra reunião, em que a Juíza e o Promotor chamaram a atenção deles, que estavam sendo descumpridas algumas coisas e pediram bom senso, porque, afinal de contas, não era proibido. Era um acordo feito para tentar minimizar os efeitos da pandemia, numa questão mais de consciência mesmo.

ALINE – Sim, aqueles antigos derramamentos de santinhos na frente dos locais de votação já não acontecem mais, e cada vez a legislação tá mais rigorosa em relação a isso. Agora, também é difícil acompanhar toda a propaganda no meio digital. Mas aí o próprio controle, entre eles, entre os partidos, acontece; e a gente está aí pra essa orientação, e avaliar se é crime, se não é crime.

KELLY – O que me deu lá no cartório, foi que o tipo de processo que a gente teve deixou de ser sobre recolher panfleto, sobre direito de resposta da rádio, e passou a ser sobre pesquisa fraudulenta, que é divulgada na internet com uma facilidade muito maior do que na rádio, num jornal. Coisa que antes não tinha. Teve muito processo de pesquisa fraudulenta. Eu tive cinco processos. Para mim é bastante, porque a gente não tem tanta gente para brigar, vamos dizer assim, politicamente falando. E nas redes sociais teve quatro processos relacionados a vídeos colocados na internet, que não deveriam ter sido colocados. Eu acho que foi bem diferente nisso. A gente saiu de uma forma muito brusca da rádio, do corpo a corpo, pra internet. Isso eu acho que foi por causa da pandemia. Não teria sido tão acelerada assim se não tivesse a pandemia. E até teve uma candidata que me disse assim: “Kelly, não adianta, o pessoal gosta de ser visitado”. Os eleitores estavam esperando isso também. Não era só questão de o candidato querer fazer a visita. O eleitor estava esperando, pra saber quem que era candidato, quem que não era.

JULIANO – E teve uma vez também que um diretório ligou pra nós, lá pro cartório, pra denunciar que o outro diretório, no comitê contrário, eles estavam comendo pipoca. “Pô não podia comer pipoca, como é que vão comer pipoca juntos, se estamos numa pandemia; não pode comer pipoca.” A gente ficava, “olha, a legislação não proíbe, mas a gente vai conversar com eles”, “então se eles vão fazer pipoca, nós vamos fazer pipoca também”. Aí começou a guerra das pipocas. Um comprava mais pipoca, o outro mais pipoca. Claro, porque isso juntava gente, juntava gente pra comer ali, e começa o problema. Então, com relação a isso, a propaganda na eleição municipal, nessa pandemia, nós tivemos esse tipo de



Transporte de urnas - Eleições 2020

problemas, que geralmente não teria. Proibição de comício, proibição de reunião, proibição... Começaram a chegar denúncias sobre isso e dificultou bastante o nosso trabalho. Que a gente já tinha várias dificuldades além disso, questão de mesários nem se fala e tal. Isso aí é uma peculiaridade da eleição municipal, que foi bastante dificultosa pra nós. Não chegou a ser uma representação, o caso da pipoca, mas foram telefonemas.

ALINE – A gente já reparou que houve uma diminuição na entrega de propaganda impressa, isso é uma realidade. Houve, de uns anos para cá, uma diminuição do período de propaganda, e eu creio que os candidatos não investem mais tanto em material impresso, mas tomamos conhecimento de visitas nas casas, em que os candidatos entregavam sua proposta de governo no portão da casa das pessoas. Também faz parte. A gente estava numa recomendação de distanciamento,

mas não tinha como interferir nesse momento dos candidatos. Nós tivemos algumas questões sobre retirada de propaganda no Facebook. Mas eu vi como um respeito, por parte das coligações e dos partidos, em relação a esse momento. Foram poucas as demandas, e houve um acordo entre todos, que não ocorreria nem carreata; que seria um momento de proporcionar um distanciamento, cada um no seu carro ou cada família no seu carro. Mas eles resolveram por não fazer nenhum ato desse tipo de propaganda. Então acho que o meio digital é que abrangeu mais essas propostas, que foi a forma de eles divulgarem suas propostas de governo.

ALEXANDER – A gente notou, até pelo movimento na cidade, pelo menos em Pinheiro Machado, que houve muito pouca distribuição de material gráfico. Inclusive isto se espelhou até nas prestações de contas. O pessoal utilizou bastante as mídias sociais. A gente viu um acréscimo no Facebook, porque praticamente todas as pessoas tinham propaganda no Facebook. E houve essa migração pro digital. Eu não recebi nenhuma denúncia, não tive nenhuma implicação com relação a propaganda, *fake news* e direito de resposta, foi tranquilo. Minha propaganda foi tranquila. Aliás, eu tenho tido sorte, várias eleições com pouca intercorrência. A maioria das situações que acontecem a gente consegue resolver no administrativo. “Ó, não faz assim, não faz assado.” Antes de começar a entrar realmente na disputa judicial. Então foi bom. E a tendência é essa. Mas o que acontece no interior: mesmo com internet, os candidatos vão visitar, eles vão e não tem como fazer. Na cidade facilitou muito isso, o pessoal está usando bastante o digital.

RAFAEL – Felizmente, não tivemos um grande problema com relação a propaganda. Tivemos em eleições anteriores, mas nessa, em específico, foi mais com relação a perfis falsos. Segundo o que a gente apurou, algumas mensagens, ou alguns perfis falsos que se teve nesse período, os próprios partidos ou as coligações conseguiram diretamente com o Facebook, com o próprio YouTube, enfim, com as plataformas, com o Google, já tirar do ar, sem a necessidade da judicialização. Então foi bem interessante até, esse aspecto, tanto que as demandas judiciais aqui envolveram alguns outros temas. A própria busca e apreensão nessa eleição não foi necessária.

JULIANO – Se observou muita propaganda pela internet; pelas redes sociais, pelo WhatsApp também. Eles partiram muito para essa ferramenta. Depois

que a gente fez a reunião com os partidos, e foi estabelecido que não haveria os comícios, eles respeitaram, não houve comícios mesmo; que não haveria carreatas... eles pediram somente que a carreata final pudesse ser feita, para eles poderem fazer ali o encerramento, que eles gostam de fazer a carreata. Então aquilo ali foi, digamos, acolhido. E a questão das reuniões também, as passeatas, teve isso. Eu percebi, também, que a distribuição de material de propaganda reduziu muito, talvez não só pela pandemia, mas pelo custo. Eles partiram muito para as redes sociais. Tivemos muitas representações referentes ao Facebook, ao WhatsApp, às redes sociais, às propagandas, às possíveis difamações. Tivemos, então, bastante remoção de conteúdo, da internet, por causa desse crescimento. E também tivemos, aí sim, muitos problemas em relação a propaganda, em relação às disputas políticas, apreensão de material. Isso também não é uma situação particular da pandemia, mas a gente sabe que acontece em todas as eleições.

TOEBE – De uma certa forma foi bem tranquilo, porque, como era tudo digital, os meios físicos acabaram sendo também deixados um pouco de lado. Então, é Facebook, redes sociais. Isso também ajudou um pouco a evolução dos processos judiciais. Mas a gente teve bastante problema com isso. As pessoas achando que pode tudo, se implantou uma ideia de que agora, na rede social, ninguém me fiscaliza, ninguém me cuida. E aí, claro, que caía aqui a queixa de que está abusando, de que está passando dos limites, enfim. Então, essa questão da propaganda eu acho que é interessante. Só que ela acabou também trazendo mais trabalho, mais cuidados, mais queixas, e gerando mais representações. Mas eu acho que é interessante.

ALEXANDER – Deixa eu só contextualizar. Quando eu tive a eleição, a eleição normal, eu não tive prefeito eleito. Houve uma suplementar que acirrou um pouquinho mais os ânimos. Na normal, eu tinha três candidatos e na segunda, dois. Então ficou meio a meio, e a coisa ficou mais disputada. E o interior, ele é 60% da votação, mais ou menos isso. O que eles fazem no interior? Eles reúnem a comunidade nos locais... eles têm locais de associação. Então eles se reuniam nas comunidades e os candidatos iam falar com seus eleitores. Eles fazem isso sempre, não tem como não ser assim. Porque, se tu fores falar de casa em casa, tu vai andar dez, quinze quilômetros pra falar com uma pessoa. Então, eles dizem assim, dia tal o tal candidato está chegando aí. Aí eles vão, se reúnem, e os candidatos conversam.

Houve, no Pardal⁵¹, alguns questionamentos sobre como estavam fazendo; mas aí era mais questão sanitária, não questão eleitoral. Às vezes eles fazem almoço, fazem alguma coisa assim e o pessoal se reúne. Isso nunca, nunca mudou, e nem vai mudar. É intrínseco da população.

Teve dias assim, principalmente finais de semana, sábado, sexta de noite. Era ligação uma atrás da outra, dizendo: “Olha ali, estão se aglomerando na frente do comitê. Não pode, nós vamos chamar a polícia”. Então essa questão foi uma dificuldade peculiar dessa eleição.

Juliano

JULIANO – Mas o que houve de dificuldade em relação a isso, na pandemia mesmo, era porque a gente não sabia até onde poderia ser feita uma reunião, ou não; até quantas pessoas poderiam estar presentes; o que poderia ser feito; podem se alimentar? Então, como a gente seguia aquele decreto estadual que estabelecia o número X de pessoas, a gente via muitas reclamações de um lado e de outro. Teve dias assim, principalmente, finais de semana, sábado, sexta de noite. Era ligação uma atrás da outra, dizendo: “Olha ali, estão se aglomerando na frente do comitê. Não pode, nós vamos chamar a polícia”. Então essa questão foi uma dificuldade peculiar dessa eleição, porque nas outras eleições, nos outros anos, não tinha esse problema. A pessoa pode se aglomerar. Pode juntar 50 pessoas na frente do comitê que não vai ter problema nenhum. E agora não, agora teve esse problema. Então a gente no início ficou muito inseguro quanto a isso. Depois, se eu não me engano, houve uma mudança na orientação, dizendo que sim, que o Juiz eleitoral poderia restringir determinadas situações de aglomeração. Daí sim, começaram a surgir representações, como essa que a gente falou. Mas chegaram representações, com fotos, de candidato abraçado com o eleitor, querendo impugnar a candidatura, porque ele não estava respeitando as questões sanitárias, porque ele estava abraçado com eleitor tirando foto, sem máscara. Não poderíamos fazer nada quanto a isso. Então isso gerava um pouco de desconfiança neles. “Ah, então pode? Então tá, então vou fazer uma aglomeração também.” Aí ficava uma situação um pouco complicada.

51 Pardal – Aplicativo que permite o envio de denúncias com indícios de práticas indevidas ou ilegais no âmbito da Justiça Eleitoral.

RAFAEL – Na realidade, durante o período da eleição em 2020, nem chegou ao nosso conhecimento muito caso de *fake news*. Nós ficamos sabendo em conversas posteriores, agora em 2021, em que conversávamos com candidatos, a maioria deles eleitos, que relataram essa situação. E uma das queixas de um dos candidatos, até sem provocação nenhuma, foi nesse sentido: “Olha, até a nossa dificuldade maior nessa eleição foi um que outro,” ele disse, “mas, felizmente, poucos perfis falsos”. E aí relatou que eles acionaram a própria plataforma, e era num tempo, às vezes 24, 48 horas, o perfil saía do ar. Não sei exatamente quantificar quantas situações foram, acho que não foram em um número tão significativo. Mas chegou esse relato dos próprios candidatos, candidatos à época e hoje exercendo algum cargo, que mencionaram essa forma deles de proceder com relação às ofensas que eles tinham por perfis falsos. Eu acho que os próprios partidos criaram uma organização, ao menos alguns deles, para gerenciar as redes sociais, para monitorar e acompanhar, e talvez isso tenha trazido um conhecimento e uma percepção de que esse poderia ser um caminho muito mais ágil do que a própria judicialização.

TOEBE – E ainda sem contar a questão da disputa eleitoral. Eu tenho um município aqui que já é natural dele. Aí brigam, aí se atiram, é uma loucura, brigam e cai tudo aqui. Eu brinco com os juízes, ele brigaram, eles vem correr pra mãe, pra mãe dizer quem está certo. E aí é representação em cima de representação, e aquela coisa que não andava, não funcionava. É uma luta. Mas é gratificante, porque a gente aprendeu muito, a gente evoluiu, a gente cresceu, tanto profissional como pessoalmente.

RAFAEL – As eleições, a cada ano, mais digitais elas ficam. E a questão da desinformação, ela é muito presente e muito utilizada. A experiência de 2018 foi muito marcante para a Justiça Eleitoral, pois talvez a própria Justiça Eleitoral tenha sido uma das maiores vítimas da questão de ataques à própria imagem institucional, à urna eletrônica, e também aspectos com relação à estrutura funcional. Então, nós tínhamos bastante receio em relação a isso, e foi um dos temas que a gente procurou trabalhar também nessas reuniões. Por isso, também uma ênfase na reunião específica da questão da fiscalização da propaganda eleitoral. Como que isso poderia ocorrer? Quais eram as novidades? Evidentemente que tínhamos algumas questões jurisdicionais, que nesse aspecto não poderiam ser antecipadas, pois o Magistrado, ainda que presente, muitas vezes nem tinha condições, não poderia adiantar posicionamento porque não tinha o caso concreto. Ainda assim, se poderia trabalhar e trazer o conhecimento da legislação.

KELLY – Se não tivesse pandemia, então a gente teria só um problema, que seria a virtualização dos processos, e o problema do estouro do sistema PJE. Assim, a gente teve a seguinte questão com a propaganda. Eles evitaram fazer esse passeio nas casas, principalmente no início da campanha. Aí depois eles viram um que outro candidato tava fazendo, “então vou fazer também” e coisa e tal. Começou a ter, mais para o final da eleição, essas visitas, essas aglomerações, por conta da propaganda política.

RAFAEL – Muitos abriram mão do horário eleitoral, não queriam utilizar mesmo nas rádios locais. Eles apostaram ainda no nome, na pessoa do candidato, tanto a prefeito, a vice, alguns candidatos a vereadores, muito nessa questão do nome, da história. E nesse contato, já um pouco mais no final da campanha, em que se observava até no cenário nacional uma maior flexibilização, mesmo que talvez ainda não fosse o momento. Mas, se a eleição tivesse ocorrido em outubro, ela teria ocorrido com uma tensão muito maior do que aconteceu com a eleição em novembro. Tivemos, de certa forma, uma janela de relativa tranquilidade, com já algum indicativo de que surgiria logo em seguida uma vacina. Embora ainda não a tivéssemos, isso ajudou bastante o clima da eleição. Parece-me que, em especial no dia da eleição, ela ocorreu com bem mais tranquilidade.

E daí, quando veio a pandemia, nem o calendário a gente tinha mais certeza. Até o calendário mudou. Então, isso deu bastante dor de cabeça.

Kelly

KELLY – Ouvi uma professora falando que a única coisa que a gente tinha efetivamente certeza na eleição era o calendário. E daí, quando veio a pandemia, nem o calendário a gente tinha mais certeza. Até o calendário mudou. Então, isso deu bastante dor de cabeça. Um exemplo foi a questão do horário da eleição, que teve uma hora a mais, começando uma hora mais cedo. Alguns cartórios já tinham expedido a convocação dos mesários e tiveram que expedir de novo porque, quando expede a convocação, ali aparece o horário que o mesário tem que estar à disposição para trabalhar. Ou se expediram de novo tiveram que conversar com mesário que ele tinha que ir uma hora mais cedo. Entendo que teve muita decisão tomada pelo TSE de última hora, porque eles também não tinham muito como decidir antes, por conta da pandemia. A própria mudança da data da eleição. Ela

ocorreu quando o cadastro já estava fechado. Pelo certo, deveria ter sido reaberto o cadastro pra gente poder atender até 150 dias antes da eleição, mas como tudo depende de uma legislação, aquilo foi atropelando. Então, realmente, foi mais complicado, muito por conta dessa falta de planejamento que a gente não pôde, que não se conseguiu fazer da eleição.

Então, isso gerou também um atraso no próprio período de carga de urnas eletrônicas. Não podíamos também trabalhar, até por limitação física, com todos esses servidores, todas essas pessoas dentro do Cartório Eleitoral ao mesmo tempo.

Rafael

RAFAEL – No preparo para a eleição, nós tínhamos o retorno à atividade presencial, um acúmulo de pessoas, porque nós tínhamos os auxiliares de eleição. Uma turma muito jovem, questionadora, também, até mesmo de questões de comportamento, de procedimentos. Nós tínhamos que ter também toda a questão



Preparação de urnas

de cuidados sanitários, no uso de máscara, álcool gel. Ao mesmo tempo, era difícil, porque são atividades manuais, são atividades mecânicas, em que, normalmente, a realização de tarefas é mais adequada quando acontece de forma serial. Mas com a pandemia algumas ficavam inviabilizadas. Então, isso gerou também um atraso no próprio período de carga de urnas eletrônicas. Não podíamos também trabalhar, até por limitação física, com todos esses servidores, todas essas pessoas dentro do Cartório Eleitoral ao mesmo tempo. Então tinha que ter também um gerenciamento. Nem todo mundo faz a mesma atividade. Tinha que deixar alguns mais na parte do Cartório Eleitoral, trabalhar mais a questão administrativa, mais à frente do atendimento ao eleitor. Tinha uma preocupação que os próprios auxiliares nos traziam em relação: “Ah, mas daí a gente vai passar o dia inteiro lá no município, como é que vamos fazer? E vai ter alguém? E tem que usar máscara, tem que usar face-shield, o que eu oriento?”. E o risco também: “Bah, mas vão me deixar lá, sozinho”. Então, eram questões que eram naturais que surgissem, e que a gente tinha que trabalhar, trazer pra eles também aquilo que se tinha até o momento.

JULIANO – Antes um pouco de a gente começar o treinamento com os mesários, e também foi uma situação bem complicada, foi em relação aos locais de votação. Depois que fechou o cadastro, a gente começou a ir atrás das condições dos prédios de votação e isso foi um grande problema. O Tribunal orientou que se fizesse as famosas vistorias, por telefone, de forma remota. Então, ligando, perguntando se o prédio estava em condições, se não estava, se poderia receber eleição ou não, e deixando para fazer as visitas naqueles prédios, naquelas seções eleitorais, locais de votação, que tivesse algum problema ou alguma coisa mais sensível. Então se fez isso. A gente não tinha muito problema com escolas grandes, porque tem uma estrutura maior. Os problemas aconteceram no interior dos municípios, nas associações de moradores, inclusive nas escolas municipais do interior, sedes comunitárias, nesses locais a gente enfrentou bastante problema. Porque, afinal de contas, quando se chegou ali em junho, junho para julho, a gente estava fazendo essas vistorias, nesses locais, eles já estavam há quatro meses fechados, né? Havia associações de moradores, centros comunitários, que estavam tomados pelo mato, sem ligação de luz, sem ligação de água, deu vendaval, já não tinha mais telhado, e nós, “o que a gente vai fazer? Como é que a gente vai...” E aí não tinha como mudar de um local pro outro, porque o local pro outro ficava 30 quilômetros, 40. Não tinha como a gente... tem que ser aqui. Então começamos a nos preocupar com aquela situação, e nisso as prefeituras nos ajudaram bastante,

eles nos tranquilizaram. Ali por junho, julho, eles nos falaram: “Olha, pessoal, não se preocupem, a gente vai deixar esses locais em condições até o dia da eleição. Agora não está acontecendo nenhum encontro, o local tá fechado, eles pararam de pagar luz, foi cortada a luz. Vamos deixar assim, vocês agora viram que ele está sem condições de receber uma seção eleitoral, mas a gente garante pra vocês que lá...” – a gente não sabia direito que dia seria a eleição – “...lá em outubro, esses locais estarão em condições”. Aquilo nos causou muita apreensão. Alguns locais a gente conseguiu trocar, mas alguns não foi possível, e se ficou meio que na garantia dos órgãos públicos, de que esses locais seriam revitalizados e poderiam receber as seções eleitorais. No final das contas, bem ou mal, com alguns problemas estruturais, a gente conseguiu fazer a eleição nesses locais.

ALINE – Foi difícil entrar em contato com todos os administradores de prédio, porque muitos locais são em salões paroquiais, que estavam fechados há muito tempo, que não tinham *dispenser* de sabonete líquido. E não podia ser sabão em barra, era sabonete líquido; tu não podia ter contato, né, com o sabão. Era uma época em que não se sabia ainda quais eram os fatores que levavam a um maior contágio. Aquelas últimas noites foram de preparação pra eleição, em que a gente torcia, torcia pra que nenhum de nós, colegas, adoecesse. Foi bem complicado.

JULIANO – Ah, e só pra lembrar também, uma situação peculiar da pandemia, durante as vistorias, e também durante as convocações dos mesários. A gente tinha também que dividir carro, né, com os motoristas da prefeitura. Eu me lembro que era um período muito frio. Encruzilhada é também uma cidade muito gelada. E daí tu tinha que ir pro interior, nos locais, ou na casa daquele mesário que não tinha contato, e tu tinha que entrar naquele carro fechado. E daí tu tinha que abrir o vidro, pra não respirar o ar junto, e era muito frio e tava chovendo. Isso aí causava muita apreensão também. Claro, hoje eu sei que, dificilmente, de máscara, a gente teria se contaminado, mas naquele momento a gente não sabia. Então, era um momento de muita apreensão.

Então, nós só temos que enaltecer a consciência dos mesários, desses cidadãos que realmente deram um belíssimo exemplo de respeito à democracia, de respeito à ordem jurídica.

Des. Villarinho

DES. VILLARINHO – Corajosos mesários, corajosos mesários. Os mesários deram uma demonstração de alta consciência cívica e democrática. Se trata, como nós sabemos – mas nem todos sabem –, que o mesário é um trabalhador sem remuneração alguma. Ele recebe tão somente um valor, uma verba de alimentação para o dia. Então é um trabalho gratuito e muitas vezes voluntário. Muitos dos nossos mesários eram voluntários, não eram nem os convocados. Então, nós só temos que enaltecer a consciência dos mesários, desses cidadãos que realmente deram um belíssimo exemplo de respeito à democracia, de respeito à ordem jurídica. Inclusive esse exemplo serve para muita gente. É um exemplo a ser seguido por muitas autoridades, por muitos homens com grandes cargos públicos. Porque, realmente, eles estão ali. O mesário, ele está ali, fazendo um trabalho gratuito, muitas vezes voluntário, anônimo. O nome dele não sai no jornal, não sai em lugar nenhum e ele está lá durante horas a fio, à disposição da Justiça Eleitoral e da democracia. Então, esse pessoal merece de todos nós, de mim em particular, muita admiração, muito respeito, porque são pessoas que têm uma grande consciência cívica e democrática, e fazem isso por seu país, pela ordem, pela Justiça Eleitoral. E isso nós temos que enaltecer sempre, o mesário.

DES. ARMÍNIO – O Tribunal Eleitoral fez uma política de divulgação das práticas que estava adotando, das cautelas que estava adotando para evitar contágio de Covid. O que levou, esse trabalho de convencimento, a que não tivéssemos problemas com comparecimento de mesários. Bom, o que eu posso dizer é aquilo que eu disse para aqueles jovens que estavam lá na minha seção, em que eu fui votar. A quem já ia vencendo alguma idade, me aproximando, lá na época, já dos 70, é comovedor ver essa juventude, com a disposição que tem, com a entrega que faz. Pura abnegação, pura dedicação e puro sentimento de civilidade, de relevo, de participar num ato cívico e, acima de tudo, democrático. E é essa disposição, é esse entusiasmo, esse *élan*, essa abnegação dos jovens, que essencialmente são jovens, que nos faz acreditar que esse país tem um futuro melhor pela frente.

DES. ELEITORAL GERSON – Havia muito temor, porque o desconhecido gera temor. Nós, seres humanos, temos essa tendência, de querer ter um certo controle sobre as coisas, e não temos como tê-lo. E aí a gente se apegava até, muitas vezes, a determinadas mitologias. E naquele momento, que ninguém sabia exatamente quando é que iria terminar? Como é que se termina uma pandemia? Porque a gente também nunca sabia, nunca tinha visto, como é que ela começava. E aí, essas pessoas que aceitaram fazer esse trabalho cívico,

de irem nas Zonas Eleitorais e fazerem o trabalho de mesário, atender às pessoas que estavam querendo votar.

JULIANO – Quanto ao dia anterior, a gente não percebia muita diferença das outras vezes, porque nós pudemos fazer a entrega das urnas normalmente. Nós fizemos contato com os mesários, pra ver se os locais estavam adequados. Essa era uma preocupação que se tinha, de como a gente encontraria os locais na véspera, porque não se pôde fazer as vistorias. Mesmo depois que as prefeituras, as associações, o centro comunitário, nos garantiram que teria condições, nós não pudemos ir lá e verificar *in loco*. Então, para os mesários, a gente pedia: “Quando tu passar por lá, dá uma olhada, vê se o prédio tá bom”. Mas aí, foi lá na véspera, que os mesários nos colocaram: “Olha, esse local tá bom, esse local não tá”. Tivemos alguns locais que, sim, o mesário chegou lá na véspera e percebeu que estava sem luz, estava sem água, que não foi feito o conserto necessário. Mas, pô, um dia pra eleição, e agora? Então a gente saiu correndo, temos aí todo o sábado pra resolver isso, e acabou ainda sendo resolvido. Isso aí aconteceu bastante, na véspera da eleição. O transporte das urnas ocorreu normalmente. Tivemos, na véspera da eleição, que trocar mesários, por questões relacionadas com a pandemia.

JOSEMAR – Eu pensei também na segurança dos mesários. E não era só um pensamento, como é que eu vou dizer assim, magnânimo – usando um termo muito em voga em algumas áreas, como judiciária –, mas é o seguinte: os mesários são parentes nossos. Eu tinha uma mesária, filha, que sempre foi presidente de mesa. A gente se preocupa com as pessoas que trabalham para a Justiça Eleitoral. E são colaboradoras e colaboradores que a gente tem que atender da melhor forma possível. Essa colaboração é inestimável. Então, nós tínhamos que dar a segurança também para eles, para atender aos eleitores com toda a tranquilidade. A minha preocupação, também, era não só com os eleitores e com os mesários em geral, mas até com os familiares que atuam no processo eleitoral de forma voluntária.

THOMAS – E a minha irmã, por exemplo, ela foi mesária no interior, em Montenegro. E todos os preparativos deixavam a gente muito tensos, porque o mesário, ele foi... Claro que o Tribunal garantiu todos os equipamentos, mas a minha irmã foi trabalhar com o escudo facial, com máscara, com luvas. Todo aquele equipamento nos deixou apreensivos, porque a gente fica pensando em todo risco que se corre, porque são muitas pessoas chegando, nas seções eleitorais.

KELLY – Quando começou a surgir esse questionamento da data da eleição, eles perguntavam e a gente dizia que não sabia ainda. As pessoas que disseram sim, a gente botou na lista “para consultar”, no sistema. Logo que veio a autorização para a convocação, para emitir as cartas – porque o Tribunal geralmente diz: “Ó, agora tem uma data limite que a gente tem pra convocar os mesários” –, eu esperei um pouco. Então eu consegui segurar aquela convocação errada, com uma hora a menos.⁵² Então, quando a minha convocação dos mesários foi gerada, já foi com o horário correto. Esse retrabalho, graças a Deus, eu não tive, porque senão ia ser surreal também.

Nós tentamos, primeiramente, manter os mesários que já vinham trabalhando nas outras eleições. Muitos desses já foram retirados de cara, porque tinham mais de 60 anos, tinham comorbidades e não podiam. Alguns, ainda assim, assinaram o termo de responsabilidade, porque gostariam muito de trabalhar, e ficaram.

Juliano

JULIANO – A gente começou, então, a lidar com os mesários. Eu não sei como os colegas colocaram pra vocês, das outras Zonas Eleitorais, mas nós tivemos muitos problemas com os mesários porque houve muitas desistências. Até no dia da eleição, nós tivemos desistências de última hora. É porque “fulano ficou doente”, “porque apresentou febre”, “porque o parente está doente, preciso cuidar”. Então, toda sorte de justificativas foram apresentadas pelos mesários. Nós tentamos, primeiramente, manter os mesários que já vinham trabalhando nas outras eleições. Muitos desses já foram retirados de cara, porque tinham mais de 60 anos, tinham comorbidades e não podiam. Alguns, ainda assim, assinaram o termo de responsabilidade, porque gostariam muito de trabalhar, e ficaram. Mas, a partir dali, já começamos a ir atrás de novos mesários. E tivemos muita dificuldade em fechar as mesas, por essas razões que eu falei. Sem contar também que é uma eleição municipal. Então, geralmente, você já tem problemas em recrutar mesários. Nós já começamos com essa dificuldade também relacionada à pandemia.

52 O presidente do TSE à época, Ministro Luís Roberto Barroso, decidiu ampliar o horário de votação nas Eleições Municipais de 2020 em uma hora por conta da pandemia da Covid-19. A intenção era garantir mais tempo para que os eleitores votassem com segurança e tentar reduzir as aglomerações nos locais de votação.

ALINE – E, pensando, nós vamos ter que chamar os mesários, com o cuidado todo... Havia a recomendação de entrar em contato com mesários acima de 60 anos, e mesmo com menos de 60 anos, verificar se tinha condições de saúde para comparecer, para trabalhar. Eu comecei a mexer com a composição das mesas e aí, claro, chegou lá por agosto. Se não me engano foi agosto. A gente voltou a comparecer no cartório. Meus colegas requisitados começaram a ir ao cartório, e foi assim, os pedidos de dispensa foram inúmeros. Ainda mais com propaganda, ou com esclarecimentos do TSE, de que bastava solicitar a dispensa. Foi complicado, foi bem complicado. E mesários, que trabalhavam há anos, que eu liguei para vários, para conversar, e eles diziam: “Eu gosto de trabalhar, eu posso trabalhar nas próximas. Só me tira dessa”. Era uma realidade que dava pra entender, “eu cuido da minha mãe, eu tenho pessoas de idade que moram comigo. Como é que eu vou lá no dia trabalhar e atender 400 pessoas numa Seção?”.

KELLY – Teve bastante gente que não quis porque estava com medo. A gente teve também algumas trocas de última hora, na semana da eleição, principalmente a pessoa que estava com Covid, ou que estava com a família com Covid. Eu tive alguns mesários faltantes. Então, mesmo eu fazendo, tendo esse cuidado de pedir para o mesário, “Ó, vai querer ser mesário?”, e ele dizendo que sim, a gente ainda teve essa situação, de gente na última hora dizendo: “Olha, tô com medo, não quero ir”. Mas, mesmo assim, a gente conseguiu fazer a eleição. Então eu acho que, sim, o pessoal ajudou, sim, estava com vontade. Porque, no dia da eleição eu não fico só no cartório. Eu vou nas seções eleitorais, pelo menos nas maiores, nas mais próximas da minha. Não dá para ir a todas, pois são muitos lugares. Eu via o pessoal gostando de estar lá, porque estava gostando de trabalhar, estava orgulhoso de estar lá. Acho que não teve um recuo tão grande assim da comunidade.

ALINE – Mas havia alguns problemas que foram mais facilmente resolvidos, porque o nosso Tribunal usa o sistema ELIGIS, que é brilhante. Ali a gente consegue anotar esses pedidos dos mesários, “eu não vou trabalhar nessa, mas nas próximas me chame”. É possível tu fazer esse registro de anotações futuras, de gerenciar os locais de votação, com o nome de antigos administradores do prédio.

SCHAUREN – Uma coisa que facilitou na pandemia foi a mudança na forma de entregar o vale-alimentação para os mesários. Essa questão, na verdade, é da área da Coordenadoria de Sistemas Eleitorais, do pessoal que trabalha com

o ELIGIS, e eu até fui me informar direitinho com eles pra saber, exatamente, quais tinham sido essas mudanças, essas implementações. Então, quem me deu essa resposta, na verdade, quero dar os créditos pra ela, foi a Adriana Czarnobay. O TRE assinou um convênio com o Banco do Brasil pra disponibilizar o benefício de alimentação aos colaboradores, por meio de uma carteira digital. Então, a grande alteração do sistema ELIGIS é que ele foi ajustado pra receber essa nova forma de pagamento, que facilitou o controle do processo, que envolve a disponibilização do auxílio, com um responsável financeiro, na solicitação de valores, distribuição, controle do recebimento, integração com o Banco do Brasil, por meio de arquivos digitais e prestação de contas. Então, com a pandemia, essa carteira digital facilitou o repasse dos valores com o mínimo de contato possível entre servidores do cartório e colaboradores. Do ponto de vista do pessoal do cartório, foi um negócio muito bom, porque nos primórdios se distribuía vale, e depois de um tempo começaram a distribuir o valor em dinheiro. Só que aí tinha um problema de segurança pro pessoal dos cartórios, porque alguém tinha que ir ao banco sacar esse dinheiro, levar esse dinheiro pro cartório pra poder disponibilizar pro mesário. Então, foi um grande avanço essa questão da carteira digital, que tu não precisa mais manipular esses valores. Eu acho que essa foi a grande diferença.

JULIANO – A gente teve mesários estreantes já como presidentes de mesa. Então, tivemos que chamar no cartório, conversar bastante e dar todo apoio. A gente sempre colocou para eles assim ó: “Tudo que vocês precisarem a gente vai atender”. Precisa? Liga de noite, liga de madrugada, manda mensagem. Não vamos deixar vocês na mão. A gente sabe que vocês estão com medo. Vocês estão receosos no trabalho, por ser uma eleição municipal, por ser uma eleição durante uma pandemia, por ser a primeira vez que estão sendo presidentes de mesa, mas fiquem tranquilos que a gente vai dar todo suporte para vocês. E isso foi dado.

ALINE – A gente sabia que ia contar com um mesário que nunca havia sido mesário na vida, uma seção que tinha mesários novos, que não tinham feito treinamento presencial. E nós torcíamos, a todo momento, pra que não adoecessem, pra que não pedissem pra sair, pra tu ter que fazer uma troca repentina, de última hora. Até tinha uma recomendação de talvez nomear apenas três. Desde o início eu pensei, “nós vamos nomear os quatro, porque a gente precisa ter uma folga se algum mesário não for trabalhar, tu deslocar e passar ele pra presidente”. Não tinha como dispensar ali.

KELLY – Eu não sei como é que meus colegas fizeram. Eu fiquei pensando no que fazer, quando começou esse negócio da pandemia. A única coisa de certeza que eu tinha é que eu não queria colocar ninguém trabalhando se não quisesse trabalhar. Acho que isso ia não só prejudicar o próprio mesário, mas ia prejudicar a mim mesma, porque eu ia ter que arranjar alguém de fora para trabalhar. Então, o que eu pedi para as minhas estagiárias fazerem? A gente tem dois celulares no cartório, cada servidor estava com um, eu acabava ficando com um de vez em quando, a gente dava uma troca de vez em quando. E a Adri, que é a requisitada, ficou com o celular e elas entraram em contato. As estagiárias foram extremamente motivadas, pegaram junto. Achei muito legal da parte delas. Aliás, elas estão de parabéns, eu quero deixar isso bem claro, que as estagiárias e a Adri trabalharam muito mesmo comigo. Elas entraram pelo celular delas, no celular particular delas, em contato com os mesários, perguntando se gostariam de ser mesários. A gente só colocou numa lista final de mesários quem disse: “Sim, eu quero ser mesário”. A gente teve um trabalho bastante grande antes da eleição.

JULIANO – Bom, aí uma facilidade que surgiu de muito boa hora, foi a possibilidade de convocação por WhatsApp ou por e-mail. O WhatsApp foi uma ferramenta que nos salvou durante a eleição, porque isso facilitou muito a nossa vida, que era uma coisa que não se tinha nas outras eleições. As convocações eram feitas pessoalmente ou pelo correio. Então, essa ferramenta pra nós foi essencial, muito rápida. A gente pôde receber ali o termo de autorização, enviar a convocação, já enviava o *link* para ele acessar e ele mesmo confirmar a presença, e tava tudo certo. Então, essa tecnologia, essa ferramenta, agilizou bastante o processo de convocação desses mesários.

ALINE – Aí foi uma questão, a que mais me preocupou, porque uma eleição sem o mesário não acontece. E nós, na 46ª Zona Eleitoral, temos um grande apoio de mesários voluntários, que trabalham há anos. E era um trabalho que eu não costumava fazer tanto, a convocação dos mesários, porque se precisa dividir no cartório as funções. A convocação de mesários dá bastante trabalho. Tem um colega requisitado, que vai fazer 20 anos de cartório, que sempre abraçou os mesários. Ele conhece todos e ele não tinha o computador em casa, pra poder trabalhar. Então eu comecei a mexer com as mesas. Eu sempre gostei de fazer a reunião dos mesários. É algo que me preocupava também. Como é que eu não conseguiria encontrar os mesários, tirar as dúvidas deles, fazer o treinamento com

as urnas, que a gente sempre faz uma reunião, com o treinamento no final? A gente convida eles, a gente não pergunta se querem trabalhar com as urnas, a gente convida. Sempre tem alguma novidade, né? E eu comecei a mexer com as mesas, com a composição das mesas. Sábado, domingo à tarde, o fato de ter um computador em casa... e a gente só em casa, só em casa.

ALEXANDER – Basicamente, eu tinha 95% de mesário voluntário, antes da pandemia. Com a pandemia, a gente evitou ao máximo a convocação de pessoas com problemas de saúde e tal. Então, houve uma grande baixa no nosso número de mesários antigos. Basicamente, eles foram convocados por telefone. Alguns até ligaram para o cartório “ah, não recebi a convocação”. Porque houve uma redução do número de mesários, houve uma redução de mesas. Mas a gente manteve muito contato via telefone, WhatsApp. Os novos, a gente fez a convocação pessoal. Se conseguiu um carro com a prefeitura, tomou todos os cuidados, álcool, máscara, todos os cuidados de distanciamento. Mas precisou ser pessoal, porque havia uma necessidade de conhecer a pessoa mesmo, “ó, tu é mesário e tal”. “Ah, mas aí eu tenho medo.” “Não, vai ter álcool gel, face-shield, todo o negócio.” “Ah, mas como é que eu vou receber o treinamento?” Tem o treinamento em EAD e a gente vai fazer um treinamento presencial no cartório.

E nesse ano, ainda tínhamos que não só trazer a parte técnica da urna eletrônica, parte de instrução com relação à seção eleitoral, como que funciona, mas também o aspecto da pandemia, cuidados, orientação de mesários.

Rafael

RAFAEL – E somando, todas essas atividades costumeiras também da eleição, como o próprio treinamento dos técnicos de urna. E nesse ano, ainda tínhamos que não só trazer a parte técnica da urna eletrônica, parte de instrução com relação à seção eleitoral, como que funciona, mas também o aspecto da pandemia, cuidados, orientação de mesários, que isso também foi muito importante no dia da eleição, essas equipes que saíram para a rua.

JULIANO – A partir daí, quando se começou a fechar mais ou menos as mesas, começamos com os treinamentos. Nós não fizemos treinamento

presencial, isso foi uma orientação da juíza. A juíza sempre foi muito cuidadosa com a questão da pandemia e ela nos colocou: “Juliano, acho melhor não fazer presencial”. Então fizemos só online. Criamos grupos de WhatsApp com os mesários, o que facilitou muito a comunicação com eles, porque ali a gente conseguia trocar ideias. A todo momento eles vinham com perguntas e nós respondíamos. Mandamos, através dos grupos de WhatsApp, os vídeos, os memes dos vídeos, os manuais de mesários para eles já irem tomando conta da situação. E fizemos encontros online. Tivemos a ferramenta do treinamento via aplicativo e via internet, que alguns tiveram sucesso em fazer, outros não, em razão de dificuldade de acesso, pessoas muito do interior sem acesso. Essas pessoas não conseguiram fazer esses treinamentos. Muitas delas a gente acabou recebendo, individualmente, no cartório. Aqueles mesários, que nós percebemos que tinham mais dificuldade, a gente marcava uma hora no cartório. Ele ia lá, pelo menos o presidente e o primeiro mesário, segundo mesário; a gente explicava ali como é que funcionava a urna... fazia uma conversa.

Não houve treinamento presencial de mesários, o juiz eleitoral sempre recomendou. Ele atendia às recomendações de distanciamento.

Aline

ALINE – Não houve treinamento presencial de mesários, o juiz eleitoral sempre recomendou. Ele atendia às recomendações de distanciamento. Nós sempre realizávamos as reuniões na Câmara de vereadores. Salvo engano, a Câmara não tava abrindo também, para proporcionar reuniões. Foram todas por EAD, do TSE, e por vídeos e orientações nossas, pelos grupos de WhatsApp.

TOEBE – Na verdade, essa foi mais uma das minhas loucuras. Eu treinei e fiquei só com o treinamento virtual. Então, é um risco muito grande que eu corri, mas não tinha como ser diferente, porque não tinha pessoal. Eu não tinha como fazer, eu não tinha como treinar, eu não tinha tempo, porque o registro de candidaturas toma totalmente o tempo. Eu tinha quase 300 processos para cuidar, para analisar. Então foram os riscos que a gente correu. Nossos mesários, por serem voluntários, têm um certo contato e uma certa confiança estipulada. São pessoas que querem e gostam de trabalhar. No mínimo, eu teria umas duas

pessoas em cada seção, que estariam lá por vontade própria, e que eu sei que estariam engajadas com a nossa briga, com a nossa guerra, entre aspas, né? Então, eu corri esses riscos.

RAFAEL – E, ao mesmo tempo, nós tínhamos que lidar com a insegurança do mesário. Uma vez convocados, tínhamos aqui o hábito de nos deslocarmos aos municípios e fazer, pelo menos, uma reunião em cada município, com o presidente da seção e o primeiro mesário, muitas vezes até o próprio segundo mesário ou secretário tinham interesse em participar, e nos questionavam se podiam acompanhar essas reuniões, em especial nessas eleições municipais. Mas há uma tradição aqui. Nós íamos com o juiz, e também com os auxiliares de eleição, ministrar orientações presenciais. Levava a urna eletrônica, conversava com o mesário, tinha essa troca, e trazia mais segurança para eles. E isso acabou sendo basicamente inviabilizado, porque nós tínhamos espaços reduzidos, que iam gerar uma aglomeração. Não tínhamos nem autorização estadual para fazer esses encontros, e tínhamos a insegurança também dos mesários.

ALINE – Foi um momento assim, de bastante trabalho, e de preocupação também em relação com a reunião de mesários. A gente formou grupos de WhatsApp pra poder colocar os presidentes e primeiros mesários nos grupos, pra passar informações. E era a maneira como a gente conversava com os mesários. Mas, nós tivemos alguns problemas quanto à realização dos cursos do EAD, no TSE, em que não era possível aos mesários emitirem o certificado de que tinham feito o curso porque a plataforma não era convocação já direto no ELO. Então, tivemos que buscar alternativas. Tudo via WhatsApp, né, atendimento pelo WhatsApp. Nós encaminhávamos vídeos pequenos, informações pros grupos de mesários. Os mesários viam que tinha gente saindo e entrando no grupo dos mesários e eles pensaram, “bom, deve ser fácil sair dessa função de mesário, vou pedir pra sair também”. Foi assim ó, foi algo. E um outro detalhe é que, com tanta mudança de mesários, em Santo Antônio nós temos... é um município muito extenso, tem 43 locais de votação, a maioria com uma seção apenas. Não tinha nem como tu remanejar os mesários mais experientes para dividi-los entre as seções de um local grande, por exemplo.

JULIANO – Muitos ficaram muito orgulhosos de participar de um grupo chamado “Eleições”, “Justiça Eleitoral Eleições”. Eles se sentiam um pouco

representados, até uma certa autoridade, que eles acabaram tendo entre os seus... a sua vizinhança. Nós tínhamos lá uma comunidade, de uma seção que tem lá, sei lá, 80 eleitores, tem lá o mesário no grupo. Ele se sente como um representante daquela comunidade, ele representa aquela comunidade pra Justiça Eleitoral, e representa a Justiça Eleitoral pra eles. Isso de certa forma enalteceu e gerou um certo orgulho deles, de fazer parte disso. E eles se sentiram bastante agraciados e bastante atendidos nessa questão. Essas ferramentas foram fundamentais, fundamentais.

KELLY – Eu fiquei um pouco insegura de fazer o treinamento *online*. Então eu fazia geralmente o treinamento de mesários com a urna junto. E nessa eleição eu não podia colocar o treinamento dos mesários na urna, e os mesários tinham que estar separados. O que eu fiz? Eu dobrei o número de treinamentos. No final, pra mim, foi bastante pesado, porque só eu que treinei os mesários no cartório. Coloquei 20 pessoas só em cada turma e em lugares gigantes, como um ginásio quase, bastante separados, janelas abertas etc. Mas eu preferi fazer assim. E eu, além de ter dobrado o número de treinamentos, só treinei os presidentes de mesa, e fiz uma reunião online para treinar os primeiros mesários.

ALEXANDER – Como a gente fez o treinamento presencial? O cartório tem uma área, uma sala grande na entrada. A gente moveu todos os móveis, o máximo que pôde, e conseguimos fazer com divisão, com distanciamento, para nove pessoas. Acho que fizemos umas quinze turmas de nove e foi treinando assim, dando espaçamento para as pessoas não terem contato. Então, os novos a gente treinou no cartório, e os antigos, por EAD e fez algum contato pessoal. Isso em Pinheiro. Lá em Pedras Altas,⁵³ a gente teve um treinamento na cidade, acho que eram cinco novos mesários, numa sala gigante, que tem no colégio. E, no interior, fomos conversar com a pessoa. Eles têm uns locais em que se reúnem, que são amplos. E a gente treinou até na rua, embaixo dum galpão lá, tudo aberto. Mas foi tranquilo. Não tivemos nenhuma ocorrência. Atraso, teve uns dois ou três, mas ausência nenhuma. Mas foi bom, foi bom sabe.

JULIANO – A gente fez encontros *online* e isso facilitou, na pandemia. A tecnologia funcionou porque facilitou, porque se fez diversos encontros *online*. A gente fez mais ou menos como a Secretaria Judiciária fez ali na época dos registros de candidatura, lives todos os dias. Isso foi fundamental no registro de candidatura,

53 O município de Pedras Altas faz parte da 35ª Zona Eleitoral - Pinheiro Machado.

nós fazíamos com os mesários também. Todos os dias, de uma hora, hoje e amanhã, daqui dois dias, é só tu entrar aqui no link que a gente vai estar ali. Aí eles entravam, às vezes entravam poucos, às vezes mais alguns, mas ali a gente ia conseguindo conversar, e mais ou menos tentar deixar eles um pouco mais seguros, porque eles estavam muito inseguros. Então, assim foi indo e, claro, tivemos muitas desistências no meio do caminho e tivemos que ir fechando ali, muito improvisadamente, buscando rapidamente eleitores que se dispusessem e se conseguisse fechar as mesas. Tivemos, no final das contas, apenas quatro mesários faltosos. Então, foi um número bastante reduzido, dadas as circunstâncias, e acabou dando tudo certo, como sempre dá certo.

RAFAEL – Então se utilizou muito a orientação aos mesários para fazerem o treinamento via aplicativo, no próprio celular, e também o treinamento EAD, que eles podiam fazer na parte de treinamento a distância, da sua própria residência, utilizando um computador. Mas nós achamos que aquilo ainda não era suficiente, que nós precisávamos também ter um contato um pouco mais próximo, trazer uma garantia e dizer: “Olha, nós estamos fazendo a eleição, estamos contando com vocês, mas a gente não está desconsiderando todo o cuidado que isso precisa, o comprometimento que vocês estão tendo, e a gente quer dar segurança para vocês e tirar todas as dúvidas”. E aí nós conseguimos fazer uma reunião virtual, nesse sentido. Tivemos um comparecimento bem significativo de todos os mesários que estavam presentes e se conseguiu ali tirar algumas dúvidas, passar orientações, passar aquilo que me parecia mais importante no momento, que era trazer segurança para eles e mostrar que a gente estava preocupado com a saúde deles. A nossa prioridade não era fazer eleição, que, sim, era nossa obrigação fazer, e estávamos fazendo de tudo para que ocorresse, mas não a qualquer custo, mas preocupados com essa questão. E me parece que foi uma iniciativa bem válida. Acho que um dos sucessos foi porque o número de ligações foi baixo, com relação a questões técnicas, questão de orientação. Muitas vezes, isso no aplicativo, no treinamento EAD, talvez para alguns ficava mais difícil. O mesário passava por cima, ia com uma pressa ali, mas ficava mais fácil de ele compreender na reunião e ter uma identificação. Na reunião, participei eu, os auxiliares, os demais colegas do cartório, o juiz eleitoral e também o promotor eleitoral. Isso também trouxe essa ideia da unicidade com relação aos mesários.

KELLY – Sempre que eu faço os treinamentos presenciais, o pessoal tava participativo, sabe. Mesmo longe, mesmo todo mundo de máscara, com o distanciamento, as cadeiras longe uma da outra estava, todo mundo participou, gostou de participar. Então eu acho também que é um momento legal de fazer a eleição na Zona Eleitoral, porque ter esse contato com os mesários, no dia da eleição facilita. Porque daí eles vão ligar e dizer: “Ó, Kelly, tu falou tal coisa no treinamento”, é assim ou assado, entendeu, tem essa proximidade maior quando tu faz no presencial do que quando faz online.

RAFAEL – Mesmo os vários cuidados na convocação dos mesários não nos livrou, para não deixar de trazer esse fato, que foram cerca de 25% de substituições. Isso que a gente começa a convocação quatro, cinco meses antes da eleição. Mas os últimos quinze dias foram especialmente preocupantes para nós, e muito trabalhosos, em razão de uma série de mesários que solicitavam a saída. E muitos deles – mas eu acho que não dependia apenas de um atestado médico para essa saída, porque se levava em conta uma série de questões – trazendo atestados com sintomas de Covid ou relatando essa preocupação. Tanto que a substituição de mesários foi muito maior do que nós tínhamos nos outros anos, e ela se estendeu com volume maior na véspera, inclusive no dia da eleição. Nós tínhamos mesários reservas do Cartório Eleitoral, e na primeira hora todos já tinham ido substituir e tivemos que chamar mesário em casa, aqueles com quem tínhamos algum contato para suprir as ausências na eleição. Nunca tivemos tanta ausência de mesários também. E isso que a gente trabalha com um volume bem significativo, em todos os municípios, de mesários voluntários. Mas era uma situação também excepcional, e foi meio natural, e também ninguém escolhe o momento que vai ficar doente. Mas eu acho que é um registro interessante também dessa realidade que foi enfrentada.

Depois, para o dia das eleições, com a adoção de todos os EPIs. Enfim, esse atendimento foi então a grande preocupação nossa. A grande preocupação nossa foi preservar a pessoa do eleitor e de todos que fossem participar do processo eleitoral.

Des. Villarinho

DES. VILLARINHO – De fato, como nós estamos aqui tratando, a pandemia impôs uma alteração fundamental. Nós estávamos preparados, em 2019, para realizar uma eleição, como tinham sido até então todas as outras, com atendimento presencial nos Cartórios Eleitorais, nas Zonas Eleitorais, enfim, no próprio TRE. E de uma hora para outra veio a pandemia e houve uma imposição do atendimento virtual. Essa foi a grande mudança. E, com isso, imediatamente tivemos que fechar os Cartórios Eleitorais para o atendimento presencial, e passar a fazer todo esse trabalho, toda essa atividade, de uma forma que era uma novidade, pode se dizer, de uma forma virtual. E com isso, inclusive – recordo que também foi um dos ditames muito destacados pelo Ministro Barroso, que então presidia o TSE –, que as eleições se realizassem com uma preocupação primeira, de preservar a saúde do eleitor e de todos aqueles que trabalhassem no pleito. E essa foi a nossa determinação aqui, nessa linha, com vocês todos. Penso que todo o pessoal do TRE, e aí contando com o apoio e participação dos colegas dos Cartórios Eleitorais, das Zonas Eleitorais, passamos então a fazer o atendimento remoto, com aquele cuidado todo de preparação da eleição. Depois, para o dia das eleições, com a adoção de todos os EPIs. Enfim, esse atendimento foi então a grande preocupação nossa. A grande preocupação nossa foi preservar a pessoa do eleitor e de todos que fossem participar do processo eleitoral.

SILVIA – Num período de atividades mais corriqueiras, os atendimentos foram até tranquilos, mas no dia da eleição, claro que isso foi uma tremenda dor de cabeça pra gente. Era um período em que chegava o fim do dia e a gente estava rouco de tanto ligar, para um monte de servidor, ligar para a Secretaria Municipal de Saúde – porque eram eles que eram responsáveis por fornecer as testagens dos contactantes, daí cada secretaria tinha um protocolo diferente. Era um trabalho bem de coordenação porque tinha casos ali que às vezes a atividade de um cartório, em plena eleição, estava quase sendo parada. Obviamente era pré-vacina, né? Então eram pessoas que estavam realmente muito expostas ali. Teve casos, realmente, que foram bastante estressantes naquele período.

THOMAS – Nas semanas anteriores à eleição, a gente já estava pelo atendimento telefônico, recebendo muitas ligações de eleitores com essa apreensão – e com isso a gente acaba assimilando essa tensão também – com a segurança sanitária, como é que ia ser? E a gente tem contato com os eleitores e com os

colegas dos cartórios, que estavam também diretamente envolvidos com toda a parte operacional, para fazer acontecer. Estávamos bem apreensivos porque, embora muita coisa possa ser feita remotamente, ainda tinha muita coisa que precisava desse deslocamento e da presença. Por exemplo, a organização da entrega das urnas, a preparação das urnas, e a gente junto ali sente um pouco essa tensão.

(...) tinham adesivos de distanciamento, cartazes informativos – mais de um tipo –, guias plásticas para utilização nos cadernos de votação, para que essas vias plásticas pudessem ser higienizadas a cada assinatura, fazendo com que a mão do eleitor não ficasse em contato com a papel que seria usado por várias pessoas.

Paulo

PAULO – Nós tivemos, ainda, o grupo de materiais que seriam utilizados no dia da votação. Esses, especificamente, além dos que eu já citei, do uso ordinário, eles também tinham adesivos de distanciamento, cartazes informativos – mais de um tipo –, guias plásticas para utilização nos cadernos de votação, para que essas vias plásticas pudessem ser higienizadas a cada assinatura, fazendo com que a mão do eleitor não ficasse em contato com a papel que seria usado por várias pessoas. Canetas também, nós conseguimos distribuir em maior número nas seções eleitorais para que, em vez de 300 eleitores usarem a mesma caneta, a gente tivesse um jogo, um número maior, para poder diminuir esse número por caneta. Embora tivesse a orientação para que cada eleitor levasse a sua, a gente sabia que isso não ia acontecer na totalidade, então a gente providenciou mais canetas para todo mundo também.

ALINE – Bom, eu tenho um cartório que tem espaço, mas eu sei de locais menores que eu não sei como é que puderam acomodar todos aqueles kits de álcool gel e de luvas. Nesse momento, a nossa colaboradora de limpeza ajudava a estagiária a empacotar as máscaras, separadinhas em plásticos, porque a gente não poderia mandá-las em grupos maiores, tinha que ser individual pra cada mesário. Foi bastante trabalhosa essa preparação toda. Foram distribuídos, no sábado, os materiais com as sacolas. Nós havíamos dispensado os mesários de irem no sábado para montar as seções. No fim, nós pedimos que eles fossem, pra já receber os kits



Distribuição de materiais - Equipe da 1ª Zona Eleitoral - Porto Alegre - Eleição 2020

todos, inclusive o vale-alimentação, que é uma responsabilidade. E foi trabalhoso, mas aconteceu tudo certo.

RAFAEL – Também recebemos uma série de caixas de álcool gel, que tinha que montar, organizar, que era um material extra. Era alguma coisa também que a gente tinha todo um protocolo para cuidar, de armazenamento. Até tive conhecimento, depois, que o próprio Tribunal teve que fazer uma locação emergencial para receber todo esse material. Como é que ia acondicionar? E aí, quando chegou aqui nos Cartórios Eleitorais, nós tínhamos que despachar aquilo com a celeridade possível. Mas isso demandava também que se ficasse com esse material. Em muitos cartórios menores não tinha espaço físico suficiente, com relação a isso. Então a gente conseguiu aqui um espaço, felizmente – no final de 2019 a gente conseguiu ampliar um pouco a área física. O proprietário se dispôs a construir um mezanino, que nos facilitou a circulação dentro do cartório, a organização.

PAULO – Chegou um momento que não tinha mais como ficar em casa, porque era muita mercadoria chegando e o recebimento é 100% presencial. A análise dos materiais e, posteriormente, a expedição dos mesmos para os Cartórios Eleitorais. O sentimento de que o dever deveria ser cumprido e que era um dever muito importante, garantir a realização de uma eleição, que é um pilar da democracia, e também garantir que essa eleição fosse realizada com a maior segurança possível na questão sanitária. Então, esse retorno foi com um sentimento de dever, que deveria efetivamente ser concluído. Mas é claro que foi uma época muito dura para todos nós. Era a sensação do dever, mas também um pano de fundo, aquela tristeza, aquele pesar, a solidariedade com todos que tinham perdido, que estavam perdendo amigos e parentes pra essa pandemia.

KELLY – O que teve de diferença com relação à pandemia foi a questão da montagem das mesas para os mesários. O material de mesário foi muito diferente. Tivemos pouco tempo para arrumar essa parte do kit Covid, que a gente chamou. E também teve confusão na hora do envio, porque a empresa não tinha sido contratada para levar tanto kit, tanta caixa a mais. Foram contratados apenas para levar caixa de urna. Não tinha como dar para o mesário o material, a não ser enviando pela urna. Então, se tu não fez treinamento presencial, tu entrega o material para o mesário como? Só mandando dentro da caixa da urna no dia, um dia antes da eleição. E daí o kit Covid tinha que ir junto. Então isso foi bastante diferente, sabe? E a gente teve que montar tudo dentro do cartório, com os técnicos de urna. Tentando manter o distanciamento, não é uma coisa assim tão simples, mesmo contando que eu tenho um cartório grande. Então foi bem, foi bem diferente.

PAULO – Um detalhe que eu me recordo é que, em determinado momento da expedição de materiais, ficou tão apertado de prazo que a gente teve que se socorrer de outras unidades da mesma coordenadoria. Foi bastante interessante porque foi um trabalho em conjunto, uma força-tarefa, em que nós tivemos auxílio de colegas da Seção de Compras e da Seção de Patrimônio, para conseguir expedir tudo a tempo, entre esses itens que chegaram de última hora. E a gente conseguiu expedir tudo a tempo, para que a transportadora pudesse fazer o trabalho, levar estes dias para entregar, para que os cartórios conseguissem receber a tempo de fazer a montagem dos kits. Então, chegou lá na última hora – foi, se eu não me engano, no feriadão de Fimados do ano

passado. Nós tivemos também essa necessidade e contamos com apoio de outros colegas. Se não fossem eles, a nossa situação teria ficado bem, bem delicada.

RAFAEL – Trabalhávamos, aqui no cartório, procurando manter também um distanciamento entre servidores. Tínhamos servidores, como mencionei, que ficavam mais no trabalho remoto, ou 100% no trabalho remoto. Isso também gerou uma sobrecarga de alguns servidores. Ou porque a demanda tinha que ser presencial, ou porque quem estava no trabalho remoto às vezes não conseguiu a adaptação no tempo necessário, ou teve mais dificuldade em desenvolver algumas tarefas, e isso fez com que outros servidores tivessem que, além das suas, fazer outras atividades que normalmente não fazem.

(...) aquele receio de “quando é que a gente vai receber esses kits para os mesários, será que haverá o prazo hábil para que a gente consiga fazer a manipulação disso e ainda entregar para esses colaboradores da Justiça Eleitoral?”

Paulo

PAULO – Acredito que o canal de comunicação foi mantido sempre aberto, desde o nosso setor médico até o próprio setor de materiais. As informações foram fluindo e isso fez com que esse nível de ansiedade, que seria até mesmo natural por parte dos colegas, fosse baixando. Não percebi uma alteração nesse sentido. Claro que um leve receio. Não no tocante aos materiais de proteção individual para uso dos próprios colegas, mas sim aquele receio de “quando é que a gente vai receber esses kits para os mesários, será que haverá o prazo hábil para que a gente consiga fazer a manipulação disso e ainda entregar para esses colaboradores da Justiça Eleitoral?” Um pouco mais de ansiedade em receber o material que seria utilizado para a eleição, porque os prazos realmente foram bastante curtos.

ALINE – Eu tive um momento delicado, na quinta-feira anterior à eleição. Mas eu me lembro, foi uma *live* com a Secretaria da Saúde, com esse Comitê de Enfrentamento da Covid e com a Vigilância Sanitária – muitas perguntas em relação a que o Tribunal estava concedendo pra segurança dos mesários no trabalho, e também dos eleitores que comparecessem, pra que não houvesse risco de contaminação. Era um momento em que todos deviam ficar em casa, todo mundo dizia “fique em casa”,

mas era um dia especial, em que... Tem locais nossos que têm 2.400 eleitores. São oito seções, considerando 400 eleitores em cada seção. E aí fizemos uma *live* em que se informou sobre as regras mínimas, que não era possível comparecer sem máscara, que o Tribunal estava concedendo o álcool gel pra todos. Depois da reunião, nós fomos procurados pela vigilância, questionando se não teríamos também a oferta de sabão líquido e papel toalha pros mesários, que eles não poderiam trabalhar durante dez horas num dia, somente com álcool gel. Foi algo que eu tive que correr, na quinta-feira, pra garantir, perante a Vigilância Sanitária – que estava nos apoiando, e que agora tava nos cobrando – esta oferta, essa segurança pros mesários.

THOMAS – Em todos os anos eleitorais, a Central de Atendimento participa do S.O.S Eleitor, que é o atendimento aos eleitores, prestando orientações e informações. Então, em 2020, durante a pandemia, o lado positivo é que nós estávamos com uma equipe maior, uma equipe grande, de prontidão, preparada já, com alguns meses de experiência no atendimento telefônico. Mas houve uma demanda muito grande, principalmente na véspera, e no dia da eleição, com dúvidas em relação à segurança sanitária, de como proceder. Os eleitores ligando e, “ah, estou com sintomas, o que eu faço? Como eu posso justificar, porque eu não vou poder me deslocar”. Houve uma demanda muito grande. Aliado a isso, também ocorreu um processo de equalização das seções eleitorais. O TSE implementou uma dinâmica para que todas as seções ficassem com um número mais aproximado de eleitores, para que não houvesse uma desigualdade muito grande. Isso fez com que um percentual pequeno de eleitores tivessem o número da seção alterada, e isso foi divulgado na mídia. Isso gerou então uma avalanche muito grande de ligações, porque as pessoas, mesmo as que não foram atingidas por esse processo de equalização – as pessoas não sabiam, né, “será que a minha Seção mudou?”.

CAPÍTULO 5

O dia das eleições da pandemia

Então, nós já tínhamos uma dificuldade normal, de estarmos realizando uma eleição municipal. Perfeito. Aí vem a eleição sob pandemia, com tudo isso que a gente já referiu aqui.

Des. Villarinho

DES. VILLARINHO – A par destas dificuldades, enormes dificuldades da pandemia, nós estávamos realizando uma eleição municipal. E vocês sabem como ninguém que a eleição municipal é mais difícil, por incrível que pareça, do que as eleições gerais. Por quê? Porque as eleições municipais, que se realizam ali no município, são localistas. Os conflitos, as questões e os interesses estão eivados ali na sociedade, no eleitor. E isso gera, muitas vezes, dificuldades e conflitos de realização muito grandes, muito grandes. Então, nós já tínhamos uma dificuldade normal, de estarmos realizando uma eleição municipal. Perfeito. Aí vem a eleição sob pandemia, com tudo isso que a gente já referiu aqui.

DES. ELEITORAL GERSON – A expectativa era muito grande. A gente estava angustiado, eu preciso confessar, porque não se sabia, embora já tivéssemos



Local de votação - Eleições 2020

as montagens das urnas, das Zonas Eleitorais, os mesários; mas a gente não sabia, porque é só na hora, não é? E houve algumas situações, um mesário que acabou não indo ou alguma coisa difícil, uma urna que teve que ser reposta. O que é natural em qualquer eleição. Mas quando isso é dentro de uma pandemia, aquilo que é natural passa a ser quase sobrenatural.

JOSEMAR – Tivemos, inclusive, no dia da eleição, três ou quatro juízes que nós tivemos que substituir por estarem com Covid. Foram, como é que vou dizer, situações emergenciais, todas elas preparadas para serem tratadas dessa forma. O que eu posso dizer é que, naquele dia da eleição, não era só eu, como Diretor-Geral, como responsável da área técnica do Tribunal, como também os Diretores-Gerais dos outros TREs, porque era um cenário imprevisível. Ninguém sabia como seria o comportamento no dia das eleições; e depois, no segundo turno, a questão de aglomeração de pessoas, mesmo com aquele adiamento da eleição. Não tínhamos notícia de vacina e não tínhamos notícia de nenhuma forma de minorar, a não ser a própria internação hospitalar. Eu posso dizer, realmente, não sei se foi a eleição mais difícil de ser feita, mas a mais complexa, não tenho a mínima dúvida, nesses 34 anos de Justiça Eleitoral.

SILVIA – No dia da eleição a gente estava com um protocolo bem rígido, de não permitir que pessoas com sintomas gripais adentrassem à sede porque, afinal de contas, o gabinete médico é aqui dentro, justamente onde tem aqui o Plenário, onde estava acontecendo toda aquela função administrativa. Já estávamos com um indício de que estava vindo aí uma onda pior de Covid, uma ebulição de casos acontecendo. E justamente por isso se sabia, também, que existiam serviços, em diversos níveis de atenção, seja público ou privado, que tinham a capacidade de receber os pacientes com síndrome gripal. Não recebemos síndrome gripal aqui dentro. A gente estava aqui para fazer atendimento presencial de outras demandas de saúde. Então a pessoa que chegasse demandando atendimento médico, ela tinha que passar por uma triagem primeiro.

DES. VILLARINHO – Nós tínhamos nos Cartórios Eleitorais uma abundância de disponibilidade de álcool gel, as máscaras de proteção, que os mesários usaram, luvas. Enfim, o distanciamento foi observado. Havia marcação das filas, bastante cartazes. E lembro que nós fizemos uma campanha muito forte na imprensa, de conscientização.

DES. ARMÍNIO – Eu recordo que, quando fui votar, ali estavam os mesários numa atividade maravilhosa, de organização – a minha seção é a 131, ali no colégio Santa Inês⁵⁴ –, e eu fiz questão de elaborar um elogio a eles e levar em mãos o elogio. E aí me apresentei: “ó, aquele senhor que apareceu aqui para votar e tal, é o Corregedor eleitoral”. Porque sempre se faz essas visitas às Zonas Eleitorais, às mesas, e eu ainda tive essa felicidade de ir à minha mesa votar e encontrar um serviço muito organizado. No segundo turno, eu reparei que não estava lá uma mesária e perguntei: “Olha, onde é que estava aquela mesária e tal”. Pegou Covid. Mas não foi na eleição, não foi na votação. Pegou Covid como eu peguei, não sei quantos mais pegaram. Mas então, foi uma eleição atípica, nesse sentido, de passarmos por uma situação que afetou a humanidade, e termos ali encaminhado os trabalhos da melhor forma possível.

⁵⁴ Colégio Santa Inês local de votação pertencente à 113ª Zona Eleitoral - Porto Alegre-RS, localizada na Avenida Protásio Alves, 2493.

Então, mesmo com a pandemia, eu vi aquilo e digo: “Pelo menos a gente sabe que proporcionou a infraestrutura necessária para que eles pudessem vir com aquela segurança que era possível”.

Josemar

JOSEMAR – Eu vou dar apenas uma ilustração. Eu tenho um costume, há muitos anos, no período que a minha filha era Presidente de mesa, ali no Pão dos Pobres, de, antes de ir para o TRE passar na mesa dela. Aliás, antes disso, no sábado, eu ajudo a montar a mesa, que ela, como Presidente, monta um dia antes. É uma forma também de confirmar que as urnas estão sem problemas. Eu descobri, no dia da eleição, que tinha juízes que estavam com Covid e que depois eu reportei à Corregedora, isso foi antes de ir para o TRE. Também a experiência de ver pessoas idosas, já eleitores não obrigatórios, irem com satisfação, irem cedo, para exercer o direito do voto. Então, mesmo com a pandemia, eu vi aquilo e digo: “Pelo menos a gente sabe que proporcionou a infraestrutura necessária para que eles pudessem vir com aquela segurança que era possível”. Não sei se algum deles contraiu Covid. Eu posso afirmar que, da mesma forma – e aí é um testemunho pessoal – que eu tinha o que eles chamam de comorbidades, e com a idade, que eles chamam “mais de 60 anos”, que tem de ter alguns cuidados. Então eu tomei todo o cuidado, de modo que, da mesma forma que eu tivesse as condições de colaborar com a eleição, todos os juízes, todos os promotores, e principalmente os mesários, pudessem também colaborar com segurança.

DES. ELEITORAL GERSON – Eu me lembro, nós fazíamos campanhas e dizíamos, e o Tribunal teve sempre essa preocupação: segurança 110%. Máscaras, luvas, álcool gel, filas pequenas, marcadores na hora da votação. Se criou uma logística impressionante, para que as coisas transcorressem o mais próximo do normal possível. Porque não tinha como obrigar uma pessoa e, aliás, nunca se obriga. Mas tem períodos assim que a gente tem que compreender. Aqueles que disseram: “Não, eu não quero me submeter a isso. Eu adoraria, mas não vou”, era mais do que razoável. Então, foram pessoas que realmente entenderam a importância do processo eleitoral, a importância de uma eleição, o que isso significava para a sociedade brasileira. A votação livre, a votação segura. E uma coisa que eu faço questão de destacar: aceitaram porque confiaram no Tribunal e na Justiça Eleitoral. Confiaram no trabalho que nós, como um todo, estávamos fazendo. Se nós não tivéssemos

mostrado que nós íamos oferecer as condições fundamentais de segurança, de higiene e tudo, acho que poucos compareceriam, e corretamente.

RAFAEL – Eu tinha uma relativa tranquilidade com relação à divisa do local de votação para dentro; porque eu sentia que aquele pessoal que estava indo trabalhar lá, ele tinha uma consciência, um engajamento, tanto com relação a protocolos quanto a cuidados. Eles estavam lá não só como pessoas físicas, mas eram cidadãos a serviço da Justiça Eleitoral, e assim deveriam se portar, porque também estavam representando a Justiça Eleitoral e exercendo a cidadania no momento em que davam um exemplo. Eu acho que esse movimento institucional da Justiça Eleitoral – acho não, acredito, tenho convicção disso –, o próprio protagonismo do Presidente do TSE na época, o Ministro Barroso, em ir para a imprensa, participar de uma série de eventos, fazer essa parceria com empresas, isso ajudou no clima de segurança. Tanto interna, da Justiça Eleitoral e, em especial, o clima externo, nesse momento de preocupação, de cuidado, de mostrar “olha, a gente está procurando trazer todas as garantias”. Pro mesário chegar lá na seção eleitoral e ver que tinha uma caixa, uma sacola, enfim, com álcool gel para o eleitor, pra botar na porta, pra botar dentro do local de votação, um álcool gel personalizado, para cada mesário. Aqui eu falo na personalização, mas era uma garrafinha, uma minigarrafa de refrigerante, com o álcool gel, e personalizado, escrito “Eleições”, “Mesários” e tal. Uma caneta para cada um, mais uma série de canetas para os eleitores, álcool líquido, máscaras. Nós procuramos aqui também facilitar. Nós recebemos as máscaras em caixas com cinquenta, se não me falha a memória. Nós separamos elas, saquinho por saquinho, e colocamos lá três ou quatro máscaras, para uso individual, que os mesários iriam fazer as substituições durante o dia.

JOSEMAR – Eu posso assegurar que o dia da eleição é a oportunidade para ver se aquilo que foi planejado deu certo, e se haveria algum contratempo que não tinha sido planejado, e então teríamos que trabalhar com o que nós chamaríamos de plano B. Graças a Deus, toda a infraestrutura que nós planejamos também conseguimos fazer com que chegasse a tempo. Os mesários compareceram, porque a nossa preocupação, inclusive, era o comparecimento dos mesários. Porque era uma notícia muito difícil, era um ambiente muito difícil. As pessoas estavam inseguras. Porque tu pensa, o eleitor vai lá, comparece, cinco minutos e sai; o mesário fica todo o tempo trabalhando.

KELLY – O dia da eleição foi tranquilo. Não teve tanta aglomeração, sabe, eu fiquei impressionada. O pessoal colaborou mesmo. Algum lugar que outro que tava alguma confusão ou outra de fila, porque tinha aquele horário dos idosos, e o pessoal não respeita e vai igual, e daí não deixavam entrar, tinha que ficar na fila.

SILVIA – Mas, de toda forma, no dia da eleição o atendimento foi menor do que em anos passados. Foi menor, em termos de atendimento presencial. A gente realmente ficou muito mais no atendimento remoto. O trabalho foi muito mais esse, de ficar o dia todo fazendo essas orientações, de como é que usa o EPI, se teve alguém que teve contato, que faltou, e quem é que isola. Continuou o trabalho das semanas anteriores, continuou igual no dia da eleição, não teve um atendimento específico. Até porque eu acho que foi um momento bastante tenso para todas as equipes, e para algumas coisas que a gente pudesse ter sido acionada, acho que o pessoal seguiu a onda tudo que pôde, e manejou os problemas nas suas equipes, nas suas gestões. Realmente foi uma eleição bem diferente para todo mundo.

JOSEMAR – E a situação que a gente via, os mesários com aqueles EPIs, que não tinham muita durabilidade, mas havia recomendação de que aqueles EPIs deveriam servir pro segundo turno.

KELLY – OTSE tinha mandado, como é o nome daquele negócio, face shield, vamos falar em português, o protetor facial. Só que era um troço que não dava pra usar, gente. Eu vi um só, em uma seção só – e olha que eu fui em um monte – que eles estavam com protetor facial. O resto estava todo mundo de máscara e cuidando. Eu acho que os eleitores colaboraram também, porque a gente mandou uma caixa gigantesca de canetas, acho que foram 50 canetas pra cada seção. Tem caneta pro resto da vida eleitoral, se não secarem a tinta. E, mesmo assim, voltou muita coisa. Então eu acho que estava todo mundo mais ou menos ciente de como é que tinha que ser, de colaborar.

JULIANO – No dia da eleição, uma grande preocupação nossa foi com relação à identificação do eleitor. Como não haveria identificação biométrica, e a gente teria uma eleição municipal, havia muito medo de dar algum problema com relação a isso. Então, sempre destacamos pros mesários a importância da assinatura, a importância dos fiscais, de os fiscais poderem acompanhar a votação, para que

nada fosse colocado em suspeita. “Ah, como não tem biometria, vai passar a boiada.” Então, no dia da eleição, essa foi uma grande preocupação que a gente teve. Tentamos orientar bastante os Presidentes de Mesa, para que recebessem fiscais, deixassem os fiscais, na medida do possível, acompanhar o pleito.

SCHAUREN – Com relação ao caso específico da votação, de identificação do eleitor, eu acredito que a ausência da biometria impacta mais nos casos em que o mesário se confunde e habilita o eleitor errado para votar. Isso é um problema muito fácil, que acontecia em todas as eleições, antes da biometria, e voltou a acontecer na última eleição, porque não teve identificação biométrica. Nesse caso, se existe identificação biométrica na urna eletrônica, ela não valida a digital do eleitor, o que possibilita que o mesário se dê conta do equívoco que ele tá cometendo, de habilitar. Às vezes as pessoas têm nome parecido no caderno de votação, então ele acaba digitando o título de cima ou de baixo no caderno, e ninguém se dá conta. Aí o cara vai lá e vota no lugar do outro. Quando chega o outro eleitor pra votar, a urna vai dizer, evidentemente, que o eleitor já votou. E aí, se o mesário não tem o tino de “bah, será que eu não habilitei errado?”, vai ter um outro, uma outra posição do caderno que não tá assinada e que ele poderia tentar habilitar ali, ver se a urna habilita e aí estaria resolvido o mistério. Mas, realmente, a gente perde um pouco em não tendo essa questão da biometria, que é um grande avanço em termos de segurança contra fraudes.

THOMAS – E no dia da eleição, realmente, não tem como não relatar isso. Foi bem complicado o atendimento do SOS Eleitor⁵⁵. Nós estávamos com uma equipe grande, de praticamente 90 servidores a postos, mas o sistema telefônico não deu conta. Foi um problema técnico mesmo, o sistema telefônico não deu conta da grande demanda de ligações em busca de informações. E eu diria que 90% foi de informações sobre o número das seções. “Bah, onde é que eu estou votando, qual é o número da minha seção?” Aliado às dúvidas sanitárias, eu acho que essa foi a grande demanda da eleição de 2020. Nós esperávamos muitas dúvidas em relação à urna eletrônica e tal. Em função de *fake news*, que a gente sabe que ocorrem. Mas, ao contrário da nossa expectativa, o grande número de dúvidas foi relacionado a isso, ao número da seção, local de votação, e aos procedimentos de segurança, os procedimentos sanitários, ou para justificar o voto. Foi um atendimento presencial,

55 SOS Eleitor – serviço de atendimento ao eleitor, prestado pela A Justiça Eleitoral gaúcha através do número.

no primeiro e no segundo turnos, na véspera e no dia da eleição. Nós trabalhamos ali, na Central de Atendimento, ainda na Padre Cacique⁵⁶, mas com uma equipe ampla de colegas, não só da Central, mas das Secretarias. Ficamos atuando na CAE, nos cartórios, e na sala da Secretaria de Auditoria, que também estava estabelecida ali, no antigo prédio da Central.

SILVIA – Acho que se conseguiu evoluir, pois quando a gente chegou na eleição, mesmo olhando para trás agora, e sabendo o que se sabe hoje, que é muito mais do que se sabia na época da eleição, conseguimos chegar com alguns protocolos bem-feitos. Conseguimos fazer bons contatos com as secretarias municipais, conseguimos estar minimamente organizados e até já meio calejados, pelo processo que a gente passou ali, de março até a eleição, nesse perfil de atendimento que fomos moldando.

Mas todos, ou com a sua máscara, ou com a máscara que a Justiça Eleitoral havia disponibilizado. Nos próprios locais de votação, os administradores de prédio organizaram as salas, e a gente disponibilizou as fitas que o TRE mandou, para que eles gerenciassem um pouco melhor as filas.

Rafael

RAFAEL – Eu tinha uma relativa tranquilidade nessa parte interna, pois tivemos esse contato com o mesário, chamando a atenção com relação à disposição dos adesivos de local da fila, onde que a pessoa deveria se posicionar. A própria questão da assinatura necessária do caderno de votação, ter aquela proteção, elementos que eu acho que davam uma maior tranquilidade. Com relação a isso, acho que a nossa maior demanda e preocupação, no primeiro momento, foi o mesário dizendo: “Poxa, vou ter que usar esse *face shield* aqui?”. Talvez, do equipamento todo que veio, foi o que não veio com efetivas condições de uso, porque a gente já tinha identificado isso, aqui. Não era nem só o aspecto, “ah, dificulta a respiração”. Não! Ele também dificulta a visão. E aí, pelas vistorias que a gente fez nos locais de votação, basicamente os mesários optaram pelo não uso desse equipamento. Mas todos, ou com a sua máscara ou com a máscara que a Justiça Eleitoral havia disponibilizado.

56 A Central de Atendimento ao Eleitor de Porto Alegre funcionou na Avenida Padre Cacique, 96 até 2019, quando foi transferida para a Rua Siqueira Campos, 805 – Centro Histórico de Porto Alegre.



Local de votação - Eleições 2020

Nos próprios locais de votação, os administradores de prédio organizaram as salas, e a gente disponibilizou as fitas que o TRE mandou, para que eles gerenciassem um pouco melhor as filas. Eu acho que houve um respeito também porque se teve um apoio significativo dos meios de comunicação para divulgar o horário de votação, para que não houvesse as aglomerações dentro do local de votação.

SILVIA – Então, lá na época das eleições, a gente tinha já um protocolo muito bom, porque já tinha um foco em máscara. Mas ainda tinha uma preocupação bastante grande com o compartilhamento de objetos, fazendo uso de álcool gel em tudo que era coisa, com preocupação se ia passar o álcool gel no botão e na tela, “meu Deus!”. Hoje em dia, a gente vai ter a preocupação com a higienização dos objetos, das superfícies, mas não vai ficar gastando tanta energia nisso se a gente sabe que, se tiver um servidor, um mesário, e de preferência um eleitor, com uma boa máscara ali na frente, ufa! A gente vai ficar bem mais aliviado. Então, fomos tendo essa evolução dos protocolos.

JULIANO – Não tivemos nenhuma notícia de um eleitor que quisesse entrar sem máscara no local de votação. Isso era uma preocupação que se tinha, de eleitores que se negassem a usar máscara e quisessem votar. Não tivemos nenhum caso. Inclusive, nós enviamos, junto com os materiais da seção, máscaras sobressalentes pra, num caso excepcional, de um eleitor que estivesse sem máscara e quisesse votar,

poderia ainda ter mais uma máscara pra emprestar, para ele poder votar. Mas não, não tivemos nenhum problema com relação a eleitor sem máscara.

ALEXANDER – Naquele momento era importante convencer as pessoas de que elas tinham segurança para votar. E também convencer, porque de um lado tá dizendo não saiam de casa e, de outro lado, saiam de casa para votar. Sabe? A gente teve que ter esse jogo de cintura, da Justiça Eleitoral, porque o contato é nosso, né. “Não, mas vai ter a segurança.” “Mas porque não deixa para depois?” “Não, porque não pode, é inconstitucional, a gente precisa e tal.” Pra fazer essa parte aí, a gente precisou ouvir dizerem assim: “Ah, mas vocês não estão vindo aqui trabalhar por causa da doença e querem que eu saia de casa para votar”. Ou para ser mesário, melhor dizendo. “Ah não, mas a gente precisa e tal.” Essa questão, houve uma necessidade, e o Diego é muito bom nisso. Ele teve um maior contato com os mesários, ele fala mais do que eu e consegui mostrar a importância de o mesário participar naquele momento.

RAFAEL – A minha preocupação maior era como é que o eleitor iria se portar para fora do local de votação. Nesse sentido, nós fizemos uma reunião específica com os administradores de prédio. E nos nossos municípios a gente teve bastante apoio, ou melhor dizendo, bastante conscientização do eleitor, evitando essas aglomerações durante esse período. Nós tínhamos equipes do cartório que estavam circulando durante o dia e, em caso de eventual aglomeração, elas tomavam providências. Tivemos um momento um pouco mais intenso ali, no início do processo de votação. Fizemos contato imediatamente com os representantes de cada um dos partidos ou das coligações. Consequimos fazer essa dispersão do pessoal. Até mesmo com a própria propaganda de boca de urna. Também teve um certo acordo. A gente tem conseguido, historicamente nas últimas eleições, cada vez mais, diminuir essa aglomeração. O próprio derrame de santinhos, se percebeu que foi bem pontual. E a gente, antes de iniciar o horário da votação, já tinha recolhido. De certa forma, teve uma colaboração bem significativa.

O dia da eleição foi uma surpresa pra mim, porque a vigilância sanitária ajudou bastante. A gente ouviu relatos de fiscais de partidos tomando, compartilhando chimarrão, enquanto fiscalizavam. É, de tudo acontece, no dia.

Aline

ALINE – Conversando com o juiz eleitoral, nós havíamos pedido o apoio da vigilância sanitária, pra ajudar no controle no dia da eleição, no cuidado com as filas, pra que se garantisse que todos os eleitores que ingressassem nos locais estivessem com máscara. O dia da eleição foi uma surpresa pra mim, porque a vigilância sanitária ajudou bastante. A gente ouviu relatos de fiscais de partidos tomando, compartilhando chimarrão, enquanto fiscalizavam. É, de tudo acontece, no dia.

RAFAEL – Acho que as câmeras de videomonitoramento da cidade ajudam muito também. Nós temos vários locais do interior hoje, inclusive aqui em Marau, com câmeras de videomonitoramento. Mas quero ser justo também com os partidos aqui, porque mesmo antes da cidade ser tomada por estas câmeras, já havia uma colaboração maior para a propaganda de boca de urna. E aí, com o apoio também da Polícia Civil, da Brigada Militar, foi mais tranquilo conseguir essa organização do fluxo de pessoas, tanto dentro, aí com os mesários, quanto fora, com o apoio das forças de segurança que circulavam ali. Não tivemos maiores incidentes no dia, envolvendo a aglomeração de eleitores.

E vale lembrar que nós tivemos um atendimento presencial, que ocorreu no dia das eleições, pelo SOS Eleitor (...) Eu acho que foi o momento em que mais colegas, mais servidores, tiveram que trabalhar presencialmente. E aí nós fizemos todo um trabalho de garantir um distanciamento.

Thomas

THOMAS – E vale lembrar que nós tivemos um atendimento presencial, que ocorreu no dia das eleições, pelo SOS Eleitor, que foi um atendimento que nós não poderíamos fazer de casa, né? Tinha que ser presencial, por questões até de horas extras e tudo mais, questões legais. Eu acho que foi o momento em que mais colegas, mais servidores, tiveram que trabalhar presencialmente. E aí nós fizemos todo um trabalho de garantir um distanciamento. A Central de Atendimento tem os guichês para os computadores. Então, nós fizemos com que cada colega sentasse mantendo uma distância de um guichê entre um e outro, não ficamos lado a lado. Nós tivemos a preocupação de manter essa distância entre os guichês, e foram fornecidas máscaras, foram higienizados os equipamentos, eu me lembro disso. Os fones dos aparelhos telefônicos, os *headfones*, os computadores que estavam lá, que

estavam muito tempo sem uso, eles foram higienizados. Acho que nós tivemos um suporte bem bacana do Tribunal, em relação a isso.

E nós montamos, pro recebimento do material, um drive thru no cartório, para que os mesários chegassem de carro, para que não houvesse uma fila de pessoas.

Aline

ALINE – E nós montamos, pro recebimento do material, um *drive thru* no cartório, para que os mesários chegassem de carro, para que não houvesse uma fila de pessoas. E no controle do material devolvido a gente cuidava mais a ata e o pendrive com o resultado da urna. E correu tudo bem. Muitos mesários novos, mas foi um sucesso, a questão da finalização da eleição. Então, acho que a gente tinha um anjo ali junto, ajudando.

PAULO – O que eu destaco, que foi urgente, foi a reposição desses equipamentos de proteção individual entre o primeiro e o segundo turno. Pela primeira vez, acredito eu, nós tivemos uma eleição em que o intervalo entre os turnos foi de apenas duas semanas. Costumeiramente, dependendo da época, do dia em que cai o primeiro domingo de outubro, nós podemos ter entre três e quatro semanas, entre o primeiro domingo – que é sempre o primeiro turno – e o último domingo, que é o segundo turno. Dessa vez, nós tivemos duas semanas. E nós precisamos fazer a reposição de todos os EPIs para mesários desses Cartórios Eleitorais. Nós não tínhamos como realizar o envio, já da quantidade dos dois turnos, antes do primeiro. Porque era um volume bem acentuado, muitos cartórios estavam com dificuldades de local para armazenar. E segundo, que poderia representar até uma despesa desnecessária, caso a gente enviasse algo que era muito volumoso para um cartório que, eventualmente, não tivesse o segundo turno. A gente não podia ter uma despesa desnecessária, tanto para ir quanto para depois voltar esse material para a base, se não houvesse essa necessidade. Então nós optamos, deu tudo certo. Nós optamos por enviar para o segundo turno somente após o primeiro turno. Acredito que tenha sido a solução mais adequada, mas fez com que fosse urgente logo depois da eleição, logo depois do primeiro turno, o envio desses materiais. Porque, duas semanas, a gente tem que contemplar a parte do almoxarifado, que é

a separação e a expedição dos itens, depois o prazo da transportadora, mais alguns dias, e também a manipulação dos Cartórios Eleitorais na separação desses kits para os mesários. Então, juntando todas essas três atividades em duas semanas, de fato fica bem apertado e por isso é tido como urgente.

(Para a Votação Paralela) nós montamos as equipes do lado de dentro, com bastante afastamento e, eventualmente, o comparecimento de público seria do outro lado. Estávamos num aquário, literalmente, o que foi bem importante. Além disso, a preocupação com luvas, com álcool gel, máscara, shield, todas as questões de equipamentos de segurança.

Ana

ANA – Eu faço parte da Comissão da Paralela⁵⁷ desde 2012. Procedimentos como escolha de local, contratação de filmagem, preparação. A parte de preparação física e documental, não houve uma grande diferença, pra te falar bem a verdade. O trabalho foi muito parecido. A grande diferença era adaptar o local, para que possibilitasse aos servidores uma segurança de executar a tarefa. Por quê? Fazia seis meses de pandemia, então, naquele momento, a nossa maior preocupação foi isso, fazer num lugar que proporcionasse segurança. Porque nós precisamos, contamos muito com a equipe de apoio. Então, as pessoas se sentirem confortáveis para participar do trabalho era muito importante. Nesse ponto, a ajuda do doutor Gustavo Diefenthaler⁵⁸, que foi o nosso Juiz da Paralela, foi bastante importante, porque ele nos sugeriu fazer no Foro Central, o novo, o Foro novo de Porto Alegre, o que foi muito bom. Conseguimos uma sala, a sala de protocolo deles, que tem uma separação por vidro, do *hall* principal do Tribunal. Então, nós montamos as equipes do lado de dentro, com bastante afastamento e, eventualmente, o comparecimento de público seria do outro lado. Estávamos num aquário, literalmente, o que foi bem importante. Além disso, a preocupação com luvas, com álcool gel, máscara, shield, todas as questões de equipamentos de segurança. No final, alguns colegas

57 Comissão da Paralela – A Votação Paralela é uma forma de auditoria que visa comprovar para a sociedade que o sistema eletrônico de votação é seguro. Realizada no mesmo dia e horário das eleições, conta com a participação do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil e de representantes dos partidos políticos, além de ser aberta à imprensa e à sociedade civil.

58 Gustavo Alberto Gastal Diefenthaler – Desembargador Eleitoral efetivo da classe dos juizes de direito, entre 2019 e 2021. Foi presidente da Comissão de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas no pleito de 2020.

que participaram em anos anteriores não quiseram participar, por questões de saúde, mas se conseguiu manter acho que 90% da equipe dos outros anos, que já sabia fazer a atividade, o que facilita bastante o trabalho.

JOSEMAR – Agora, eu posso assegurar o seguinte – e aí vem a questão também do dia da eleição –, não só a insegurança que a gente tinha, de que tudo desse certo, porque o fator pandemia era o mais delicado, mas também tinha alguns fatores de desinformação, que não ajudavam em nada. Em vez de contribuir, só atrapalhavam.

SCHAUREN – O problema é exatamente igual se tu tá tratando de fraude na eleição ou se o problema a combater é a questão da pandemia. Basicamente, a máquina de distribuição, os agentes, os robôs, digamos assim, são os mesmos. O que diferencia é qual é o assunto do momento, qual é a bola da vez. Às vezes, uma questão de cortina de fumaça pra esconder outros problemas que a gente enfrenta. O importante, assim, a longo prazo, é investir na educação das pessoas. A gente percebe uma resistência muito grande nas pessoas de mais idade em aceitar essas coisas, de entender essa questão da desinformação. Os jovens, eles são muito mais ativos e, às vezes, é mais fácil tu ter uma pessoa mais jovem dentro da sua família tentando te explicar as coisas do que as instituições, que já estão passando por esse ataque, tentando te dizer. A longo prazo, é essa questão da educação: ensinar as pessoas a verificarem a fonte das mensagens e as notícias que elas recebem, desconfiar sempre da questão do viés de confirmação.

Havia uma preocupação muito grande, porque havia pessoas morrendo. As pessoas estavam morrendo, as UTIs dos hospitais estavam lotadas. Recordo que havia se aumentado o número de vagas, e montado hospitais de campanha. Enfim, o clima era adverso, o ambiente era adverso.

Des. Villarinho

DES. VILLARINHO – No dia da votação, tanto no primeiro quanto no segundo turno, havia aquela ansiedade de qual seria a abstenção. Havia uma preocupação muito grande, porque havia pessoas morrendo. As pessoas estavam

morrendo, as UTIs dos hospitais estavam lotadas. Recordo que havia se aumentado o número de vagas, e montado hospitais de campanha. Enfim, o clima era adverso, o ambiente era adverso. No dia da eleição, nós tínhamos preocupação até com chuva, com o clima. Porque, se chovesse, haveria a possibilidade natural de que a abstenção aumentasse, porque com a chuva tudo se torna mais difícil. Imagina filas e deslocamento etc. E os idosos, inclusive os que não têm mais a obrigatoriedade de votar, eram uma grande preocupação nossa. E os jovens? Recordo que durante o ano anterior, em 2019, quando nós fazíamos ainda a preparação das eleições, nós tínhamos diversas manifestações a favor de incentivar o voto do jovem, que vinha caindo. Então, sempre que tínhamos uma oportunidade concedida pela imprensa, nós íamos nos comunicar com a população, com o eleitor. De conscientizar da importância do voto. Isso, para mim, foi fundamental para esses baixos índices de abstenção, porque a abstenção foi pouco maior do que nas eleições anteriores.

ALINE – Mas, eu tive a surpresa... eu imaginava que a abstenção seria bem maior. E justamente por ser uma eleição municipal, existe aquele chamamento dos conhecidos, pra que todos comparecessem pra votar. E foi baixa a abstenção. Muitos eleitores foram, mas... foi em torno de, salvo engano, 27% de abstenção, algo como que normal, numa eleição normal. Uma abstenção normal. Ocorreu tudo normal, pra um dia de muitos cuidados. A gente soube de locais em que estavam dando banho de álcool gel nos eleitores que compareciam. Nós tínhamos uma equipe, com advogados, a OAB estava ajudando, o pessoal do Fórum. Normalmente, eu já coloco alguém do Judiciário pra nos ajudar, e eles tavam mais prestando informações em relação a esse cuidado, de higiene, distanciamento, do que outras questões.

TOEBE – Na verdade, as abstenções aumentaram um pouquinho, não aumentaram mais em função de serem eleições municipais, onde o candidato garimpa. Acho que um dos fatores que não aumentou muito mais a abstenção é essa, de que o candidato estava no *front*, ele estava buscando o voto a voto. Eleições aqui são eleições muito próximas, então poucos votos decidem, muitas vezes. Aí a briga é grande pelo voto, e acaba o eleitor se empolgando. Mas teve abstenções, a gente sabe. Muita gente ainda liga hoje, “ah, eu tenho que justificar. Não fiz nada”. Por bem, o TSE então decidiu e abonou todo mundo das faltas. Achei fantástico isso, né? Como é que tu ia provar que tu estava com sintomas? Quem realmente estava e quem não estava, como definir? Como não cobrar multa, como cobrar multa?

KELLY – Eu acho que tinha muita gente assustada. Muita gente faltou, teve uma abstenção bem grande. Teve bastante gente consciente, dizendo: “Olha, eu não vou, porque meu pai positivou, minha mãe positivou, o meu marido”, entendeu? Então eu achei que foi bem. Nesse ponto, eu acho que foi uma boa jogada, de mandar mais distante a eleição, não fazer em outubro. Eu acho que as pessoas já estavam mais acostumadas com a ideia, já estavam sabendo mais como reagir às situações, entendeu? Então, acho que nesse ponto foi bom. Eu até achei que ia estar mais confuso.

THOMAS – Houve, não tem como negar, uma apreensão muito grande, por muitas pessoas, em relação à eleição, ao deslocamento para votar, o risco de aglomeração. Isso gerou uma tensão muito grande e, acredito que até por conta disso, houve um número grande de abstenções e de justificativas. Tanto que o TSE acabou dispensando da cobrança de multas os eleitores que não votaram na eleição de 2020. Porque, realmente, se percebeu que isso gerou uma apreensão muito grande nas pessoas. Eu acho que vale a pena mencionar isso.

Nós tínhamos a Junta Eleitoral ⁵⁹, o pessoal acabava circulando aqui pelo cartório. Quando a gente se deu conta, fazendo o planejamento, nós íamos ter, em determinado momento, trinta pessoas dentro do Cartório Eleitoral.

Rafael

RAFAEL – Nós tínhamos a Junta Eleitoral, o pessoal acabava circulando aqui pelo cartório. Quando a gente se deu conta, fazendo o planejamento, nós íamos ter, em determinado momento, trinta pessoas dentro do Cartório Eleitoral. Então eu disse: “Bom, não vai dar, vamos ter que mudar a estratégia”. E aí digo: “Bom, então o material a gente recebe a maior parte dele no final da tarde, lá no Fórum”, que fica a trezentos metros do Cartório Eleitoral. Então vamos abrir o Fórum de manhã

⁵⁹ Junta Eleitoral – Este órgão colegiado provisório é constituído por dois ou quatro cidadãos e um juiz de direito, seu presidente, que nomeará quantos escrutinadores e auxiliares forem necessários para atender à boa marcha dos trabalhos. Os nomes das pessoas indicadas para compor as juntas são publicados em tempo hábil para que qualquer partido político possa, em petição fundamentada, impugnar as indicações. Compete à junta eleitoral, que deve ser nomeada pelo TRE, sessenta dias antes das eleições, apurar, no prazo de dez dias, as eleições realizadas nas Zonas Eleitorais sob a sua jurisdição, expedir os boletins de apuração e diplomar os eleitos para cargos municipais. Fonte: Glossário do TSE.

cedo, os membros da junta vão para lá, com o magistrado, são pelo menos cinco pessoas que vão circular menos, mais motorista que vai lá auxiliar, já divide um pouco, fica lá e já reduzimos aí seis, sete, oito pessoas que não vão se aglomerar no cartório. “Ah, vamos deixar funcionado o Meeting⁶⁰, o Zoom aqui, pra se comunicar, né?” Bom, mas no dia a internet está bloqueada, a gente não consegue acessar, tem que usar os celulares para esse contato. Foram demandas, foram situações novas que foram surgindo com relação a essa organização. A própria chegada das urnas eletrônicas, que chegam praticamente ao mesmo tempo. Daí tem mais o pessoal da empresa terceirizada que faz o recolhimento e vai colocar aqui. Foram atividades que se somaram às já tradicionais: tramitação de processos, demandas, liminares ou algumas coisas que também circulavam na atividade do cartório, que exigiam atividade cartorária para o cumprimento.

JULIANO – Nós tivemos um problema, que daí não foi só nosso, foi de todo mundo, que foi com relação ao resultado, que atrasou por uma questão do TSE, e não nossa. Mas como a gente tava no Fórum, com toda estrutura do Fórum, sala de audiências disponível, saguão disponível, nós estávamos com todos... os candidatos estavam lá, os representantes dos partidos. E isso, quero só colocar um parêntese, eu acho tão interessante isso que aconteceu, porque foi assim: a eleição acabou ali 17h, as urnas chegaram, as últimas – sempre tem uma urna mais longe da sede – chegaram ali 18h, 18h e pouco, mas ali, 18h, 19h, a gente já estava com todas as urnas fechadas, todas as seções encerradas, os boletins de urna divulgados, só aguardando o resultado. Aguardando, na verdade, a transmissão do resultado, porque a gente não podia transmitir. Tinha dado um problema no sistema, não se podia transmitir os resultados. A gente estava ali, com os pendrives esperando a hora de transmitir.

SCHAUREN – Ainda que a rede da Justiça Eleitoral, por si só, não tenha a capacidade de alterar o resultado, ele tá preservado lá nas urnas eletrônicas, que não são conectadas à internet, e materializado no boletim de urna, que tá impresso, sendo dados públicos, acessíveis a qualquer cidadão.

60 Meeting – O Google Meet funciona via internet, conectando diferentes pessoas em um espaço integrado e online.

TOEBE – E aí na apuração também, deu aquela trancada. Ali tu não tem a informação, e as pessoas querem saber. A minha sorte é que eu trabalho com a questão dos meus partidos, que concorrem, pra eles fazerem a apuração paralela deles. Eles já estavam festejando, estavam felizes da vida. Eles não estavam preocupados com o nosso resultado, ou seja, eles confiam em nós, e sabiam que estava certo e que ia ser assim. Então a gente desafogou um pouco. Tivemos que ficar esperando depois, para concluir, para imprimir os boletins. Esse é que foi um momento um pouco tenso e um pouco chato. Mas também sem culpa de ninguém. Era algo que não tinha como ser evitado em função do que aconteceu no TSE.

“É simples, contamos os boletins de urna, que nos mandaram. Os vereadores a gente não sabe, mas pra prefeito eu sei que nós ganhamos.” Ela nos disse o resultado da eleição, e esse resultado foi exatamente o que foi divulgado. Então, nisso se prova, se comprova a lisura do pleito.

Juliano

JULIANO – O resultado da eleição saiu quase 22h. Lembro que era umas 20h, eu cheguei a ir para uma das representantes de um candidato, uma advogada, e pedi desculpas: “Bah, olha, em nome da Justiça Eleitoral, eu peço desculpas pra vocês, por ter que esperar tanto tempo pelo resultado, porque realmente isso nunca aconteceu e a gente tá um pouco envergonhado.” Então, eu estava me desculpando pra ela, pelo atraso nessa divulgação. E ela disse pra mim: “Juliano, bem tranquilo, tu não precisa se preocupar, o nosso candidato ganhou a eleição. Ele fez 5.743 votos, o segundo lugar fez 3.400 e tanto, e nós ganhamos a eleição. Táí, não tá vendo o foguetório aí na cidade?”. Eu pensei, “pô, mas como vocês sabem disso?” “É simples, contamos os boletins de urna, que nos mandaram. Os vereadores a gente não sabe, mas pra prefeito eu sei que nós ganhamos.” Ela nos disse o resultado da eleição, e esse resultado foi exatamente o que foi divulgado. Então, nisso se prova, se comprova a lisura do pleito. Essa história de que vão desviar votos não existe. Deu aquele problema todo, mas esse problema foi uma razão para a gente colocar com mais força: “Olha, tá vendo, a eleição é limpa, você contou seus votos, e os votos que você contou aqui nos bastidores, é exatamente que está dando, o que vai dar daqui duas, três horas, no sistema do TSE, e vocês ganharam a eleição, parabéns”. Entendeu? Fizeram uma legítima auditoria própria. Então aquilo de pendurar os boletins, num

certo momento se achava que era uma bobagem. Não é, tá comprovado. Realmente, foi sensacional isso, até esse problema que deu acabou vindo a calhar, pra que se reforçasse mais uma vez a lisura do pleito.

TOEBE – É o BU⁶¹ na mão, né? Eu entreguei um pra cada concorrente, e aí eles já botam o fiscal deles, com celularzinho, manda o QR Code⁶². Eles sabem, em questão de pouco tempo, em 15, 20 minutos depois, eles já sabem quem ganhou. E isso faz parte também de desmistificar um pouco as *fake news*, de que pode ser alterado depois o resultado. Então, eles têm, e bate, dá certo o resultado. Eles acabam participando dessas provas de que, realmente, funciona o nosso sistema.

JOSEMAR – Como também a questão da totalização, que, graças a Deus, nós conseguimos resolver de forma a dar tranquilidade. Foi um dos exemplos que se deram, de que aqueles que tinham dúvida em totalização podiam totalizar os BUs manualmente e tinham o resultado com a maior tranquilidade, e dava o mesmo resultado que a gente também dava.

Então, essa preocupação primeira que se teve, de salvaguardar a integridade dos mesários, dos eleitores, de todos, foi fundamental, e teve êxito. Felizmente, graças a Deus, tivemos uma eleição que transcorreu, pode-se dizer, na absoluta normalidade.

Des. Villarinho

ALEXANDER – A gente visitou as seções eleitorais, estavam limpando, fazendo toda a higienização. Acho que isso deu uma segurança, sabe, foi muito bom. A gente gastou, gastou as mãos de tanto passar álcool gel, e os mesários estavam bem imbuídos disto. Não houve um crescimento significativo de casos de Covid na cidade, depois das eleições. Então, acredito que foi pela utilização correta, do isolamento social, os distanciamentos nas seções e a utilização do álcool gel.

61 BU – Boletim de Urna. Após o voto do último eleitor, a urna eletrônica encerra o modo de votação e, em seguida, imprime pelo menos cinco vias do Boletim de Urna, cada uma contendo um QR Code, mostrando quantos votos cada candidato recebeu naquela seção eleitoral, naquela urna eletrônica, naquele dia de votação.

62 QR Code – código quadrado em preto e branco no fim da tira de papel que pode ser lido com a câmera do celular. Depois de ler esse código, o eleitor pode acessar o aplicativo Boletim na Mão, que confirma que aquele documento é autêntico e que foi emitido por uma urna eletrônica verdadeira.

ALINE – O dia da eleição foi um dia muito esperado... pra que passasse logo. Apesar de todo o cuidado antes da eleição, isso é bom falar, na carreata, nos festejos finais, a gente soube que o prefeito acabou contraindo Covid, e vários candidatos. Mas, ali, a nossa missão já tinha sido cumprida.

JOSEMAR – Mas, no dia da eleição, especificamente, eu posso dizer que no final do dia foi com um profundo alívio, eu digo, um profundo alívio que nós terminamos o dia, e até bastante estimulados para um segundo – porque a gente já sabe, tem o segundo *round* e a eleição não tinha terminado. Mas se sabia que, pelo menos, tínhamos uma experiência exitosa nessa eleição, que foi a mais difícil, a mais complexa, e até mesmo inovadora, pois ninguém tinha feito algo parecido.

DES. VILLARINHO – Então, essa preocupação primeira que se teve, de salvaguardar a integridade dos mesários, dos eleitores, de todos, foi fundamental, e teve êxito. Felizmente, graças a Deus, tivemos uma eleição que transcorreu, pode-se dizer, na absoluta normalidade.

CAPÍTULO 6

No final, as eleições da pandemia deram certo

Tanto que a gente faz uma diplomação dos eleitos Drive-Thru. A gente não fez online, como algumas pessoas fizeram. Fechei todas as ruas em volta do cartório, (...) A rádio da cidade transmitiu do cartório, e a gente ficou com a juíza na rua, e os carros que passavam, com os candidatos, que recebiam o diploma da mão da juíza.

Kelly

KELLY – Eu tive ideias boas. Eu trabalhei demais, mas eu tive ideias boas. Então, consegui ter uma proximidade ainda maior com a juíza, que recém tinha chegado no cartório. Ela chegou durante a pandemia. Assumi a Zona Eleitoral de Igrejinha em maio. Então a gente conseguiu se aproximar durante essa loucura toda. Foi muito legal. Vi que ela é muito participativa, tanto que a gente faz uma diplomação dos eleitos *Drive-Thru*. A gente não fez online, como algumas pessoas fizeram. Fechei todas as ruas em volta do cartório, tava todo mundo louco comigo em volta do cartório, porque ficou a tarde inteira fechado. E daí fizemos uma

transmissão via rádio, da cerimônia. A rádio da cidade transmitiu do cartório, e a gente ficou com a juíza na rua, e os carros que passavam, com os candidatos, que recebiam o diploma da mão da juíza. E daí teve situações peculiares. Teve um candidato que é gaúcho, gaudério, que queria ganhar diploma a cavalo (risos). A gente não deixou, né, porque daí cadê o distanciamento? Com o cavalo não ia dar muito certo, não ia dar.

ALEXANDER – Quanto à diplomação, a gente fez ela virtual. A gente fez ela virtual porque eu tinha na época o Meeting, o Meeting pago, que era meu, que eu utilizava para minhas aulas e tal, e eu utilizei ele, não tinha limite, tinha gravação. Mande os diplomas assinados digitais pelo juiz, impressão a cargo deles, e fizemos no Meeting, para ter a formalização. Não houve presencial. Até porque os dois locais que eu poderia usar são pequenos, e o momento não permitia proximidade das pessoas.

KELLY – O cartório é numa rua sem saída, tá. Então tu entra e sai pela mesma rua. O que aconteceu? Eu falei com a prefeitura pra fazer isso. Eu falei com a juíza, a juíza topou. Bom, vou falar com a prefeitura. Conversei, fiz uma ligação de vídeo, inclusive, até com o prefeito. Expliquei aquilo que eu achava que tinha que ser. Temos uma praça na rua, na frente, na rua do cartório, se atravessar a rua que cruza, tem uma praça. E ali a gente fechou toda aquela rua. Os carros dos candidatos chegavam e definimos quais seriam os locais que os carros teriam que estacionar naquela praça. Então fechou de manhã já, para nenhum carro estacionar, para se poder ter espaço para a manobra, né? Conseguimos fazer uma ordem assim, de como ia recebendo. Em vez de fila de pessoas, fila de carros. Aí a gente chamava, ele passava ali na frente, pegava – tinha mesa, tinha púlpito, tinha bandeira, tudo ali na frente do cartório. Ainda bem que não choveu, senão eu tava ralada. E daí o pessoal passava, a juíza entregava, eles passavam. Na frente do cartório tem a OAB e o Ministério Público. Eles iam até o estacionamento do Ministério Público, faziam o retorno e iam embora. E os outros vinham vindo. Foi bem interessante. E eles ficavam sabendo, que eram eles os chamados, pela rádio, porque a rádio da cidade estava passando no mesmo momento que a gente estava ali dizendo.

JULIANO – E depois, a parte da diplomação. O Tribunal colocou que as Zonas Eleitorais teriam a competência necessária para decidir se teria diplomações



Diplomação em Porto Alegre - Eleições 2020

presenciais ou virtuais. A nossa juíza eleitoral decidiu que nós convocaríamos apenas os eleitos, não os suplentes; e seria só entregue o diploma e feito uma fotografia. Todos com máscara, todos com álcool gel, ali. Não havia vacina ainda nessa época. Então, recebemos ali no prédio do Fórum, passava um por um, e muito rapidamente. Era parabéns, o diploma e a foto, e tchau. Ela só reuniu, no início, os candidatos de um município, e no outro dia foi de outro. Então ela só disse: “Olha, infelizmente, vai ter de ser assim, a gente não gostaria que fosse. Gostaria de fazer uma solenidade, uma cerimônia, como sempre foi, mas dessa vez vai ter que ser assim”. E eles entenderam muito bem.

TOEBE – Aí chegamos a um acordo. Tanto eu como a magistrada, a promotora participou também. A gente não fez presencial, só fez em cartório, não chamou ninguém. A gente fez só um ato e publicou para todos. E os diplomas, então, saíram pelo sistema. E a maioria compreendeu, tanto prefeito como vereadores, eles entenderam que era realmente a melhor maneira. A a juíza mandou... ela produziu um texto explicando bem os motivos, e todos então... com exceção de um prefeito, ele queria a foto, ele queria fazer a fotinho da diplomação. Mas, enfim, era um só aí, mas tranquilo. Me pareceu uma coisa totalmente atípica também, que no meu

caso, que sempre é uma festa, uma festa cívica, que a gente chamava pessoas, enfim. Foi meio restrito, mas eu acho que era necessário, me pareceu que foi a melhor atitude. E nesse ponto, a minha magistrada é fantástica, uma pessoa abertíssima. Ela trabalhou um tempo, se eu não me engano, uns 8 anos, na Defensoria Pública, então ela tem um pouquinho o feeling de lidar com pessoas. Promotora já é de mais tempo, ela já é eleitoral faz tempo também. Então a gente conseguiu construir, sempre de comum acordo as coisas. Nunca foi imposto nada, nada goela abaixo, sempre bem construído esse acordo.

RAFAEL – A diplomação também, a gente fazia sempre uma atividade. Costumava reunir todos os municípios, com todos os eleitos, pelo menos. E se fazia também com relação às primeiras suplências. Era uma entrega única, num evento programado já, na Casa da Cultura, e aí também inviabilizado pelos protocolos, que não poderia fazer. Então se fez também um evento virtual, que tivemos os convidados, os partidos também, toda uma formalização nesse sentido. Eu participei aqui do próprio cartório, o juiz estava no Fórum, se não estou enganado, estava, enfim, em outro local. O promotor em outro local. Os partidos aí também, muitos dos candidatos nas suas casas. Alguns ainda reuniram, nos outros municípios, que tinham dificuldade de acesso à internet, ou o sinal era ruim, ou a pessoa não tinha os recursos suficientes na sua casa, ou tinha receio de precisar ter algum conhecimento técnico. Aí eles se reuniram em Câmara de Vereadores e tal, a gente procurou orientá-los em relação a essa questão do distanciamento. Se via que eles utilizavam máscaras, para fazer uma cerimônia virtual, uma cerimônia utilizando as plataformas, os meios digitais. Porque é um momento importante. Além de ser uma data fundamental, uma data que encerra o período eleitoral, tem toda uma importância jurídica, mas também é algo que é marcante para o próprio candidato, que participou por todo aquele processo, que também teve uma série de desafios e que, ao final, a própria diplomação tem uma representação muito relevante, tem muito significado. Ele recebeu o diploma do juiz eleitoral, está envolvido numa cerimônia que é organizada pela Justiça Eleitoral. E isso, se nós não fizéssemos, parece sim que o sentimento de frustração teria sido muito grande. Não sei se contentamos todos, mas, pelo menos, se teve um cuidado com isso, que foi percebido também pelos partidos. As orientações em relação à impressão de diplomas, tudo isso foi tratado, mas também se procurou fazer uma adaptação e, ao final, houve uma decisão em não se fazer um evento presencial e sim um evento utilizando uma reunião por meio do Meeting.

ALINE – Nós sempre celebramos a diplomação na Câmara de Vereadores, com convites. E nessa ocasião – atendendo às recomendações da época, dos protocolos, que eram de acordo com bandeiras, na época, a bandeira era vermelha – o juiz entendeu por não realizar a diplomação presencial. Ele formulou um ofício, fazendo um agradecimento a todos os nossos colaboradores, à atuação do Ministério Público, da OAB, das polícias, dos mesários e escrutinadores, algo que foi publicado depois na imprensa, e dando uma parabenização aos candidatos eleitos. Disse que, por recomendação dos protocolos, não seria realizado encontro presencial, e colocando as informações sobre o oferecimento dos diplomas, como os candidatos obteriam os diplomas direto no site, e ali poderiam imprimir, se quisessem, no tamanho que quisessem, colorido ou não. Então, como que dizendo assim, “está disponível.” A gente aproveitou esse comunicado e colocou ali um lembrete do regramento, que era necessário apresentar prestação de contas. Se fez um lembrete do que precisava ser feito pra obter o diploma e informou que, respeitando as condições, não realizaria a diplomação presencial. Se fez um discurso sobre os cuidados na Administração Pública, sobre essa incumbência que agora os candidatos receberiam, agora eleitos. Foi diferente, foi diferente. É um momento grato pra gente, entregar esse diploma, e não aconteceu.

Eu até não me tranquilizei, porque dizia assim: “Bom, a eleição parece que terminou com a diplomação”. Não, ainda tivemos prestação de contas, que foi até fevereiro.

Josemar

JOSEMAR – Eu até não me tranquilizei, porque dizia assim: “Bom, a eleição parece que terminou com a diplomação”. Não, ainda tivemos prestação de contas, que foi até fevereiro. Então foi uma eleição maior, com maior extensão do que as anteriores. Teve prorrogação, como eu digo, e foi uma prorrogação que foi até fevereiro. Foi uma eleição longa. Foi uma eleição difícil, uma pandemia que não terminava e as vacinas recém estavam sendo noticiadas, no ano de 2021. A gente sabia que, na melhor das hipóteses, somente na eleição de 2022 teríamos maior garantia de vacinação integral para todos os cidadãos brasileiros.

CRISTIANO – Para a qualidade da prestação de conta temos o seguinte: relatório, relatório, relatório. Então a gente tem duas grandes atividades: uma, fazer relatório, analisar contas; e outra, suporte aos Cartórios Eleitorais. Como

é que a gente consegue ter um contato com os Cartórios Eleitorais? Como é que a gente consegue manter uma qualidade no atendimento? Isso foi uma preocupação grande também. Então, lá no início, reunião com os cartórios, o telefone disponibilizado. O pessoal da Secretaria de Administração possibilitou instalar o aplicativo da Avaya, que faz com que o ramal toque no teu celular. Em outros servidores a gente conseguiu fazer o Siga-me, a pessoa liga para o ramal e aí esse ramal é direcionado para o celular da pessoa. A gente estabeleceu que os servidores, todo dia, ao meio dia, ligariam o Siga-me, e no final da tarde desligariam. Só que não se fez para todos os servidores. Então, a gente estabeleceu: chefes de seção teriam permanentemente os ramais ligados, e pelo menos mais um servidor também ficaria. A cada seção, nós tínhamos um servidor, mais o chefe, com o ramal ligado, para a questão do atendimento. Permaneceu o atendimento por SIMBA. E, depois, tem uma coisinha que a gente inventou lá, que foi a sala da COAP⁶³, para o atendimento pelo Zoom também.

RODRIGO – Nós não tínhamos ainda ideia de como seria a demanda do sistema, com uma utilização maciça. Até que chegou o momento da entrega de prestações de contas anuais. E aí a gente já sentiu um reflexo, porque essa entrega de prestação de contas foi em junho de 2020. Nós já estávamos dentro da pandemia a mil, pelo mundo inteiro. Nós já estávamos também no teletrabalho, quando teve essa entrega das prestações de contas anuais pelos partidos políticos. E também, em função da pandemia e da quantidade de funcionalidades que precisavam ser implementadas no PJE para a eleição, acabou que uma ideia inicial do TSE, que era justamente automatizar toda essa autuação de processos de prestações de contas anuais – que elas são feitas num sistema, que é o SPCA, Sistema de Prestação de Contas Anuais, que os partidos usam. A ideia inicial do TSE era que os partidos preenchessem apenas o sistema SPCA, e ali, a partir de um certo momento, a autuação do processo judicial no PJE seria automática. Só, o que aconteceu? Veio toda a questão da pandemia, veio a quantidade enorme de demandas que o TSE teve que resolver para implementar, para conseguirmos ter um PJE com mínimo das funcionalidades, e aconteceu que o TSE teve que adiar essa automatização da autuação das prestações de contas em junho. Então, o que aconteceu? Não tendo a autuação dos processos de forma automática, os advogados tiveram que autuar diretamente os processos no PJE.

63 COAP – Coordenadoria de Auditoria de Contas Partidárias e Eleitorais.

CRISTIANO – Então, em 2018, por exemplo, eles utilizavam o sistema SPCE, que é Sistema de Prestação de Contas Eleitoral, transmitiam os dados pro TSE, e traziam um *pendrive* para o pessoal fazer a recepção no protocolo. Em 2020, o que mudou? Bom, eles não tinham como chegar no protocolo pra entregar essa mídia, esse *pendrive*. Então o TSE colocou uma resolução postergando o prazo pra entrega das mídias, focando, principalmente, nos eleitos, e, nos não eleitos, postergando o prazo para entrega das mídias. Alguns cartórios conseguiram receber isso por e-mail, fazer a transmissão para o TSE, e aí eles entregavam o comprovante pro partido ou pro candidato. Outros se organizaram diferente, “olha, eu vou abrir o cartório lá tal dia. Vou manter o distanciamento, tu me entrega a mídia, ou tu bota no envelope, bota numa caixinha e eu recebo a mídia, e depois eu vou lá e higienizo”. Isso pra tentar operacionalizar a questão dos eleitos, principalmente, que era o foco ali, no final do prazo para entrega, para recepção. Então, aquela concentração, que a princípio seriam 34 mil candidatos, que ocorreria lá em novembro de 2020, ela foi, inicialmente, dos candidatos eleitos, e o restante foi durante os próximos meses. Então não teve uma concentração, que seria o grande risco com a questão da pandemia, e o foco nos eleitos.

DES. VILLARINHO – Vocês sabem muito bem a complexidade de uma eleição. Tem gente que pensa assim: “Ah, a eleição, no dia o pessoal se reúne lá, bota as urnas, vota e depois soma as urnas, faz a soma e depois manda pro TSE e tá feito, encerrou a eleição”. Se fosse tão fácil, né? A eleição, na verdade, começa um ano antes. Então, com toda essa expectativa, o dia da eleição é apenas o dia em que as coisas vão acontecer, as coisas irão se consumir. Mas, impressionantemente, tudo transcorreu numa normalidade incrível. Claro que houve algum incidente aqui ou ali, um eleitor que pode ter sido preso em flagrante porque foi fazer propaganda eleitoral de uma forma que a lei veda, ou não podia, na boca de urna. Isso todas as eleições têm, todas as eleições. Não tivemos, não recorde de nenhum incidente grave, de ter que recolher urna, de ter que suspender. Não! Então as eleições, mercê do trabalho do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, aqui no nosso estado, se desenvolveram na mais absoluta normalidade, em que pese a dificuldade que estávamos passando.

DES. ARMÍNIO – Eu comparo a atividade da Justiça Eleitoral com as sístoles e diástoles do coração. Há um momento de recolher, e depois de expansão. Então, nos nossos momentos de expansão, são os anos eleitorais; já os anos anteriores são

os momentos de regressão, entre aspas, não é? Onde a Justiça Eleitoral não frequenta tanto a mídia, até porque não tem motivos para tal. Mas são anos de preparação para o ano seguinte, para o ano eleitoral. E quanto melhor for a preparação, melhor depois o ano eleitoral. Há todo um organograma que se tem de trilhar, há toda uma série de situações que se têm que prever, que possam ocorrer. E o Tribunal tem dado exemplo de capacidade e de eficiência em termos de preparação para o ano eleitoral.

E a parte do CRECE nessa avaliação seria ajudar nas perguntas a serem feitas para os cartórios, o que seria avaliado, o que não seria, o que teria que ser feito. A gente também fez muitas reuniões, um total de 22 reuniões de núcleo. Dessas reuniões de núcleo saiu um relatório descritivo de tudo que foi de bom e de ruim da avaliação da eleição. Teve elogios, teve reclamação.

Kelly

KELLY – Depois da eleição, a avaliação da eleição. A avaliação da eleição foi planejada pela ASPLAN⁶⁴, do Tribunal. A Adriana Spilki se jogou de cabeça nessa eleição. Ela está de parabéns pelo trabalho dela. E a parte do CRECE⁶⁵ nessa avaliação seria ajudar nas perguntas a serem feitas para os cartórios, o que seria avaliado, o que não seria, o que teria que ser feito. A gente também fez muitas reuniões, um total de 22 reuniões de núcleo. Dessas reuniões de núcleo saiu um relatório descritivo de tudo que foi de bom e de ruim da avaliação da eleição. Teve elogios, teve reclamação. Eu acho que foi bem legal, assim, a questão da avaliação da eleição ter sido nesse formato que foi. E a avaliação começou a ser passada em 2019, antes da pandemia. Então, por isso que eu acho que o contato entre as Zonas Eleitorais melhorou. Se não tivesse a pandemia, possivelmente a gente não teria tido essas reuniões online em todos os núcleos, entende? Daí a reunião presencial nos núcleos já ia ser um pouquinho mais dificultada, até porque um servidor ia ter que ficar no cartório. Assim, todos os servidores do cartório que quiseram participar, puderam participar porque foi online. Achei isso bem forte, assim, do acréscimo, de ter esse relatório final de avaliação. E depois, eu e mais uns três colegas da coordenação, participamos da avaliação, das reuniões com as Secretarias. Daí a gente colocou o nosso ponto de vista.

64 ASPLAN – Assessoria de Planejamento Estratégico.

65 CRECE – Conselho de Representantes dos Cartórios Eleitorais

ANA – Tudo era feito por telefone e WhatsApp, telefone pessoal, WhatsApp pessoal. E isso criou uma grande dificuldade, porque deixou de existir o horário de expediente. Nós passamos a receber mensagens das 7 da manhã às 11 da noite, de cartórios, de eleitores. Foi bastante caótico. Porque, uma vez que os nossos celulares foram disponibilizados, eles nunca mais deixaram de ser utilizados. Isso até criou uma cumplicidade muito grande com o pessoal dos cartórios, e uma tranquilidade deles nos ligarem. Antes ficavam constrangidos, mas hoje em dia tem essa troca, de companheirismo. E a gente não quer deixar ninguém na mão, então o nosso horário de expediente, com certeza, está bem alargado desde o início da pandemia.

KELLY – Eu comecei a perceber também a proximidade que se teve, principalmente, no CRECE, da facilidade de fazer as reuniões *online*. No CRECE, a gente começou a fazer reuniões *online* logo que eu entrei, em 2019. São 22 núcleos, todo mundo com o Zoom, que era o padrão do Tribunal. E daí a coisa começou a andar, começou a ter mais proximidade, por conta dessas reuniões. E daí começaram a acontecer mais ligações de vídeo entre os colegas, o que facilita bastante esse trabalho. Como se está muito longe um do outro, essa possibilidade de visualizar e de compartilhar tela, ficou muito mais fácil de trabalhar. Eu acho que isso é algo que veio para ficar, até porque fortalece as Zonas Eleitorais, a gente se conversar e coisa e tal, fortalece o vínculo.

TOEBE – Me parece que esse afeto virtual, não sei se dá para chamar assim, mas se criou um afeto virtual, uma necessidade de ter com quem desabafar. Então, muitas vezes, naquele grupo ali, se escreve coisas que muitas vezes não falaria ou não diria. A gente vai ali e chuta e tá, pronto, parece que desabafa, né? E o colega do outro lado muitas vezes te responde, ou te aplaude, ou te agride. Mas tudo faz parte. Então, me parece que se criou uma família, um troço bem interessante mesmo. E ainda nós temos o grupo do CRECE, que a gente também tem uma espécie de âncora. Ali se troca muita, muita ideia, muita ajuda e a gente também leva para os colegas do núcleo. Acaba sendo um link bem interessante. Mas eu vejo que houve, parece, que uma aproximação, mesmo que virtual, parece que se procura abraçar mais virtualmente. Então, é uma forma de suprir. Sempre tem uma mão amiga ali, é bem interessante. E colegas que ajudam sem interesse algum de se autopromover, enfim. A informação cai ali como se fossem todos irmãos. E isso é interessante. É uma família. Então, família também briga, então, por aí, né?

SCHAUREN – É engraçado isso, quando começa a pandemia lá atrás, a gente tem uma sensação de que não vai dar certo. Lá atrás, tu fica pensando, como é que vai ser na eleição? Como é que vai ser? E aí as perspectivas, elas não são boas. Mas, historicamente, uma coisa que eu aprendi dentro do Tribunal é que, no final, sempre vai dar certo. A gente faz dar certo. De alguma forma existe essa questão das pessoas vestirem a camiseta e fazerem as coisas funcionar. Então, por mais que isso traga uma preocupação, não sei como é que nós vamos sobreviver nessa eleição com pandemia, porque como é que tu vai fazer uma eleição remotamente? Precisa de trabalho presencial, sei lá. Acabou dando certo, meio que foi uma conjunção de fatores que facilitaram a vida pra gente, mas era uma situação bem preocupante. E aí, claro, no final, quando chegou a eleição, não tem como fazer uma eleição remota. Em algum momento tu tem que se apresentar presencialmente. E, graças a Deus, deu tudo certo e a eleição transcorreu relativamente tranquila.

SILVIA – Eu acho que, se me perguntassem, no fim de 2020, eu ia dar uma resposta bem mais pessimista. Eu acho que só se tira algo de positivo porque se teve que lutar e não teve outra alternativa. A gente teve que ser resiliente. Contamos com uma equipe, aqui, muito bacana. Acho que todo mundo teve que lidar com seus medos individuais, suas ansiedades. Cada um tinha uma história de vida, tinha alguma realidade em casa também para lidar, né? Cada um com alguém que estava em maior risco, alguém que teve alguma doença também. Todos tinham que deixar isso, trancar lá na sua casa, e vir e trabalhar. Quer dizer, eram tantas as dificuldades em 2020 que, realmente, eu acho que foi um ano muito pesado. Eu acho que ele terminou de um jeito muito pesado. Acho que se conseguiu, todo mundo conseguiu concluir o seu trabalho, mas não acho que tenha sido um ano gratificante nesse sentido. Acho que a gente fez coisas boas no meio de um ano muito ruim. Acho que a conclusão é essa, de 2020. O que fica de saldo positivo para 2021 é que se conseguiu. A gente conseguiu estipular um canal de comunicação melhor com os servidores, fortalecer alguns serviços dentro do Tribunal. Conseguimos evoluir muito, como SEATS, como equipe da SEATS, como equipe da SGP. Acho que, realmente, nesse sentido, teve vários frutos muito bons. Mas isso tudo porque a gente teve que se virar e teve que ser assim mesmo. Eu ainda não consigo ter toda essa visão tão positiva. Até porque a gente acompanhou muito de perto outras histórias que não fazem, necessariamente, parte do Tribunal. Acompanhou muitas histórias, de muitas perdas. Então, realmente, é bastante difícil achar que tudo terminou bem quando não terminou tão bem assim.

DES. ARMÍNIO – Eu sempre digo, a quem pretende vir pro TRE, digo “a máquina funciona por si, é não interferir muito ou de uma forma excessiva, que só vai prejudicar”. É um quadro de funcionários exemplar do TRE, a condição de alguns. Eu tenho dito para os colegas que pretendem vir para o TRE, são os melhores do Brasil, sem gauchada nisso aí. Pra mim foi um momento muito enriquecedor da minha vida poder integrar a administração do TRE. Mas é um Tribunal, com seu corpo de funcionários, que olha, é orgulho para o Brasil.

Também não podemos deixar de referir, agora, o trabalho elogiável dos juízes eleitorais nas 164 Zonas Eleitorais do estado; os juízes eleitorais, o Ministério Público Eleitoral, todos os servidores, em cada cartório, em cada Zona Eleitoral; os mesários, que eu falei aqui; a segurança pública, que nos dá aquele apoio, muito fundamental, importante, imprescindível para a realização das audiências; os técnicos, enfim, todos, todos que participam, de uma forma ou de outra, da eleição.

Des. Villarinho

DES. VILLARINHO – E isso são os servidores da Justiça Eleitoral gaúcha – como acredito que na maioria, em todos os estados, mas estou falando da nossa. O Tribunal Regional Eleitoral, então, com competência, dignidade e alto espírito de consciência pública, realizou essas eleições. A Administração, o trabalho da Administração é apenas dar seguimento a isso. Também não podemos deixar de referir, agora, o trabalho elogiável dos juízes eleitorais nas 164 Zonas Eleitorais do estado; os juízes eleitorais, o Ministério Público Eleitoral, todos os servidores, em cada cartório, em cada Zona Eleitoral; os mesários, que eu falei aqui; a Segurança Pública, que nos dá aquele apoio, muito fundamental, importante, imprescindível para a realização das audiências; os técnicos, enfim, todos, todos que participam, de uma forma ou de outra, da eleição. Todos estão de parabéns. Os gaúchos devem e têm pelo que se orgulhar da sua Justiça Eleitoral. Então, eu sou muito grato a Deus e também aos meus colegas do Órgão Especial⁶⁶, que me colocaram, ainda em 2019, numa votação em que tantos desembargadores que poderiam estar aqui, me

⁶⁶ Órgão Especial – Órgão jurisdicional do TJ-RS que, entre outras atribuições, é responsável pela escolha de Membros do Pleno do TRE-RS.

confiaram essa missão. Realmente, é uma passagem da vida que eu vou levar comigo para sempre. Muito obrigado.

JOSEMAR – Eu diria que a Justiça Eleitoral saiu, como instituição, muito melhor do que entrou. E por que eu digo muito melhor do que entrou? Porque, na prática, a gente vê que muitas dificuldades que pareciam existir antes da pandemia, por uma, vamos dizer assim, injunção, elas deixaram de existir ou foram enfrentadas como deveriam. Então, eu não tenho dúvida, que houve grandes avanços, e essa prova dos grandes avanços é que permaneceram muitas inovações que foram implementadas antes e na própria pandemia.

Eu diria que a Justiça Eleitoral saiu, como instituição, muito melhor do que entrou. E por que eu digo muito melhor do que entrou? Porque, na prática, a gente vê que muitas dificuldades que pareciam existir antes da pandemia, por uma, vamos dizer assim, injunção, elas deixaram de existir ou foram enfrentadas como deveriam.

Josemar

SCHAUREN – A pandemia, na verdade, foi um divisor de águas do nosso trabalho. Ela desmistificou essa questão de que não era possível ser produtivo em teletrabalho ou no trabalho remoto. Existia um receio muito grande do Tribunal introduzir essa questão do teletrabalho. E o que a gente viu é que o Tribunal seguiu funcionando normalmente. Acho que essa questão das pessoas estarem trabalhando de casa, não ter o problema do deslocamento pro trabalho. Enfim, pra muitas pessoas foi mais fácil de produzir. Fora que a disponibilização de mais serviços na internet, de viabilização do teletrabalho pra imensa maioria de servidores, isso foi o impacto mais significativo, aquilo que mais se nota. Claro que com seus prós e os contras.

KELLY – Pra relações de trabalho, eu acho que o que ficou dessa eleição... Que eu não trabalhei em casa, até setembro eu fiquei em casa, setembro tive que ir ao cartório, eu estava sozinha, fazendo a eleição. O colega teve que se afastar, por motivo de doença na família, e a minha colega requisitada, a única que eu tenho, era novata. Se eu não voltasse para o cartório, eu corria o risco de não fazer a eleição. Toda essa pressão que a gente viveu juntas fez a gente se aproximar muito. Facilitou,

essa nossa presença no cartório, facilitou a comunicação, coisa que a gente não estava tendo no tempo que a gente estava trabalhando em casa. E isso então aproximou e a gente conseguiu passar por momentos mais estressantes da eleição, de uma forma mais tranquila e serena por causa disso.

SCHAUREN – O maior contra, em si, eu acho que está relacionado à questão da comunicação. Pra nós que trabalhamos com suporte, a gente percebe como a comunicação fluía melhor quando era presencial. Ouvia alguém no telefone falando, atendendo o usuário sobre algum problema, e alguém pescava aquilo no ar e dava uma dica de como é que podia resolver aquilo. Agora, essa pessoa que está atendendo o usuário, ela precisa necessariamente pesquisar numa base de conhecimento, sobre aquele problema, ou perguntar num grupo de WhatsApp, alguma coisa assim, sobre como é que tu resolve esse problema. Então, nesse sentido, a informação fica mais restrita, fica truncada, engessada.

KELLY – Para os cartórios, eu acho que a gente teve uma vantagem de conseguir essa coisa de virar comum essa ligação de vídeo, essa reunião *online*, ela possibilitou ligar pra um colega, por vídeo e ficar dizendo “tá, como é que faz?”, sabe, tu tá na frente do computador, ele tá na frente do computador dele, e a gente começa a se ajudar. Eu não consigo ver isso como desvantagem, vejo como vantagem. Ao mesmo tempo que só deixar na reunião *online*, só ficar falando o assunto sério, sem ter aquele momento de descontração. Aquele momento que tu pode sentar e ficar falando besteira, pro cafezinho, também faz falta, inclusive pra criatividade. Eu percebo isso direitinho agora, que eu voltei para o cartório. Então, agora, com meus colegas, é mais fácil de conversar. A gente discute, a gente tem ideia, porque está conversando coisas não necessariamente de trabalho, e conversas que não teria se fosse *online*. Não teria se fosse no trabalho remoto, não teria no teletrabalho, entende. Então eu vejo que a nossa qualidade no trabalho melhora quando tá no presencial, pelo menos no que depender de mim, no que depender dos meus colegas, que também não gostaram do trabalho remoto, não pretendem aderir ao teletrabalho.

A gente sempre faz uma comparação, quando dá treinamento pros cartórios sobre atendimento: cada eleitor, quando chega na frente do balcão da Justiça Eleitoral, quer ser único. Como quando tu vai ao médico.

Ana

ANA – Para os cartórios, durante o período de cartórios fechados, com certeza a maior reclamação foi... do próprio cartório estar fechado. Por mais que sempre se divulgue o atendimento virtual, as pessoas têm uma necessidade de atenção especial e presencial. A gente sempre faz uma comparação, quando dá treinamento pros cartórios sobre atendimento: cada eleitor, quando chega na frente do balcão da Justiça Eleitoral, quer ser único. Como quando tu vai ao médico. Não interessa se naquele dia o médico, ou o servidor da Justiça Eleitoral, atendeu 30, escutou desaforo, brigou em casa, não interessa, tá com dor de cabeça. Nada disso interessa. O eleitor quer ter um momento único. E esse momento único não existe virtualmente. Ele não conversa com a máquina. Então, e por muitos anos, a Justiça Eleitoral sempre disse “compareça, compareça, compareça”. Agora, alterar o pensamento na cabeça do eleitor e desvincular essa parte presencial à qualidade do serviço prestado pela Justiça Eleitoral, vai demandar um certo tempo. Não vai ser nesse um ano e meio de pandemia que a gente vai conseguir alcançar esse objetivo.

E sempre tem essa colaboração de todos a respeito disso, porque isso aí pode acontecer com todo mundo. De ter um sinal que daqui a pouco falha, daqui a pouco tem um cachorro latindo, daqui a pouco tem uma obra, uma britadeira, um negócio. São coisas que a gente não tem como prever.

Eduardo

EDUARDO – O teletrabalho foi muito tranquilo, mesmo sendo uma novidade pra todo mundo. Hoje até já está na rotina dos magistrados essa questão, de abrir o Zoom e tá ali. Mas, no início, existiam algumas dificuldades. Essa providência, de abrir, de iniciar a sessão com antecedência, eu acho que foi muito salutar, e deu muito certo. Porque o juiz que tava com um problema de acesso dava tempo de resolver, ou mudava de local na casa. Tem magistrado que tá no escritório, entra, tá no escritório, aí tá meio ruim a internet, “não, dá um tempinho aí que em 15 minutos, 20 minutos eu estou em casa,” sai de lá, vai para casa, faz a sessão de outro lugar. E sempre tem essa colaboração de todos a respeito disso, porque isso aí pode acontecer com todo mundo, de ter um sinal que daqui a pouco falha, daqui a pouco tem um cachorro latindo, daqui a pouco tem uma obra, uma britadeira, um negócio. São coisas que a gente não tem como prever. E sai da esfera da tua administração, porque não

tem como controlar isso. Acontecia muito, no início, um microfone aberto, daí o magistrado lá falava com o assessor, aí o outro que está proferindo o voto, aparecia.

DES. ELEITORAL GERSON – Na verdade, o impacto maior veio exatamente nas primeiras... eu diria, talvez no primeiro mês, primeiros dois meses das sessões *online*, porque era uma novidade, para todos nós. Então, eu percebia assim, eu não sabia bem se olhava pra câmara ou se olhava pro lado. Não havia aquela naturalidade de quando se está lá no Plenário, sentado na sua cadeira, tradicional, vendo os colegas ali ao lado, podendo ter algum tipo de observação durante o julgamento, percebendo as pessoas, assistindo aos advogados fazendo tribuna. Mas eu acho que, assim como eu, a maioria, quase todos nós nos habituamos.

(...) pessoas muito consagradas, de ministros, de desembargadores, de todos que estavam ali numa condição de que “eu não sei como fazer, me ajuda”. Então, nós falávamos sobre janela que tem que fechar, roupa que tem que trocar.

Dione

DIONE – E outra coisa que foi muito interessante, que eu gosto de contar. É, por exemplo, o respeito que a gente tinha, de pessoas muito consagradas, de ministros, de desembargadores, de todos que estavam ali numa condição de que “eu não sei como fazer, me ajuda”. Então, nós falávamos sobre janela que tem que fechar, roupa que tem que trocar. Mas eu dizia assim: “Troca essa camiseta porque ela é listrada, então ela vai dar um efeito ruim”. Ele ia lá e trocava. Iluminação da tarde, aconteceu numa live, que anoiteceu e nós não pensamos que ia anoitecer. Quando nós estávamos 17h30, todas as câmeras escuras, o que a gente faz? Termina no escuro. Aí na próxima live nós pedimos luz artificial pra começar. O que eu mais ensinei foi empilhar livros para colocar o celular, fazer uma escadinha de livros. A pessoa, “mas como é que eu vou colocar na altura do rosto?” Eu dizia assim: “Vamos botar isso aí na altura do olho”. “Como é que eu faço?” “Tem livro?”, todo mundo tem livro. Empilha livro numa escadinha, bota o celular ali, vamos lá, deu certo; arruma o microfone. Foi uma caminhada.

EDUARDO – Eu fiz uma dessas também, horrorosa. Numa das primeiras sessões, antes de iniciar, eu estava conversando com um desembargador, não sei o

quê, daí iniciou a sessão e eu esqueci de fechar o microfone e atendi um telefone. Eu me lembro, na época era o Vinícios, que a gente tava discutindo alguma coisa da própria sessão e a minha voz saindo durante a sessão, aí daqui a pouco... até eu me dar conta, o meu celular começou a receber mensagem de todo mundo, “tu tá ao vivo na sessão, tu tá ao vivo na sessão!”. Quer dizer, é claro, isso aí aconteceu diversas vezes, com diversas pessoas. Hoje a gente já tem mais a manha, né? Se eu vejo que o advogado entrou com o microfone aberto, eu já vou lá e fecho, pra evitar esses ruídos. Quer dizer, essas coisas aconteceram. Mas hoje em dia tá mais tranquilo, porque todo mundo começou a se ambientar. Hoje eu já consigo fechar o microfone de todo mundo e a pessoa vai lá e vê que está fechado, vai lá e abre. Mas no início não era assim. Se eu fechava o microfone e eu já ficava meio assim, “bah, ele não vai saber abrir, então nem vou fechar”. E aí, daqui a pouco acontecia aquilo, de ele pedir um cafezinho no meio do voto do outro, não sei o quê. Mas são, são coisas assim que eu acho naturais de acontecer num ambiente que ninguém tava muito acostumado. Aconteceram coisas muito piores por aí que a gente viu, coisas folclóricas. Aqui dentro do TRE não aconteceu nada disso. Foi tudo muito tranquilo, com essas pequenas intercorrências, assim, mas tudo coisa que não prejudicou em nada. Hoje já tá todo mundo acostumado.

DIONE – Mas o gratificante disso é que cada vez que a gente avançava, mais vinha pronto tudo. Ensina um, aprendeu; ensina outro. No fim, nós tínhamos um ajuste, antes da *live*, de dois, três minutos e tava tudo pronto. A gente só dizia aqui: “Que bom que táí, Desembargador, que bom que táí, o teu áudio, a tua imagem”. Então foi uma caminhada, aprendendo, ensinando em casa quem tava do outro lado, começando 30 minutos antes, depois 15 minutos antes, depois nós dizíamos: “Chega 10 antes”. Então nos acostumamos com isso. Foi essa trajetória aí.

EDUARDO – Eu também nunca tinha feito nada disso com o YouTube, então era tudo novidade. Mas daí o pessoal da STI, o Mauro, o Schauben, o próprio Wobeto, foi uma rede de apoio assim, em que se considerava: vamos por aqui, vamos configurar o Zoom assim, vamos fazer desse jeito. Ai já falava com o Daniel, como é que vai ser esse negócio do YouTube? Porque, na verdade, é a ASCOM que administra aquela página do TRE no YouTube. Então eu tinha que passar por ele ali, mas deu tudo certo. A primeira transmissão, as sessões ali de março, eram sessões curtas. Naquela época, tinham poucos processos, pré período eleitoral. Eu acho que teve umas quatro ou cinco sessões que não tiveram nenhum pedido de sustentação,

que já era mais uma coisa, mais um fator, que a gente já tava estudando. Como é que nós vamos fazer o acesso ao advogado? Claro que é fácil mandar o convite, mas como é que nós vamos restringir a permanência dele. Ele vai entrar direto? Ele vai ter que aguardar o Presidente autorizar? Então, todos os fatores estranhos que vinham era uma coisa que tinha que ser conversada e decidida na hora, porque era tudo novo. Mas correu tudo bem, foi tudo tranquilo. Mas isso até hoje, né? Nós já fizemos, sei lá, eu não sei o número total de sessões que a gente fez desde março; mas até hoje, na hora que eu tô ali, que eu vou começar a transmissão para o YouTube, tem aquele friozinho na barriga, porque tu nunca sabe o que vai acontecer. E aí tá o Presidente lá esperando. Então sempre tem um pedacinho de nervosismo até hoje.

DIONE – Os bastidores sempre são bastidores. Às vezes o pessoal não via toda a angústia que a gente estava tendo. Nós cometemos muitos erros. Alguns foram pro ar, outros não, e alguns o pessoal não conseguiu identificar, mas nós aprendemos errando. E como eu comecei a errar primeiro, claro, comecei a ajustar primeiro. Não é porque eu acertei muito. E claro, o que aconteceu, eu começava a colocar os colegas como parceiros. Então, muitas dessas lives que estava o Dione ali, eu tinha um colega ou dois sempre junto, comandando tudo, ou segurando uma parte, segurando outra. Até porque tinha que ter backup, porque se some um, cai a conexão, o outro assume. E aí, claro, começamos a fazer uma transição em que eu passava a ser o segundo e deixando o colega fazendo, junto. Várias vezes eu assumi, porque deu uma angústia, desespero e o pessoal ficava muito assustado. E eu dizia: “Não, para aí, calma, eu assumo e na outra tenta de novo”. Então foi uma conquista de um por um, até que começou a dar essa segurança. E hoje já tem uns rostinhos mais bonitos aí ajudando nas lives, né?

SCHAUREN – Uma outra desvantagem dessa questão está no fato de que nem todas as pessoas trabalham nos mesmos horários. Quando o regime é teletrabalho, ou trabalho remoto, cada um trabalha no período em que produz mais, no período que fica mais fácil pra si. Então, quando tu depende de outras áreas, ou existem outras áreas que dependem de ti, tu passa a trabalhar muito mais, já que tu é demandado num horário muito mais amplo do que aquelas 7 horas tradicionais que tu fazia no trabalho presencial. Nesse sentido, eu entendo que devia haver um regramento maior, assim, estabelecer algumas regras, e um pouco de bom senso das pessoas. Nada contra tu ajudar as pessoas, fora do horário, pra quem tá realmente precisando. E eu gosto, eu me sinto bem podendo ajudar. Algumas pessoas acionam

de manhã cedo, ou tarde da noite, daí tu para o que tu tá fazendo, para a tua vida, vai lá resolver o problema dessa pessoa, aí quando tu vai dar um retorno, a pessoa deixou pra fazer aquilo outra hora. Se não era urgente, tu procura solicitar ajuda dentro do horário de expediente. Isso foi uma das coisas, assim, que eu achei que mais impactou, pelo menos da minha área, porque todo mundo precisa de ajuda. Se alguns trabalham de manhã, eles podem precisar de ajuda de manhã; outros ficam trabalhando até mais tarde, então não tem... E é difícil definir horários com a equipe, quem é que vai trabalhar, quem é que vai atender agora de manhã, quem é que vai atender de tarde, porque é muita demanda o tempo todo.

RODRIGO – A gente faz muitas reuniões internas, também, com os colegas. E até gostaria de fazer mais, porque às vezes as demandas não nos deixam. O acesso fácil do PJE, o uso fácil de qualquer advogado, você tem um número muito maior de usuários do sistema, e a rapidez das coisas é muito maior. E outro ponto é essa questão do WhatsApp, que às vezes você fica meio fora daquele horário restrito do expediente. Porque o PJE é 24 horas. O WhatsApp está aqui. Muitos advogados têm o WhatsApp da gente, até o pessoal. Agora estamos trabalhando para ter o balcão virtual, concentrar as demandas mais no WhatsApp do balcão virtual, para evitar que o colega lá, que esteja atendendo aos advogados, fique sobrecarregado com o WhatsApp particular dele. Esse é o cuidado que a gente está tentando ter. Claro que nas eleições não tinha muito tempo hábil. Nós tínhamos que dar a resposta. Não teve muito como cuidar disso.

De fato, temos chamados muito cedo da manhã, alguns já mais à noite, outros em finais de semana. Mas a gente aos poucos vai conseguindo estabelecer rotinas mais apropriadas, conseguindo fechar tudo no horário de expediente.

Paulo

PAULO – A vida é um constante aprendizado. Eu também tive, lá nos meses iniciais, bastante dificuldade. De fato, temos chamados muito cedo da manhã, alguns já mais à noite, outros em finais de semana. Mas a gente aos poucos vai conseguindo estabelecer rotinas mais apropriadas, conseguindo fechar tudo no horário de expediente. Eu, pelo menos, tenho conseguido, não digo que estou 100% adequado, mas cada vez mais próximo disso. Eu acho que, nesse momento, embora

tenha sido sofrido, sim, concordo com quem pensa desse jeito. Acho que está numa evolução interessante também nesse aspecto.

RODRIGO – Mas a velocidade das demandas é notável. E o que nos levou a uma contrapartida é adotar um esquema de prioridades. Como está tendo muita demanda, a gente acaba cuidando naquilo que é mais prioritário, aquelas demandas de advogados que têm prazo batendo ali naquele dia. O advogado precisa responder aquele prazo, então nós fazemos isso. Vamos lá. Esse advogado tem que ser atendido. O Ministério Público também. A Zona Eleitoral, a gente conversa. “Ah, como é que tá, como tá tua questão de prazo? Podemos atender agora? Qual é a tua urgência? É urgente, ah passa na frente dos outros atendimentos.” Então é assim que nós temos adotado para tentar atender.

EDUARDO – Além desse grupo da minha seção, eu participo de outros grupos dentro do Tribunal, também com a assessoria dos desembargadores. A gente tá sempre em contato. Eu acho que no início da pandemia a gente se perdeu um pouco nisso assim, de respeitar horário, esse tipo de coisa. Eu sempre tento, quando eu vou falar com o pessoal da minha seção, eu sempre tento observar ali – se não for uma coisa muito urgente – de mandar a partir no horário de expediente. Mas daí tem um detalhe também, que é bem importante contar. A minha seção já fazia trabalho remoto antes da pandemia. Era uma das seções do Tribunal que já tava fazendo isso. A gente já tinha, mais ou menos, um *modus operandi* de como é que as pessoas funcionavam nesse sistema. Claro que, naquela época, saíam dois, ficavam os demais, depois saíam mais dois. Nunca era a seção inteira, como foi durante a pandemia. E aí eu comecei a notar o horário que as pessoas produziam mais e trabalhavam mais. É claro que tu sempre tem aquele horário ali, das 12h às 19h, que tu tem que estar disponível pro Tribunal. Mesmo que eu veja que o colega tá trabalhando desde as 7h, se eu precisar – isso aí é uma coisa que tá bem clara entre todos da seção –, se lá pelas 18h eu preciso de alguma coisa, essa pessoa tem que estar disponível. Mas, pra ser bem sincero, a gente vem trabalhando bem mais do que na época do presencial.

CRISTIANO – E o que eu precisei fazer, lá no início, foi reunir o pessoal, organizar o trabalho, motivar as pessoas e estabelecer horário. Porque, no início, aconteceu muito de pessoas contatando de manhã, porque a pessoa preferia trabalhar de manhã; outro, mais à noite, porque preferiam trabalhar à noite. Só

que eu, por exemplo, tentava ficar numa carga de trabalho, que era das 12h às 19h. Mas foi difícil. No início, em 2020, foi bem difícil manter esse horário, porque eu acabava conectando de manhã e acabava desconectando muito mais tarde do que o horário previsto. Mas era tudo uma questão... eu sabia que era temporário, porque as pessoas estavam aprendendo a trabalhar de forma remota, aprendendo a trabalhar de forma *online*.

SILVIA – Então a gente fez as escalas. Claro que, em algum momento, até pôde ficar um pouco esgotado, nesse canal de comunicação, porque em alguns momentos ele foi bastante requisitado. Mas para nós teve também um senso de gratificação, porque se conseguiu, realmente, fazer um trabalho diferente nessa panaceia toda que foi.

EDUARDO – E o pessoal da SEAAS⁶⁷ pega muito junto, muito junto mesmo. Tem trabalho feriado, tem trabalho fim de semana; e não sou eu que fico ligando e pedindo: “Ó, pessoal, vamos ver, acho que nós vamos ter que ir domingo terminar aquilo para a sessão de segunda”. Quando eu vejo no WhatsApp, tá todo mundo logado ali, trabalhando no domingo, no feriado. O pessoal vestiu a camiseta, e é um pessoal muito unido. É um pessoal que eu sei que posso contar. Então, o pessoal começava a trabalhar às 8h e era 21h eu ainda estava recebendo Whats do pessoal. A única disciplina que a gente tem de horário é das 12h às 19h, estar disponível para o Tribunal, mas o horário que a gente tem trabalhado é muito maior que esse. Claro que o número de processos agora aumentou, são em torno de 25 processos por sessão, e esses 25 processos têm um trabalho que é bem delicado. Toda a parte de revisão, de ementa, dos processos todos dentro do sistema do PJE, de montagem de acórdão. Mas às vezes eu fico pensando, por que será que tá demandando... Teve dias da semana passada que eu comecei a trabalhar às 8h e eram 21h e eu tava na frente do computador. Aí pensei, não, vou parar agora, né? Porque tu perde um pouco a noção, tu tando em casa.

CRISTIANO – Então, 90%, 95% dos servidores estão em teletrabalho. Todos produzindo. E para o que eu estou me preparando hoje? Eu estou me preparando para o fim do teletrabalho. Como assim, Cristiano, está se preparando para o fim

67 SEAAS – Seção de Acórdãos e Acompanhamento de Sessões.

do trabalho? Eu acho que em todo o Tribunal está sendo oferecido o teletrabalho, e acho que em algum momento isso deve reduzir. O que eu tô preparando hoje. Olha, vamos fazer um teletrabalho consistente, vamos apresentar relatórios qualitativos e quantitativos do trabalho realizado, vamos documentar o teletrabalho. Vamos mostrar, realmente, o que a gente produz no teletrabalho, o quanto se produz. Deixar documentado isso.

ALEXANDER – Outra característica da nossa Zona Eleitoral é que as nossas áreas rurais são grandes. A gente tem áreas gigantes e espalhadas, e é difícil do eleitor se deslocar do interior para a sede. Muitas vezes acontecia de mandar uma comunicação via WhatsApp, aí não chegava e, no outro dia, a pessoa responde. Isso aconteceu muito com os meus mesários. Porque só tem sinal em algum lugar, entendeu? Então, de dia ele vai lá no morro, consegue sinal e responde. E essa interação, essa necessidade, foi muito legal. A gente chegou, finalmente, em qualquer lugar do município, da Zona Eleitoral.

(...) a gente retomou o atendimento presencial com uma equipe reduzida, mas para garantir o atendimento desses excluídos digitais.

Thomas

THOMAS – A gente foi percebendo que o Tribunal foi cada vez mais aperfeiçoando o atendimento digital, o atendimento remoto. Nós da CAE, eu, particularmente, com a Tânia, a gente participou de grande parte do projeto do JE Digital, de elaboração do projeto, justamente com esse olhar do eleitor. Eu acho que a gente conseguiu contribuir um pouco, para melhorar a linguagem do site, para facilitar. Lembrando que a maioria acessa pelo celular, então isso requer uma adaptação específica do site. Mas é importante registrar que existe no Brasil ainda um grande número de excluídos digitais que, mesmo com todas essas facilidades, não consegue regularizar sua situação ou fazer a documentação pela internet. Então, assim que possível, nós retomamos, mas isso eu devo dizer que foi mais recentemente. Isso já foi em 2021, em agosto, principalmente, que a gente retomou o atendimento presencial, com uma equipe reduzida, mas para garantir o atendimento desses excluídos digitais.

KELLY – Claro que tem aqueles casos de pessoas que, efetivamente, não conseguem. Tu pode ajudar no que for, dizer que tem que preencher tal coisa, tem que ir em tal lugar, falar pelo telefone. Não adianta. Tem gente que não consegue ainda, não está acostumado ainda, de usar o computador ou o próprio celular de uma maneira que consiga fazer os pedidos que tem que fazer. Mas tem muita gente que prefere não ir presencial, que prefere não perder esse tempo, apesar de que no interior é um pouquinho diferente da capital. Eu entendo aquela pessoa que não queira se deslocar até o centro de Porto Alegre, porque no centro de Porto Alegre não tem onde estacionar, ou paga caro, ou é demorado até chegar lá. Para o interior é mais perto, então o pessoal vai mais ao cartório, quando tá no interior o pessoal chega mais. Não que não tenha movimento em Porto Alegre, não é isso. Bem pelo contrário. Até acho que o movimento deles é gigantesco. Mas, se tu tem a opção de fazer online, eu acredito que tu não tem um deslocamento tão largo, longo. Às vezes é mais fácil ir para o cartório, mas tem ainda aqueles que preferem, “ah, eu não vou até lá”. E o online é uma realidade que veio pra ficar, não vai deixar de ter título *online*. Tu não vai deixar de fazer o teu título, o primeiro título, ou seja lá o que for, pela internet.

ALEXANDER – O atendimento está normal, está seguindo a determinação do TRE. Só que o agendamento lá não pegou, né? O sistema a gente tem, mas a pessoa bate na porta, liga, faz alguma coisa. No interior, não vai funcionar tão bem como funciona na Capital. O pessoal mais jovem até que vai, só que eu estou numa cidade que é mais antiga, entendeu? A juventude vai embora.

KELLY – A gente atende desde o mais rico e mais intelectual ao mais pobre e sem estudo nenhum. A gente atende todo mundo. E isso serve para o mesário também. Eu acho que só virtualizar não é um caminho que deva ser levado a cabo. Porque tu acaba excluindo pessoas. A gente ainda não tá numa transformação tecnológica suficiente pra não excluir essas pessoas. É isso que eu penso. Então teve esse lado da desvantagem para o eleitor.

Nós atendemos bastante casos assim, em que se via que a Receita Federal estava à disposição, e a gente também orientava como fazer pra que os eleitores conseguissem os seus auxílios do governo.

Aline

ANA – O fato do cidadão não ter o título de eleitor pode afetar diretamente outras faces da vida social dele. Por exemplo, sem um título de eleitor, uma pessoa com mais de 18 anos não tira CPF, não abre conta em banco, não faz a matrícula em universidade. Isso não quer dizer que ela está apta ou não a votar. O que é pedido pelas instituições? O número do título de eleitor. Então, a ideia do TSE – e esse novo entendimento é isso – não impedir que o cidadão tenha o documento, o título de eleitor.

ALINE – Uma preocupação muito importante, até mesmo de outros órgãos, também foi necessária, logo de início. Assim, a Receita Federal deixou de exigir a regularidade. O eleitor que tivesse sem ausência conseguia regularizar o CPF igual. Nós atendemos bastante casos assim, em que se via que a Receita Federal estava à disposição, e a gente também orientava como fazer pra que os eleitores conseguissem os seus auxílios do governo.

THOMAS – Mas, com o cadastro fechado, de qualquer maneira, nós não íamos conseguir fazer títulos novos e tal. Então, até a eleição, eu acho que foi relativamente tranquilo, porque se conseguiu suprir a necessidade com as certidões, que já são de praxe. Durante o fechamento do cadastro, nós fornecemos certidões específicas, a certidão de quitação, para quem é eleitor; e tem as certidões de cadastro fechado, que são específicas para quem não tem título ainda ou para quem está com o título cancelado. E essas certidões são aceitas nos órgãos, em outras instituições públicas, para regularizar o CPF, para fazer passaporte, e aceitam também para registrar a carteira de trabalho. O que começou a gerar um certo problema foi que agora tem o e-Gov, uma série de sistemas que exigem o número do título de eleitor. E isso fez com que a gente tivesse que, logo que possível, retomar realmente o atendimento presencial, para essas pessoas excluídas. Porque o título, além de ser um documento que garante o direito a votar e ser votado, é exigido pra trabalho, pra emprego, pra garantir a cidadania de muitas pessoas. Os sistemas hoje são todos integrados. O sistema da Justiça Eleitoral é integrado com a Receita Federal. Se tem algum erro no nosso cadastro, repercute no CPF. Enfim, então, cada vez mais o nosso trabalho é fundamental para a cidadania das pessoas. Eles precisam estar lá, estar com uma situação regular na Justiça Eleitoral, até para o trabalho. Mas, pensando em 2020, eu acho que nós conseguimos dar conta desse atendimento.

ALEXANDER – O TRE conseguiu achar um equilíbrio nisso. Tem gente satisfeita, tem gente insatisfeita, mas isso é do jogo. Mas houve uma flexibilidade do TRE entender as situações mais divergentes e chegar a um consenso. Eu gostei muito e, no meu caso, que moro numa cidade e trabalho em outra, a possibilidade de eu ter um teletrabalho ajuda o meu lado pessoal. Sei que é uma opção minha fazer isso, mas o TRE entender e me dar essa possibilidade é fantástico, é muito bom, eu acho.

(...) a gente precisa de muito investimento em segurança cibernética, que é um negócio que estamos nos dando conta agora, por causa da pandemia.

Schauren

SCHAUREN - Além disso, a gente precisa de muito investimento em segurança cibernética, que é um negócio que estamos nos dando conta agora, por causa da pandemia. Essa disponibilização de serviços na internet, de prover acesso pros usuários, isso criou um problema de segurança muito grande. É só tu olhar a quantidade de ataques cibernéticos que a gente tá vendo, porque os serviços ficam muito expostos. Então, isso deixa a gente muito exposto a eventuais ataques de hackers. É preciso muito investimento, precisa educação e cultura em segurança cibernética dos usuários, para evitar incidentes como aqueles que ocorreram no TJ aqui, ou no STJ⁶⁸, lá em Brasília... bom, o TJ ficou um mês praticamente fora do ar, por conta disso. Tem que ter essa preocupação também.

ALEXANDER – Eu acredito que, hoje, o sistema PJE seja até mais seguro do que o papel. Digamos, no caso de uma invasão de um cartório, né? Estavam lá todos os processos, a pessoa podia pegar lá e sumir. O caso daquele Tribunal que pegou fogo, estava tudo em digital. Agora tem o inverso. O TJ sofreu um ataque e ficaram sem funcionar. Cada um tem suas vantagens e desvantagens. Eu acho que, com políticas de segurança bem definidas, os treinamentos que a gente está

⁶⁸ Ataque cibernético ao STJ ocorreu no dia 3 de novembro de 2020, quando os ministros e servidores não conseguiam acessar seus próprios arquivos e e-mails. Em 11 de novembro de 2020, o sistema de processo eletrônico (eproc) do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul sofreu um ataque hacker. O TJ-RS afirmou que apenas a página de acesso aos processos eletrônicos foi afetada.

tendo, LGPD⁶⁹, segurança, acesso, é uma preparação do Tribunal para essa migração total. Acontece, por premência de tempo e por necessidades, que às vezes caem de paraquedas as coisas, “ah, tem que fazer tal coisa”, e a gente fica perdido. Mas eu já tenho notado que houve uma mudança nisso. Tá havendo um diálogo maior, tá havendo uma consulta maior. Não quer dizer que vai ser feito como eu quero. Deve ser feito como tem que ser feito. Mas esse diálogo está sendo muito bom.

SCHAUREN – Existe o risco com relação aos sistemas de informática, principalmente num ambiente que é muito heterogêneo, onde cada usuário acaba utilizando a ferramenta de sua preferência ou aquela com a qual ele está mais acostumado. A gente teve aí um caso muito clássico, no início da pandemia, as invasões do Zoom e outras ferramentas de web conferência. O importante é que as pessoas que utilizam essas ferramentas passem a utilizá-las da maneira adequada, sempre ativando as opções de segurança recomendadas.

ANA – Com relação ao título *online*, não é nem um rigor de qual documento aceitar, mas é um rigor da legitimidade daquele documento. Hoje em dia a gente controla muito esses documentos, a Justiça Eleitoral, os Cartórios Eleitorais, que é um processo braçal dos cartórios. Então, os colegas de cartório vão atrás, analisam tudo, desde o código de barras que está lá, até o número do contrato, a data de validade, tudo, para ver se é pertinente com aquela documentação.

SCHAUREN – Com relação ao WhatsApp, especificamente, o problema pode ser o compartilhamento de arquivos e links maliciosos, porque a gente tem WhatsApp web, então tu tem acesso do computador. Se antes tu tinha a ferramenta restrita ao teu smartphone, agora não. Agora tu tá usando a ferramenta dentro do computador. Fora a questão do sequestro de contas de usuários, os caras mandam código de ativação, o usuário acaba caindo em golpe por desconhecimento. O pessoal do cartório, que trabalha atendendo eleitor, recebe documentação, às vezes, por WhatsApp. Então, é cuidar se o arquivo que ele tá recebendo é o formato esperado. Se é um PDF do documento digitalizado ou se é um arquivo de imagem, do eleitor que tirou foto do documento, ou que tirou foto de si mesmo. Enfim, ter esse cuidado. Então, se não quiser retroceder nas facilidades do uso desses aplicativos,

69 LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, que regulamenta a guarda, armazenamento, uso e compartilhamento de informações pessoais armazenadas em banco de dados.

precisamos passar por um intenso processo de educação digital dos usuários, porque de nada adianta investir recursos em desenvolvimento seguro de sistemas se o elo mais fraco é sempre quem está sentado na frente do computador.

ANA – Na verdade, a inserção dos juízes, não teve uma alteração muito grande em relação ao atendimento presencial, porque toda a parte de análise judicial, de que RAEs – dos requerimentos relativos ao título de eleitor – já tramitavam no SEI, no sistema informatizado. Então, essa análise não teve nenhuma distinção, permaneceu igual. E a necessidade do juiz chamar o eleitor presencialmente para alguma diligência ou alguma dúvida é ínfima. Geralmente, tudo se resolve com documentação. Então, acredito que para os juízes, a virtualização do balcão, não fez muita diferença.

KELLY – Teve alguns momentos que a gente deu uma engasgada na comunicação, mas também tiveram algumas secretarias que ajudaram muito fazendo salas *online*. Aquilo lá ajudou muito mesmo, a gente ter à disposição, conseguir falar visivelmente com uma pessoa ajuda muito mais do que só falar pelo telefone. E a comunicação com as Zonas Eleitorais, o que me chamou a atenção foi que entre as Zonas Eleitorais a nossa comunicação melhorou.

RODRIGO – Uma das coisas que a gente teve nessa eleição foi, realmente, um sentimento de Justiça Eleitoral como um todo. Não só um TRE isolado, com Zona Eleitoral, não. Eram todos os TREs ali, participando das lives, a gente conhecia todos os colegas, nos ajudavam. Tinha o Whats dos colegas de outros TREs, o TSE junto, e as Zonas Eleitorais também, na ponta. Isso aí foi bem bacana, a gente conseguia ter essa integração grande com todos os colegas.

ANA – Pra complementar, apesar de parecer piegas, mas é verdade: eu tenho muito orgulho de participar, de fazer parte do quadro de servidores do TRE do Rio Grande do Sul, pelo comprometimento de todos. Eu acho que é inquestionável essa característica do servidor da Justiça Eleitoral no Rio Grande do Sul. Todos são muito comprometidos, sempre com foco no resultado, sempre pensando em como melhorar o seu trabalho. Tanto que já estou há tantos anos na Corregedoria, gosto muito do que eu faço, porque eu gosto muito do contato com os cartórios, o que possibilita o contato com o eleitor. Eu gosto muito de

atender ao público. Eu me sinto recompensada de devolver um pouquinho, para a sociedade, do que eu recebo como servidora pública. Então, eu gosto, realmente, do que eu faço e tenho muito orgulho de fazer parte do TRE do Rio Grande do Sul. Pode parecer piegas, mas é verdade.

DIONE – O trabalho remoto exigia que eu ficasse agora na minha casa, mas que eu continuasse com a vida separada do trabalho. Isso gerava muita angústia. Era, “não deixa a filha entrar na sala, tranca a porta”; “segura lá, não deixa chorar”. Era uma angústia e a gente não conseguia. Então, essa foi uma mudança radical. E eu falo de onde virou pra mim a chave nesse assunto – foi uma palestra de um especialista da Bahia, um colega lá. Ele, dando uma palestra, formal o assunto que estava ali; e os filhos entraram. Ele parou, com a mesma simplicidade ele recebeu os filhos, conversou com os filhos na frente da câmera, dispensou os filhos pra outra coisa e voltou a falar e não pediu desculpa. Eu achei sensacional aquilo. Porque ele precisava ser respeitado, porque quem estava dentro da casa dele agora éramos nós, a casa dele é a casa dele. Então, na hora que nós entendemos esse ponto de virada, nós começamos a respeitar o nosso colega lá dentro da casa dele.

TOEBE – Eu já falei no início, para mim, trabalhar na Justiça Eleitoral é um prêmio. É algo assim, gratificante. Eu não estou aqui pelo dinheiro. Eu não estou aqui porque eu tenho que estar. Eu estou aqui porque eu gosto, realmente gosto. Eu, na verdade, eu estou onde eu gosto de estar, e faço o que eu gosto de fazer. Então, realmente a Justiça Eleitoral, pra mim, é um lugar onde eu vejo que me satisfaz, me complementa, me deixa pleno em termos profissionais. Sei que talvez muitos achem que é loucura, mas para mim não é, para mim é realmente isto. Eu estou bem e gosto de ter construído essa história. Queira ou não, eu comecei com a Justiça Eleitoral de papel, a minha primeira eleição. Uma outra coisa que eu lembrei agora. Em 1988, eu fui mesário, numa seção lá no interior de Condor. Fui ser mesário. O marido de uma colega mesária fez churrasco no fundo da escola. Comemos churrasco, maionese, então é uma festa cívica. E aí, no outro ano, sem nunca imaginar, eu estava do outro lado. Estava do outro lado do balcão, trabalhando no cartório, e eu realmente me apaixonei. A vida me empurrou pra esse lado, sem eu ter pedido, e foi assim, algo muito bem-feito pela vida, pelo curso da vida. Eu realmente me encontrei.

E eu acho que quando se tá trabalhando com gente assim séria e comprometida, nós temos a obrigação de ir até o fim juntos. Porque estão dando de tudo ali, né?, e a gente sabe bem pouco do que está acontecendo por trás da vida de cada um. Então, eu acho que tem uma frase que eu gostaria de colocar pra vocês aqui: “A tolerância chegou”, viu gente?

Dione

DIONE – Nós estamos lidando com uma gente muito competente, muito comprometida. E qualquer coisa que se fale diferente disso é engano, viu? Nós temos muita gente comprometida, é a maioria. E eu acho que quando se tá trabalhando com gente assim séria e comprometida, nós temos a obrigação de ir até o fim juntos. Porque estão dando de tudo ali, né?, e a gente sabe bem pouco do que está acontecendo por trás da vida de cada um. Então, eu acho que tem uma frase que eu gostaria de colocar pra vocês aqui: “a tolerância chegou”, viu gente? Então esse é o grande ganho de todo o processo aí.

JOSEMAR – Da mesma forma que eu entendi que era uma missão, entendo que vários colegas também entenderam que era uma missão. Foi um bom trabalho. Não tenho arrependimento de nada que fizemos, ao contrário. Eu saí com a consciência tranquila, de que tudo o que podia ser feito a serviço da Justiça Eleitoral, naquele período, foi feito e se, eventualmente, alguma coisa deixou de ser feita é porque não houve uma necessidade. Então, com tranquilidade, eu posso dizer que, em muitas oportunidades, foi a Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul – não falo só em TRE, porque muita gente fala em TRE e parece que é só a Secretaria – a Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul, do primeiro grau também, participou efetivamente, inclusive de sugestões e proposições no TSE, para que a eleição ocorresse com sucesso. O que me deixa muito feliz é que muitas das inovações feitas anteriormente foram implementadas, mostrando que houve um acerto, seja em teletrabalho, seja nas sessões virtuais, seja no atendimento virtual ao eleitor, seja também que o eleitor pode ser atendido em qualquer Zona Eleitoral. Isso me deixa muito tranquilo e com uma sensação muito agradável de dever cumprido.

DES. ELEITORAL GERSON – Eu acho que povo que não tem o registro documental perde a sua memória e, por não saber o seu passado, se desgoverna

no presente e perde o seu futuro. Era impossível não fazer um registro histórico. Uma eleição, e um ano eleitoral tão atípico, que talvez, tomara, não se repita. Ou se um dia repetir algo parecido, que seja daqui a 2, 3 séculos. Nós lidamos com uma história eleitoral, que é a história política do país, que é a história daqueles que nos representam, desde a Presidência da República até a mais singela casa legislativa de um município do interior. E tudo isso passa por um processo imenso. E aí tu tens, num ano eleitoral, uma pandemia no mundo inteiro, de cabeça para baixo. E nós somos seres humanos, com nossos medos, nossas incertezas, nossas ansiedades. E ainda assim, com orgulho, para que se saiba o seguinte: nós enfrentamos uma situação muito delicada e, na área eleitoral, o Brasil como um todo, o mérito é de todos, deu uma resposta excelente à sociedade e à democracia.

DES. ARMÍNIO – Tanto o processo de votação quanto o de apuração transcorreram sem maiores dificuldades, ou dificuldades de alguma expressão, tirante aquelas normais de todo o processo. Em grande parte até se pode dizer, para felicidade dos resultados, que nem parece que houve um quadro tão severo como esse da pandemia. Mas isso é um reflexo da boa estrutura da Justiça Eleitoral, da qualidade do seu quadro funcional. E como digo, nós, juízes, vamos passando, damos coordenadas; mas quem fica, quem permanece, quem concretiza essa realidade que é Justiça Eleitoral, é o seu quadro funcional. E que, pra nossa felicidade, é da maior capacitação, da maior qualidade. E extremamente isento, de sorte que em nossas eleições todos podemos ter a tranquilidade da absoluta veracidade dos seus resultados.

DES. VILLARINHO – Bem, aí eu vou ter que abrir meu coração, pra dizer a verdade, o meu sentimento. Como eu disse a vocês, eu sou uma pessoa muito grata pela missão que me foi confiada, por Deus. Porque eu sou uma pessoa que acredita que tudo o que acontece na nossa vida, ela está pré-escrita. E Deus me confiou que eu devesse passar por isso, passar por presidir um Tribunal, como é o TRE gaúcho, numa eleição única, se Deus quiser, única. Num momento terrivelmente difícil para todos, pelas perdas humanas, pelas perdas econômicas, enfim, por tudo que nós passamos com a pandemia. Mas quando eu assumi, em nenhum momento eu tive um minuto sequer, um segundo sequer de insegurança, de medo, porque eu sabia que eu não estava sozinho. Além de todas aquelas coisas que nos cercam, aquelas questões espirituais que nos cercam, e questões familiares – ter a tua família, ter teus amigos,

pra te dar apoio –, eu sabia que eu tinha por trás de mim um Tribunal composto de pessoas dignas, honestas, com uma alta consciência da sua responsabilidade, do seu múnus, da responsabilidade do que deve fazer para a sociedade.

CAPÍTULO 7

Como a pandemia afetou minha vida

SILVIA – Na vida pessoal, acho que se aprende justamente a fazer essa gestão. A gente vai, e não deixou cair tanto prato assim. Alguns caíram, mas se conseguiu deixar girando a maioria deles, sem deixar cair tantos assim. Acho que o maior aprendizado é esse, que se consegue fazer mais coisas do que a gente achava que conseguia. Então vai, embora tenha sido bem árduo. Do ponto de vista pessoal, acho que o mais difícil foi lidar com os filhos pequenos em casa, sem escola, e a gente trabalhando muitas horas. Eu sei que eu não estou falando nenhuma novidade para muita gente daqui. Acho que essa é a principal preocupação de quase todo mundo.

RAFAEL – Eu, na minha família... Tive amigos, pessoas próximas que passaram pela Covid. Felizmente, nenhum caso grave. Não tive familiares que precisaram ser entubados, mas teve um amigo que precisou, alguém que infelizmente não conseguiu passar por isso. Meus pais, até por serem pessoas com idade mais avançada, sempre foram uma preocupação adicional por terem já alguma comorbidade. Felizmente, não passaram por isso. Tão logo veio a vacina, imediatamente se preocuparam em observar e fazer. Então isso trouxe uma tranquilidade. Mas, ao mesmo tempo, a minha esposa é enfermeira e ela só não trabalha em hospital, trabalha na saúde pública; trabalha em ESF⁷⁰. E ela não parou. No momento em que eu parei, fui para

⁷⁰ ESF – Estratégia de Saúde da Família – posto de saúde no município de Marau – RS.

casa, fazia trabalho remoto, permanecia em casa, observava as restrições, não saía nem para o mercado.

KELLY – Eu não tive doença na família, então eu dou graças a Deus. Eu sou uma sortuda, de marca maior. Não tive Covid. A Adri, a minha colega, ela teve, positivou durante o recesso, foi bem na época da diplomação dos eleitos. Então não se sabe se ela teve a doença quando estava com a gente. De qualquer maneira, ninguém pegou, só ela positivou. Ou a gente ficou sem sintomas, não sei. Então foi tranquilo até, sabe? Eu acho que, para a minha vida, eu não posso achar que teve só o lado ruim. Teve muito essa aproximação com a família e coisa e tal.

DIONE – Perdi dois grandes amigos, no meio do expediente. Teve um dia que eu recebi um WhatsApp. Eu li, comecei a chorar, porque eu perdi um amigo. Eu tinha notícia dele ao meio-dia, duas da tarde ele morreu. E um outro, eu tive que ficar um dia de licença porque eu não conseguia pensar em nada, né? Assim foi. Então foram duas crises. E com os meus pais foi duro, mas passou. Mas isso pipocava o tempo todo entre os colegas. Eu dando aula pro Acre, pro Amapá, eu pedi licença um dia, cancelei uma aula, porque eu não tinha condições de dar aula. E outra vez foi com uma colega. Nós estávamos na aula e ela olhou o celular e começou a chorar. Nós paramos o encontro pra ver, e o marido morreu. O marido tinha ido para o hospital e teve... Então, como é que a gente lida com isso? O que a gente faz? Eu acredito que aprendi a dizer nada e a dizer tudo; porque não tínhamos o que fazer numa situação assim. Surtamos várias vezes, passamos por muito, muito disso. Mas foram aprendizados, felizmente, alguma coisa sai de bom disso. Mas sim, muita crise, dificuldade de saber se a gente acionava ou não a psicologia do Tribunal, pra falar de um colega que não tava bem. A gente faz isso, ou não faz, abre um processo, não bota, escreve ou não escreve. Vamos conversar de novo com ele. Vamos lá, e falamos mais um pouco. E assim foi, uma caminhada de muitas crises.

PAULO – Pouco antes da eleição eu tive, não vou saber precisar exatamente agora, o momento. Infelizmente, são dados exatos que acabam fugindo com o passar do tempo. Mas, semanas, acho que um mês e meio antes da eleição, no máximo dois, eu tive Covid. Por sorte foi muito, mas muito leve, e eu não tive sintoma basicamente algum. Então, eu continuei podendo contribuir de casa, logicamente em isolamento total. Mas eu estava me sentindo bem e em condições de contribuir.

Continuei fazendo as coisas de casa, isolado no meu computador. Então, não houve tanto prejuízo assim, nesse sentido. Dentro do possível, até que tivemos sorte nesse sentido, porque, de fato, a gente acabou ficando um pouco exposto, corria o risco de um outro colega também contrair a Covid-19. Neste momento ajudaram muito os protocolos que foram seguidos.

CRISTIANO – A gente, ainda bem, não teve nenhum problema de saúde no nosso grupo familiar, com pais, não teve nada. Todos também acabaram, de certa forma, respeitando. Bem, quando um faz direitinho a coisa, acaba influenciando um pouco o outro. Então, aniversários, assim, internos. Uma coisa bem, bem diferente. Eu tive um amigo que ficou na UTI, ficou um mês, um mês e pouco na UTI, mas acabou saindo, está bem. Não tive nenhum caso de morte, nem de pessoas conhecidas, assim, próximas. Então, pra mim não foi tão traumático. Mas, com muita dedicação, muita restrição. Imagina uma filha de 22 anos, querendo ir pra balada, querendo ver os amigos, né? Foi difícil. Final de ano de 2020. Bah, agora é festa, final de ano, coisa e tal. E ela saiu ali, um determinado momento; quando ela voltou, eu disse: “Agora fica no quarto, duas semanas, não sai do quarto. Estamos combinados e vamos ver o que acontece. A gente te leva ali, as refeições, e nos protegemos. Tá combinado?”. “Tá, tá combinado.” E aí, na segunda vez que ela foi sair, eu disse: “Olha, só que daí tem que ficar no quarto, quê que tu vai fazer?” Então, tudo bem regrado, controlado. A minha filha, a menor, tinha uma capa lá, que era a capa do abraço, abraçava a vó de vez em quando com a capa. Falava de longe, usava a capa pra abraçar. A única pessoa também, que ela usava a capa, ali naquele momento. E foi isso, regrado, regrado, regrado. Para não ter risco nenhum. Eu acho que deu certo. Nenhum de nós teve Covid. Tivemos suspeita só. Mas, assim, por precaução, a gente pediu assistência da médica, conversamos, pedimos o exame PCR⁷¹, a requisição para fazer o exame. Minha filha fez o exame, não era Covid. Então tudo, tudo bem.

THOMAS – No início foi muito tenso, foi um período bem complicado, e eu acho que nós somos privilegiados, de podermos trabalhar de casa, remotamente. O Tribunal proporcionou essa segurança para os servidores, e isso foi muito positivo. Porque eu tenho amigos, tenho familiares, que não tiveram essa oportunidade de

71 PCR – O exame PCR é um teste de laboratório extremamente sensível que é muito usado para confirmar existências de infecções por vírus como, mais recentemente, COVID 19.

fazer o teletrabalho, de trabalhar remotamente, que tinham que se deslocar. Então, foi muito tenso, foi um período... até iniciar a vacinação, aquela coisa, foi bem complicado. E, infelizmente, eu perdi alguns amigos. Não assim, superpróximos, mas a mãe de um amigo querido. Um amigo... eu tenho 42 anos, ele tinha a minha idade e era obeso... ele não resistiu. Foi tenso, foi um momento de muita tensão, foi um ano difícil. Foi um ano difícil para todos nós, eu acho.

EDUARDO – Eu tive episódios na minha casa. A minha esposa é médica, intensivista, é intensivista pediátrica. Então na parte pediátrica foi bem mais tranquila, bem mais tranquila. Poucos casos assim, mas tiveram. Mas no ambiente hospitalar ela tava sempre. Foi muito curioso o jeito que ela pegou Covid, porque foi logo depois das férias de... tirei férias em janeiro; a gente deu folga para nossa secretária, a Jane, que trabalha aqui em casa também. E aí, na volta das férias, no primeiro dia que a gente encontrou a secretária, dei bom dia para ela, e a minha esposa entrou na cozinha e deu um abraço nela. Não dava pra abraçar. E foi batata. No mesmo dia a Jane ligou pra ela dizendo: "Ah, eu estou meio rouca, meio não sei quê". E logo depois ela ligou, de noite, da casa dela, dizendo que ela não estava sentindo cheiro de nada e nem gosto de nada. Daí, pronto, então, tá com Covid. Agora vamos aguardar. E aí, logo em seguida, a minha esposa começou com sintomas. Um resfriado assim, mais ou menos forte, não teve febre, nada disso, mas um resfriado. E aí? Bom, vamos fazer o exame, todo mundo, né? E aí fui eu, meus dois guris e ela, fomos fazer o exame. O dela deu positivo e os nossos três deram negativos.

TOEBE – Tive, sim, um caso da Covid em pessoa próxima. Foi meu genro. Ele é de Panambi. Foi o único da família que pegou. Não teve sintomas. Teve um membro da Junta Eleitoral, dos Auxiliares da Junta e a namorada, a noiva dele, era minha auxiliar de urna. Ele pegou nos últimos dias. Então gerou uma tensão, porque ela não sabia se ela tava ou não estava. Ao mesmo tempo ela não apresentava sintomas. Era um risco que a gente estava correndo, né? Porque ele, inclusive, não veio trabalhar no domingo, porque aí ele tinha, sim, testado positivo. Mas, graças a Deus, ela não testou positivo. Eu fiz três testes também. Mas era uma confusão, de estresse, com mistura de sintomas que a gente não sabia da onde vinha e o que eram. Mas eu nunca tive sintomas assim, fortes, pra dizer. Mas eu, toda vez eu fui fazer os testes, nunca acionei o Tribunal. Então, sempre fiz por aqui, fui ao meu médico, ele então pediu, enfim.

EDUARDO – Eu contatei lá o Tribunal também, os médicos do Tribunal, superatenciosos, até por Whatsapp, telefonava. Ela ficou isolada no nosso quarto, nesse período, e a gente achou melhor fazer mais um exame. O pessoal do gabinete médico também, “ah, façam mais um exame para descartar mesmo”. Fizemos nós três de novo o exame, deu negativo de novo. E aí passaram uns dias, os meus dois filhos, com exatamente os mesmos sintomas dela, mas exatamente assim. Bom, então vamos fazer exame de novo, negativo de novo. Até hoje a gente fica nessa assim. Será que a gente teve, deu um falso negativo, ou não teve? Eu não sei. E o engraçado é que teve um tempo atrás, um pouquinho antes disso, eu tive uns sintomas de gripe, também; entrei em contato com o gabinete médico, também fiz o teste. Eu fiz umas cinco, seis vezes aquele teste horrível, botar aquilo no nariz, mas sempre deu negativo. Mas, na verdade, positivar mesmo só ela aqui, dentro de casa. E a empregada, nossa empregada também deu o resultado positivo. Mas pra mim e para os meninos deu sempre negativo. Então, não sei se peguei esse negócio ou não peguei, né? Importante é que tá todo mundo bem. Mas foi a única experiência. A minha experiência mais próxima com a Covid foi essa, uma experiência bem próxima, por sinal. Minha esposa. Claro, tive vários amigos que pegaram.

ANA – Com relação ao Tribunal, eu tive uma suspeita de ter Covid no meio do ano passado, acho que em maio ou junho. E aí a doutora Silvia prontamente me atendeu, me orientou. Passou os exames e tudo mais, mas, no final, não era. E agora, quando os meus filhos tiveram também, que foi por uma coincidência, eles pegaram. Uma tava no Nordeste, o outro aqui, e eles pegaram no mesmo período. Quer dizer, não pegaram um do outro, mas pegaram ao mesmo tempo. Entrei em contato com a SEATS, para alguma orientação, alguma coisa, até porque a gente estava voltando ao esquema de presencialmente no Tribunal. Tinha que ter algum cuidado e fui prontamente atendida. Não tenho assim o que falar, muito antes pelo contrário. Sempre achei um atendimento muito próximo, uma preocupação bastante grande dos nossos médicos, com essas questões de protocolo de saúde.

SILVIA – No dia da eleição, o primeiro turno. Eu estava só aqui, na espreita, no telefone e conversando com todo mundo, porque eu estava com Covid, em casa. Foi bem difícil. Preparar tudo. Eu acho que eu estava bem ansiosa, estava bem assim, aguardando esse momento da eleição. Estava até nervosa pra chegar. E na-sexta-feira, pré-eleição, pré-fim de semana da eleição, eu fiz o diagnóstico de Covid. Lá em

casa todo mundo caiu, o marido caiu, não tão bem. Então eu estava lá, cuidando do maridão, mas assim, passamos todos bem, depois ficou tudo certo. Mas acho que a maioria nem sabia disso, mas estava lá eu, com meu Covid durante a eleição. Mas trabalhando, assim, o que deu, remotamente. E, é claro, a Juliana e o Helio representando superbem aqui.

JULIANO – Eu me lembro que, logo após a eleição, eu tive alguns sintomas, ali no final de novembro, eu tive febre, tive dores. Fui procurar o posto de saúde, fiz o teste e o teste deu negativo. O teste veio, acho que uma semana depois, e acabou dando negativo. Então eu não sei se, daqui a pouco, não era uma questão do estresse que tu passou, e tu relaxa, e vem aquela coisa. Ou se era uma gripe, ou se era Covid, mas não detectou. Mas a área da saúde do Tribunal me telefonou, porque eu enviei lá o atestado médico, dizendo que eu não podia trabalhar durante alguns dias, que eu estava aguardando. Então, eles me ligaram, se colocaram à disposição, qualquer eventualidade era para eu entrar em contato. Eu vejo com muita correção a forma como o Tribunal lidou na proteção da saúde dos servidores e familiares. Porque não só eu, estavam protegendo meus familiares também, protegendo os eleitores, enfim, todo mundo.

HERMES – Graças a Deus, lá em casa ninguém pegou. Casualmente, a minha irmã, lá no interior. Eu fui almoçar com ela num sábado, que eu fui lá para visitar minha mãe. Eu, no receio de levar para lá, me cuidando. Aí, na segunda-feira, ela começou a ter os sintomas. Ela teve Covid, ficou uns dias afastada e tal, mas graças a Deus eu não peguei. Mas ela ficou bem e tal. E assim, diversas pessoas conhecidas, que a gente conhecia, tiveram, algum faleceram, infelizmente. É uma doença que é grave. Mas vamos levando... Eu sempre acompanhei as orientações do Tribunal, também. E as medidas de prevenção, utilização de máscara, álcool gel, lavar as mãos constantemente. E assim a gente vai enfrentando. E acho que, graças a Deus, até agora tudo está dando certo. Esperamos que o pior tenha passado e que agora em frente vá reduzindo e a gente não se contamine agora no fim. Aguentamos firme até agora, né? E que tudo isso passe, que se possa voltar à normalidade daqui a pouco, quem sabe. Mas foi um período muito inseguro, quanto à questão de “ah, vou me contaminar, que que vai acontecer?”. Mas graças a Deus, com os cuidados, com a prevenção e tal, até agora conseguimos passar ilesos.

JULIANO – Bom, graças a Deus, eu não tive nenhum familiar próximo vitimado. Não sei se cheguei a contrair o vírus ou não. Mas, por quê? Porque nós, aqui em casa, tomamos a estratégia de nos cuidar muito. Muito. A gente respeitou bastante a questão da pandemia. Tanto no uso de máscaras, na vacinação, na higiene, nas aglomerações. A gente respeitou e, felizmente, meus familiares mais próximos também respeitaram. E eu acho que isso pode, sim, ter feito uma diferença com relação às outras pessoas que eu conheço, que perderam a vida ou tiveram perdas familiares. O meu pai, por exemplo. O meu pai já teve câncer, ele já teve infarto, ele tem um coração que, acho, que é um robô mais ou menos, metade máquina. Ele deve ter uns cabos aqui, no lugar das veias, porque ele já fez tudo, tem marcapasso. Ele passou por tudo. E ele passou por uma pandemia agora, né? Tem muita gente que vocês conhecem também, que tem mais essa medalha no peito. “Pô, ó, até uma pandemia eu ganhei.” E isso é o que vale. Então eu acho que o cuidado que cada um de nós teve, que fomos chamados de chatos, de uma série de coisas, hoje a gente colhe.

ALINE – Eu me sinto uma pessoa abençoada por não ter tido ninguém, próximo ou muito próximo, que tenha contraído Covid, que tenha vindo a falecer. Teve conhecidos, teve amigos distantes, mas, eu acredito que devido aos cuidados. Eu fiquei com bastante receio, e muito em casa, e me cuidando. Eu não posso dizer que é graças a Deus ou que foi sorte. Isso é decorrência do cuidado, da disponibilidade do Tribunal de poder trabalhar em casa. Muita mudança com a Covid, com certeza, muita ansiedade. Por parte do Tribunal, eu não cheguei a buscar apoio, mas eu sinto que a gente passou a ter medos, né? Como eu comentei antes, a minha ajudante aqui em casa, eu proporcionei a ela que não viesse, porque ela tinha asma. Como é que eu ia poder trabalhar em casa, por um período, e fazer com que ela viesse. Então eu acho que é um momento de muita ansiedade para todos.

ALEXANDER – Bom, antigamente eu dava aula numa universidade e eu conheci uma professora que faleceu de Covid. Ela foi contaminada numa visita de uma sobrinha que não sabia que tava com Covid e houve a contaminação; e aí ela foi, internou e faleceu. Alguns amigos meus, de relacionamento pessoal, tiveram Covid e não sabem onde pegaram. A pessoa estava quatro meses sem sair de casa, se cuidava e tal, aí teve um não sei o quê e pegou. Não foi nada grave, mas pegaram, três, que não tinham nada a ver. Na minha família mais próxima, tinha umas primas que pegaram, que não sabem também de onde, provavelmente de mercado. Mas

mais grave, graças a Deus, não tivemos mais ninguém assim, familiares, nenhum houve óbito, nada. E eu também tive que me cuidar porque eu tenho diabetes, eu tenho problema respiratório, então eu não posso muito facilitar. E lá em casa a gente foi bem rigoroso, foi bem rigoroso mesmo, com respeito, não medo. Mas respeito às situações, pra gente e pro próximo. Então, foi isso.

ANA – Eu posso falar que nessa pandemia eu fui uma pessoa de muita sorte. Porque eu não tenho na família ninguém num grupo de risco muito sério. Por exemplo, o meu marido é hipertenso, mas não é uma hipertensão grave. Eu não tenho ninguém com uma doença significativa. Então, pra ter uma ideia, até dezembro eu não tinha tido nenhum familiar direto com Covid. De dezembro para cá, um número muito grande; o irmão, cunhado, sobrinho, os meus filhos tiveram. Mas todos, acredito que essa Ômicron⁷², porque tiveram sintomas muito leves, ninguém precisou nem de internação, nada demais. Eu e meu marido ainda não tivemos. Já estamos praticamente de volta a nossas atividades. Voltamos a atividades esportivas. A gente evita, por exemplo, com certeza, cinema. Nós não fomos nunca mais. Quando vamos em restaurante, sempre aberto, com lugar aberto. A gente não está indo em locais fechados.

ALINE – Eu me sinto abençoada por não ter tido ninguém próximo. Eu tenho meus pais que moram em Porto Alegre, já com idade, e passei muito tempo sem vê-los. Mas tudo isso, graças, eu acho, a esse cuidado, e ainda procuro me manter sem me encontrar, sem comemorar, né? Eu acho que essa é uma recomendação ainda necessária. E tenho receio que todos não consigam essa sorte. E, realmente, estamos em um momento delicado ainda, em que todos devem se vacinar. Eu tenho uma filha que ainda não fez a segunda dose. Eu acho que a gente deve continuar mantendo o cuidado. E aproveitar esse cuidado por parte do Tribunal, que eu soube que está mandando máscaras adequadas pra gente, que são as PFF2⁷³, que é uma máscara que eu já adquiri e uso quando preciso sair, quando vou ao cartório. A nossa realidade no cartório é de um ambiente que só tem janelas no fundo, pequenas, e portas de vidro na frente, que normalmente não são abertas, porque senão é o barulho do trânsito. Então a circulação de ar não é adequada, e eu vejo isso como

72 Ômicron – A variante Ômicron do vírus SARS-CoV2 foi detectada na África do Sul e considerada uma fonte de preocupação pela Organização Mundial da Saúde em 26-11-2021. No Brasil, ela causou um recrudescimento na pandemia, interrompendo um movimento de queda no número de casos e mortes causadas pela SARS-CoV2.

73 PFF2 – Tipo de máscara utilizada para minimizar os impactos do contágio do Covid-19.

um cuidado necessário, conceder máscaras adequadas, pra que a gente continue numa situação de controle, no meu caso, com a minha família.

ANA – E, como eu disse, nós tivemos muita sorte. Porque em restrição de ver a família, nós vamos sempre, e sempre com muito cuidado. O meu sogro e a minha sogra têm idade. Então, sempre que a gente vai ver, é sempre depois de passar vários dias sem encontrar ninguém. Se encontrou, sempre se usa máscara, não fica tão próximo. A minha maior dificuldade durante a pandemia foi a minha família, que mora toda em Recife. Eu passei mais de um ano sem vê-los pessoalmente. Ainda bem que hoje em dia a gente tem as reuniões virtuais, senão não ia nem enxergar. Mas essa é a minha dificuldade maior. Eu já fui ver minha mãe duas vezes, agora, desde que eu me vacinei pela segunda vez, mas eu não tenho conseguido que ela venha, ela tem muito receio de entrar em avião ainda. Mas, assim, pessoalmente, as mudanças foram essas.

THOMAS – E agora a gente, com a vacinação se ampliando, ficou mais animado. Os familiares vacinados, a gente vai ficando mais esperançoso aí, de que as coisas... mesmo que se saiba que não está no fim ainda, que provavelmente a vacinação vai ter que ser constante, periódica. Mas a gente se sente muito mais seguro com a vacina. Então, no momento que começou foi um alívio, assim. Porque a gente nem visitava, ficava fechado em casa, não visitava os amigos. E essa parte, realmente, foi bem complicada, foi bem difícil para muitas pessoas, deixar de visitar os amigos e os parentes, por uma questão de preservação mesmo, para garantir. Porque tinha muita insegurança, não sabia se estava carregando o vírus consigo, por mais cuidados... A gente estava até meio paranoico no início.

SILVIA – Em relação a serviços de saúde e profissionais de saúde, eu tinha muitos colegas, inclusive colegas daqui, da SEATS, trabalhando na linha de frente. Meu marido trabalhando na linha de frente, e muitas pessoas muito queridas minhas, próximas de mim, trabalhando na linha de frente. Mas eu trabalhei, atendi muitos pacientes Covid, mas não em emergência, não em UTI. Trabalhei muito mais em nível ambulatorial. Então, eu não me sinto como trabalhando na linha de frente Covid. Mas tive, ao longo desse período, muito essa sensação de preservar esses profissionais, porque eles estavam absolutamente esgotados. Claro que a função principal é preservar a população, a saúde da população. Mas como a

pergunta é sobre a questão profissional, eu estou respondendo sob esse aspecto. Eu sentia, muito fortemente, os profissionais esgotados, sem recursos, tendo que fazer decisões realmente muito difíceis. Aquela história que passava – e eu nem assistia jornal, televisão, nada disso. Eu estou falando realmente de uma realidade que me batia à porta, e realmente foram histórias bem tocantes. Então, a minha missão era fazer com que a gente conseguisse diminuir, da forma que desse, o número de casos, para que se tivesse cada vez menos dessas histórias dramáticas, que, infelizmente, teve um momento que aconteceu. Então, do ponto de vista profissional, a minha contribuição tentou ser essa, que eu acho que ainda foi muito, muito modesta perante as dificuldades que outros colegas passaram.

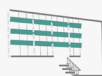
SCHAUREN – Com relação aos casos de doença, graças a Deus tive a sorte de não perder nenhum familiar próximo pra doença. Eu tive casos de Covid, os únicos casos na minha família, foram a minha irmã e meu cunhado, porque eles são enfermeiros do Hospital de Clínicas. A minha irmã passou muito mal com essa questão da Covid. Ela ficou internada um final de semana, mas teve que tomar morfina por conta de dor no peito e ficou com sequelas de desgaste físico, assim, por meses depois do hospital, um negócio bem complicado. Alteração de palato, de sentir o gosto ruim das coisas. Enfim, foi bem complicado. Já o meu cunhado, basicamente, sintomas de gripe e tal. Mas a gente sempre controlou muito essa questão dos cuidados e dos protocolos sanitários. Então, graças a Deus, não perdemos ninguém. Mas, infelizmente, eu tive muitos amigos e conhecidos que perderam pai, mãe e outros familiares próximos. E vários, infelizmente, porque acreditaram nessas informações falsas de medicamentos sabidamente ineficazes contra a doença. Então, nesse sentido, é muito triste, com todo o acesso à informação que a gente tem hoje em dia. Parece que quanto mais acessos, pior é a qualidade da informação, né? Falta essa curadoria do que é verdade, o que tu pode confiar. Esse é um problema que nós vamos ter que aprender a lidar, infelizmente.

JULIANO – Hoje a gente está bem de saúde e a gente tá feliz por estar, tomara, atravessando isso aí. E muito eu atribuo ao Tribunal. Por quê? Por exemplo, a minha esposa, que trabalha numa prefeitura, ela teve colegas que morreram porque tiveram que ir trabalhar. Não tiveram a proteção necessária, não foram vacinados, e tiveram que se expor ao risco, se expuseram ao risco e faleceram, alguns. Então, eu me lembro de ela ter que ir trabalhar muito contrariada, porque ela não tinha sido vacinada. Ela é uma profissional da área da saúde, ela é psicóloga,

e ela sabia de pessoas que tinham sido vacinadas antes dela e, então, ela estava se expondo a um risco. E ela olhava pra mim e a gente pensava, a gente falava assim: “E o Tribunal, hein? Tu vê como eles lidam diferente com isso? Eles me proíbem de trabalhar. Eu nem posso, nem que eu queira eu posso ir”. Então eu acho que foi sensacional, assim. Acho que, não é querer aqui rasgar seda pra ninguém, mas eu vejo como o Tribunal agiu corretamente na questão da saúde, da proteção da saúde dos seus servidores.

ANA – E até uma insegurança, se a gente for encontrar um colega, agora no presencial. “Posso ir, não posso ir?” O meu grande receio na pandemia não foi pegar, foi não passar para alguém. Eu tinha muito medo de pegar doença e contaminar o meu sogro, que tem 90 anos. Eu disse: “Meu Deus do céu!”. Isso era um grande receio. Então, ter essa possibilidade de orientação, que sempre senti muito disponível assim, todos eles, mensagem de WhatsApp, contato. Então, nossa! O trabalho da SEATS foi excelente!

SILVIA – A gente fez todo o acompanhamento enquanto estava tendo as infecções em número maior, então temos dados bem consolidados. Mas é preciso sempre parcimônia na hora de interpretar estes dados. Como eu recebo as notificações do Tribunal Regional Eleitoral, que tem uma cobertura do estado, a gente compara com os números do Estado do Rio Grande do Sul, né? Só que os sistemas de notificação, obviamente, são muito diferentes. O estado tem ferramentas muito mais elaboradas de notificação e ainda assim ele tem as suas subnotificações. Eu, como SEATS, conto apenas com a notificação voluntária das pessoas. Mas, com todas essas limitações, tudo que a gente recebeu de notificações, temos estes dados em números, tabelas e gráficos. Se a gente for comparar em intensidade de infecções, o que eu tenho? Enquanto no Estado, acho que era semana 50 do estado – porque quando a gente fala em epidemiologia, a gente fala em semanas –na semana 50, quase lá no fim do ano, tinha uma incidência de 37 casos para 1000 habitantes; aqui na nossa população de servidores, eu tinha uma incidência que era dez vezes menor. Então, se a gente acreditar nos nossos dados, tivemos uma incidência de Covid dez vezes menor do que a do estado, naquele período que a gente teve a maior incidência. Provavelmente teve uma incidência muito menor do que a encontrada no restante da população do estado, isso me parece que é bastante claro, demonstrando, realmente, que a gente ficou, de uma certa forma, protegido dessa incidência.



Memorial da
Justiça Eleitoral
**MINISTRO TEORI
ALBINO ZAVASCKI**



Tribunal Regional Eleitoral
do Rio Grande do Sul